

COLEÇÃO
HESPÉRIDES
CULTURA

02

PORTUGAL E(M) NÓS.

Contributos para a compreensão do
relacionamento cultural galego-português

EDIÇÃO DE

Roberto Samartim
Carlos Pazos-Justo

húmus



Universidade do Minho
Centro de Estudos Humanísticos

get #
GRUPO DE ESTUDOS
TERRITORIAIS
G-00062

A **COLEÇÃO HESPÉRIDES** DESTINA-SE
ESSENCIALMENTE À PUBLICAÇÃO DE
MONOGRAFIAS E OUTROS TRABALHOS
CIENTÍFICOS DOS INVESTIGADORES
DO CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS.

O Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho é uma unidade de investigação acreditada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), cujos objetivos prioritários são o desenvolvimento e a divulgação de investigação no domínio das Humanidades, em particular nas áreas dos estudos linguísticos, literários, culturais e artísticos.

PORTUGAL E(M) NÓS

Contributos para a compreensão do
relacionamento cultural galego-português

PORTUGAL E(M) NÓS

Contributos para a compreensão do
relacionamento cultural galego-português

EDIÇÃO DE

Roberto Samartim
Carlos Pazos-Justo



Universidade do Minho
Centro de Estudos Humanísticos



GRUPO DE ESTUDOS
TERRITORIAIS
G-000661

PORTUGAL COMO TRAVE DO GALEGUISMO? (UMA INTRODUÇÃO)

ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XX A EUROPA ASSISTE AO PROCESSO DE ELABORAÇÃO INTELLECTUAL, primeiro, e de institucionalização e naturalização, depois, da atual ideia de nação como sujeito coletivo de soberania política (Thiesse 1999). Com diferentes tempos e modos, graus e intensidades, materiais repertoriais ou recursos, e até propriamente com desenvolvimentos diversos (nomeadamente uma ideia mais orgânico-historicista e outra ideia mais liberal de nação, identificadas com os polos irradiadores alemão e francês, respetivamente), o sucesso na institucionalização e conseguinte naturalização desta ideia nas populações envolvidas é, também, variável. Para este relativo êxito ou fracasso contribui, de regra, a (pré-)existência e o envolvimento no processo de um Estado proselitista capaz de educar e, em última instância, impor (legítima[da]mente) o sentido comum nacional ao conjunto das populações administradas. Este corpus ideológico nacional(ista), construído da mão do empoderamento político da burguesia e da implementação do capitalismo industrial como modo de produção principal (as duas revoluções de que fala Hobsbawm [1996]), foi exportado pela Europa a quase o mundo todo e sujeito a apropriações e adaptações por classes sociais diferentes daquelas envolvidas nas suas primeiras formulações (aristocracia primeiro, proletariado depois).

Nestes processos de fabricação por elites locais de identidades diferenciais e diferenciadas a respeito de outras comunidades (Espósito 1998) – que, por sua vez, foram ou estão a ser também imaginadas (Anderson 1983) por elites diferentes noutros lugares –, nestes processos de construção nacional, então, são significativos os labores de apoio, suporte e assistência identitária realizados por agentes forâneos, quer através da transferência¹ de ideias previamente elaboradas por estes e depois apropriadas e socializadas pelas elites locais, quer através de tomadas de posição concretas em apoio de programas ou estratégias sustentados por algum dos grupos que intervêm na nacionalização dessa comunidade local (não raro utilizando para esses fins os campos culturais).

No espaço geocultural ibérico, estes fenómenos concretizam-se tanto na concorrência pelo mesmo espaço social de projetos nacionais diferentes (apresentados como mais ou menos conciliáveis ou antagónicos em função de conjunturas, estratégias e programas), como nas diferentes funções referenciais que as elites envolvidas no processo de socialização da ideia de nação própria podem vir a atribuir aos restantes sistemas (Even-Zohar 1990) ou comunidades político-culturais peninsulares.

Em concreto, no espaço social da Galiza coexistem desde o início destes processos dois projetos nacionalitários com diferente grau de institucionalização e, em maior ou menor medida, concorrentes, antagónicos, conciliáveis ou (ir)reduzíveis: a *nação* espanhola, sustentada ao longo da prática totalidade do período em foco em regime de monopólio por um Estado caracterizado pelo centralismo no político e pela identificação (apenas ou sobretudo) com materiais castelhanos na sua vertente tanto jurídica como linguístico-cultural; e a *nacionalidade* galega, sustentada pelo sector das elites locais que trabalha para a sua institucionalização à margem do aparelho estatal (com aproveitamento variável das possibilidades abertas pelo ordenamento político-institucional em cada momento) e à qual esse mesmo Estado concede um certo grau de autonomia política só a partir da descentralização

¹ O termo *transferência* é entendido nos trabalhos que integram este livro em que ele aparece como “todo o elemento que é importado de um sistema por um factor do sistema-meta (vid Even-Zohar 1990)” [apud Torres Feijó 1999].

político-administrativa e do reconhecimento da pluralidade cultural da *nação* espanhola contemplado na constituição de 1978^[2].

Da mesma maneira, para os vários agentes envolvidos em provar e defender a existência da Galiza como comunidade político-cultural diferenciada Portugal funciona, em geral e na maioria do período, como histórico referente de reintegração^[3] e reforço legitimador de estratégias e programas. No eixo cronológico, esta afirmação ajusta-se, em rigor, à funcionalidade atribuída pelo núcleo do galeguismo^[4] a Portugal e às restantes comunidades de língua portuguesa até à década de setenta do século XX. Nesta altura inicia-se a transição da ditadura do general Francisco Franco para a monarquia parlamentar e a autonomia política

² A distinção entre a nação (único sujeito de soberania política) e a(s) nacionalidade(s) (comunidades apenas culturais) é pertinente, ou até determinante, para compreendermos a questão nacional no ordenamento jurídico atual do Reino da Espanha: “a constituição espanhola referendada em dezembro de 1978 sanciona, dumha parte, a monarquia parlamentar e a descentralização política como forma de governo e, por outro lado, a distinção entre a “Nación española”, único agente de soberania conformado administrativamente por várias comunidades autónomas, e algumas dessas comunidades perspetivadas como *Nacionalidades*”; por outras palavras: “a constituição hoje vigorante no Reino da Espanha sustenta a divisom entre umha única Nação Política (Espanha) e várias Nações Culturais (Galiza, Catalunha, Euskádi, ...) elididas no texto legal, por ele privadas do reconhecimento do direito à soberania política e às quais lhes é *concedido* um grau variável de autonomia” (Samartim 2017: 32; itálicos no original). Sobre nacionalismo espanhol veja-se Taibo 2007 ou Núñez Seixas 2018; para o nacionalismo galego veja-se Beramendi e Núñez Seixas 1995 ou Beramendi 2007.

³ Nos trabalhos que fazem parte deste volume o termo *Referente de Reintegração* (Beramendi 1991) designa “um agregado dos sistemas que se reconhecem utentes dumha mesma norma sistémica, [no caso galego] a língua portuguesa, que na actualidade, constituem um intersistema cultural (Torres Feijó, 2004: 442)” (*apud* Samartim e Cordeiro Rua 2009). Dessa maneira, é possível definir o *reintegracionismo* como “a ideia de (re)inclusom da Galiza num intersistema cultural compartilhado com os espaços do sistema lingüístico comum conhecido internacionalmente por *Lusofonia* (Samartim, 2005: 34n; itálico no original)” [*apud* Samartim e Cordeiro Rua 2009].

⁴ Entendemos por *galeguismo* o “movimento de reivindicação da identidade diferenciada da Galiza com independência do grau de autonomia política proposto para a colectividade galega polos vários grupos ou agentes autoproclamados galeguistas, assi como o processo de fabricação de ideias que apoiam e justificam os vários graus desta reivindicação. Quando este movimento vise a reivindicação política da Galiza como ente nacional diferenciado dum referente de oposição identificado com o par Castela/ Espanha, estaremos falando em nacionalismo, umha das várias ideias possíveis de galeguismo (Samartim, 2005: 10)” [*apud* Samartim e Cordeiro Rua 2009].

que define o atual regime espanhol, no qual a Galiza é dotada de órgãos de governo próprios (dirigidos, de regra, por forças regionalistas de centro-direita que nem desenvolvem em todos os seus termos o quadro estatutário nem contemplam nos seus programas o carácter nacional da comunidade) e se produz o maior grau de institucionalização do Sistema Cultural Galego até à data.

Neste processo de mudança de regime político e até à atualidade, o nacionalismo filológico que rege no Sistema Cultural Galego (pelo menos desde a criação das Irmandades da Fala em 1916) atribui à língua da Galiza a função de principal (ou até único) marcador etno-identitário diferencial imprescindível para a configuração, a identificação e a reprodução da comunidade política e cultural galega. Nesse momento de institucionalização político-cultural, a língua da Galiza atinge, quanto ao reconhecimento do seu estatuto jurídico, a consideração de *língua própria* e a oficialização dos seus usos na Comunidade Autónoma de Galicia de acordo com os termos fixados na Constituição espanhola (1978), no Estatuto de Autonomía de Galicia (1981) e na Lei de Normalización Lingüística (1983) hoje vigorantes: a *cooficialidade subalterna*, expressada no dever de conhecer e o direito de usar o castelhano, única língua nomeada na constituição de 1978, e em apenas no direito de usar o galego no âmbito da comunidade autónoma contemplado na legislação amparada nesse texto constitucional.

Igualmente, será nesta mesma altura quando os grupos galeguistas ativos no Sistema Cultural Galego participem (com níveis de institucionalização variável) no processo de codificação e de construção das ideologias linguísticas propostas hoje para a língua da Galiza. Tal como veremos na continuação, este processo de construção ideológica e de seleção de materiais para a variedade padrão girará, em grande medida, em volta da relação da língua galega (metonímia da própria comunidade) com a língua portuguesa, com a tradição (bem medieval galego-portuguesa bem apenas moderna galega), com as falas populares, e com a presença social e o grau de diferença, coincidência ou concorrência com a língua castelhana (presente no espaço social galego e de obrigado conhecimento para a sua cidadania, com projeção internacional e suporte político, assim como fortemente institucionalizada e valorizada).

Nessa conjuntura de (ex)petativa de mudança de regime político, então, o Instituto da Língua Galega [ILG] (criado no seio da Universidade

de Santiago de Compostela [USC] em 1971) consegue impor no polo mais institucionalizado do Sistema Cultural Galego da altura a ideia da autonomia da língua da Galiza em relação à de Portugal, validar como base para a língua standar as falas populares e a tradição literária moderna (fundada por Rosalía de Castro com a publicação dos *Cantares Gallegos* em 1863), identificar o galego com materiais linguísticos coincidentes com o castelhano (ortografia e determinadas soluções morfológicas e léxicas, sobretudo) e pactuar com a Real Academia Galega [RAG] (fundada por iniciativa do regionalismo etnicista e reconhecida pelo Estado Espanhol já em 1906) umas *Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego* (NOMIG 1982) fundadas nestes critérios e oficializadas em inícios da década de oitenta do século XX pelas autoridades políticas da Comunidade Autónoma de Galicia (Samartim 2005 e 2018b).

Essa passagem de referente de reintegração para referente de oposição⁵, verificado em início no campo da codificação linguística, alarga-se a partir dos anos oitenta do século XX desde os espaços com maior grau de institucionalização do Sistema Cultural Galego para a maioria dos âmbitos desse sistema em virtude do já apontado carácter eminentemente filológico que tem o galeguismo no século XX (Samartim 2017: 119 e ss.). Esta ideia de língua própria, elaborada na passagem do franquismo para o regime atual como diferente do português, é socializada na Galiza autonómica através do ensino, as administrações públicas, os meios de comunicação e, de forma maioritária, também através de uns campos culturais (principalmente do literário) relativamente heterónomos em relação com o poder político que sustenta a administração autonómica.

No polo menos institucionalizado do sistema cultural galego, por sua vez, os principais grupos nacionalistas impugnam a autoridade de RAG e ILG para a fixação da língua da Galiza e promovem, até 2003, modelos linguísticos alternativos baseados nas propostas académicas prévias ao referido pacto da RAG com o Instituto universitário. Estas propostas partem do reconhecimento da unidade linguística galego-portuguesa (discutindo a utilidade normalizadora deste facto filológico), do questionamento da língua popular como modelo válido para o estabelecimento

⁵ O *Referente de Oposição* ou *Referente de Negação* (Beramendi 1991) é aquele “sistema do qual se pretende a emancipação e sobre o que se gera umha atitude de rechaço” (Torres Feijó 2004: 442).

da variedade padrão (em função do grau de interferência^[6] castelhana verificado nas falas galegas), do recurso à tradição também medieval galego-portuguesa para a fixação de determinadas escolhas léxicas e morfológicas, e da seleção como provisórios de materiais constitutivos coincidentes com o castelhano e diferenciais em relação com o português (nomeadamente da ortografia). Além disto, as propostas colocadas no campo da codificação linguística desde 1980 por este nacionalismo galego localizado na esquerda política assentam (ao lado da já referida não atribuição de utilidade normalizadora ao facto filológico da unidade linguística galego-portuguesa) na identificação da natureza política do conflito linguístico, entendido como derivado da relação colonial existente entre a Galiza e a Espanha e como só resolúvel com o fim desta relação subalterna a favor das classes populares da nação galega^[7].

⁶ O termo *interferência* é entendido nos trabalhos deste livro, no sentido dado por Even-Zohar (1990), como “as relações [de transferência não voluntária] estabelecidas entre dous sistemas literários ou culturais” [*apud* Torres Feijó 1999: 290].

⁷ Quanto à primeira ideia veja-se Rodríguez (1991: 39): “Se non hai que discutir que, desde unha perspectiva lingüística, galego e portugués son a mesma língua, é un consolo pouco convincente desde unha perspectiva sociolóxica e política. Hai que subliñar sempre que unha língua é fundamentalmente útil no contexto do povo que a fala”. Quanto à ideia de nação (re)elaborada pelo nacionalismo galego nos anos setenta do século XX repare-se no seguinte fragmento tirado da sua publicação *Terra e Tempo* (nº 37, 1976: 5): “neste intre da evolución do capitalismo a nación son as clases populares porque a nación adquire categoría revolucionaria contra o poder burgués, A NACIÓN NON SON TODAS AS CLASES, SONNO SOIO AQUELAS QUE ASUMEN A LOITA DE LIBERACIÓN NACIONAL que, nas circunstancias actuais, é unha loita de liberación social das clases asoballadas”. Sirva de exemplo no referido à relação apontada entre conflito político e conflito linguístico o trecho que citamos na continuación (AS-PG 1980): “Criticamos por isto todos os plantexamentos do problema da língua que desvinculen esta dos problemas políticos, económicos e sociais do noso país, porque nace deles e a eles se remite” (p.8); “O noso idioma ten problemas e graves, pero en nengun caso son a falta de unificación, a proliferación de escritas diferentes ou as normas diverxentes, porque estas son meras consecuencias da sua própria condición de idioma non normalizado. Os nemigos reais teñen outro nome: é a Constitución española, que deixa moi claro cales son os «direitos» do español fronte aos das outras línguas, é a política española de hoxe, neocolonial e asimilista por via democrática” (p.9); “[...] O problema da escrita do galego, insistimos, non é tal problema, desde o momento en que se dispón dun «recetário» de convencións válidas, por claridade e por economía, para a ortografía do mesmo, discutíbeis como todas e provisórias como as de todas as línguas non oficiais, pero aptas para reproducir a nosa língua por escrito, que é do que se trata, en definitiva. [...] estamos loitando para que a nosa língua recupere todas as suas funcións sexa a língua normal dunha Galicia soberana” (p.10).

Por outra parte, com o grau de institucionalização mais fraco de todos os agentes que atuam no sistema cultural galego tanto no tardo-franquismo como no regime autonómico, os grupos declaradamente reintegracionistas sustentam, desde a tomada de posição do galeguista português Manuel Rodrigues Lapa em 1973 até a atualidade (Samartim 2005), a utilidade da unidade linguística galego-portuguesa, quer para promover a extensão social dos usos da língua galega quer como contributo para travar o processo de substituição linguística em curso na Galiza^[8]. Desde a periferia do sistema cultural galego contemporâneo, o reintegracionismo assenta as suas propostas normativas (quer as individuais de finais da década de setenta [Montero Santalla 1979] quer as associativas da década seguinte [AGAL 1983 e 1985]) na secundarização da língua oral como modelo para a variedade standar, no recurso fundamental à tradição medieval galego-portuguesa para a escolha de materiais normativos, na solidariedade com os outros padrões do sistema linguístico galego-luso (com português e brasileiro primeiro, com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa depois de 1990) e na ortografia dita etimológica (coincidente com a portuguesa) como baliza simbólica e franja de segurança com o castelhano^[9].

Quanto à evolução nas últimas décadas das posições dos grupos envolvidos no processo de codificação e construção da ideia de língua

⁸ “Dada a situación socio-política da Galiza, o noso isolamento lingüístico dos luso-brasileiros aumentaría a vulnerabilidade do galego frente ao español e agravaría o perigo de que se degrade a mero dialecto do castellano, co que viría resultar ameazada a mesma sobrevivencia do idioma” (Montero-Santalla 1979: 4).

⁹ “Reconhecer a situación conflitiva em que se desenvolvem os usos aminorados do galego e a sua dependência do espanhol, tenta[n]do suprimir todo aquilo que nom seja propriamente galego. Preferimos, portanto, pôr em uso todas as formas tradicionais que na ortografia, gramática e léxico fôrom suplantadas polo espanhol, parcial ou totalmente, e que o português actual conserva em muitos casos. Contodo, rejeita-se para o uso normal os verdadeiros arcaísmos, por nom funcionais. Assi, tomamos as falas como ponto de partida, e contraste, com o galego anterior e com o luso-brasileiro moderno, mas nunca como ponto primeiro e último ou único, nom só polo desigual submetimento ao espanhol, senom porque pretendemos principalmente construir a língua escrita, pauta de correcção idiomática, por definição, tamém para a língua oral. As falas só nom podem ser o principal axioma, menos ainda no caso galego. [...] No caso da ortografia, preferência pola tradicional galega e nom pola espanhola, solucionando os casos duvidosos ou nom resolvidos na época medieval em harmonia básica com a norma luso-brasileira actual” (AGAL 1985: 20-21).

para o galego, em meados de noventa do século XX destacados agentes do ILG (Monteagudo 1995) perfilam a sua posição aplicando ao caso galego as propostas de taxonomia linguística de Kloss e Muljačić. Partindo destes postulados, denominam a sua proposta codicológica e ideológica como “autonomista” ou “galego identificado” (a língua galega independente da portuguesa), afirmam existir “bilingüismo inerente” entre galego e português (compreensão sem aprendizagem) e localizam a diferença entre galego e português no âmbito da sociolinguística, sustentando que de processos de elaboração linguística diferentes resultam duas línguas (por distanciamento?) no espaço galego-português peninsular^[10].

Por sua vez, os grupos nacionalistas galegos reconhecem a autoridade da Academia para fixar e identificar a língua da Galiza em 2003 (Samartim 2018: 151-153). O modelo linguístico resultante da participação do nacionalismo no consenso normativo com a RAG e o ILG (NOMIG 2003) mantém a ideologia e os critérios estandardizadores fixados previamente por essas duas instituições (autonomia linguística do galego e fixação da variedade padrão sobre a base da abstração da fala popular e da tradição literária moderna) e supõe, por um lado, o reforçamento da língua portuguesa como referente de analogia^[11] da língua galega e, por outro lado, a eliminação do texto normativo de

¹⁰ Quanto a se galego e português constituem uma ou duas línguas por distanciamento confrontem-se, no próprio volume, as posições de Antón Santamarina (diretor do ILG nessa altura) e de Francisco Fernández Rei (um dos principais dialetólogos do Instituto da USC): “Se nos atemos estrictamente ó punto de vista lingüístico a afinidade entre o galego e o português é tan grande que sería perfectamente posible reducilos a unha norma única” (Santamarina 1995: 73) vs “Unha cousa é apoiarse no actual portugués (e nas outras línguas románicas, amais do galego vivo) para estandariza-lo galego moderno, especialmente no léxico, e outra é elaborar unha norma querendo «ignorar» o estado actual do galego, esencialmente as profundas transformacións fonolóxicas que nel se produciron e que hoxe o afastan tanto do portugués que impiden un sistema ortográfico común” (Fernández Rei 1995: 190-191). Seja como for, toda a vez que “un idioma non se define exclusiva nin principalmente con criterios lingüísticos, senón que os criterios sociolingüísticos son determinantes” (Monteagudo 1995: 11), os membros do ILG entendem que a diferença entre galego e português está localizada no plano sociolingüístico, nomeadamente em que o primeiro foi estandardizado de maneira autónoma ao português na época contemporânea.

¹¹ Beramendi (1991: 136) entende os *referente de analogia* como “aquellos entes nacionais con los que se compara positivamente el propio. [...] funcionan como modelos emulativos”).

alguma referência explícita ao português como referente de oposição do galego^[12].

Ao igual que no caso do nacionalismo galego, os grupos reintegracionistas tentam socializar um modelo alternativo ao promovido desde as instituições políticas e culturais da Comunidade Autónoma e mudam de estratégia em inícios do século XXI. Neste caso, agentes luso-reintegracionistas fundam em 2008 a Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP) com o objetivo de promover no espaço social galego o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa assinado no Rio de Janeiro em 1990. Para além de adaptar a este Acordo Ortográfico as propostas normativas prévias (AGAL 2010) ou de as fazer confluir em uma única proposta com o referido Acordo de 1990 (AGAL 2017), o movimento associativo reintegracionista lança em 2018 a *estratégia binormativista* para a língua da Galiza. Esta proposta de binormativismo – que se pretende análoga da solução habilitada para os casos luxemburguês e norueguês – parte da unidade linguística galego-portuguesa, não impugna a validade do padrão da RAG e propõe “a coexistência, em paridade legal, de dous modelos gráficos para representar umha mesma língua: um modelo mais local [o autonomista] e outro semelhante ou compartilhado com um ou vários estados vizinhos [o reintegracionista]” (<https://a.gal/binormativismo/>).

No plano não estritamente codificador, o reintegracionismo também promoveu campanhas focando a não exclusão das suas práticas do campo literário autonómico, reclamando a possibilidade de concorrer a prémios e de publicar em editoras que limitam a participação e a publicação a textos escritos de acordo com o standar académico (Galego em Liberdade em 2014 e O Fim do Apartheid em 2016). Para além destas

¹² Quanto ao português como fundamental referente de analogia para o galego, o texto das NOMIG de 1982 é reelaborado em 2003 incorporando o seguinte fragmento: “Para o arriquecimento do léxico culto, nomeadamente no referido aos âmbitos científico e técnico, o português será considerado recurso fundamental, sempre que esta adopción non for contraria ás características estruturais do galego (RAG 2003: 10). Desaparece também da “Introdución” desta última edição do texto normativo da Academia o fragmento sublinhado abaixo: “Valorar a contribución do português peninsular e brasileiro, pero excluír solucións que, aínda sendo apropiadas para esa lingua, sexan contrarias á estrutura lingüística do galego. O punto de partida e de chegada en calquera escolla normativa ha de ser sempre o galego, que non debe sacrificar-las súas características propias e relevantes en beneficio das dunha lingua irmá, pero diferente.” (RAG-ILG 1982: 10).

iniciativas viradas para a participação e o reconhecimento do reinte-gracionismo nos campos culturais autonómicos, a ação mais sucedida destes grupos no plano institucional foi a promoção da Iniciativa Legislativa Popular (ILP) “Paz-Andrade”, apresentada ao Parlamento de Galicia em março de 2013 com o apoio de 17.000 assinaturas, destinada a dar amparo jurídico a um quadro de relacionamento galego-lusófono e aprovada por unanimidade dos partidos políticos presentes nesse Parlamento no ano seguinte como “Lei 1/2014 de 24 de março para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos com a Lusofonia”. Com um grau de desenvolvimento e aplicação considerado até ao momento insuficiente pelos grupos promotores (Rodríguez Fernández 2018) esta “Lei Paz-Andrade” recolhe no básico a proposta da ILP e identifica vários campos em que a população da Galiza pode beneficiar do vínculo linguístico-cultural galego-lusófono, nomeadamente por meio da incorporação da língua portuguesa ao ensino regrado (Fernández Carballido 2019) e à administração pública galega, assim como com a promoção de parcerias no campo audiovisual e com o estabelecimento de vínculos diplomáticos intercomunitários referenciados na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Neste último ponto cabe referir que na XXII Reunião ordinária do Conselho de Ministros dos Países de Língua Portuguesa (celebrada em Brasília em 20 de julho de 2017) foi aprovada uma Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP para a AGLP. Com o mesmo rol de membro observador consultivo tinha sido admitido também na CPLP uns meses antes (em reunião de 1 de novembro de 2016) o Consello da Cultura Galega, instituição criada pelo governo galego no ano 1983 conforme indicado no artigo 32 do Estatuto de Autonomía de Galicia (Lei 8/1983) e presidida desde esse momento por agentes centrais dos grupos que participam do referido pacto RAG-ILG.

Esta incorporação à CPLP do Consello da Cultura Galega (referendada na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da entidade) pode apontar também para o grau de resiliência dos grupos com maior centralidade no sistema cultural autonómico. Com um nível variável de indefinição nos discursos relativos à vinculação linguística existente entre galego e português (de familiaridade, de pertença a um sistema linguístico policêntrico ou multielaborado, de filiação genética

[Monteagudo 2012], etc.) estes grupos estariam a adaptar as suas posições quanto ao relacionamento galego-português às novas condições presentes no Sistema Cultural Galego nestas duas primeiras décadas do século XXI. Referimo-nos, nomeadamente, às novas circunstâncias derivadas das apontadas mudanças estratégicas de nacionalistas e reintegracionistas, que passaram a reconhecer normas e autoridades emanadas das instituições autonómicas, participando os primeiros nos seus consensos (NOMIG 2003) ou aspirando os segundos à validação e ao reconhecimento do seu programa (binormativismo) e à participação nos espaços culturais e institucionais até ao momento para eles vedados.

Para além deste alargamento do consenso e do conseguinte reforço das posições dos grupos com maior grau de institucionalização, outras condições podem ser notadas para entendermos o funcionamento neste século XXI de um Sistema Cultural Galego no qual é possível identificar ameaças e heteronomias de vários tipos. Cabe referir, neste sentido, o impacto que a crise económica de 2007-2008 teve no sistema, produzindo a redução do volume de recursos públicos que as instituições autonómicas destinam à cultura (Linheira 2017: 144-149; para uma aproximação deste impacto económico no campo editorial veja-se Fernández Casais 2019: 20-21). Igualmente, faz-se evidente o avanço do processo de substituição linguística do galego em favor do castelhano na Galiza (IGE 2019) e o aumento do grau de interferência linguística verificado nas falas galegas em todos os planos (fonético, morfológico, léxico, pragmático etc.); este último elemento pode explicar a mudança de discurso verificada naqueles grupos nacionalistas que, durante o último terço do século XX, priorizam a ideia da extensão do uso (normalização) face à qualidade do uso e agora promovem um conjunto de práticas específicas, identificadas como “língua de qualidade” (Freixeiro Mato 2009 e 2014), dentro das margens fixadas pelas NOMIG de 2003.

Neste estado de campo, pois, os grupos com maior centralidade na cultura autonómica, que já não veem impugnadas as suas posições na Galiza por nacionalistas nem reintegracionistas, estabelecem relações com seus homólogos portugueses ou lusófonos valendo-se dos materiais e das ideias que conformam o seu programa (segundo o qual fixam os termos e os objetivos do relacionamento) e aproveitando para isso agora os meios e os espaços institucionais em que participam. Estes espaços, aliás, não estão limitados apenas aos campos culturais, mas também

abertos ao relacionamento em chave política e económica favorecido pela adesão da República Portuguesa e do Reino da Espanha à atual União Europeia em 1985 (Eurorregião Galiza-Norte de Portugal, Eixo Atlântico etc.).

Abrem-se, portanto, espaços e oportunidades para o relacionamento, e também para a procura de objetivos não necessariamente condizentes com aquela função atribuída a Portugal pelo galeguismo no século XIX e boa parte do XX. Seja como for, vale a pena apontar que o relacionamento no plano político-institucional coloca também desequilíbrios e assimetrias, toda a vez que a vinculação da Galiza com o conjunto da comunidade portuguesa, tal como focada historicamente pelo galeguismo (Castelao 1992), põe em diálogo dois planos político-administrativos diferentes (um estado-nação e uma comunidade autónoma de um estado vizinho) e, por outro lado, a limitação da relação da Galiza apenas com o Norte de Portugal, para além de se afastar das propostas do galeguismo histórico, encontrará na interlocução portuguesa um agente privado da institucionalização política que sim existe a norte do Minho.

Os textos recolhidos no presente volume supõem, enfim, diferentes aproximações, abordagens e desenvolvimentos das questões sintetizadas nas páginas precedentes, quer no eixo temático quer no cronológico. Através dos contributos que integram este livro é possível identificar os agentes (particulares ou institucionais) empenhados na construção identitária da comunidade galega (em relação dialéctica, aliás, com outros agentes com programas diferentes, quando não antagónicos) e envolvidos no relacionamento galego-português entre os séculos XVIII e XXI; da mesma maneira, é possível nos aproximarmos dos programas propostos, dos objetivos procurados e das funcionalidades atribuídas por essa fração das elites (político-)culturais da Galiza ao relacionamento de duas comunidades peninsulares com alegados vínculos geo-humanos, históricos, étnicos, culturais ou linguísticos. Com especial destaque para aqueles momentos e estados de campo considerados estratégicos para entendermos os modos e a função atribuída pelos vários agentes que se movem no Sistema Cultural Galego ao relacionamento galego-português no período em foco, nos capítulos seguintes veremos, pois, como Portugal (a sua mera existência como comunidade geo-humana) e as elites culturais, intelectuais ou políticas

lusas contribuem para o reforço dos programas ideológicos e para as ações do galeguismo historicamente considerado; serão focadas, igualmente, as mudanças (de parcerias, estratégias, programas etc.) que é possível verificar nesse sentido no fim do período analisado.

A estes efeitos, reunimos no presente volume um conjunto de oito trabalhos que surgem de projetos de investigação implementados por equipas de pesquisa ou por agentes individuais que fazem parte da Rede Galabra, integrada por pessoas e grupos de investigação presentes em universidades da Galiza, a Espanha, Portugal e o Brasil (*vid.* <https://redegalabra.org/>; para a trajetória de Galabra veja-se Torres Feijó 2009 e Samartim 2016). Assim, o contributo de Raquel Bello Vázquez é resultado de um projeto de investigação por ela dirigido na USC sobre o período ilustrado na Galiza e os trabalhos referentes aos anos setenta do século XX (da autoria de Felisa Rodríguez Prado, Gonçalo Cordeiro Rua e Roberto Samartim) fazem parte dos resultados dos projetos POLULIGA/ FISEMPOGA, dirigidos na mesma universidade pelo professor Elias J. Torres Feijó¹³; já os textos assinados por Elias J. Torres Feijó e Carlos Pazos-Justo resultam das suas pesquisas particulares em volta do relacionamento galego-lusófono (no caso do primeiro trabalho achegado pelo professor Torres Feijó, este é parte da produção relativa à linha de investigação aberta com a sua tese de doutoramento já em 1995).

Para além do texto inédito que encerra o livro, da autoria de Carlos Pazos-Justo, os restantes contributos foram publicados em atas de congressos ou revistas da área entre os anos 1999 e 2014. A somar à solvência científica para a que aponta tanto a inclusão nos projetos de investigação referidos como a sua avaliação por pares no momento de serem publicados, os textos agora divulgados mobilizam um alargado conjunto de ferramentas teórico-metodológicas procedentes do campo científico das humanidades e as ciências sociais, quer presentes nas

¹³ “Subsídios para o Estudo do período ilustrado na Galiza (1705-1820)”, financiado pelo governo galego entre 2007 e 2010 (INCITE08PXIB204051PR); “Portugal e o Mundo Lusófono na Literatura Galega das Últimas Três Décadas (1968-2000)” [POLULIGA], financiado pelo governo da Galiza entre 2001 e 2004 [PGIDT01PXI20414PR]; “Fabricação e Socialização de Ideias num Sistema Cultural Emergente durante um Período de Mudança Política (Galiza 1968-1982)” [FISEMPOGA], financiado pelo Ministerio de Ciencia y Tecnología do governo da Espanha entre 2009 e 2011 [FFI2008-05335]).

teóricas sistémicas e sociológicas formuladas por Itamar Even-Zohar e Pierre Bourdieu (recurso habitual na produção ligada à Rede Galabra), quer elaboradas no âmbito da própria rede para sua aplicação ao entendimento do caso galego (e outros similares)¹⁴.

Os trabalhos elencados (espalhados por várias publicações e, portanto, dificilmente acessíveis até ao de agora para o público geral) são agora editados sem qualquer revisão ou atualização relativa a conteúdos. Esta conservação propositada da datação dos textos previamente publicados tenciona dar conta do estado das investigações na altura em que os trabalhos foram dados a prelo, assim como também explica as repetições ou coincidências existentes entre alguns trabalhos (nomeadamente naqueles que abordam o mesmo período histórico) e

¹⁴ Para além dos conceitos já definidos e colocados em itálico nas nossas notas precedentes, os textos elencados remetem para o conceito de *canonização estática* vs. *canonização dinâmica* de Even-Zohar (1990) [apud Cordeiro Rua e Rodríguez Prado 2002], de *campo cultural*, *campo do poder* e *espaço social* (Bourdieu 1991) [apud Torres Feijó 1999] ou para os modos de funcionamento do *estereótipo* desenvolvidos por Pageaux e Machado (2002) [apud Torres Feijó 1999]. Igualmente, são definidos conceitos elaborados pelo professor Torres Feijó para o entendimento do caso galego, tais como *défices projetivos*, “elementos programáticos de um sector, aqui o galeguista, cuja prática pode ver-se dificultada ou impedida por motivos táticos, políticos, económicos, sociais etc.” (Torres Feijó 1999: 274); *normas sistémicas*, “(materiais ou regras repertoriais da perspectiva analítica de Even-Zohar) som critérios delimitadores que actuam como princípios básicos que se activam nas práticas culturais dos espaços sociais, e de cuja interpretação e aceitação pela comunidade participante dependem as possibilidades e os modos de obter uso, posição e função nos sistemas culturais. As normas sistémicas, aliás, nom apenas determinam os nutrientes da estrutura do sistema mas os modos e efeitos de serem atingidos os seus pertencentes” (Torres Feijó 2004: 429-430) [apud Samartim e Cordeiro Rua 2009]; *tendências subsistémicas*, “práticas que, mantendo especificidades a respeito do sistema originário, nom pretendem impugnar a sua pertença a este (o que, provisoriamente e de forma insuficiente e esquemática, se pode fazer equivaler a «literaturas regionais» tal como entendidas, por exemplo, no contexto cultural ibérico)” (Torres Feijó 2004: 429) [apud Samartim e Cordeiro Rua 2009] ou *enclave*: “Elias Torres Feijó [...] [2004: 429 e ss.] e o grupo Galabra, por el coordinado, aplican a noción de enclave para estudar o conxunto de actividades literarias desenvolvidas nun espacio social que se vincula a outro que actúa como metrópole, asumindo sempre a pertença de ambos a un único sistema literario” (Equipo Glifo 1998: 71-72). Assim, por outras palavras, os enclaves som umha secção do sistema cultural situada num território geograficamente afastado do da comunidade originária, configurando um espaço no qual as pessoas e as instituições presentes mantemem relações específicas entre elas e com os seus homólogos da metrópole” [apud Samartim e Cordeiro Rua 2009: 179].

possibilita, aliás, uma leitura autónoma de cada capítulo. São realizados, contudo, alguns labores editoriais sobre os textos selecionados com o fim de facilitar a leitura e dar coerência e unidade ao livro. Nomeadamente, unificamos o modelo linguístico de todos os materiais aplicando o Acordo Ortográfico da língua portuguesa; agrupamos a bibliografia que acompanha cada texto em uma única secção no fim do livro, evitando assim duplicações; aliviamos quanto possível o aparelho de notas de rodapé de cada capítulo, com o intuito de favorecer a leitura mais fluída dos textos. Corrigimos também eventuais gralhas, lapsos ou castelhanismos e elaboramos um índice de instituições e eventos, um índice onomástico e outro conceitual.

Quanto à natureza e conteúdos dos trabalhos concretos, o contributo de Raquel Bello Vázquez foi apresentado como comunicação no X Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas (AIL) celebrado em Faro, Portugal, no verão de 2011 e foi publicado no ano seguinte, prévia avaliação por pares, nos volumes temáticos resultantes desse encontro científico internacional. Neste texto são analisadas as vinculações com Portugal do produtor galego da segunda metade do século XVIII José Andrés Cornide. Estas relações, tracejáveis a partir de correspondência com vários ilustrados residentes em Portugal e das produções de Cornide que visam diferentes aspetos da cultura ou da geografia portuguesa, podem ser vinculados, segundo se desprende da análise de Bello Vázquez, com as próprias raízes do galeguismo do século seguinte. As conclusões do trabalho invitam a questionar alguns lugares comuns sobre a consideração da língua galega por parte das elites ilustradas do século XVIII, assim como também a questão identitária galega nesta mesma altura.

Os dois capítulos da responsabilidade do professor Elias J. Torres Feijó abordam a função atribuída a Portugal pelo galeguismo em dois momentos determinantes na configuração da identidade diferenciada da comunidade galega. O primeiro dos textos da autoria de Torres Feijó foi publicado em 1999 na revista portuguesa ligada ao ISCTE-IUL *Ler História* e foi elaborado mobilizando parte da documentação levantada para a realização da sua tese de doutoramento (Torres Feijó 1995). Nele, o diretor do Grupo Galabra da USC estuda a função de referente de reintegração atribuída a Portugal pelo galeguismo no seu período fundacional, analisando as ações de assistência identitária

de agentes portugueses e como estas são valorizadas e utilizadas pelo regionalismo galego ao serviço da sua legitimação e do reforço do seu programa de autonomização político-cultural, ao tempo que elas são desvalorizadas e contestadas por grupos rivais (que trabalham para a subsistemização do galego no sistema espanhol).

No texto seguinte, apresentado ao III Colóquio Luso-Galaico sobre a Saudade celebrado no Porto e em Viana do Castelo em maio de 2008, Elias J. Torres Feijó estuda a trajetória e as diferentes utilidades político-culturais atribuídas à saudade pelos diversos grupos galeguistas, especialmente no momento em que este movimento se configura como nacionalista; Torres Feijó analisa neste contributo a incorporação deste material identitário originado em Portugal ao referente afirmativo da comunidade galega, evidenciando a função preeminente como referente de reintegração desempenhada pelo sistema português noutro período determinante para a configuração do Sistema Cultural Galego contemporâneo.

Os quatro capítulos seguintes analisam a função atribuída ao sistema português pelos diferentes grupos ativos no Sistema Cultural Galego no período em que se produz a passagem do franquismo para a monarquia parlamentar no Estado espanhol. Quer a partir de abordagens de conjunto quer focando campos culturais concretos ou eventos históricos específicos, estes quatro trabalhos contribuem também para compreender, em boa medida, as posições atingidas por esses grupos e os programas desenhados para o relacionamento galego-português no atual regime autonómico.

O texto que abre este bloco foi apresentado como comunicação ao I Congresso Internacional O pensamento Luso-Galaico-Brasileiro (1850-2000) celebrado no Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa em outubro de 2007 e foi publicado nas atas deste evento científico dois anos depois. Da autoria de Roberto Samartim e Gonçalo Cordeiro Rua, o capítulo apresenta o projeto de investigação que está na origem tanto deste como dos três capítulos seguintes para, imediatamente, atender as continuidades e principais mudanças experimentadas no Sistema Cultural Galego quanto aos grupos atuantes e as ideias por eles promovidas através do campo editorial durante o tardofranquismo e a transição (1968-1978). Com recurso à Análise de Redes Sociais, o trabalho analisa um corpus composto por livros

e revistas da altura e identifica a posição de cada grupo em relação com um conjunto de ideias-força agrupadas em seis áreas temáticas: história, literatura, arte, cultura, língua e política.

O capítulo seguinte está assinado por Gonçalo Cordeiro Rua e por Felisa Rodríguez Prado e foi apresentado como comunicação no VII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas celebrado na Brown University em inícios de julho de 2002. Disponibilizado pela AIL em 2017 através do seu repositório on-line, este contributo descreve em pormenor o funcionamento do Sistema Literário Galego no período final da ditadura franquista e o diferente papel que os vários agentes que nele participam atribuem ao referente português. Com especial atenção ao estado do campo político da altura, aos repertórios literários priorizados ou rejeitados por cada grupo e ao processo de codificação linguística iniciado nesse momento, Cordeiro Rua e Rodríguez Prado apontam já para a fratura existente entre uma tendência “popularista” e outra “cultura”, verificada em relação tanto ao modelo de língua proposto e aos repertórios literários priorizados como ao labor atribuído à tradição por cada grupo com presença no Sistema Cultural Galego do tardofranquismo. O recurso ao labor legitimador do referente português será invocado ou rejeitado em relação com estes três elementos em função das diferentes posições e programas de cada grupo analisado.

O texto seguinte foi apresentado por Felisa Rodríguez Prado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais celebrado na Universidade de Coimbra em setembro de 2004. Nele, a investigadora de Galabra-USC aborda as estratégias de ação das novas gerações do nacionalismo galego de esquerdas, localizadas na resistência política ao franquismo e animadoras de campos culturais até esse momento praticamente desatendidos pelo galeguismo. Nomeadamente, Rodríguez Prado analisa as ações da juventude universitária galega em um campo musical que assiste na década de setenta do século XX ao surgimento do movimento da *nova canção galega*. No trabalho verifica-se que, para o reforço deste campo musical em construção, estes agentes da esquerda recorrem tanto à solidariedade das periferias estatais (sistemas catalão e basco) e a materiais procedentes do celtismo como a transferências de materiais repertoriais referenciados no folclore galego-português e nos sistemas lusófonos (Portugal e o Brasil).

O último trabalho que analisa o Sistema Cultural Galego dos anos setenta é da autoria de Roberto Samartim, foi apresentado como comunicação no Colóquio comemorativo dos 40 anos do 25 de Abril celebrado na UMinho em abril de 2014 e foi publicado na revista do CEHUM *Diacrítica* nesse mesmo ano. Neste contributo, para além de realizar uma sondagem na imprensa galega de abril a julho de 1974, Samartim analisa os impactos causados pela revolução iniciada em Portugal em 25 de abril desse ano nos campos cultural e político da Galiza a partir da análise das ações, os discursos e as relações dos grupos que ocupam uma posição de maior centralidade no Sistema Cultural Galego da altura. O percurso realizado confirma que é precisamente nos anos setenta do século XX quando são construídas as lógicas de relacionamento e as alianças galego-portuguesas ainda hoje vigorantes, nomeadamente no espaço da esquerda política.

O volume encerra com um contributo em que Carlos Pazos-Justo aborda o relacionamento cultural entre Galiza e Portugal na atualidade. Em seguimento de estudos anteriores deste membro de Galabra-UMinho e como segunda versão de um texto enviado previamente a uma outra publicação gorada, Pazos-Justo explicita neste texto as ideias e origens do quadro relacional em foco, problematiza os rumos atuais do relacionamento galego-português em função das lógicas políticas, endógenas e exógenas, e deteta o ruído que preside o contacto poliédrico e dinâmico neste espaço peninsular, tanto na sua dimensão institucional quanto identitária. O texto funciona como recolha bibliográfica e síntese do período abordado pelos textos precedentes e faz uma incursão na atualidade mais recente do relacionamento galego-português, toda a vez que levanta a rede institucional (de âmbito europeu, autonómico ou intermunicipal) que sustenta este relacionamento no século XXI e aponta para a eventual mudança de paradigma nos estreados vínculos institucionais; neste sentido, o tradicional relacionamento galego-português alegado por elites intelectuais de ambos os lados da fronteira política parece estar a ser substituído por um relacionamento Galiza-Norte de Portugal, alicerçado na arquitetura político-institucional de origem comunitária europeia (com as questões que isto eventualmente levanta para os agentes planificadores, nomeadamente da parte galega). Para além de analisar os obstáculos atuais ao relacionamento (ruído identitário e institucional), Pazos-Justo aponta também dois novos eixos

de relacionamento abertos neste século XXI: o institucional, desenvolvido no texto, e o relativo ao caminho português a Compostela, em estudo neste momento por vários membros de Galabra (Bello Vázquez 2015, Rodríguez Prado 2014).

Com a publicação agora, por junto, dos textos que integram este volume pretendemos, enfim, colocar ao dispor do público geral um conjunto de achegas que julgamos referenciais para compreender o relacionamento galego-português na modernidade e contemporaneidade destas duas comunidades do ocidente peninsular.

PORTUGAL COMO REFERENTE NA GALIZA DO SÉCULO XVIII. O CASO DE JOSÉ ANDRÉS CORNIDE

Raquel Bello Vázquez

1. Antecedentes

1) É INDISCUTIDO NA BIBLIOGRAFIA GALEGA, tanto do ponto de vista histórico-político (Beramendi 2007: 583) como linguístico-cultural (Torres Feijó 1995) que Portugal funcionou como referente de reintegração para as diferentes feições e orientações políticas do galeguismo. De forma geral, o início desta dimensão da filiação galego-portuguesa é colocada em relação com o ressurgimento literário da década de 1860 (*Rexurdimento*), vinculada, logo, ao nacionalismo de corte romântico e, em consequência a uma reivindicação identitária expressa e politicamente formulada. Deste ponto de vista, são Manuel Murguía (1889, 1891, 1995), teórico fundamental deste movimento, o seu amigo o poeta Eduardo Pondal, produtor literário do momento em que a lusofilia é mais evidente, quem formulariam uma identidade linguístico-cultural galego-portuguesa que não parece ser contestada desde o galeguismo até bem entrado o século XX.

2) Murguía, na sua formulação do regionalismo/nacionalismo galego, considera que as fontes do ressurgir identitário devem ser procuradas, no passado imediato, no surto revolucionário da década de 40, e, mais atrás, no renascer literário (entendendo literário no sentido de “letrado”) da ilustração galega (Murguía 1995).

25

.....
PORTUGAL COMO
REFERENTE NA GALIZA DO
SÉCULO XVIII.
O CASO DE JOSÉ ANDRÉS
CORNIDE
.....

Raquel Bello Vázquez

3) A geração ilustrada a que Murguía se refere tem sido escassa e superficialmente estudada por vários motivos, entre os quais enunciaremos os três que achamos fundamentais: (a) a visão do século XVIII como um período de pouca produção literária ou de produção de reduzido interesse, (b) a consideração de que neste período qualquer produção é feita em castelhano e, por isso, não deve ser selecionada dentro do corpus da literatura galega, e, (c) em parte derivado deste último, a percepção de que a produção dos ilustrados pouco contribui globalmente para a construção identitária galega tanto do ponto de vista linguístico como cultural.

4) No entanto, o período ilustrado tem começado a ser reinterpretado por parte da crítica literária nos últimos anos, e esta tem incorporado ao cânone algumas figuras setecentistas galegas – singularmente o Padre Sarmiento (Bello Vázquez 2011) – argumentando a existência de alguns – embora escassos – escritos em língua galega e, também de uma certa vontade reivindicadora ou defensora da língua em indivíduos concretos.

2. Hipóteses

1) É possível que exista relação entre o facto de Murguía formular de forma tão clara um princípio reintegracionista na sua teorização galeguista e o facto de tomar a geração ilustrada do século XVIII como um dos referentes para explicar o ressurgimento literário dos meados do século XIX.

2) O interesse mostrado por vários produtores setecentistas galegos (o bacharel Olea, Francisco Javier Rodríguez, Sobreira, Laboriñas, Labrada, o Padre Gregorio ou Sarmiento [Martínez-Barbeito 1956]) pela elaboração de vocabulários e listados de vozes galegas pode estar diretamente vinculado com a percepção de uma identidade linguística, cultural ou de qualquer outro tipo entre Galiza e Portugal.

3) A existência durante o período moderno de instituições legais que reconhecem a existência autónoma do Reino da Galiza (outro assunto diferente que não trataremos aqui é a medida real desta autonomia ou a sua implementação política) pode ter indício na formulação de uma identidade galega, à margem de como esta fosse refletida, e que esta se vincule de alguma forma com uma certa lusofilia.

3. Seleção do caso e do corpus

Este trabalho deriva-se de um projeto de investigação financiado para elaborar uma base de dados [BD] que recolha informação sobre os produtores e produtos produzidos na Galiza durante o século XVIII. Embora tenhamos utilizado parte das informações recolhidas nesta BD para o presente artigo, o seu estado atual [2012], ainda em processo de elaboração, levou-nos a introduzir outras fontes para o teste das nossas hipóteses. Não tendo ainda uma amostra suficiente que nos permita verificar globalmente e para toda a ilustração galega a vinculação com Portugal, decidimos optar por um estudo de caso em que utilizamos uma metodologia fortemente qualitativa.

Não são raras, desde o *Teatro Crítico Universal* do Padre Feijó (1726, t. 1: 321-326, especialmente), as manifestações mais ou menos lusófilas por parte dos produtores galegos do século XVIII, mas estas quase sempre ficam reduzidas a afirmações de proximidade ou identidade da língua galega e portuguesa; ora, achámos mais rendível para este trabalho escolher um produtor da segunda metade do século XVIII em que pudéssemos constatar vinculações reais com Portugal para podermos analisar de que tipo eram essas relações.

José Andrés Cornide e Saavedra, de facto, viajou por Portugal ao menos em duas ocasiões e a segunda, realizada sob encomenda da Real Academia de Historia de Madrid [RAH] pode ser tracejada através do diário e da correspondência publicada pela própria RAH. Outro fator relevante em Cornide é que se conserva correspondência sua com ilustrados portugueses como Ribeiro dos Santos e com galegos residentes em Portugal como Gayoso de Lemos. Da mesma maneira, durante a sua estadia ao sul do Minho contactou com figuras relevantes da ilustração portuguesa como Manuel do Cenáculo, o Duque de Lafões, e outros membros da Academia das Ciências de Lisboa. Ainda, a vinculação de Cornide com a Coroa espanhola e com várias instituições referenciais da ilustração na Galiza e na Espanha da altura, colocam-no como um agente de previsível relevância para entendermos as principais linhas de força do campo cultural na Galiza do século XVIII.

Cornide ocupou diferentes postos políticos como Regedor da cidade da Corunha (1763), Capitão desde 1764 de uma das milícias corunhesas que em 1762 tinham participado na guerra contra Portugal, Regedor

da cidade de Santiago de Compostela (1766), representante de Santiago de Compostela nas Junta do Reino celebrada na Corunha em 1775, e primeiro vogal da Junta Nacional de Caminos (1782), entre vários outros (*Relación de méritos...*).

Além destas responsabilidades políticas, redigiu e/ou publicou diferentes textos que visavam o estudo e a proposta de soluções para diferentes problemas que achava concerniam o Reino da Galiza, sendo a produção provavelmente mais reconhecida na sua época a relacionada com a pesca: *Descripción circunstanciada de las costas de Galicia*, *Memoria sobre la pesca de sardina en las costas de Galicia*, *Ensayo de las producciones marinas de la costa de Galicia*, *Ensayo de la historia de los peces y otras producciones marinas de la costa de Galicia*. Igualmente ocupou-se doutros assuntos que diziam respeito da economia ou a história galegas, como na *Memoria sobre las minas de Galicia*, *Las Casitérides, ó islas del estaño, restituidas a los mares de Galicia*, *Investigación sobre la fundación y fábrica de la Torre llamada de Hércules*, muitas delas memórias escritas para a RAH.

Os materiais utilizados como corpus deste trabalho são:

- 1) Os registos da biblioteca de Cornide conservada no Real Consulado do Mar da cidade da Corunha, tratados a partir da BD.
- 2) A correspondência a ele endereçada e outra documentação de Andrés Cornide conservada no Arquivo do Reino da Galiza [ARG] da cidade da Corunha.
- 3) A correspondência com Ribeiro dos Santos e Gayoso de Lemos conservada na Biblioteca Geral da Universidade de Santiago de Compostela [BUSC].
- 4) A documentação de Cornide conservada no Arquivo da RAH. Do considerável conjunto documental legado por Cornide a esta instituição, selecionamos unicamente aqueles maços que tinham sido catalogados como vinculados com temática galega ou portuguesa.
- 5) O *Catalogo de Palabras Gallegas*, localizado e publicado por Carlos Martínez-Barbeito no *Boletín de la Real Academia Gallega* em 1956.

Estas não são as únicas produções de Cornide dedicadas a Portugal. O ilustrado corunhês escreveu também um completo diário sobre a sua estadia em Portugal, citado acima, assim como o seu *Estado de Portugal en el año de 1800* (Cornide 1893-1897). A pesar do inegável interesse

destes e doutros materiais, trata-se fundamentalmente de descrições objetivas do património artístico português, da sua geografia ou da sua demografia. Estes textos são, pela sua própria existência, provas do interesse de Cornide por Portugal, mas a sua análise não chega aos nossos propósitos elementos novos que sim estão presentes nos documentos mencionados acima.

Uns textos de teor bem diferente e que excluímos do corpus por outros motivos, são os planos elaborados por Cornide para sustentar uma eventual invasão de Portugal por parte da Coroa espanhola. Estes textos têm sido interpretados pelos seus editores como a mostra de que o único interesse da estadia de Cornide em Portugal era a de analisar a vulnerabilidade das praças defensivas portuguesas para preparar uma ofensiva militar que conduzisse à unificação política da península ibérica. Sem negarmos esta afirmação de modo nenhum, porque, de facto, Cornide escreveu dois documentos com os títulos *Introducción a la Memoria sobre el modo de hacer la guerra a Portugal* e *Observaciones sobre el modo de hacer la guerra contra el reino de Portugal*, a verdade é que achamos simplificada a sugestão de que este podia ser o único interesse de Cornide por Portugal. Os próprios textos sobre a invasão de Portugal, assim como as circunstâncias em que foram encomendados e redigidos, merecem uma investigação específica que ultrapassa os objetivos e as potencialidades deste trabalho.

4. Relacionamento de J. A. Cornide com Portugal: evidências

A primeira evidência do estreito vínculo de Cornide com Portugal são as suas viagens além Minho. A primeira destas viagens foi realizada em 1772 e, embora exista constância de que, como era o seu hábito, registou um diário da mesma, este não se conserva. 16 anos depois, em 1798, Cornide empreendeu uma nova viagem que o levou a morar em Lisboa por um período de algo mais de dois anos, de janeiro de 1799 até março de 1801. Desta estadia surgem dois produtos principalmente: *Estado de Portugal en el año de 1800*, publicado em 1893 em Madrid. Neste volume, o responsável pela nota introdutória, Sánchez Moguel, afirma que “La Academia, el 8 de Junio de 1798, resolvía «que siendo

necesario enviar al Archivo de la Torre del Tombo de Lisboa persona de inteligencia, celo y legalidad [...] no hallaba otro más á propósito por todas sus circunstancias que nuestro Académico numerario el Sr. D. Joseph Cornide»”, e define Cornide como “Anticuário insigne, versado como pocos en la historia del vecino reino, que había visitado antes [...]” (Sánchez Moguel 1893: VII).

Para Sánchez Moguel, o conhecimento de Cornide do reino de Portugal era raro entre os ilustrados espanhóis, insistindo nesta ideia do seguinte modo: “ni la comunicación intelectual y social en que casi vivíamos portugueses y españoles más de un siglo [sic], fueron bastantes para que [Cornide] declinara el encargo de la Academia” (Sánchez Moguel 1893: VIII). Esta mesma ideia está presente também em Cornide, quem, na *Introducción a la Memoria...*, indica que “el reino de Portugal se halla poco menos conocido de los españoles que los del Japón o del Tibet” e ainda «son pocos los españoles que han recorrido sus provincias y que han procurado tomar conocimiento de sus producciones, de sus fuerzas y de sus relaciones mercantiles con las provincias que le rodean” (*apud* Abascal e Cebrián 2009: 845).

A redação destes textos, e sempre segundo o editor oitocentista do *Estado...*, vinculava-se com uma política geral da Coroa espanhola na altura, que acordara solicitar relatórios pormenorizados a todas as embaixadas espanholas. Por causa deste requerimento, o Duque de Frias [Diego Pacheco Téllez-Girón Gómez de Sandoval], embaixador em Portugal nessa altura, decide que seja Cornide o autor do relatório sobre Portugal.

A sua experiência e conhecimentos parecem ter-lhe ganho, portanto, o reconhecimento de ser a pessoa apropriada para várias missões oficiais que visam o estudo em várias dimensões de Portugal: a encomenda da Academia, o relatório para a embaixada e até os documentos antes mencionados sobre a possível invasão de Portugal.

Uma segunda evidência das conexões intensas de Cornide com Portugal estão na sua correspondência. No núcleo documental conservado no ARG da Corunha procurámos as referências a Portugal, à Galiza e a qualquer tipo de produção cultural para verificar se existia algum tipo de cruzamento entre estes três fatores. O que encontramos foi que dos 31 interlocutores identificados em 10 está presente – e podemos afirmar ainda que é principal – o assunto da compra, venda, troca

ou empréstimo de livros. Isto acontece com interlocutores galegos, espanhóis e portugueses^[1].

Os livros servem para estabelecer uma rede de relações que se estende por várias cidades espanholas e portuguesas. Só a modo de exemplo, podemos ler em carta de Antonio Gayoso, datada no Porto em 22 de setembro de 1785:

Los escritores de las Historias de O Porto y Puente de Lima se me han ofrecido a complacer a Vm.^d por lo que será menester que Vm.^d me envíe una minuta de aquellos puntos en que padece duda. Le sucede a Vm.^d lo mismo que a mí respecto a Guevara, p.^s no obstante haver-le tratado, no contraxe correspondencia con el, ni yo aquí le podía ser útil para cosa alguna. Mí amigo vá recomendado a los Yriartes que para el intento son mui buenos. Todavía no he tenido respuesta de nrõs libros: ellos son de calidad que será necesario buscarlos [1] con un candil./ El portador de esta és un platero, que passa al Ferrol. Haga-me Vm.^d el gusto de protexer-le, y darle alguna carta para aquel Pueblo, pues me lo pide un amigo mío particular, a quien deseo servir, por todos los medios imaginables.

Veja-se de que maneira as relações de encomenda de livros se tecem com as relações de amizade e recomendação de pessoas conhecidas. A exploração mais completa deste aspeto terá de ser feita em fases posteriores da pesquisa, quando todos estes dados tenham sido tratados também quantitativamente, mas pretendemos deixar aqui assente que os contactos de Cornide em Portugal estão a funcionar também como elementos desta rede de relacionamentos e amizades que se vai tecendo arredor das encomendas de livros.

¹ Os interlocutores identificados são Benito de Agar, Gregorio Ferro, Antonio Jalón y Alavés, Juan Antonio Aguirre, Gabriel Garcia, “Marin...”, “El Amigol” ou “Ex-gallego” (identificado também como Ayllón y Gallo), Antonio Gayoso, Manuel Antonio Miramonte y Sanjurjo, Manuel José Avalle, Juan José Gayoso y Montenegro, Benito de Murias y Mon, Ayllón y Gallo, Juan Antonio Gijón, José Pardiñas Villalobos, Bausá, Ignacio Gómez Thomas, José Piñeiro, Alejandro Baïlle, Antonio Ipiña, Manuel Quiroga y Cornide, Pedro Andrés Burriel, José Ramos, Francisco Cueto y Valdés, Jozé Antonio Soares e Cide, Agustín Bernardo de Ron, Domingo Diaz, Juan Vazquez, Alejandro de Vallejo, Jacobo Vázquez García, Francisco de Paula Vélez de Campo, Silvestre Verdes Montenegro.

Mais provas no mesmo sentido localizam-se, por exemplo, em Carta do mesmo Gayoso a Cornide, datada no Porto a 23 de julho de 1785, e na carta de Ribeiro dos Santos (ambas na BUSC, ms. 623) em agradecimento a Cornide pelo empréstimo de livros:

Ill.^{mo} Snr. D. Joze Cornide

Meo estimadissimo Snr. tive a fortuna, e honra de ler a eruditissima carta de V. S.^a escrita a 29 de Junho ao Ill.^{mo} Snr. D. Manoel Luis Gaioso de Lemos em resposta à consulta, e encomenda, que o dito Snr. havia feito a V. S.^a por m.^a parte de algum livro impresso na Lingoa Gallega, e do Diccionario Vasconso [sic] do P. Larramendi, e como das noticias e monumentos, q.^e V. S.^a voi servido benignam.^{te} communicar naquella carta, me resultaõ grandes vantagens para a obra, em q.^e tenho entrado; julguei ser da minha obrigação participar a V. S.^a por mostras de meo agradecimento o grande gosto, e satisfaçãõ, com que recebi taõ preciosos donativos.

32

.....
PORTUGAL E(M) NÓS
.....

Contributos para
a compreensão do
relacionamento cultural
galego-português

Estas relações tecidas no espaço epistolar confirmam-se em 1799 quando, na segunda viagem de Cornide em Portugal, e quando o galego se encontra já residindo em Lisboa, fala de maneira frequente de Ribeiro dos Santos (pp. 457, 462, 466, 512, 538, 559, 564, 633, 644).

Uma terceira evidência é a presença de textos em português ou vinculados a Portugal entre os materiais de Cornide. Entre os documentos do ARG existem: *Papel em que o Exc.^{mo} Marquez de Pombal mostra o modo por que adquiriõ [sic], vinculou e conserva os benz que ten a sua caza... e formou as de seus filhos os Excmos Condes de Oeiras e Redinha* (Manuscrito, Leg. 8, n.º 161), cópia de um privilégio confirmado por Maria I de Portugal ao filho primogénito do marquês de Pombal (Manuscrito, Leg. 188, n.º 218) e a *Egloga de Durindo e Floro por ... entre os pastores da arcadia portuense Albano Erythreo...* de José João Xavier de Matos (Leg. 9, n.º 162). No catálogo dos livros legados ao Real Consulado do Mar, encontramos unicamente o livro de Antonio do Rosario *Frutas do Brasil, numa nova, e ascética monarchia*, junto com a edição de Lion de 1693 das *Lettres portugaises*.

Quanto aos manuscritos da RAH, figura uma espécie intitulada *Geografia antigua de Portugal. Diosa de la Lusitania.- Incripciones. Itinerario de Antonino Pio en Portugal por Cornide*. (cota 9-3917). O documento está composto por 7 maços, que no seu interior contêm vários

cadernos manuscritos com os títulos: *Itinerario de Antonino p.^r el Reyno de Portugal y Prov.^a de Extremadura p.^a ilustrar los en el viage, Dioses de la Lusitania. Inscripciones de Pueblos de la Lusitania. Otras de afuera. Descripcion de la Costa de la Lusitania, Inscripciones de varios Pueblos de la Lusitania no mencionados en los Geografos e historiadores antiguos. Inscripciones de Pueblos de la Lusitania. Otras de afuera. Descripcion de la Costa de la Lusitania, Descripcion de la Costa de la Lusitania, Lisboa Olisippo, Noticia de las Tberas ó Baños Casianos, y otros monumentos Romanos modernamente descubiertos en la Ciudad de Lisboa, Algunos nmes geograficos Que se hallan en el repartim.^{to} de Sevilla, y de que habían varios authores delos que hablaron de los Moros de España Como Marmol, Bleda, &, p.^o que no son de origen arabe.*

Mesmo sendo uma amostra do interesse de Cornide por Portugal tanto do seu passado e património como da sua atualidade política (repare-se nos dois documentos relativos ao Marquês de Pombal), estas referências parecem-nos escassas se tivermos em conta a relação de Cornide com agentes portugueses ou residentes em Portugal. Alegadamente, a biblioteca de Cornide está conservada no Real Consulado do Mar, mas os volumes que podemos identificar como pertencentes a ele (através do ex-libris com o seu nome, que está consignado no catálogo da Biblioteca do Consulado) reduz-se a 254 volumes, que incluem como espécies independentes obras divididas em vários volumes como, por exemplo, os 8 do *Le gentilhomme cultivateur ou corps complet d'agriculture* ou os 25 das obras de Frei Luís de Granada, entre outros.

Em função do que conhecemos da trajetória de Cornide, este utilizou a relação com os agentes mencionados e com outros para se fazer com obras à venda em livrarias portuguesas, como se verifica na carta de Gayoso de Lemos a 8 de setembro de 1785 (ARG) em que dá conta do sucesso da procura de determinados livros:

Un amigo mío tiene el Estazo, y no creo será difícil el proporcionar-lo a Vm.^d aunque [1] sea prestado. De los otros diré algo, quando reciba una respuesta de Lisboa, p.^s de Coimbra ya no hay que esperar, siendo los libros que allí se venden, casi todos Científicos. Estaré con los amigos que trabajan a [sic] la descriptcion de O Porto y PontedeLima y veré lo que me dicen en en asunto.

O mesmo acontece durante a sua estadia em Lisboa, como se desprende das cartas que envia a Ayllón y Gallo desde a capital:

Hay un excelente diccionario portugués en dos tomos en 4.º que es un extracto de Bluteau pero muy aumentado de términos y, aunque debo comprarlo, aún no lo compré porque lo hice de otros libros que necesitaba para mi comisión. Hay diccionarios portugueses y franceses, portugueses y latinos, ingleses y aun creo alemanes pero hasta ahora aún no sé cuál es el mejor de el que fuere lo compraré para Vm.

Nenhum dos dicionários referidos se encontra no Consulado, e sabemos, no entanto, que o Bluteau devia fazer parte da sua biblioteca porque foi a base do que trataremos a seguir como uma quarta evidência do relacionamento de Cornide com Portugal.

O *Catálogo de Palabras Gallegas* é um texto que ficou inédito também em vida de Cornide, mas foi resgatado do núcleo de documentação existente na Real Academia Galega na Corunha por Carlos Martínez-Barbeito e publicado no *Boletín* desta instituição em 1956. Trata-se, na linha do feito por outros contemporâneos de J. A. Cornide de, uma relação de palavras em língua galega. Desconhecemos qual era o propósito final desta compilação, que pela existência de faltas evidentes de revisão (algumas palavras estão repetidas, outras não estão corretamente arrumadas alfabeticamente) sabemos era só um rascunho para um eventual trabalho mais extenso, tal e como constata também o seu editor (Martínez-Barbeito 1956: 296). A base fundamental para a elaboração deste catálogo, tal e como indica Martínez-Barbeito é o dicionário do P. Bluteau, além da própria observação das falas do seu arredor.

Cornide assume a ortografia de Bluteau em muitos dos vocábulos, embora esta incorporação seja vacilante, igual que o é a sua ortografia do castelhano, algo explicável por se tratar de textos manuscritos e pela vacilação ortográfica própria da época. Em várias das entradas do seu *Catálogo*, Cornide também discute as pequenas variações de significado de algumas palavras nas variantes galega e portuguesa e até propõe incorporar uma particular aceção portuguesa aos usos galegos (veja-se, por exemplo, “Merendeiro”).

Como indica Martínez-Barbeito, embora Bluteau fosse a fonte principal, “no es Bluteau el único de sus mentores lusitanos.

También lo son Faria en su «Comento a Camoens» [sic] y Fr. Bento Pereira en su «Prosodia en vocabularium trilingüe latinum, lusitanum et castellanum digesta» y en su «Tesoro» de la lengua portuguesa” (Martínez-Barbeito 1956: 299).

Achamos relevante o facto de que Cornide escolha como referente básico e como padrão o dicionário de Bluteau, porque significa o reconhecimento implícito de algo que está também de maneira explícita na sua correspondência: que galego e português são uma e a mesma língua. Assim é recolhido, por exemplo na troca epistolar com Ribeiro dos Santos. Em carta deste, afirma o português: “Pelo que toca à Lingoa Gallega, que eu julgo com V. S.^a haver sido antiguum.^{te} huã mesma Lingoa com a Portugueza, por certo q.^e estimei a noticia, q.^e V. S.^a foi servido mandar de se acharem muytas Coplas do famoso Cancioneiro Gallego de D. Affonso ao Sabio”; ao qual responde Cornide, de forma muito mais clara e sem se remeter para a antiguidade: “somos acordes en el todo de ntas. opinio|l|nes sobre el origen de ntas. lenguas (que parece convenimos son una misma). V. S.^a las hace descender del celtico; yo inmediatamente del Latin”.

5. A defesa do Reino da Galiza: evidências

Paralelamente a esta série de conexões com Portugal, existe uma outra tomada de posição que achamos relevante na trajetória de Cornide, que é a defesa dos interesses do Reino da Galiza, junto com uma elaboração identitária a respeito do seu reino natal. Tanto por meio da sua correspondência como de documentos presentes no seu espólio, parece claro que o trabalho de Cornide em defesa do Reino não se limitou a uma função mais ou menos cerimonial nas Junta do Reino ou noutras instituições em que participou. Constatamos através da sua voz ou, sobretudo, da dos seus interlocutores, uma preocupação pelo desenvolvimento da Galiza e também pela sua imagem exterior.

Maior pesquisa é precisa também neste assunto, com uma análise exaustiva das iniciativas de Cornide através da documentação oficial das principais instituições de governo, mas os dados recolhidos acima da participação política de Cornide e as suas referências bibliográficas

achamos são suficientes para indicar uma implicação direta com a política galega. Além disto, há mais elementos na sua documentação que contribuem para precisar um pouco mais tanto a ideologia de Cornide como as suas estratégias políticas. Referiremos dois em particular.

O primeiro é o manuscrito *Noticias sobre algunas familias, blasones y hombres célebres de Galicia*, que pode ser posto em relação com a sua correspondência com Manuel Antonio Miramonte y Sanjurjo em 1785. Em carta datada a 18 de dezembro, Miramonte escreve para se queixar do tratamento recebido por Galiza em um Dicionário Geografico publicado em Madrid uns anos antes:

El nuevo Diccionario Geografico de la ympre.^{on} de Madrid el 1772. hablando de Galicia, ya advertiria vmd. (q.^e seguram.^{te} no estará sin esta obra) q.^e viene a tratarnos como unos zanganos. En la Gran colmena de el Mundo, poco menos q.^e nacidos p.^a criados del Reino de los hombres [...] esto se hace insufrible, y es un abuso intolerable a la humanidad, sencillez, y aplica.^{on} de ntõ. Vulgo. (p. 1)

Refere como consolação o grande mérito de Cornide e faz alusão ao melhor tratamento que Galiza recebe em uma obra similar, mais antiga e de autoria portuguesa: “la Población General de España del sabio Portugues Rodrigo Mendoza da Silva: tubelo en mi poder mucho tpõ [...] se q.^e trahe todos los |2| publos de Galicia de Alg.^a consider.^{on} y con mucha mas expresion q.^e el Diccionario Geografico refer.^{do} [...]”.

A seguir, Miramonte faz uma proposta a Cornide:

no por eso deja de parecerme oportuno, el yntentar si se puidere un Catalogo de los Gallegos q.^e llegaron a los sublimes puestos y empleos de ambos estados, y otro de los escritores, señalando los term.^{os} a que se estendia Galicia antiguam.^{te} y los a q.^e se alla reducida en el dia y porq.^e esto no es mas q.^e apuntar, sin--- vmd. disimularmelo |2| y q.^e no diga todo lo mas q.^e ya se me ofrece q.^e seria formar un medio Libro, ymportunam.^{te} (p. 3)

Esta proposta vai perfeitamente ao encontro dos conteúdos do referido manuscrito. Em coerência com esta hipótese, os únicos dois documentos com data neste volume, são de 1785, como as cartas. É provável que, independentemente de que o texto de Cornide seja

uma resposta à proposta de Miramonte, que ambos estivessem trabalhando simultaneamente na defesa do reino por meio da dignificação de indivíduos dele originários.

Em uma linha similar, mas diretamente envolvida na estratégia política, a correspondência mantida em 1787 com Alejandro de Vallejo vincula-se a planos de desenvolvimento do Reino da Galiza que Cornide faz chegar a Vallejo, como mediador perante Floridablanca.

M.^d 28. de Marzo de 87/ Am.^o y S.^r Estamos en ocasion mui afortuna para que yo pueda hacer valer sus escritos de vm. sobre Rías, Puertos, Rios y Pesca de esa costa y las demas observaciones que haya echo, por que se va a mover el negocio del Monte Tui [?] y si se entra en mis ideas havra que hacer mas en adelante. Tengo manifestado al s.^r Conde que espero estas noticas para pasarlas a sus manos en comprvacion de mis pensamientos y de las proporciones de prosperar que tiene ese Reyno, así por su situacion y clima, como porque tiene Patricios de zelo, instrucción y de actividad para las empresas. (p. 1)

Madrid 22. de Agosto de 1787/ acompaño la adjunta copia de la representaz.^{on} ó causa que sirvió de guia à los Escritos de vm., y muestra del carbon de piedra: Quisiera que este oficio produgese todas las ideas que he tenido en él; mas si no sucediese como deseo, à lo menos puen Vm. y ese Reyno vivir persuadidos de que hé hecho quanto hé podido por subien particular y gral, assí en este escrito, como en el de las observaciones Politicas, en las que comprendí quanto pude observar desde la ciudad de Astorga hasta la de Santiago, en la tercera y ultima parte de ellas./ Todo está en poder del Excm.^o S.^r Conde de Floridablanca, y si S. E.^a tubiese tanto tiempo para reconocer mis Escritos, como anhelos del bien Publico, creo tocara alguna buena parte ál Reyno de |1| Galicia; pero aunque trabaja mucho, és un hombre solo, sobre quien cargan muchos negocios y asuntos graves» (p. 2) Madrid, 20/05/1787/[...] Ojala |2| que dho. S.^r Conde tuviese tiempo para reconocerlos [os escritos e documentos que envia Cornide, entre eles a descrição da costa e das pescarias] assi como mis anteriores memorias de Observaciones Politicas, pues devieramos esperar algunos buenos efectos à favor de ese Reyno y de otras Provincias; mas Amigo mio yo hé hecho quanto há estado de mi parte, para que el gran viaje del Señor no fuese infructifero de todos modos.

Esta seleção de trechos mostra de que maneira o prestígio de Cornide e as suas produções sobre a economia do Reino da Galiza eram traduzidas em capital político através do contacto de Alejandro Vallejo, funcionário da Fazenda na corte madrilena, para este fazer chegar diretamente ao Conde de Floridablanca as propostas de desenvolvimento elaboradas por Cornide.

6. Discussão

Desde a corte madrilena era reconhecida uma certa excecionalidade nos conhecimentos que José Andrés Cornide tinha a respeito de Portugal. Estes conhecimentos estavam vinculados com um interesse claro e manifesto na documentação conservada por colecionar livros e todo o tipo de registos sobre o património e a geografia portuguesas – os seus diários, de facto, não têm apenas descrições, mas estão cheios também de desenhos que documentam inscrições, figuras, templos, etc. Dentro deste interesse podemos colocar também o do conhecimento linguístico. Se bem é verdade que a proporção dos livros em português conservados e atribuídos a Cornide nos arquivos é pequena e, de facto, podemos localizar uma quantidade bem maior de livros em latim, francês e italiano, sabemos que Cornide lia em português porque recebia correspondência nesta língua, embora ele não a utilizasse para escrever aos seus amigos portugueses, e porque o Dicionário de Bluteau foi a sua principal ferramenta de trabalho para realizar o seu *Catálogo de Palabras Gallegas*.

A vinculação de Cornide com o seu reino natal parece também fora de questão se tivermos em conta a quantidade de memórias e outros trabalhos literários – no sentido setecentista – por ele elaborados visando o desenvolvimento da Galiza e também se acrescentarmos a isto a evidência de trabalho político na corte madrilena para conseguir a implementação política de parte dos conteúdos literários citados.

Parece-nos coerente que o *Catálogo de Palabras Gallegas* suponha a linha de intersecção entre os dois aspectos aqui estudados da trajetória de Cornide. Neste texto coincidem o tratamento de um assunto galego como é a elaboração de um glossário, que na época não deixava de ter um certo valor dignificador ou legitimador de uma língua que, no Reino

da Galiza, carecia de usos cultos, e a incorporação dos resultados do alargado conhecimento e contacto de Cornide com Portugal, através da assunção de Bluteau como padrão linguístico para o galego. Como vimos, Cornide assumia a identidade entre galego e português, o que também tinha em si mesmo um sentido legitimador, já presente em Feijó várias décadas antes, e que continuará na teorização de Manuel Murguía várias décadas depois. Efetivamente, esta identidade legitimadora não é exclusiva da produção de Cornide, pois podemos encontrá-la, como já foi dito, em Feijó, em Sarmiento^[2] e até em contemporâneos alheios ao reino como Ribeiro dos Santos ou, ainda mais claramente, no conde de Campomanes, que na sua memória de 1791 *Reflexiones sobre la formacion de un Onomastico dela baja é infima latinidad* afirma com toda rotundidade que “Durante Nuñez de Leon escribio sobre la ortografia y origenes de la lengua portuguesa, y como este es un Dialecto tomado del Gallego, quanto escriban los portugueses es adaptable a los Gallegos y a su dialecto actual con mui cortas variaciones que conviene advertir”.

7. Conclusões

Para o caso específico de Cornide, o nosso estudo conclui que existe uma vinculação estreita com Portugal através da presença física no país, do estudo pormenorizado do seu património, das leituras e do seguimento da sua atualidade política e da incorporação de agentes portugueses ou residentes em Portugal na sua rede de relações, que tem uma manifestação direta no seu trabalho de defesa do Reino da Galiza, plasmado particularmente na elaboração do *Catálogo de Palabras Gallegas*. Este catálogo não incorpora apenas o Dicionário de Bluteau como material de trabalho, mas assume como referente e padrão interno para a elaboração de um glossário galego.

Do ponto de vista mais geral, dos estudos do processo de construção identitária em um contexto como o galego, a conclusão principal é que a função de Portugal como referente na elaboração de uma identidade linguístico-cultural deve ser considerada também na análise de períodos

.....
PORTUGAL COMO
REFERENTE NA GALIZA DO
SÉCULO XVIII.
O CASO DE JOSÉ ANDRÉS
CORNIDE
.....

Raquel Bello Vázquez

² É bem conhecida a passagem de Sarmiento “la lengua portuguesa pura no es outra que la extensión de la gallega” (Sarmiento 1974: 30).

prévios à elaboração teórica ou política do galeguismo. Ainda deste pondo de vista, a existência de instituições legais em vigor, embora muito desprovidas já de competências, como a Junta do Reino da Galiza, e a consideração do território galego como “Reino”, parece ter permitido uma identificação dos seus naturais com um território específico e diferente – embora não contraditório – do da Coroa espanhola. Assim o recolhemos em numerosas referências na correspondência de Cornide ou no seu interesse por delimitar muitas das suas pesquisas ou ensaios ao território específico do reino.

Finalmente, quanto à elaboração da imagem do galego e do português na Galiza do século XVIII, mais pesquisa é precisa para verificar de maneira sistemática o posicionamento de diferentes agentes galegos neste período, mas vão aparecendo evidências que mostram em Cornide, em Sarmiento, em Feijó e talvez noutros que Portugal funcionou como uma importante fonte de legitimação.

CULTURA PORTUGUESA E LEGITIMAÇÃO DO SISTEMA GALEGUISTA. HISTORIADORES E FILÓLOGOS (1880-1891)

Elias J. Torres Feijó

1. Propósito

AO LONGO DAS SEGUINTE PÁGINAS TENTAREMOS MOSTRAR COMO NAS BASES DO GALEGUISMO OCUPA DESDE OS SEUS INÍCIOS UM LUGAR PREFERENTE O REINTEGRACIONISMO CULTURAL (E A AMEAÇA DO POLÍTICO) COMO ALICERCE DA LEGITIMIDADE DE EXISTIR E REFORÇO DA PRÓPRIA IDENTIDADE E DA SOBERANIA CULTURAL; nomeadamente, qual o papel que, nessa configuração, vão desempenhando determinados pensadores lusos; como também os diferentes graus com que o reintegracionismo foi apresentado e como impediu que o galeguismo não acabasse, até hoje e pelo menos no plano cultural, definitivamente regionalizado no sistema espanhol^[1].

41

.....
CULTURA PORTUGUESA
E LEGITIMAÇÃO DO
SISTEMA GALEGUISTA.
HISTORIADORES E
FILÓLOGOS (1880-1891)
.....

Elias J. Torres Feijó

¹ Para a noção de sistema *vid* Even-Zohar (1990). Sobre este assunto e época, e de uma perspectiva de conjunto, têm trabalhado, entre outros, Pilar Vázquez Cuesta (1991 e 1995), Ramón Villares (1983) e Núñez Seixas (1992; reproduzido em 1993). A minha tese de doutoramento, inédita (Torres Feijó 1995), foca principalmente o período 1888-1907.

2. A precariedade do sistema galeguista

O sistema cultural galeguista funcionou em condições de extrema precariedade durante muitos anos; ainda hoje não podemos propriamente falar de um sistema cultural autónomo.

Na fase inicial do regionalismo, década de 1880, essa precariedade estende-se a todas as partes do sistema (utentes, mercado, instituições, repertório utilizado, etc.). Como refere Alonso Montero (1970: 27): “Resultaría pueril buscar en este periodo libros científicos, periódicos, diarios, grandes tratados históricos o ensayos críticos. Hasta los más entusiastas redactaban sus cartas en castellano”^[2].

O mercado é quase inexistente; algumas revistas e associações efémeras ou pouco atuantes são toda a sua institucionalização; a língua própria da Galiza está fortemente castelhanizada^[3] e ausente de qualquer âmbito público; os seus falantes, que não pertencem aos sectores sociais que nutrem as magras fileiras do galeguismo, são na maior parte analfabetos. Era assim difícil reconhecer uma comunidade linguística com um Portugal longínquo; além do mais: só em meados da década de oitenta, e muito lentamente, vai ser conhecido o prestigiado património comum dos Cancioneiros medievais. As tentativas de recuperação enfrentavam o auto-ódio de uma população habituada a sentir o galego como um dialeto do espanhol ou como um linguajar rústico e inútil, cuja reivindicação, aliás, era crime lesa-progresso e contra a unidade pátria espanhola. Mesquinha bagagem, certamente.

2.1. Os cavalos de Tróia

Mas alguns desses “males” estão na raiz do movimento: nem todos os grupos postulavam a suficiência sistémica, pretendendo alguns um subsistema galego do sistema espanhol, como periferia ou como

² E a situação não ia melhorar nos anos seguintes (*cfr.* os dados recolhidos pelo regionalista liberal Carré Aldao na *Revista Gallega*, n.º 199, de 1 novembro de 1899).

³ Como se verá, o uso do idioma galego por parte dos galeguistas era pouco (principal exemplo do que denomino défices projetivos), deturpado e castelhanizado. Apesar disso e da complexidade, nem sempre etimológica, da ortografia portuguesa, uns e outros sentiam os seus códigos como pertencentes à mesma língua.

construto da unidade superior. De entre estas atitudes salienta-se a que designo de “cavalos de Tróia”: intelectuais postuladores da subalteridade que, colocados no sistema espanhol, se reclamam igualmente pertencentes ao galego e até dele líderes, e cujas críticas aumentam ao ritmo dos tímidos avanços autonomistas. Pardo Bazán é a representante mais característica dessa atitude, e o seu melhor compêndio *De mi tierra* (1888), livro onde, no que diz respeito ao caso que tratamos, defende a literatura espanhola (referente de oposição galeguista) como superior à portuguesa (referente de reintegração) (para ambos os conceitos *vid.* Beramendi 1991), e em que combate “lo que en el terreno político representa la literatura regional” e manifesta as suas “dudas acerca de su utilidad y porvenir” (Pardo Bazán 1888: 9), provocadas por (Pardo Bazán 1888^a: 43):

- 1^a: Lo mucho que complica el estudio y conocimiento de una literatura nacional su división en varias lenguas. - 2^a: La limitada esfera de acción que corresponde á las obras literarias cuando sólo pueden ser debidamente apreciadas en un territorio circunscrito y dependiente. - 3^a El carácter arqueológico de los renacimientos regionales. - 4^a Su forzoso exclusivismo y condición en cierto modo negativa. - 5^a: El impulso inevitable de toda nacionalidad á extinguir los dialectos y á que prevalezca el más perfecto y general de entre ellos, que constituye la lengua patria^[4].

Pardo Bazán, cujo prestígio e influência a tornavam quase inatacável, pedirá ao poeta galego [em um texto em que defende a poética de Lamas Carvajal frente a outras manifestações galeguistas (“El olor de la Tierra”, Pardo Bazán 1888b: 53-71)], enfim, “que sus versos parezcan pensados y sentidos por un aldeano; ó, al menos, que no haya en ellos cosa que contraste ó desafine de chocante modo, ni donde el escritor urbano, que lee periódicos y discute en cafés, asome la punta de la oreja” (Pardo Bazán 1888: 59). Para tudo o mais lá estava o sistema espanhol^[5].

⁴ “La Poesía Regional Gallega. Discurso presidencial, leído en la Velada que, para honrar la memoria de Rosalía Castro, ha celebrado el Liceo de Artesanos de la Coruña, el día 2 de Septiembre de 1885” [Pardo Bazán 1888: 1-47] (que, diga-se de passagem, mais parece o combate a qualquer possibilidade separatista do que elogio à poeta).

⁵ Pardo Bazán não está sozinha...; na galeguista revista *Galicia*, aparece em junho de 1888 um artigo de J. de Arévalo, antirregionalista, a elogiar a sua posição.

O carácter *essencialista* de muita da produção regionalista colocava o sistema em uma importante fraqueza competitiva a respeito do seu referente de oposição. O repertório galeguista privilegiado por alguns escritores era extremamente conservador, reagindo a toda a inovação, e ficava ainda reduzido nas suas possibilidades expansivas, dada a centralidade que o elemento folclorizante (humor, costumes, etc.) ocupava.

O galeguista Pardo Becerra sintetiza esta situação em 1889 (*A Monteiro*, nº 4, 26 de outubro):

E unha proba crara e completa de qu'o linguaxe gallego non s'hacha n-o seu estado natural, é a falla d'obras que sirvan, de verdadeira instrución. E certo qu'a poesía gallega, d'un tempo á esta parte, adquiriu grande vô, pro esto mesmo, este intrés soilo pol-a poesía, y en particular pol-a humorística, é causa de que moitos non lle dian ô gallego a estima que lle corresponde.

3. À procura da legitimação: cultura, história e política no movimento galeguista, um sistema sitiado

A diversidade de perspetivas sobre o que o regionalismo cultural devia ser, estava naturalmente interrelacionada (nem sempre de maneira linear) com as políticas. No caso de grupos reivindicadores de especificidades, sobretudo nacionalitárias, ressalta com maior evidência a interação entre os campos cultural e o do poder e o espaço social (para estes três conceitos *vid.* Bourdieu 1991), e o *locus* privilegiado (*cfr.*, por exemplo, as primeiras palavras transcritas de Pardo Bazán) que as manifestações culturais ocupam quando interditos os objetivos políticos, sociais, económicos, etc. (e politicamente o panorama era ainda mais desolador, salvo contadas exceções, entre as quais alguma fraca organização política e algum vereador na Câmara de Santiago de Compostela). Vejamos como Ramón Máiz (1984: 44) apresenta a questão:

A cultura entendida (...) como autêntico “espírito do pobo” historicamente cristalizado, baixo o influxo do posromantismo, conleva todo un amplo abano de elementos que rebasan con moito o seu campo orixinário para se proxectar nunha perspectiva nacionalitária mais ampla, de potenciación e explicitación dos elementos diferenciais que integrarán o substrato sobre o

que se erguerá a conciencia nacional, en toda a sua dimensión articulante político-ideolóxica (...)

Os elementos culturais non deben ser reducidos de nengun xeito a mera inmadurez pre-política do rexionalismo, simple etapa mecanicamente precedente á mobilización política. Pola contra, suministrarán ao mesmo tempo o núcleo fundamentador da Galiza como comunidade diferenciada, a matriz agregadora desa comunidade por riba das diferenzas internas, desenvolvendo unha funcionalidade directamente xenético-nacionalitária. (...) En definitiva, o rexionalismo (...) vai constituir unha específica síntese de elementos culturais e políticos diversos (...). Neste orde de cousas, a funcionalidade desempeñada polos Xogos Florais no conxunto do movemento rexionalista resulta paradigmática de todo o devandito.

Também costuma ser comum aos movementos identitários a sua vontade de legitimar-se (de “ter-a-razão”), tanto internamente como também perante o seu referente de oposición, o qual asentava, para o galeguismo, na defensa de uma histórica especificidade da nação galega, como indica Beramendi (1995: 201 a 205):

Desde unha perspectiva orgánico-historicista (...) a historicidade funciona (...) en primeiro lugar, como criterio de verdade da existencia da nación galega (...). Definida a nación en xeral como organismo étnico xerado pola historia, abonda constatar a antigüidade da etnia galega para que fique demostrado que Galicia é nación. [...]

[...] En segundo lugar, a historicidade actua como un dos fundamentos principais da lexitimidade das reivindicacións nacionais e do propio movemento nacionalista.

Legitimar-se em um passado quase desconhecido levará a invenções motivo de troça; explorar mitos para preencher o imaginário nacional será recebido como um disparate quando todos os Estados-nação da época já os tinham incorporado e neutralizado como elementos da maior naturalidade.

Não é raro surgirem problemas fundamentais de situação e definição a respeito do sistema espanhol, provocando o conflito quanto ao grau de autonomia desejado; isto, aliás, no caso galeguista, abrirá uma importante frente de debate: se não se configurar como um subsistema

do espanhol mas como autónomo, a autonomia pode ter como hipótese consequente o seu relacionamento com o sistema português até se transformar em um único sistema intercultural.

Das três correntes que atuam no regionalismo desta época (e que nela conhecem um relativo grau de unidade de princípios^[6]), a tradicionalista, a federalista e a liberal, apenas esta última – concentrada em volta de Manuel Murguía e, pelo menos no campo cultural, a mais vigorosa e germe do futuro Nacionalismo Galego – vai trabalhar na procura da soberania sistémica galega^[7]; para isso, provocará continuamente o debate, fazendo passar a filologia e a historiografia (e a mitografia) para primeiro plano da sua atividade: “Galicia busca en la historia la legitimidad de sus nuevas aspiraciones. Por eso los primeros regionalistas fueron los historiadores”, afirmará o próprio Murguía (1889: 238).

Sistema sitiado, cuja comunicação com o resto do mundo é feita quase necessariamente através do sistema espanhol (perante o qual os seus inimigos ou o colocam como inútil, ou então tentam reduzi-lo à marginalidade), procura em investigações e clássicos lusos um dique de contenção: partilhando etnia e língua com Portugal, se o português não pode ser impugnado como sistema (o que nem sempre será dado assente para alguns...), tampouco o sistema galeguista. O Portugal soberano é arma de arremesso galeguista frente ao unitarismo espanhol e as identidades que a Galiza mantém com ele abrem a possibilidade de aquela acabar unida cultural e até politicamente a Portugal; isto constituirá, genericamente, o “perigo português”^[8].

⁶ Vid. Máiz 1984 e a síntese onde Beramendi [1982] se refere ao moderantismo de Murguía trás a experiência da Primeira República Espanhola e à debilidade das forças regionalistas.

⁷ Nem o tradicionalismo de Alfredo Brañas, vinculado por vezes ao carlismo, nem o regionalismo federal, representado pelo luguês Aureliano Pereira, postularam a auto-suficiência sistémica da cultura galega; contra o que pudesse parecer e também contra a opinião de algum com justiça reconhecido historiador (por exemplo Ramón Máiz [1984] na sua magnífica obra sobre o regionalismo galego) os regionalistas federais nunca admitiram pôr em causa a unidade sistémica espanhola.

⁸ O termo “perigo português” cunhou-o Castelao em *Sempre em Galiza* (Castelao 1992: 336) como resposta galeguista ao “perigo espanhol”, eventual ameaça da Espanha à soberania portuguesa; como “peligro” aparece, em 1889, em palavras de Murguía; como possibilidade galeguista de *passar-se a Portugal*, já em Teófilo Braga e em toda a década de 80 do século XIX, como veremos.

4. A origem do perigo português: Teófilo Braga vs. Emilio Castelar (e um jovem Leite de Vasconcelos); primeiras consequências

A fonte do *perigo* foi muito possivelmente o *Parnaso Portuguez Moderno* de Teófilo Braga (editado em Lisboa por Francisco Arthur da Silva), que o polígrafo deu à luz em 1877 e cujo assunto é a nacionalidade étnico-literária galego-luso-brasileira (“Portugal, Galliza e Brazil tão separados pelas vicissitudes políticas, conservam ainda inteira a sua unidade ethnica na tradição litterária” [Braga 1877: LIX]).

Braga (1877: XXXVI) considera a Galiza “um fragmento de Portugal, que ficou fóra do progresso de nacionalidade”, e que, “apesar de todos os esforços da desmembração política”, “não deixou de influir nas formas da sociedade e da litteratura portugueza”. E, ao combater o estereótipo galego em Portugal, que atribui a uma perda de memória histórica dos portugueses, é ainda mais definitivo (Braga 1877: XXVIII):

As povoações do Alemtejo chamam *gallegos* a todos os moradores do Ribatejo, pela transmissão inconsciente de uma tradição perdida. Isto bastará para explicar o assombro que deve causar aos conterraneos o vêrem a poesia moderna gallega ocupando um lugar devido ao lado da poesia portugueza, como uma das suas formas arcaicas; seguimos o vigoroso criterio scientifico, deixando as preocupações vulgares.

Pelo estudo da poesia gallega, é que se podem comprehender as formas do lyrismo portuguez; e a desmembração d’esse territorio, que ethnicamente nos pertence tem permanecido para nós extranho durante tantos seculos, é que prova a falta absoluta de plano na nossa vida politica. A verdadeira origem da tradição lyrica da Galliza está ligada á sua constituição ethnica.

Para Teófilo (Braga 1877: LX):

O afastamento da Galliza de Portugal provém do esquecimento da tradição nacional e da falta de plano politico em todos os que nos tem governado. Em Portugal o espirito moderno penetra, mas ainda, é considerado como revolucionario.

Na Galliza o estudo da tradição começou já.

Não todas estas ideias eram perfeitamente originais no ambiente cultural da época; tinham antecedentes na historiografia romântica galeguista, particularmente em Benito Vicetto e Manuel Murguía, que, como bem assinala o Professor Villares (1983: 305), serão “os que propugnen, pola vía da confirmación histórica, situar ao país lusitano no conxunto de rasgos definidores do incipiente rexionalismo e posterior nacionalismo, ao carón do celtismo e do atlantismo, e, máis en concreto, de Bretaña e Irlanda”.

A Murguía aludiremos mais adiante. Quanto a Vicetto, convém indicar que na sua fundacional *Historia de Galicia* (1865-1874) afirma que “debimos ser portugueses antes que españoles”, acrescentando (Vicetto 1978: 136-137): “aún hoy, no sólo en la historia, sino en nuestro modo de ser político, las simpatías de todo buen gallego tienden más a Portugal que a España: a Portugal, nuestros hermanos, nuestra raza, o a España que nos rechaza y que nosotros rechazamos a nuestra vez”.

Ora, que saibamos, era a do *Parnaso* a primeira vez que um historiador e político lusitano defendia a unidade étnico-literária colocando a Galiza em uma área diferente da espanhola. Eis o *perigo português*; *perigo*, que não passará despercebido nos ambientes espanholistas.

A primeira contestação que conhecemos produz-se nada menos que no prólogo às *Follas Novas* de Rosalía de Castro, isto é, *desde* o sistema regionalista, e nada menos que por Emilio Castelar. Era lógico que o já afamado líder federalista (também em Portugal) e apreciador das letras noutras línguas desse mesmo Estado, fosse chamado para legitimar a produção rosaliana e, em geral, a galega, e para justificar politicamente as ideias autonomistas. Assim fará, mas reservando para o final o seguinte trecho lapidar, pondo em termos de *perigo* as palavras de Braga (Castelar 1880: XXI-XXII):

Los dolores de Galicia hablan por boca de Rosalía, y los hombres de Estado, los que han tenido el Gobierno en sus manos, que hoy lo tienen, los que mañana pueden volver a tenerlo, necesitan, heridos por voces tan dulces como ésta, averiguar la cantidad de satisfacciones que deben darse a las justas exigencias de esas provincias y el remedio que puede colegirse entre todos para sus antiguos e inveterados males. No olvidemos

que hace poco un escritor insigne del vecino reino trazaba una especie de nacionalidad literaria compuesta por portugueses, brasileños y gallegos. Estas cosas podían pasar por juegos de la imaginación cuando no habían transcurrido horribles crisis, y no se habían visto ciertas tendencias que podrían reaparecer mañana, ora bajo la bandera del absolutismo, ora bajo la bandera de la demagogia, que tantos desastres han derramado en nuestros territorios y tantas amarguras en nuestros corazones. Para matar el provincialismo exagerado no hay medio como satisfacer las justas exigencias provinciales.

No olvidemos que muchas de nuestras regiones, como Galicia, por ejemplo, tienen brillantísima literatura propia, la cual, respondiendo a una ley de la vida, a la ley de variedad, debe coexistir, sin daño de la patria, mayor a medida que crecen sus hijos y se fortifican los órganos que componen su cuerpo y se abrillantan las estrellas que pueblan su cielo. Rosalía, por sus libros de versos gallegos, es un astro de primera magnitud en los vastos horizontes del arte español.

Como já anotámos noutro lugar (Torres Feijó 2000), Castelar será um antecedente de outros intelectuais que mostravam interesse pela literatura galeguista, entre outras cousas para que esta não significasse uma ruptura com o sistema espanhol. Os seus comentários vão ter fortuna: tanto para justificar a legitimidade literária regionalista como para serem censurados pelos seus objetivos.

Por exemplo, n’*A Gaita Gallega* (Havana, 1885-1889) escreve um dos seus diretores, Lúgris Freire (futuro elemento do grupo liberal corunhês) “A Fala Gallega”, onde, para mostrar a importância que, a seu juízo, atingiu a literatura galeguista, traduz o trecho que Castelar dedicara a Teófilo Braga no prólogo às *Follas Novas*, mas sem fazer qualquer alusão ao *perigo português*, o que é curioso porque não era exatamente o renascimento galego o que tinha motivado as palavras de Castelar. Para argumentar a antiguidade da língua a respeito da castelhana, recorre em todo o momento à doutrina do reintegracionista Antonio de la Iglesia em *El Idioma Gallego. Su Antigüedad y vida*, onde a base de autores portugueses é abundante: Miguel Leitão, João Bonança e Teófilo Braga entre eles, sem esquecer Camões, *galeguizado* por origem e língua. Lúgris defende, “pelo menos” a independência literária: “(...) Nosoutros que non puidemos, ou non quixemos levar

a t ermo a nosa independencia, fundemos pol-o menos unha literatura independente”^[9].

Sirva tamb em como exemplo o de Arias Sanjurjo, cuja valoriza o sobre as *Follas Novas* ocupa a primeira página do número 512 de 23 de novembro de 1880 da *Gaceta de Galicia. Diario de Santiago*. Aludindo a unidade galego-portuguesa de “habla, costumbres, topografía y producciones”, convida a considerar a reintegra o linguística e literária da Galiza na Lusofonia^[10], previne-se contra ataques de separatismo e defende a legitimidade galeguista e o reintegracionismo cultural, colocando a Galiza como meio de união entre os dois estados peninsulares, uma das fórmulas mais reiteradas pelo galeguismo para defender a sua pertin ncia:

(...) nos apresuramos   llamar la atención de los literatos para que estudien si será   no conveniente depurar y enriquecer el p trio dialecto, poni ndolo en contacto con el idioma lusitano   fin de que le preste su n rvio, flexibilidad y galanura.

(...) Algunos espíritus suspicaces, (...) son irreconciliables enemigos de las literaturas regionales, tras de las cuales creen que se oculta siempre el rojo y siniestro espectro del federalismo con todas sus terroríficas consecuencias (...).

Nada tiene, por tanto de alarmante para la unidad de la nación,   la cual todos profesamos fervoroso culto, la literatura que cultiva con tan brillante  xito la distinguida escritora (...).

Por el contrario, la literatura gallega, por su semejanza y analogía con la lusitana, puede ser tildada de facilitar la solución de problemas unitarios: mas nunca de entrañar propósitos y tendencias separatistas. Al ponernos en contacto con Portugal y al aproximarnos    l adelantar  en el reloj del tiempo la suspirada hora que con indecible ansiedad esperan, hace largo

⁹ Não podemos precisar a data do artigo de Lugris: em nota-de-rodapé   sua reprodu o nas suas *Soidades* (1894) afirma ter sido publicado em novembro de 1885. Pela bibliografia que inclui (a cita o por exemplo de *El Idioma Gallego* que   de 1886) ou bem alterou em parte o seu conteúdo, ou bem o livro de Antonio de la Iglesia era por ele conhecido ou, ainda, erra o próprio autor.

¹⁰ Este reintegracionismo era defendido noutros artigos da mesma época, tais como Balb n de Unquera, “El portugu s y el gallego”, *La Ilustración Gallega y Asturiana* (revista codirigida por Murguía), 25 de agosto de 1881, pp. 315-316.

tiempo, todos los buenos peninsulares. Esto constituye su mayor título de gloria.^[11]

Um ano depois, o jovem José Leite de Vasconcelos, vai, doutra ótica, aprofundar o mesmo assunto que Teófilo, com um texto, publicado em 1881 na Typographia Nacional do Porto (reproduzido em *Grial*, 56, 1977: 233-236) como homenagem a Calderón de la Barca, falecido dois séculos antes, que, intitulado “A Galliza”, constitui um duro ataque à “Hispanha” a que Calderón pertence e uma defesa dos galegos perante o desprezo dos seus compatriotas (Vasconcelos 1977: 230):

Assim como, segundo a theoria da evolução, o homem-animal se esqueceu de que sahira lentamente dos mammiferos simianos, tambem muitas vezes o homem-social perdeu a lembrança da sua origem ethnica. (...) Achamos o mesmo esquecimento no facto que se dá entre Portuguezes e Gallegos. Sabe-se que para Portugal o nome *gallego* é uma irrisão.

Desse seu objetivo dignificador não se safa a máxima glória nacional: “O proprio Camões, apesar de descendente de uma familia da Galliza, não se pejou de dizer ao povo da sua procedencia: Oh sordidos galegos, duro bando”.

Por erudito caminho, Leite vai desde as “Gallaecias lucense e bracharense”, até Afonso Henriques, indicando a Galiza alargar-se na altura até ao Mondego e assegurando que “da parte dos Portucalenses ha até uma tendencia a integrem-se com os Gallegos” para afirmar:

Houve sempre uma influencia reciproca entre os dois povos do Occidente da Hispanha. O gallego, como demonstra a philologia romanica, é um dialecto portuguez (...). Em gallego poetáram muitos dos collaboradores do *Cancioneiro da Vaticana*.

¹¹ Este papel de “enlace” será muitas vezes argumentado pelo galeguismo (Galiza é a chave entre o Estado Espanhol e Portugal arguirá Castela nas Cortes Republicanas), o que singularizava a especificidade galega e a sua imprescindibilidade para o “ideal ibérico”. Em troca, Espanha devia atender as suas reivindicações para, precisamente, poder cumprir Galiza essa função.

Firmada a identidade etno-cultural e desqualificada a desqualificação, aponta como hipótese política a federação luso-galaica frente à da união ibérica, centro do debate político peninsular:

Se existe, pois, tal analogia entre Portugal e Galliza, analogia que tão bem pôde traduzir-se numa federação, se o curso das ideias, em vez de levar a utopias monarchicas de união ibérica prejudiciaes para nós, guiar os animos num certo sentido; se nós vemos as populações da Galliza emigram constantemente para cá, offerecendo-nos os seus braços em qualquer ordem de trabalhos: porque é esse opprobrio infame e arremessado às faces dos nossos irmãos?

E conclui, solenemente:

Aproveitando a occasião do 2.º centenario calderoneano, em que os povos peninsulares, conforme ha pouco fizerão a Camões, se aggregão para commemorar a memoria de um espirito illustre (...) venho, perante a Geographia, a Historia, a Ethnographia e a Moral, protestar solemne-mente contra o falso preconceito portuguez que liga ao nome gallego uma significação affrontosa. Espero que a imprensa illustrada do paiz corresponda a este apêllo.

Esse era, pois, parte do contributo do então aluno da Academia Politécnica para a comemoração. Parte, porque ainda incluía um poema onde reiterava, agora poeticamente, os tópicos do texto precedente sobre a Galiza, criadora da expressão lírica mais pura e inigualável da Península, irmã de Portugal:

Porque te insultão, lyra das Hispanhas?/ Pois não ouvem o grito do Alalálaa/ Que os Gallegos entoão nas montanhas?/ E que cantiga harmonica o eguala?/ Porque atira teus filhos ao desprêso/ Quem sente n'alma o mesmo lume acceso?
(...) Quem tem os mesmos usos quotidianos,/ Na mesma lingua sólta eguaes canções?/ -Herdeiros dos valentes lusitanos,/ Não differem as nossas tradições:/ Antes no campo bellico da Historia/ Possuímos egual quinhão de glória.

Manifestando, por fim, a intenção de um dia recontratar-se, arre-dados do referente comum de oposição (Braga 1886: IX-X): “Jamais o opprobio desleal e baixo/ Sobre o nome gallego, nosso irmão!/ A Justiça levanta o vivo facho/ Da federal e ehtnica união:/ Separados da Hispanha, em dia novo,/ Outra vez formaremos um só povo!”^[12].

Não conhecemos qualquer reação a este *acréscimo de perigo*; a ser assim, explica-se talvez pela pouca difusão do texto e por ainda Leite não ser pessoa de relevo nos meios intelectuais. Mas o que é evidente é o magistério de Teófilo...

5. Teófilo Braga, figura central no sistema galeguista. A crítica de Pardo Bazán

Em 1886 vem a lume o primeiro volume do *Cancionero Popular gallego*, colecionado por José Pérez Ballesteros. A pertença de Braga como sócio de honra à galega Sociedad de Folk-lore (que fundara e a que presidia Pardo Bazán...) e o seu prestígio explicam a sua presença como pre-faciador do livro, em que trata do significado das tradições populares para os povos e em concreto para a Galiza (Braga 1886: IX-X):

a província mais duramente submettida á unidade política e mais sacrificada pelo centralismo administrativo; ella resiste pela sua tradição lyrica, em que conserva a sua feição ethnica e esse espirito local a que chama soidade, especie de nostalgia que em Madrid se denomina morrinha gallega. (...)

En relação á nacionalidade portugueza, a Galliza é um fragmento que ficou de fóra da integração politica de um Estado gallecio-portuguez (...)
A Galliza seguiu a sorte da unificação asturo-leoneza, perdendo cada vez mais os seus elementos de cultura e de vida nacional. (...) A Galliza nunca mais saíu da sua situação subalterna, decahindo sucessivamente.

¹² O jovem estudante acompanhava as lições do mestre Teófilo. O poema é precedido por um paratexto (“Como unha queixa que leva o vento, / Cal un suspiro qu’ o peito garda”) de *Espinas, follas e frores* de Lamas Carvajal que, quase com toda a segurança podemos asseverar que não possuía. Se os versos de Lamas que transcreverá nos seus “Estudos de Philología Galega” parecem tomados de fonte mais direta esta outra citação parece efeito do *Parnazo Portuguez Moderno*, em que, na seleção de poesias em galego, transcreve o polígrafo estes versos.

E, páginas adiante, conclui (Braga 1886: XLV):

Um grande numero de Anexins, Parlendas e Superstições, semelhantes nos dois paizes, accusam a sua antiga unidade ethnica quebrada pela boçalidade egoista de uma politica sem plano. A obra do snr. Ballesteros é a primeira pedra para a reconstrução d'este primeiro monumento da cultura entre as nacionalidades de Espanha.

Era em setembro desse mesmo ano quando Pardo Bazán defendia a supremazia da literatura espanhola sobre a portuguesa. A condessa manifestava (Pardo Bazán 1888: 21), como os regionalistas, poderem a Galiza e Portugal ser considerados “un país mismo”, destinados “à completarse moralmente” como a Catalunha e as Baleares, ainda que depois convertia subliminarmente Portugal em parte de Espanha: “Cuando Portugal se alza y señorea el Océano – lo mismo que si al negar con su voluntad la nacionalidad española, quisiese afirmarla con sus hazañas, Galicia se anula”. E, face ao passado, concedia até que, como defendiam sectores galeguistas: “No es posible dudar que la literatura gallega, á no ahogarla en su adolescencia acontecimientos y vicisitudes políticas, hubiera sido lo que fué la de Portugal, en la cual hay que ver el cumplido desarrollo de un germen galáico” (Pardo Bazán 1888: 22).

A Galiza parecia sobrancear Portugal; podia mesmo reclamar as glórias lusas, já não pela origem galega do “tuerto *ilustre* colocado por los portugueses á la cabeza de su literatura, allí donde los españoles ponemos al manco *inmortal*”, mas por o português derivar do galego (Pardo Bazán 1888: 28; *italicos* nossos)¹³. Enfim que não todo o património português era dele exclusivo, faltando, para cúmulo, ao idioma luso, “la amplitud, nobleza, entereza, valiente musculatura y sana complexión del castellano, ofreciendo solamente en correspondencia una mimosa molicie, una modulación variada y expresiva, y cierto humorismo irónico que distingue también al gallego” (Pardo Bazán 1888: 28). Não eram palavras de uma galeguista a defender o sistema luso-galaico,

¹³ De *ilustre* a *inmortal* há muita caminhada; a imagem anatómica não é nova. Lembra precisamente uma célebre frase do *inmortal* Cervantes sobre a língua do *ilustre* Camões; a mesma que anos mais tarde Miguel de Unamuno vai utilizar na entrevista que António Ferro lhe fez para o *Diário de Notícias* [em 9 de março de 1930].

mas de uma espanholista a defender a prioridade espanhola e a combater a autossuficiência portuguesa. E, se, pelos vistos, o sistema português não era autossuficiente, lá iam as pretensões galeguistas...

Nessa altura a condessa desconhecia muito possivelmente o prólogo do, desde 1880, seu amigo Teófilo. Mas a ele replicará em *De mi Tierra*, em um artigo sobre “El Cancionero Popular Gallego” (Pardo Bazán 1888: 113-140): nem há nacionalidades em Espanha nem pensa que o parentesco galego-português vá além dessa mesma constatação (Pardo Bazán 1888: 115):

[...] que no hay *nacionalidades peninsulares*, ni quiera Dios que se sueñe en haberlas, ni permita, si llega este caso inverosímil, que lo vean mis ojos. Ahora añado que la opinión anterior no me impide estimar cumplidamente la genialidad propia de cada país, ni deleitarme muchísimo con las poesías regionales, si son bonitas, ni reconocer gustosa el parentesco de consanguinidad que existe entre Galicia y Portugal.

¿[...] pero lo del *renacimiento* lo entenderemos de la misma manera la fundadora y la Junta directiva del Folk-lore [de que Teófilo era membro de honra], y mi disolvente y sapientísimo amigo Braga? Apostaría que no.

Ganharia, decerto.

Assim as coisas, em 1886 sai uma obra de importância capital para todo o processo de legitimação galeguista, de alargada repercussão na época; trata-se de *El Idioma Gallego. Su antigüedad y vida*, na Biblioteca Gallega, dirigida pelo regionalista liberal Martínez Salazar.

A tese do compilador é serem Galego e Português uma mesma língua, defendendo o recurso a Portugal para preencher o vazio que supõem para a Galiza os chamados Séculos Escuros (Iglesia 1886, vol. III: 256-258), não faltando a *apropriação* de Camões (Iglesia 1886, vol. I: 100-101)^[14].

¹⁴ E de notar que a apropriação de clássicos portugueses por parte destes regionalistas não se detinha na fronteira do passado comum medieval, porque desaparecida a produção literária na língua própria do território galego. Muito pelo contrário, ela alarga-se com igual legitimidade a Camões; e nem aí se detém, em virtude da afirmação do sistema interliterário luso-galaico.

Em *El Idioma Gallego* salientam-se os textos medievais, e neles a mão de Teófilo. Várias cartas, cruzadas entre ambos de setembro de 1885 a junho de 1886, já publicado *El Idioma...*, exumadas pela Professora Teresa López (1991: 80), testemunham-no^[15]. De facto, em várias partes do livro De la Iglesia dirige a Braga, “á quien tanto deben literariamente Portugal y Galicia”, palavras de apreço e gratitude (Iglesia 1886, vol, III: 56):

Somos deudores de mucho los gallegos á este literato, sabio mitólogo del reino vecino, deudores en particular nosotros, por los datos y documentos que con la mayor galantería y complacencia se ha dignado facilitarnos para los presentes estudios.

O livro mostra ser Teófilo Braga a figura lusa mais destacada na interferência galego-portuguesa. Já o *Cancioneiro Popular* foi saudado com poemas dedicados a Ballesteros e Teófilo, como o aparecido em *Galicia, revista regional* (nº 3, de março de 1887), revista dirigida por Martínez Salazar, onde Augusto G. Besada dedica metade de uma ampla recensão do livro a louvar o trabalho de Teófilo (*Galicia*, nº 3, 1887: 181 a 185). Este, em carta a Pondal, de dezembro de 1886, comentava guardar os *Queixumes dos Pinos* “como um documento affectuoso da sympathia que o meu nome tem encontrado entre os escriptores da Galliza pelo muito amor que dedico à tradição d’este povo, de que Portugal é um fragmento” (*apud* Ferreira 1996: 130). Um mês antes tinha sido publicada em *El Eco de Galicia* de Havana (nº 239, 23 de janeiro de 1887) outra carta de Teófilo a Martínez Salazar com idêntico motivo onde, depois de

¹⁵ Por Antonio de la iglesia conhecerá Braga a novíssima “Biblioteca Gallega”, e contactará com os seus promotores, o que, em opinião de Teresa López (1991: 81), “servirá ainda que en pequena medida e unilateralmente, para tentar chegar a produción intelectual entre ambos os dous países e contribuir ao mútuo coñecimento precário («pelas perguntas que se digna fazer-me vejo quanto remota é a comunicación intelectualmente entre os dois países»)". Teófilo comentava o seu interesse pela obra a sair de González Besada (*vid.* cartas 2 e 7 respetivamente) sobre a história da literatura galega, o projeto que ele mesmo tivera e abandonara (...). Nessas cartas o polígrafo refere-se igualmente ao “clima de cordialidade” em que se desenvolve o relacionamento luso-galaico, em que salienta os vínculos étnicos e apela ao estreitamento das relações entre os dois países ou a importância patriótica do labor de Antonio de la Iglesia.

intensos elogios à obra de Pondal e à atividade do diretor da Biblioteca Gallega, comenta esperar “com vivíssima ansiedade a publicação (sic) da *Historia da Litteratura Gallega* [de Augusto González Besada^[6]] que me parece deve exercer uma disciplina eficaz a este trabalho de renascença de um povo” (*apud* Ferreiro 1996: 131). Nela, Besada utilizará abundante aparato crítico procedente de investigadores lusos.

6. A linha galeguista liberal impulsionadora do reintegracionismo cultural

Mas é preciso notar que era substantivamente a linha regionalista liberal a principal interessada e impulsionadora das transferências do mundo luso. Já o intuitivo Professor Villares (1983: 303) comentava que:

Durante o século XIX, as relacións políticas e culturais entre a Galiza e Portugal foron, ademáis de fracas i esporádicas, realizadas por dúas tradicións político-culturais dabondo diversas e apenas confluentes. Refirome, por unha parte, ao federalismo galego e, pola outra, ao rexionalismo.

Não coincidindo com o seu primeiro juízo (foram as relações tão “fracas i esporádicas” como o próprio regionalismo na altura, mas se entendermos por “relação” “presença” de autores e ideias lusos, estes foram de extraordinária importância para o corpus teórico-prático galeguista^[17]), sim aderimos ao segundo.

¹⁶ A *Historia crítica de la literatura gallega. Edad Antigua* viria a lume em 1887, na Tipografia de *La Voz de Galicia*, da Corunha. Por certo que a sua consideração do português como *subdialeto* da *língua* galega mereceu uma dura e imediata réplica de Leite de Vasconcelos na recém criada *Revista Lusitana* (*cf.* Lapa 1983 e Hermida Gulías 1987).

¹⁷ O termo “relações” é ambíguo (o estimado Professor Villares trata sobretudo transferências e não relações) e a sua ausência era, ao nosso entender, sobejamente paliada com o continuado reforço ideológico que da erudição lusa era tirado e que, pensamos, contribuiu precisamente para firmar o reintegracionismo cultural como traço definidor do galeguismo desde estas as suas origens. Da mesma opinião que Villares é Núñez Seixas (1992: 62) considerando “sobredimensionada a verdadeira lusofilia do movimento galeguista desde finais do século XIX”, que, em sua opinião, era “limitada e contradictoria, e coutada practicamente ó ámbito cultural”.

Como bem indica o Mestre compostelano (Villares 1983: 303), “o federalismo galego non asume a relación con Portugal máis que no contexto da federación ibérica”, e, acrescentamos, nunca postulou a intensificación do relacionamento galego-português nem a soberania cultural galega.

Prova disto é o “Proyecto de Constitución para el Futuro Estado Galaico”, de 1883, definitivamente aprobado pela “Asamblea Federal” reunida em Lugo no ano 1887; dos seus cem artigos só quatro são alterados, entre os quais o dous, que incluía “unha definición da Galiza e unha inserción da mesma na Confederación Ibérica”, e onde fica suprimido este parágrafo (*apud* Villares 1983: 304):

(...) asimismo aspira [Galiza] a la Confederación Ibérica, y desde luego contrae la obligación de coadyuvar incesantemente para recabar de la nación Portuguesa una eterna alianza pactada sobre la base del mutuo consentimiento y la voluntad de ambos pueblos.^[18]

O emendador quería evitar que Portugal julgasse essa expresión como desejo de “atentar a su independencia por espíritu de conquista”; Aureliano J. Pereira, o líder do federalismo galego, aceptou porque, apesar de “ser Portugal estado fronterizo y ligarnos a él por más de un concepto el interés y la historia [...] en esta materia, la de pactar alianzas provechosas, entendemos ser atribución nacional”.

Para Villares isto prova a fraqueza das relacións luso-galaicas; para nós apenas a indiferença do federalismo galego, que não exatamente galeguista, se entendido este em termos de soberania cultural.

7. 1888-1890: Intensificación das polémicas legitimadoras, tamén da reintegracionista

7.1. O debate lingüístico

1888 é um ano de múltiples debates e polémicas; a revista *Galicia*, por exemplo, começou o ano com uma réplica de Pazos García a Juan Valera

¹⁸ Cfr. *Asamblea Federal de la Región Gallega, Constitución. Informe de la Comisión Dictaminadora. Actas y Acuerdos de la Asamblea* (Corunha, 1887, pp. 35 e ss.)

onde era considerado o português como o galego evoluído (*Galicia*, nº 1 de janeiro de 1888)^[19]. As polémicas linguísticas^[20] espelham (hoje também) como a disputa situa no seu fundo normalmente os sistemas espanhol e português e a posição do sistema regionalista a respeito deles, e onde igualmente a legitimação da erudição lusa joga um papel importante. O que está em causa é então todo o sistema, porque em jogo um aspecto fundamental, a língua.

São elementos do regionalismo liberal os que habitualmente provocam as discussões, como A. Marsal (nem outro que Andrés Martínez Salazar) no *Álbum Literario*, que, informando de uma viagem de Leite de Vasconcelos à Galiza para estudar o galego (indicando-lhe este que “había recogido interesante y copioso material” e que muitos dados “se los suministrara la obra del Sr. La Iglesia, *El idioma gallego*”) vai aproveitar esta notícia para abrir a polémica^[21], defendendo o critério etimológico (reintegracionista) para a ortografia do galego acompanhando a doutrina do “sábio etnógrafo y grande admirador de Galicia”^[22]. O artigo, “En tela de juicio”, é endereçado a Barreiro Meiro;

¹⁹ Valera atacava o regionalismo, arguindo não existir mais que a literatura portuguesa e não a galega, por ser aquela língua e este variante inábil (*vid.* Carballo Calero 1977).

²⁰ Estas polémicas vinham já desde os inícios das reivindicações galeguistas. Alonso Montero (1970: 24, 25) documenta em 1876 a primeira. Desde os inícios do *Rexurdimento* galego, intelectuais como Antonio de la Iglesia defenderam a unidade étnica e linguística galego-portuguesa em *Galicia. Revista Universal de este Reino* (nº 7, 01/04/1862), e a necessidade do reintegracionismo, caso de López de la Vega, vulgarizador da obra poética de Camilo nessas mesmas páginas (nº 5, 01/03/1863, p. 39). Para além de em Alonso Montero (1970), informação sobre este tipo de polémicas pode ser encontrada, entre outros, nos trabalhos de Carme Hermida (1996) e de González Seoane (1996).

²¹ A polémica decorreu no *Álbum Literario* de 1888 (desde o número 4, de 26 de fevereiro, ao número 12, de 22 de abril de 1888) e em *Galicia* (desde o número 4, de abril, ao número 6, de junho), campo de jogo também que escolherá o seu diretor, Martínez Salazar. Nela participará igualmente Marcial Valladares, defendendo o etimologismo. O debate vai ter eco, direta ou indiretamente; por exemplo Pesqueira Crespo saúda-o n’ *O Tío Marcos da Portela* (nº 251, de 3 de junho de 1888). Luciano Cid, diretor do *Álbum Literario*, censura o lusismo de um poeta no número 46, de 16 de dezembro desse ano.

²² O posicionamento de Martínez Salazar está a indicar o mais geral do grupo galeguista liberal corunhês, que será ulteriormente relançado desde a *Revista Gallega*. A respeito dessa atitude, *cf.* a carta de Pondal para Martínez Salazar do dia 22 de abril de 1889, em que elogia Martínez Salazar e Valladares e declara-se etimologista de longa data (*vid.* Ferreiro 1991: 149).

este contestará tal critério, embora aceite uma importação moderada de português e castelhano, citando como *auctoritas* Pérez Ballesteros^[23] para arguir que a diferença entre galego e português assentava em que, na Galiza, “el *sermo rústicus*, fundido con el celta, produjo el galego”.

Na polémica acabam por intervir quase todos os sectores e publicações envolvidas no sistema galeguista. Por exemplo em *Galicia Humorística* (números 10 e 11, da segunda quinzena de maio e primeira de junho, respetivamente) aparece uma longa réplica em verso de Antonio de la Iglesia, a respeito da manipulação ortográfica sofrida por alguns dos seus poemas no *Tío Marcos da Portela*^[24], onde justifica o modelo luso para a solidez do sistema e para a criação de uma literatura culta; no número 11 contesta Manuel Martínez González argumentando ser o etimologismo desnecessário e ter pouca audiência no povo.

7.2. Galiza: entre enlace hispano-português e construto de um sistema luso-galaico

Ecoava ainda essa polémica quando em julho, Leandro Saralegui y Medina abre o número 7 de *Galicia* com “El regionalismo en Galicia”, cujas linhas de força são as de o regionalismo nada ter de separatista, e não haver lugar para o *temor espanhol* ao *perigo português*, sempre que sejam atendidas as reivindicações regionalistas, ficando-se a Galiza pelo enlace da união ibérica. Com abundantes exemplos, comenta que “la unidad de las naciones modernas durará todo lo que dure la comunidad de intereses, de relaciones, de necesidades y de progresos entre los distintos países de que se compongan” (Saralegui y Medina 1888: 291), de que se deduz que se o Estado Espanhol não satisfaz

²³ Como lembra Alonso Montero (1970: 67) a posição antietimologista de Pérez Ballesteros vai ser elogiada pelo aberto anti-regionalista Leopoldo Pedreira em *El Regionalismo en Galicia* de 1894.

²⁴ Este texto, *fonetizado*, foi publicado no número 232 de 10 de junho de 1888 em *O Tío Marcos da Portela*, semanário que dirigia Lamas Carvajal, de tendência antietimologista e situado à margem do regionalismo (Máiz 1984: 74; *vid.* também. J. A. Durán 1974: 15-35). Só no verão de 1888 aparecem quase uma decena de textos antirreintegracionistas (*cfr.* os números 238, 239, 240, 242, 243 e 244 e 247) anónimos ou sob pseudónimo, exceto o último, de Manoel Lence.

aquela “comunidad de intereses (...)”, principal motivo do ressurgimento regionalista, cabe ser posto em causa, podendo dar-se a união da Galiza com Portugal:

(...) los adversarios del regionalismo no vacilan en considerar como una consecuencia del moderno renacimiento del espíritu provincial en las cuatro provincias hermanas, la posibilidad de su futura incorporación al vecino Reino, en detrimento de la integridad y la grandeza de la patria española. Temores tan infundados y gratuitos tal vez no hubieran llegado á despertarse en el ánimo de nuestros compatriotas, ante la debilidad material de la nación vecina, si un distinguido escritor portugués, – el erudito é infatigable T. Braga, – no hubiese tratado de evidenciar, en uno de sus notables estudios sobre la literatura lusitana, las relaciones étnicas y filológicas que existen entre Galicia y Portugal, empezando por hacer recta é imparcial justicia á las legítimas preeminencias del antiguo Reino, como base y fundamento de la gloriosa nacionalidad portuguesa, proclamando y enaltecendo los títulos de que escritores españoles pretenden injustamente despojamos. Esa sola y autorizada exposición de las relaciones que nos unen á nuestros vecinos, bastó para que el Sr. Castelar señalara como un germen de graves y posibles conflictos el renacimiento del antiguo y flexible dialecto gallego y para que algunos otros de nuestros escritores contemporáneos hayan tratado de atenuar la importancia de ese supuesto sueño de reconstitución de una nacionalidad lusitana, rebajando mucho más de lo justo la significación moral y política del Portugal de nuestros días lo mismo que si la potencia asimiladora de las naciones estuviese sujeta al criterio brutal de la extensión del territorio que ocupan ó de la fuerza militar de que disponen (Saralegui y Medina 1888: 292-293).

Oito anos mais tarde o *perigo* parecia estendido e consolidado, ao lado dos seus primeiros protagonistas. Saralegui, por sua vez, defende a glória de Portugal contra o desprezo dos críticos espanholistas (a luta perene sobre os estereótipos) e renova a *possibilidade galego-portuguesa*, mas não deixando de assumir uma posição *espanhola*.

Entre os muitos assuntos de interesse que trata salientam-se os vínculos étnicos na Península e os laços célticos que unem a Galiza e o Norte de Portugal, similares à unidade dos descendentes das “cinco tribus célticas” do norte hispânico; e é que o celtismo era apresentado

pelo galeguismo como elemento diferencial da Espanha e como vínculo com Portugal, etnia de reintegração.

Mais demora Saralegui no seu principal argumento; a unidade linguística galego-portuguesa, apoiado cientificamente em Teófilo Braga, e a repetição (tanta que parece suspeita de *perigo* certo) de isso não implicar a unidade política, para concluir que ao regionalismo galego, “informado por rasgos comunes y elementos comunes á los dos modernos estados peninsulares”, compete a mediação ativa entre eles para a consecução da unidade ibérica, “el generoso ensueño de la patria ideal prometida á ambos pueblos hermanos por su fundamental identidad de naturaleza, de civilización y e recuerdos” (Saralegui y Medina 1888: 296).

Ao lado de Teófilo, um outro historiador com forte presença na cena galeguista é Oliveira Martins, o estudioso luso talvez mais afamado na Espanha da altura; as suas sucessivas interpretações (Vázquez Cuesta 1975 e, sobretudo, 1992; *cf.* também 1970)^[25] do quadro peninsular passado presente e futuro serão objeto de vivas polémicas, pretendendo os polemistas que invocavam o seu nome colocar em campo próprio uma *auctoritas* de primeira fileira^[26].

²⁵ Assim, Oliveira Martins censura no seu *Portugal contemporâneo* de 1881 a “fantasia federal” (T. III, p. 307), “prato requeitado da cozinha revolucionária (309)” como solução ao entendimento ibérico, afirmando (citamos por Vázquez Cuesta 1970): “o afamado princípio federativo, já defendido em 1854, restaurado agora pelo neo-jacobinismo, é um craso erro de observação sociológica e uma aberração do estudo político, histórico. E uma forma primitiva das repúblicas; e do mesmo modo a forma embrionária das agregações animais inferiores”.

Nesse mesmo ano, em *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva* (1881) enuncia o celtismo português como traço diferenciador a respeito da Espanha. Com esse propósito aparece também a sua visão sobre a Galiza em relação aos portugueses, “nascidos dum retalho da Galiza, falando um galego culto; nós, portugueses, que embora produzidos historicamente pela mistura do sangue minhoto e beirão com o estremenho e alentejano (ibérico, turdetano?) revelamos as qualidades célticas nas nossas aventuras, nas nossas lendas messiânicas, no lirismo da nossa poesia, na inconsistência e passividade que no nosso carácter se alternam com os acessos de fúria africana ou de misticismo semita” (T. I, p. 272).

²⁶ Vázquez Cuesta mostra como Oliveira Martins era já em meados dos anos oitenta muito popular na Espanha (Vázquez Cuesta 1970: 53-54). Como indica a professora em 1884 Castelar dedica um trabalho à *História de Portugal* na *Revista de España*, onde em 1887 o amigo de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, Juan Valera, escreverá três elogiosíssimos artigos sobre a *História da Civilização Ibérica* (nº CXVIII, 1887, pp. 593 e ss.) e

Naturalmente, a ótica federalista foi frequente^[27]; nela a Galiza, quando aparecia, tomava o papel de ponte, mas passiva, entre os dois Estados. Esse é o caso da extensa colaboração de Manuela Barja que, exatamente pelos mesmos dias que a de Saralegui, apareceu no *Álbum literario* de Ourense, com o significativo título “Portugal contemporâneo” (números 22, 25 e 26, de 1, 22 e 29 de julho de 1888), no privilegiado lugar da capa e página 2.

A autora começa por colocar exemplos da ignorância mútua em que se acham “ambas naciones peninsulares”, não havendo em sua opinião na Espanha “ningún escritor – aparte de Pi – [(repare-se na comparação com o federalista catalão)] capaz de profundizar las cuestiones sociales como Oliveira Martino [sic]”, cuja apresentação julga prescindível “después de la brillante apología que de su historia de Portugal hizo, no ha mucho tiempo, el señor Castelar en la *Revista de España* (...) en asunto de su especialidad”.

Como é de esperar, a comentarista do autor do *Portugal Contemporâneo* vai salientando, desde Espanha, as ideias iberistas que julga mais relevantes do autor no sentido que antes apontámos:

A [sua] *História da civilização Ibérica* [...], “hermoso estudio filosófico.” [...] pero lo que le hace más simpático á nuestros ojos es observar que pertenece á la nueva generación lusitana, llena de patriotismo, que repite las palabras de aquel ilustre pensador portugués ‘*Espanoles somos y de españoles debemos preciarnos*’.

anota que em 1885 o semanário maçónico *Las Dominicales del Libre Pensamiento* recomenda em todos os seus números essa obra juntamente com a *História da Civilização Ibérica* e o *Portugal Contemporâneo*. Em 1889 Rafael M. de Labra concederá grande importância a Oliveira Martins em um ciclo de conferências no “Fomento de las Artes” de Madrid e um ano mais tarde, a 10 de junho de 1890, o poeta republicano Curros Enríquez inclui-o na série que em *El Album del País* aparece dedicado a célebres republicanos lusos, apesar da colaboração de Martins com a Monarquia.

²⁷ A mais natural das apropriações pela proximidade ideológica que se deduzia do texto. Comenta Fidelino de Figueiredo (Prefácio à 9ª ed. de 1954, Guimarães & C.ª Editores, 1984, p. 17) que espíritos da mais variada proveniência testemunharam o seu apreço e o seu agradecimento pela hispanofilia de Oliveira Martins: Emilio Castelar, Sánchez Moguel, Rafael Labra, Menéndez y Pelayo, D. Juan Valera, a quem lembremos, a obra tinha sido dedicada como “crítico eminente, escritor ático e espanhol de raça”), Emilia Pardo Bazán e Miguel de Unamuno. Note-se os vários federalistas da altura que aí são citados.

Después de señalar la filiación de su patria como un trozo de la Galicia meridional desprendida por la ambición, habla constantemente *da Hespanha*, comprendiendo en esta expresión la península entera.

Para Barja, a obra de Martins está “escrita con la mejor voluntad de hacer patente la gratitud que, cuantos creen en el porvenir del pueblo ibérico deben sentir por un libro que nos hace entrever días mejores trás la desventura del presente” (*Álbum Literario*, n° 26 de 29 de julho de 1888), convirtendo-se a conclusão em um canto épico à glória futura de Espanha, republicana (onde Portugal fica posto de parte, integrado já naquela):

Propagando tales ideas en Portugal contribuirá el Sr. Oliveira á hacer realizable el ideal de grandeza para la España del porvenir, ya que infundados recelos, propios del régimen político á que actualmente se hallan sometidos ambos pueblos, hacen imposible la soñada unidad que ha de ser el origen del engrandecimiento de la raza ibérica y centro de atracción hácia el que converjan las veinte naciones españolas que, en ambos mundos, esperan la ansiada aurora que ha de anunciarles el renacimiento de sus antiguas glorias y la superioridad de nuestra raza en el mundo (*Álbum Literario*, n° 26 de 29 de julho de 1888).

7.3. O caso Sánchez Moguel e o reintegracionismo de Manuel Murguía

Mas havia outros a puxarem Oliveira Martins para o galeguismo. Meses mais tarde terá lugar a talvez mais dura polémica da altura (Sánchez Moguel 1888), com motivo de um discurso do académico andaluz Sánchez Moguel na Academia de Historia espanhola em que deslegitimava o galeguismo, dando ocasião a um amplo leque de contestações regionalistas (*cf.* Máiz 1984). A revista *Galicia* acolhe, em vários números, as não tão “ligeras observaciones” de Murguía a Sánchez Moguel, visando “desvanecer los errores de hecho y doctrina en que, al ocuparse del regionalismo gallego, ha incurrido el nuevo académico de la Historia” (*vid. Galicia*, março de 1889, tomo III, n° 3, p. 9),

que passarão a constituir a pedra angular da réplica e concitarão muitas adesões no seio do regionalismo galego^[28].

Não era a primeira vez que Murguía fazia uma radical defesa da identidade linguística, cultural e étnica galego-portuguesa. O Professor Villares deteta contradições entre os diversos tratamentos à questão portuguesa que aparecem nos textos de 1865, 1888, 1889 e 1890 que aqui focamos^[29]. Não é essa a nossa opinião. Quase não aludindo na sua *Historia de Galicia*, de 1865, ao comum percurso galego-português, afirma, quando vem a propósito: “En Portugal, cuyo idioma no es otra cosa que el gallego literario [(mais uma frase incorporada ao património galeguista ulterior)], hay muchos que sostienen el origen céltico de su lengua, y dicho se está por lo mismo que de la nuestra” (Murguía 1865: 272).

E repare-se no conteúdo e no tom do seguinte trecho (Murguía 1865: 282):

Con más saña que razones [muchos de nuestros hermanos de Portugal] han negado que del gallego viniese el portugués, y no se puede entrar seriamente en semejante cuestión, cuando se sabe la historia de ambos pueblos y se conoce asimismo ambos romances. Con soldados gallegos se fundó el reino portugués y con el lenguaje de la provincia de Entre Duero

65

.....
CULTURA PORTUGUESA
E LEGITIMAÇÃO DO
SISTEMA GALEGUISTA.
HISTORIADORES E
FILÓLOGOS (1880-1891)
.....

Elias J. Torres Feijó

²⁸ O texto foi originariamente publicado em Havana, intitulado “El Regionalismo Gallego”, na Imprenta la Universal, com uma carta de adesão assinada por mais de 1.200 emigrados galegos, que faziam parte do grupo regionalista de Cuba.

²⁹ Villares, estudando os textos referidos, classifica-o de “contraditório e utópico”, afirmando (Villares 1983: 306): “Todo indica que, no pensamento de Murguía, tanto historiográfico como estritamente político, Portugal non acada ningunha importancia sustantiva, sobre todo en comparanza co papel representado pola raza ou pola mesma Irlanda”. E, em nota-de-rodapé, acrescenta: “Manuel Murguía teoriza o conceito de nacionalidade galega, recorrendo sobre todo ao celtismo, o que o leva á idealización de Irlanda, a «nación irmá»”; precisamente será o celtismo elo fundamental da ligação galego-portuguesa; o rigoroso Professor cita a opinião contrária à sua de Justo G. Beramendi, no prólogo a reedição de *Galicia*, antes aludido (Beramendi 1982: XXXVII), que indica que essa “intensa atracción por Irlanda... es sólo inferior a la natural obsesión por Portugal que, en el fondo, sigue siendo para él un trozo de la nación gallega, traumáticamente separado de ella para unirse con pueblos absolutamente ajenos desde un punto de vista nacional”. “Obsesión, en todo caso, máis voluntarista do que plenamente integrada no seu conceito da Galiza”, conclui Villares, remetendo para a obra de R. Máiz citada [1984].

y Miño, gallega hasta el siglo XII, se echaron los principios de un idioma que hablado por el gran Camoens, es idéntico al que nosotros hablamos al presente. Todo, excepto algunas voces, unas tomadas del árabe y otras del francés, es igual en ambos lenguajes, aparte la mayor pureza y galanura que el portugués ha adquirido por ser usado como lengua nacional.

O marido de Rosalía manterá estas ideas nos escritos de 1888-1890. Em *Galicia*, de 1888, dedicado a explicar as orixens histórico-míticas da Galiza e as suas poboacións, comentava (Murguía 1888: VIII): “Cielo y tierra dicen á una voz que los que allí viven son nuestros hermanos; que la bandera blanca y azul de los Braganza, cubre á pueblos que son de sangre gallega. Su lengua es tan nuestra como sus mares”. E, depois de sublinhar que a Galiza e Portugal partilham “un mismo origen y una misma historia”: “los barcos que cruzan las olas irritadas parecen hechos para viajar y combatir juntos bajo un mismo pabellón” (Murguía 1888: IX).

É logo destas palabras que Murguía (1888: IX) faz o que Villares considera a “pregunta clave”: “por qué están separados?” estes povos, respondendo:

Sólo el cielo lo sabe; aunque es cierto que aquellas gentes, hijas de un mismo padre, alimentan entre sí rencores como los de Caín y Abel. Si se dudara de que son unos, nos lo diría la fuerza con que se combaten, el mutuo desprecio que se profesan, lo duro de los odios que á cada momento se levantan en su corazón con doblado ímpetu y furor.

Comentário murguiano que, escrito, além do mais, no contexto da defesa da identidade da Galiza com Portugal e não com Castela, encontra até em “lo duro de los odios” galego-portugueses mais um sinal daquela identidade. É todo menos paradoxal afirmar a unidade linguístico-étnica e detetar no presente um comum espírito cainita. Esta perceção vigora na sua resposta a Sánchez Moguel (o “torpe desdén”), que adiante trataremos, e a sua indireta explicação histórica está na conferência na Lliga de Catalunya em 1890, “Orígenes y desarrollo del regionalismo en Galicia” (reproduzido em Murguía 1974: 57-82), breve texto destinado a explicar (aos catalães) a história e atualidade do regionalismo e alguns dos caracteres e modos de vida específicos

da Galiza. Sobre ela, a interpretação do Mestre compostelano é a de Murguía eludir falar de Portugal e até reconhecer que desde o século XV os “lazos de sangre y simpatía” que uniam os reinos da Galiza e Portugal, começaram “a aflojarse como para siempre”; não creio ser *rabugento* se indico que também não fala nesta ocasião, por exemplo, dos Cancioneiros Medievais nem do celtismo, baluartes principais de legitimidade; e que, com essas palavras que o Prof. Villares põe em destaque, Murguía não faz outra coisa que tentar pôr uma verdade histórica e o estado das relações entre os dois povos, expressando que a aliança galaico-lusitana ficou ali abortada e começou a declinar com a Galiza definitivamente espanholizada, por certo em um contexto da frase como o seguinte (Murguía 1974: 68):

Más trascendencia tuvo la manifiesta división que los Reyes Católicos, sobre todo avivaron y sostuvieron con su autoridad entre los señores gallegos y los concejos, pues todavía la historia provincial no sabe decir si fue un bien, si fue un mal para nosotros. Lo único que sabemos es que al advenimiento de aquellos monarcas al trono de Castilla, parte de Galicia se declaró por la Beltraneja y, por lo tanto, por Portugal, con cuyo reino nos unían hartos lazos de sangre y simpatía, y que entonces empezaron a aflojarse como para siempre.

Quanto a réplica a Sánchez Moguel, Murguía radicaliza a posição galeguista a respeito da de Saralegui; começa, como era quase habitual nestes casos, por devolver estereótipos por estereótipos, mostrando relativa indiferença pelas críticas recebidas de “andaluces y castellanos”, que não bastariam “para dar vida al sentimiento nacional de que está impregnada Galicia”, e a quem pagará com a mesma moeda de desprezo do galego que por essas terras corre: “nuestros campesinos afirman que *o que mata un d’esas terras* (para ellos esas *terras* equivalen á Andalucía) *non mata á ninguen*”, e comentando que só o espírito “sumiso” do povo galego fez com que este não se “levantase en armas”, anuncia a sua famosa ameaça:

El peligro que por esto corre el Estado español, de que se ahonden las diferencias que nos separan, y conviertan en marcada hostilidad las relaciones que al presente unen á las diversas nacionalidades de que se compone,

es tanto más serio, cuanto Galicia se halla constantemente solicitada por Portugal, y que puede en un momento dado venir en su auxilio y tomarla para sí, sin que nos duela, ni mucho menos (Murguía 1889: 11).

Aparecendo assim a Galiza como uma espécie de *enclave* português, território irredento a reintegrar, que estava no Teófilo de 1877.

Murguía não fala já desde Galiza-Espanha, mas desde Galiza/Galiza-Portugal. *Desde aí* afirma que “conservándose la corte en Lisboa”, a história podia ter sido de outro modo e estar agora a Península a falar português, ou galego, porque “el gallego es el idioma nacional en Portugal”. “Y en verdad que nada se perdería en ello: Camoens vale bien Cervantes”, conclui na autossuficiência encontrada no património luso-galaico.

Em ocasiões, como esta, o “perigo” é formulado como um desejo português que, contra o que julgam os intelectuais lusitanos, apesar da inexistente política bragantina sobre a Galiza, encontra eco além-Minho; “flojos en historia”, (des)qualifica-os Murguía ardeiramente, cômscio de eles serem precisamente os melhores auxílios com os seus trabalhos para a legitimidade do sistema regionalista, para assomar a ideia de que o *perigo*, longe de desaparecer, é *essencial à Portugal*:

Porque verdad es, que así como Cataluña puede, en un momento dado, acogerse al pabellón francés [“o ser anexionada (...)”, em nota], puede Galicia buscar á su hora, el amparo de sus hermanos los portugueses. Ellos no habían de rechazarnos. Creencia común es entre los escritores de Portugal, que aquel estado no estará completo mientras no formen parte de él las provincias gallegas, cuando menos. Fiel á este pensamiento, Theophilo Braga increpa á la casa de Braganza, acusándola de poco previsora, porque á su juicio no trató de extender, ya que no las fronteras, al menos las simpatías portuguesas en las provincias gallegas, otro tiempo hermanas, y que teniendo un mismo origen y lengua, y siendo de una misma sangre, parece que no esperan mas que el momento oportuno para unirse definitivamente. Sin embargo, ni el autor citado, ni los que le siguen en las quejas tienen razón. Se conoce que también por allí andan flojos de historia (Murguía 1889: 15).

Um dos aspectos mais interessantes do texto é a argumentação de Murguía com o “difícil” Oliveira Martins^[30], *auctoritas* principal no discurso de Sánchez Moguel: está em jogo a apropriação da sua autoridade por parte galeguista (Murguía) ou espanholista (Sánchez Moguel):

Los monarcas portugueses tuvieron siempre la vista fija en Galicia. Así lo reconoce el mismo Oliveira Martins, cuando escribe en su *Historia de Portugal*, t. I, p. 47, que la hegemonía de Portugal en Galicia “era un pensamiento decisivo y fijo en los monarcas portugueses”. Es una verdad que no se escapa ni siquiera á este paradójico escritor, enemigo del principio federativo [Murguía em nota: *Portugal Contemporáneo*, t. II, p. 427 y siguientes. Llama á la federación “quimera nacida del error de suponer agregados las naciones”. Las naciones no, pero sí los grandes Estados, que ya es otra cosa] (Murguía 1889: 16).

Murguía vai além; previne-se contra o ridículo de que a sua ameaça poderia ser objeto, e, reconhecendo o preconceito que afasta a Galiza e Portugal, pensa que a razão (em que afirma os regionalistas assentarem a sua causa), característica do povo galego, pode desfazê-lo, abrindo assim a possibilidade da união:

Ciertamente que el oír hablar de semejante peligro hará sonreír á los políticos centralistas que entienden que en la Plaza de Oriente y en las Cortes se encierra todo el derecho del poder legal; mas de qué no se rieron, creyéndolo imposible, que no tuviese lugar al día siguiente. No se hable de las contingencias que pueden surgir mañana y de la posibilidad de un conflicto cualquiera entre España y una poderosa nación que conoce á Galicia perfectamente y que no se desdeñaría de poseerla, cualquiera

³⁰ Através de um artigo posterior de Armada y Losada (Marquês de Figueroa; ativo político “maurista” do partido conservador, deputado e até ministro, autor entre outros livros de *Cantigas galaico-lusitanas. Impresiones y reminiscencias del vagar* [1928], de tom reintegracionista) temos notícia da ironia com que críticos espanhóis se referiam às ideias de alguns homólogos portugueses (em quem viam falta de patriotismo na reflexão), caso de Maldonado Macanaz que censura os elogios que Sánchez Moguel dedica a Martins: “con franqueza, que entre el regionalismo de nuestros escritores catalanes y el pesimismo indio ó tibetano de escritores portugueses, como Oliveira, es preferible el primero” “que al cabo no niega todas las glorias de la patria” (*Galicia*, 5, 1889, p. 284).

que fuese la forma en que pudiese hacerlo, concretémonos á Portugal y hagamos notar que si en nuestro país no estuviere tan arraigado el torpe desdén con que miramos á los que viven al otro lado del Miño, si por uno de esos movimientos tan fáciles en los pueblos de razón, como lo es el gallego, tan injustificada aversión se convirtiera en amor, y rompiendo las vallas y llenándose el vacío que nos separa, nos viésemos unidos por el interés como lo estamos por la sangre; si este espíritu regional que nos anima pudiera en hora propicia desenvolverse al amparo de las cinco quinas, sería curioso, y más que curioso, instructivo, el ver lo que pasaría entonces y lo que dirían nuestros adversarios. Y que estas cosas, por remotas que parezcan pueden ser una facilísima realidad el día menos pensado, es lo que sólo pondrán en duda los poco acostumbrados á las mudanzas del mundo. Los hechos pueden repetirse (Murguía 1889: 16-17).

Note-se como o texto parece precisamente enunciar os temores que anos antes expressara Castelar; Murguía lembra então o federalista Pi i Margall, que afirmava a Galiza ter projetado, na luta contra a invasão napoleónica, uma aliança para ressuscitar a província galega de tempos dos romanos, um dos argumentos ancilares da irmandade galego-portuguesa. No contexto desta defesa da antiguidade do movimento nacionalista na Galiza, vem a corrigir aqueles que se burlam de “los que creemos (...) que los celtas ocuparon por completo Galicia y gran parte del moderno Portugal”, pois “lo dicen los antiguos geógrafos, lo dicen también los modernos historiadores”. A autoridade de Oliveira Martins é para isso mais uma vez colocada, para contestar Sánchez Moguel e, principalmente, para tirar-lho como base e *propriedade*:

Mas (...) [¿]cómo habrá leído el nuevo académico la *Hist. de Portugal* de Oliveira Martins, que nos presenta como modelo, cuando no tropezó en el tomo I. pág. 4, con lo siguiente:?

“Todos reconocen hoy la indestructible tenacidad de las poblaciones primitivas”, y más adelante: “La permanencia de los caracteres primitivos de los pueblos, *hecho hoy indiscutible*, permite hacer, – permitasenos la expresión – la historia al revés”, etc. (Murguía 1889: 42, 119).

Estende-se Murguía no carácter céltico da Galiza e Portugal, citando várias autoridades em seu favor, entre os quais Martins e Adolfo Coelho

(“gran autoridad en el asunto”), “para citar nombres gratos á nuestro adversario”, pondo de parte Herculano, que sustinha ideia diferente sobre o celtismo:

En vano, para demostrar la ligereza con que, según nuestro adversario, procedemos, se acude á recordar á Herculano y no hablan de su discípulo Oliveira Martins (este último reconoce nuestro origen céltico y cree en la nacionalidad gallega): la opinión general entre los escritores lusitanos, es que, fuera de los Algarbes, las demás provincias portuguesas constituyen una unidad nacional que sólo estará completa cuando se les una Galicia formando “una nación étnicamente homogénea desde Finisterre á Mondego” como afirma el mismo Oliveira Martins, tan del Sr. Sánchez Moguel (Murguía 1889: 45).

Murguía lembrará a Sánchez Moguel como Oliveira Martins no *Portugal contemporáneo*, “t.II, p. 186”, “obra no citada por nuestro adversario”, “va más allá,” vindo “sin querer, ni necesitarlo, á corroborar dicha opinión” ao manifestar sobre a revolução de Maria da Fonte que a mulher do Minho tinha condições próprias de regiões em que “domina la familia céltica”.

Após referir algumas características comuns galego-portuguesas, e antes de referir-se à iminente promulgação do *Código Civil Español*, de 1888, no que diz respeito ao atentado que pode supor para a identidade e costumes galegos, conclui Murguía (1889: 46) que sempre, em Portugal:

tanto en las provincias fronterizas, como en la misma Beira, considerada como el corazón de Portugal, siempre creí hallarme en mi país y entre los míos. Todo era para mi igual, la tierra, las producciones, el hombre. La misma lengua, las mismas costumbres, [...] Oliveira Martins, en su *Hist. de Portugal*, capítulo “Os lusitanos” nos da la razón de ello. Señalando las diferencias esenciales entre el español y el portugués, hace patentes las que existen entre el gallego y el hombre del mediodía. Y más aun, cuando [...] añade que vale más que todas ellas “la analogía evidente entre las manifestaciones particulares de los lusitanos y de estos y de los gallegos y aquella fisonomía que los estudios eruditos sobre los celtas de Francia y de Irlanda tiene determinado á estos últimos”. No dirá el Sr. Sánchez Moguel que citamos autores para él desconocidos y poco aceptos; tampoco dirá, en su vista, que la manía céltica es nuestra tan solo.

Ficavam assim expressos os fundamentais argumentos do galeguismo reintegracionista^[31].

A revista *Galicia* converte-se no campo para a batalha regionalista. Ainda no mesmo número, por exemplo, replica também o Marquês de Figueiroa às palavras de Sánchez Moguel, agora em forma de carta endereçada com o expressivo título de “*La cuestión Magna*, al Sr. Joaquín Maldonado Macanaz”, que saíra em apoio do académico espanhol. De resto a colaboração do marquês quase não se refere ao tema que aqui nos ocupa, embora, isso sim, também argumente com Teófilo Braga a unidade étnica galego-portuguesa.

A partir deste momento, a questão do reintegracionismo galego, literário, cultural e/ou político (ao lado dos argumentos precedentes) será polémica que sempre poderá assomar, às vezes quase como obsessão. Por exemplo, nesse mesmo ano, o Marquês de Figueiroa publica *De la poesía Gallega*, onde sustém ser o galego origem do português (Figueiroa 1889: 14) citando Costa Silva como defensor da identidade linguística luso-galaica, e onde as teses de Braga estão continuamente presentes, quer para alimentar as próprias, quer, em algum momento, para discuti-las, como no caso das opiniões de Murguía e Braga de não se encontrarem na Galiza romances tradicionais, afirmando o marquês ter ido a “corriente civilizadora” da Galiza para Portugal (Figueiroa 1889: 19).

Este autor dedica o seu apêndice 5 (Figueiroa 1889: 103 e ss) a desfazer a tese anticeltista de Sánchez Moguel, citando em seu favor Oliveira Martins e acusando àquele de generalista ao falar de elementos separatistas, quando, em sua opinião, Galiza, em virtude da sua identidade linguística com Portugal, servirá para unir os dois reinos^[32].

³¹ Até na referência ao Código Civil, que sempre foi objeto de atenção pelo galeguismo, em todas as suas fases, na ideia de que no português estava compilada a essência do que o galego devia ser. Em 1918, diz o líder nacionalista galego A. Villar Ponte: “A nosa alma atópase viva no Código Civil português” (*A Nosa Terra*, nº 58, 20 de junho de 1918).

³² Para citarmos dois exemplos imediatamente posteriores *cf.* “Gallegos lucenses y bra-carenses”, do Catedrático de Química José Rodríguez Carracido (segunda série de *Galicia*, no número 1 de julho de 1892) na mesma linha de Figueiroa (Galiza-enlace), e, no número a seguir de agosto do mesmo ano, Waldo Álvarez Insua, diretor de *El Eco de Galida* de Havana, na mesma orientação que Murguía (*vid.* para este último Ramón Máiz 1984: 130).

7.4. As presenças de Leite de Vasconcelos

A presença de Leite no sistema galeguista destes anos, particularmente na esfera da sua especialidade, caracteriza-se por uma insistência quase maçadora nas incoerências do precário movimento, muitas vezes prisioneiro dos seus défices projetivos, como fará desde o primeiro número da sua *Revista Lusitana*^[33], em 1887. Significativa e demolidora é a crítica que, no número 2 do Volume I, vai dedicar à *Historia de la Literatura Gallega*, acabada de sair esse ano na Biblioteca Gallega, por considerar o seu autor, ser o idioma da Galiza “pai” do espanhol, o mesmo Besada que já merecera a dura censura de Leite por considerar o português subdialeto do galego e a mesma obra que Braga esperava com “vivíssima ansiedade”.

Leite não deixará de combater qualquer disparate apresentado como legitimador que detetar nos seus amigos galegos^[34] e de reforçar as teses reintegracionistas. Sirva como exemplo o artigo “Língua e Litteratura Gallega”^[35] que escreve em 1888 para *El País Gallego*, número extraordinário de 25 de julho “con motivo de las solemnes fiestas celebradas en la docta ciudad en honor del santo patrón de las Españas”, publicação que era aproveitada também para a afirmação

³³ Com efeito, já no seu primeiro número do Volume I de 1887, p. 95, critica abertamente o espanholismo linguístico dos fascículos 1 e 2 da revista *Galicia* de Martínez Salazar, com quem mantinha permanente contacto, a começar pela manifesta incoerência entre título e língua utilizada, e afirma o seu posicionamento linguístico e cultural sobre a unidade galego-portuguesa. Dois números após mostra a sua satisfação pela progressiva galeguização da publicação. Sobre ela volta no número seguinte, o 4, para criticar o acientifismo histórico e filológico com que é estudada a cultura galega. De resto, o seu rigor dá lugar a situações curiosas. Leite chega a intervir, em 1890 (*Revista Lusitana*, Volume II, n.º I, pp. 68 a 73), na polémica desatada com motivo do Ultimato para combater filologicamente as propostas que circulavam na altura consistentes em substituir o nome de *galego*, que reunia as negativas aceções conhecidas, pelo de *inglês* a quem seria transvasada toda a carga pejorativa que suportava o gentílico de aquém-Minho.

³⁴ Caso expressivo é o de Florencio Vaamonde, um dos mais destacados reintegracionistas galegos da linha liberal, a quem é dedicada a crítica talvez mais desabrida que podemos ler sobre assuntos galegos na *Revista Lusitana*, no mesmo número em que aparece a dura resenha sobre a obra de Besada. Vaamonde tinha publicado um artigo nos fascículos 5 a 7 da *Galicia* em que pintava um quadro idílico da Galiza pré-romana...

³⁵ Uma interessante e pormenorizada análise deste artigo é feita pela professora Carme Hermida (1987).

regionalista, não faltando colaborações dos habituais Castelar e o futuro Nóbél Echegaray. No seu artigo, que coincide com a polémica linguística e política desse ano, Leite explicita (em um gesto de evidente filologia política) que a consideração que ele dá ao galego (codialeto)^[36] é conceder “mais do que lhe concederam muitos philologos que o consideram apenas como dialecto da lingua do meu país”^[37], e valoriza o ressurgimento galego como uma questão de afirmação nacional (o que a Teófilo valera a censura de Pardo Bazán):

E digno do maior elogio o desenvolvimento litterario que últimamente se tem manifestado na Galliza. A parte illustrada d’este país, cada vez mais ciosa do sentimento nacional, busca todos os meios, o jornal, a poesia, o romance, para dar ao seu idioma pátrio, –o gallêgo– a maior vida e o maior impulso.

Leite aproveita para contestar o facto de que “muitos escriptores suppoem que o *gallego* é um dialecto hispanhol”, e recomendar, como quase sempre, um maior estudo filológico do galego.

Assim entra Leite no corpus argumental regionalista^[38]; escreve, até, para os jornais galegos intervindo na vida literária do momento. Em uma carta de 20 de agosto deste ano enviada à revista *Galicia* sobre as bases do “Certamen Folk-lórico gallego”, põe em evidência as carências sistémicas regionalistas e a timidez com que o processo, em particular no que dizia respeito a Portugal, se estava a conduzir, e *mexe na ferida* da incoerência e debilidade sistémica regionalista, acertando no alvo da sua ambiguidade e fragilidade perante o espanhol:

³⁶ “Como porém o português é a lingua nacional de um país independente, historicamente definido, e além d’isso o órgão de uma litteratura notabilissima e abundante, ao passo que o gallego se limita ao uso doméstico de uma simples provincia e possui uma litteratura por ora modesta, devemos considerar este último idioma, numa classificação glottologica, como um co-dialecto”.

³⁷ A declaração não deve ser desvalorizada: justificava o cultivo do galego, e postulava o seu desenvolvimento ao lado do português, neste apoiado.

³⁸ Por exemplo, o seu nome aparece destacado em *A Monteiro* (número 25, de 22 de março de 1890) por motivo das cartas de adesão a Alfredo Brañas pela publicação de *El Regionalismo* (cfr. Máiz 1984: 106 ss.).

No sé porqué no puedan ser también escritos en lengua portuguesa los trabajos presentados. No hay más razón para excluir el portugués que para admitir el castellano, porque, si éste es el idioma oficial de España, el gallego es un co-dialecto del portugués [...] La admisión del idioma oficial de Portugal al Certamen sería una prueba más de la fraternidad que ha unido siempre á gallegos y portugueses^[39].

7.5. Alguns reflexos do Ultimato

O Ultimato inglés impulsionou a atención a Portugal. Por exemplo o semanário regionalista *A Monteiro* abre o seu número 17, de 25 de janeiro de 1890, com “Os nosos hirmaus”, censurando acerrimamente a “soberba” de Inglaterra e solidarizando-se com as penúrias lusas; ao mesmo tempo, comprendendo os receios de Portugal face a uma aliança com Espanha, que a conduziram aos interesseiros braços britânicos, A.M. (Amador Montenegro, diretor da revista), acha ser chegada a altura de esquecer os “medos de perder unha independéncia merecida” e antigos rancores “que se tiveron españoles e portugueses”, para proceder à fraternidade ibérica, em que a Galiza, “a quen Portugal debe, segun di Herculano, *a pobraceón y-a língua, sex'o lazo d'unióon d'entrambas naciós*”.

Españoles, hoxe facémonos eco d'o sentemento xeneral e gallegos dirixímonos ós nosos irmaus n-un idioma tan parecido o d'eles, que sin dudar aseguramos é o mesmo en que Camoens esquirbiu *Os Luisiadas*

[NOTA: D'unha carta esquirt'á Vicetto pol-o hestoreador portugués Alexandro Herculano, é dino de lérs'este párrafo, que deben meditar moitos que non saben ou non queren aprepear o qu'é Galicia y-o qu'encerra. 'E Galicia un pais altamente sempáteco a Portugal. A Galicia está ô meu modo de ver, en tan íntema coneusión de raza, de tradicións, de costumes y-hastra de configuraceón d'o chan y-en produciós con Portugal (sobre

³⁹ Cabe indicar mais uma vez como o discurso destes investigadores portugueses sobre a fraternidade é estabelecido normalmente sobre a base da unidade galego-portuguesa, perante a ambiguidade, quando não definição sistémica hispano-portuguesa dos seus convizinhos.

todo co-as nosas provincias d'o Norte), que con Castilla. *Galicia deunos pobração e língua.*

Entr'o Miño y-o Mondego tal vez non haxa unha antiga aldea cuyo nome non sex'a reprodución d'o nome d'unha pobração galaica, un apelido de familia nobre que non traig'o seu remoto oríxen d'esa rexión. Cántigas gallegas pasan aínda hoxe por obras d' antiqúisimos trovadores portugueses, o que, sin embargo non é imposible. *O portugués non é sinon o dialeuto d'o gallego, civilizado e prefeccionado*].

O muitas veces denominado “grande Herculano”, o historiador e literato portugués mais respectado, *reconhecía* a comum unidade, e *concedía*, nas frases sublinhadas por A. M., de grande sucesso no galeguismo posterior, uma autoridade acrescida ao discurso galeguista^[40].

Amador Montenegro conclui renovando os desexos antes expressos (aludindo a Braga, Leite, Martins...?):

Non fai moito tempo qu'un esqúirtor portugués, chamando hirmá a Galicia, invitaba ós dous países á facer mais fortel-os lazos d'amistá. O distinguido esqúirtor non supoñía, seguramente, que tan presto un motivo com'este, íb'a persentar acaseón de facer práticos os seus consellos.

España e Galicia fan hoxe xustícea ós portugueses e España e Galicia esperan qu'estes han de saber enterpretar aquel sentemento^[41].

Fruto desse ambiente são também dois textos do Marquês de Figueroa aparecidos na imprensa da época. O assunto é, em ambos os textos, a reclamação da união ibérica, perante o estrangeirismo português que apenas lhe trazia a perda de identidade e da independência.

O primeiro artigo, intitulado “Portugal”, aparece no número 1 de 10 de novembro de 1890 de *La Pequeña Patria*, acompañado por esta nota

⁴⁰ Já nesse ano, o poeta García Ferreiro dedica o prólogo da sua obra *Chorimas* (Corunha, Biblioteca Gallega, Andrés Martínez [Salazar] Editor, 1890) a combater os ataques de Juan Valera (e de Pardo Bazán, Arévalo, etc.), recorrendo para o seu auxílio à obra de De la Iglesia e de Besada, sem faltar a referência ao “procer inxenio que sostén que Portugal lle debe a Galicia *língua e historea*” (p. XVI). E entre os literatos a quem afirma dever gratidão aparece Leite pelos elogios à sua *Volvoresas* (p. XV).

⁴¹ Na publicação não se apagam os ecos do Ultimato inglês, nem os ataques à monarquia brigantina (*cf.* o número 20 de 15 de fevereiro do mesmo ano).

da redação “sobre el mismo asunto publicó el Sr. Marqués de Figueroa un extenso artículo en *Les Matineés Espagnoles* que fue traducido al portugués y comentado con frases aludatorias por los periódicos de Lisboa”; o texto está enunciado desde uma atitude predominantemente espanhola e gira em volta da união hispânica, atribuindo à Galiza a função mediadora que já conhecemos.

O segundo é uma “Carta al director de *La Monarquía*” – nome de cabeçalho bem eloquente –, publicada no almanaque que o diário de Ferrol distribuía para o ano 1891. Nele o Marquês concretiza a sua posição regionalista:

Los partidarios de una progresiva descentralización, los que la aplicamos al arte y á las letras buscando en cada región sus manifestaciones propias, – por donde se afirma una personalidad que no ha de limitarse á lo literario, – sin ser factores de ningún propósito separatista, preparamos los caminos á la aproximación de Portugal y España, que tendría su término en la federación.

Faz depois Armada [y Losada] outras considerações similares às de *De la Poesía Gallega*, apoiado em Teófilo Braga e encarecendo que os portugueses “tienen que buscar en las *fontes gallegas* lo que dá origen y carácter a su nacionalidad”, recurso este muito próprio, como sabemos, dos mecanismos galeguistas de apropriação sobre Portugal.

7.6. A consagração galeguista de Oliveira Martins

De uma ou doutra maneira, Teófilo, Leite, Herculano iam sendo consagrados como elementos *legitimadores* da causa regionalista. Oliveira Martins será-o definitivamente em 1891, e a essa atenção galeguista não serão alheios os resultados políticos e sociais do Ultimato e o protagonismo de Martins na altura^[42].

⁴² Da atenção ao historiador, como da contínua apropriação de elementos portugueses para explicar a própria realidade, dão conta as seguintes palavras que antecedem a reprodução da carta que Oliveira Martins dirigira dias antes sobre o momento político português ao *Ateneu Comercial* do Porto em *La Patria Gallega*, no seu número 10: “Toda

Convidado “á apotheose de Rosalía Castro, á admiravel poetisa gallega” (a que também Leite tinha aderido) nos Jogos Florais de Tui, como diz em carta (reproduzida no número 5 de *La Patria Gallega*^[43]) a Salvador Cabeza, secretário dos Jogos, não pode acudir por lhe ter chegado tarde a comunicação. Em troca, escreve essa carta em que não elude o tratamento da questão nacional, afirmando os traços étnicos e linguísticos que unem galegos e portugueses e a origem galega de Portugal, o que *legitima* os mecanismos de apropriação galeguistas, similares àqueles que dias mais tarde Murguía utiliza no seu famoso discurso. Oliveira Martins alarga a comunidade galego-portuguesa até ao Mondego, ultrapassando os limites do Douro (ideia em que Castelao assentará a identidade galego-portuguesa na culminação e síntese da fase nacionalista de pré-guerra que significa *Sempre em Galiza*):

[...] portugueses e gallegos somos um e o mesmo povo na língua e no sangue [...] Desde o Finisterra pelo menos até ao Mondego, o povo é absolutamente o mesmo, e se não tivesse sido o facto da scizão política pelo Minho, a língua seria absolutamente identica. O portuguez não é outra coisa senão o galleciano que tomou caracteres propios com a cultura principalmente quinhentista. Antes, as duas fallas não se distinguem. [...]

Portugal porem, tornou-se independente e progrediu aparte, emquanto á Galliza como provincia da monarquia hespanhola ficava com a sua lingua-gem adscrita ás condições de um dialecto pela primasia dada ao castelhano. Essa independencia portugueza, ninguem o ignora, largos tempos, porem, aspirou á ser a autonomia de todo o oeste e noroeste da península; e ainda hoje, no entrelaçamento das familias é propriedades dos dois lados do Minho vemos os restos de uma historia antiga^[44].

la prensa se ha ocupado de la notable carta del sabio publicista portugués, señor Oliveira Martins acerca de la situación de Portugal. Nosotros la insertamos con mucho gusto, porque no sólo retrata la situación de aquel país, sino que, sin quererlo, traza de mano maestra el estado de nuestra *feliz* España, y las consideraciones que alega son en su mayor parte aplicables entre nosotros”.

⁴³ Esta revista era um projeto unitário entre liberais e tradicionalistas regionalistas da época, que vai acabar, como tantas vezes, em cisão (Máiz 1984: 126).

⁴⁴ É esta uma referência mais explícita (e coerente com o seu pensamento na matéria) da que tinha feito anos antes em *História da Civilização Ibérica*. Ramón Villares (1983: 307), comentando as, em sua autorizada opinião, quase inexistentes relações galego-portuguesas

E, após fazer referência a vários episódios em que Portugal pretendeu a união com a Galiza frente a Castela, faz ainda outra declaração fundamental na legitimidade patrimonializadora galega:

As empresas navaes que tão grande fizeram Lisboa, prepararam-se no Porto e a semente da força marítima do norte português ha de ir encontrar-se nos armamentos do bispo de Compostella Gelmires durante o período da reconquista.

Galegos somos pois, qualquer que seja o aspecto por onde nos observemos quando olhamos para as nossas origens históricas.

Conta depois uma anedota sobre a identidade de galegos e portugueses sob o rótulo de “gallegos” em Portugal^[45], e conclui com uma frase que informa da sua percepção do movimento *regionalista* como reivindicação nacional:

Ja V.E. ve, portanto, como eu folgaria em me associar a celebração merecidíssima que a sua sociedade tem a peito effectuar. O nome da autora dos *Cantares Gallegos*, esse livro em que vibrantemente pulsa a alma nacional, acode a idea de quantos respiram os *Ayres de miña terra* do seu patricio Curros Enriques.

O galeguismo ganhava assim mais uma *auctoritas* pró-unidade galego-portuguesa; em concreto, o trecho que sublinhámos cedo vai ocupar um lugar no conjunto de frases lapidares com que se vai nutrir. Anos passados, a *Revista Gallega* (nº 120 de 27 de junho de 1897) reproduzirá-o em número dedicado à autora galega^[46], como também *El Eco*

no século XIX, já reparou no facto de considerar Oliveira Martins uma entidade comum à Galiza e ao norte e centro português.

⁴⁵ “Ha annos, residindo eu na Mancha, região onde se confundem os estremehos e os andaluzes limitrophes, succedida ter sob-as minhas ordens mineiros gallegos e mineiros beirões portugueses. Pois a gente da terra denominava-os a ambos gallegos – gallegos de España e gallegos de Portugal”. Oliveira Martins foi, com efeito, aos vinte e cinco anos administrador das minas de Santa Eufémia na província de Córdova.

⁴⁶ Nele são transcritas também opiniões de Pi i Margall, Castelar, o Marquês de Figueiroa, José R. Carracido, Narciso Pérez Reoyo, Emilio A. Villelga Rodríguez, Juan M. Paz Nóvoa e poemas de Teodoro Cuesta (poeta asturiano) e de Joaquin Rubio y Ors, poeta catalão.

bonaerense no seu número 201, ao lado, em ambos os casos, de uma apreciação da Pardo Bazán (1888: 33): “En los *Cantares Gallegos*, Rosalía de Castro traduce á maravilla el alma del país”.

8. O discurso de Manuel Murguía nos Jogos Forais de Tui (1891): os argumentos do reintegracionismo galeguista

Nesses atos, o lugar central é ocupado pelo discurso do já na altura considerado o porta-voz mais autorizado do movimento (embora não indiscutível), e o seu principal agente canonizador, Manuel Murguía. Foi reproduzido em várias publicações da época, com maior ou menor fidelidade ao mesmo^[47]. À transcendência do momento em que esse discurso emblemático foi pronunciado referiu-se no seu discurso Alfredo Brañas, um dos organizadores do ato:

Galicia esperta, porque non estaba morta, sinón dormida. E que despertar, meu Dios! En menos tempo d'o que pode contarse, fúndase a *Asociación rexionalista*, organízanse os *comités*, ou *xuntas* provinciaes e locais, publícase o seu órgano oficial, establécense os *Xogos Froraaes*, e como si esto non fora abondo, lévase a cabo a mais grande, a mais portentosa demostración d'amor que pode dar un povo libre, a apoteosis feita en honor d'a inmortal Musa gallega señá Rosalía Castro de Murguía.

O marido de Rosalía apresenta as bases e as expetativas do regionalismo, entre as quais, a relação com Portugal, colocando nomeadamente a língua como centro da identidade e da ação regionalista que postula (a começar pelo uso público da mesma, a primeira vez que o faz) (Máiz 1984: 282). O ambiente era propício: Tui, com Portugal ao fundo. O tom da sua proclamação revela a evidência de o regionalista ser um sistema sitiado. E não faltará, no final, que aqui não recolhemos, a habitual defesa perante os ataques de separatismo.

Estas são as linhas de força reintegracionistas do discurso murguiano, com que concluímos este apertado percurso:

⁴⁷ Citaremos abaixo por *La Patria Gallega* (n^{os} 7 e 8 de 1891).

a) a comunidade linguística determina a existência de um sistema intercultural e legitima a diferente nacionalidade:

O noso idioma! o que falaron nossos pais e vamos esquecendo, o que falan os aldeans e nos achamos a ponto de n'entendelo; aquel en que cantaron reys e trovadores; o que, fillo maor d'a pátreia gallega, no-l'a conservou e conserva com'un don d' a providencia; o qu'aínda ten n'os nosos labres, as dozuras e acentos que van ô corazón; o que agora oídes coma si fose un himno religioso; o hermoso, o nobre idioma que d'outro lado de ese río é léngua oficial que serve á mais de vinte millions d'homes e ten un-ha literatura representada pol'os nomes gloriosos de Camoens e Vieira, de Garrett e d'Herculano; o gallego, en fin, que é o que nos dá dereito á eterna posesión d'a terra en que fomos nados, que nos dí que pois somos un povo distinto, debemos selo.

Apaixonada será igualmente a defensa do celtismo que faz nas linhas seguintes. Depois aparece a

b) *apropriação* de Camões e a *mitificação* das glórias galaicas em benefício da unidade dos dois povos, unidos por uma *fatalidade* do destino, e a comum origem literária:

Por certo que sendo pra nos o episodio de Inés de Castro n'os *Lusiadas*, un d'os cuadros mais fermosos e patéticos qu'un poeta pode concebir, [...] achámolo xa n'o *Servo [libre de Amor, de Rodríguez del Padrón]*, disposto, sentido, expresado, anque brevemente, por tan nobre modo, qu'as inmortaes estrofas de Camoens, parecen ser eco d'aquela narrazón. [...] Sabemos por qué foi esto? N'é que de fixo, qu'o gran poeta lusitano tivese lido as páxinas d'o noso trovador, sinon outra cousa superioire: a voz da sangre e o rincón ond'un foi nado. Obedecendo Camoens e Rodrigues de Padrón ós sentimentos innatos n'o seu povo e n'a i-alma que Dios lles dera, non puderon escapar á fatalidade d'espresion. Ademais quén sabe se con un esprito qu'hoxe non entendemos do todo, respondendo ás tradicions que levaban á don Fernando de Traba á combater po-l'a libertade de Portugal, á don Payo Correa, ben preto d'aquí nado, á conquistar os Algarves, á Xoán d'Andeiro, ô conde de Camina y ós nobres de Galicia qu'ô deixá-la terra íbanse á Portugal – quen sabe s'ambos á dous poetas, fiéies á esa tradición e sentimento,

entendían qu'aquela encantadora muller pôido ben ser lazo d'unión antr'os dous povos e c'a sua morte partira pra sempre, o que tal ves fora millor, que non se separase; o qu'aparés xunto n-os cancioneros galecio-portugueses d'a Vaticana; o qu'a y-alma popular levou d'un ô outro confín, sin que poida decirse po-l'a fala, nin pol-'os sentimentos, nin mesmo pol'a historia en que logares había frorecido o trovador, si baix'os d'a vella Galicia, si n'o novo Portugal?

c) a lírica popular, *locus* privilegiado das essências fundadoras da nacionalidade, é compartilhada com Portugal e

d) auxílio da erudição portuguesa:

[...] a y-alma d'o noso povo, late forte e pura, e sincera ná composición popular, mellor quén ningun-ha outra. Pois ben; ved'os romances portugueses e notaredes que son com'os nosos. Somellan duas gotas d'orballo que tembran nun-ha mesma rosa.

Veñen d'un-has mesmas fontes nacionáes, e son tan iguáes n'a fala coma n'os sentimentos qu'espresan. As veces hastra se compretan. Os restos d'o romance *N-o figueiral, figueiredo*, estos á sua vez d'a epopeya mais por compreto galega – e que conocemos porqu'a erudição portuguesa nol'a conservou por simpre curiosidade literária – teñen n'a nosa tradición oral, coma quen dí a sua consagrazón [...]

e) patrimonialización de Portugal, legitimada na unidade lingüística:

Vede, po-l'o mesmo, meus señores, si podemos decir con verdade, que nunca, nunca, nunca pagaremos ôs nosos hirmans de Portugal o que nos haxan conservado estes e outros recordos, e sobre todo qu' haxan feito d' o noso gallego, un idioma nacional. Mais afertunado qu'o provenzal, encerrado n'a sua comarca propia, non morrerrá. N'outro lado d'ceano onde algúns comprácense, ô torto, ô meu entender, en por a cuna d'as nacións d'o porvir, oirase sempre a léngua que falamos, que vamos esquecendo e que de novo tendrá a vida que meréz, s' é que temos concencia d'os deberes que por propia vontade nos impuxemos. N'a Asia, n'a Africa, n'a mesma Oceanía falarase ô lado d'as que coñece o mundo europeo e dominador.

Dios que nos castigou tanto, déunos esta groria.

f) Murguía fala depois da componente racial ariana que faz deste um país europeu; postula então a transferência intersistémica do sistema português pela via tradicional(ista), defende novamente o sistema interliterário e etnolinguístico galego-luso e rejeita as transferências de sistemas estrangeiros; para isso censura como artificioso o referente de oposição frente à genuinidade galego-portuguesa.

g) Canonização de Rosalía de Castro:

Así, meus señores, ós esquirtores portugueses modernos, non lles costou nada ser d'o seu tempo, mentras qu'os de Castila e Andalucía, tomando o exterior por cousa pirmeira, describen pro non sinten, pintan pro non penetran n'o íntimo, en fin toman por realidades as sombras qu'os envolven. Os nosos poetas modernos foron os pirmeiros que sintiron e espresaron á nota humana. Hoxe mesmo están siguíndo ó camiño que lles amonstrou aquela santa muller que foi nai d'os meus fillos, e de quen está tan cheo este meu corazón.

No discurso de Murguía concentram-se todas as linhas do desenvolvimento sistémico galeguista relativas ao sistema português. O reintegracionismo cultural está presente desde as mesmas origens galeguistas como traço definidor e legitimador, para cuja construção teórico-prática foram importantes as ideias dos eruditos portugueses. E será objeto de polémica. Já no mesmo ano de 1891, o em aparência antigo aliado Castelar comenta sobre Murguía: “Ese Murguía tiene mucho talento, y escribe a maravilla la lengua castellana, pero está loco. Cuando todo tiende a la concentración, el separarse constituye un crimen de lesa humanidad” (*apud* López Morais 1965: 83).

E muitos mais tarde, em 1945, Daniel Castelao, o mais reconhecido nacionalista e reintegracionista galego, que, em *Sempre em Galiza* sintetizará as ideias precedentes do galeguismo, focando a réplica de Murguía a Moguel, e referindo-se ao “latente problema galaico-português”, dirá em 1945:

Vean los centralistas que se cubren con el gorro frigio con qué soltura se expresaban en el año 1889 los precursores del actual galleguismo político, y aprendan a estimar nuestro ideal federacionista, que sólo pretende la

grandeza de Hispania con sus enormes proyecciones en el mundo futuro, pleno de libertades (Castelao 2000: 342).

Em boa medida, esses problemas, controvérsias e definições continuam presentes na Galiza atual.

A MAIS PODEROSA PONTE IDENTITÁRIA: PORTUGAL E A SAUDADE NO NACIONALISMO GALEGO

Elias J. Torres Feijó

EM 1916, é publicado um folheto por Antón Villar Ponte, subordinado ao título: “Nacionalismo gallego. Nuestra afirmación regional”, escrito “en castellano, por razones de propaganda”, segundo o autor afirma na contracapa do livro. Centrado particularmente no idioma, utiliza sistematicamente Portugal como referente de analogia, reintegração e emulação: “Nada, pues, más patriótico, necesario y urgente que nuestro empeño nacionalista, que nuestro afán de rehacer, en lo posible, la destrozada tradición y de conquistar la plena autonomía espiritual, base de todos los progresos económicos”, afirma na página que conclui o livro com “estas palabras del ilustre Teófilo Braga” (Villar Ponte 1916: 35), que vinham do seu prólogo ao *Cancionero Popular Gallego* de Pérez Ballesteros (Braga 1886: IX), outras vezes repetidas: “A Galliza é a provincia mais duramente submetida á unidade política, e mais sacrificada pelo centralismo administrativo; ella resiste pela sua tradição lyrica, em que conserva a sua feição étnica... A Galliza perde a sua existencia política e, por tal acto, apaga-se a sua cultura”.

Dois anos mais tarde, a constituinte “Primeira Asamblea Nazonalista de Lugo”, em 17 e 18 de novembro de 1918, aprovava um Manifesto “Ao pobo galego” (Tip. El Ideal, Corunha, 1918) que fixava o programa político das *Irmandades da Fala* constituídas no ano anterior, com o impulso, entre outros, dos irmãos Antón e Ramón Villar Ponte

85

.....
A MAIS PODEROSA
PONTE IDENTITÁRIA:
PORTUGAL E A SAUDADE
NO NACIONALISMO GALEGO
.....

Elias J. Torres Feijó

e que afirmava, no seu ponto 6: “Crendo na acidentalidade das formas dos governos, intréanos acrarar que no apelamos por ningunha, mais simpatizaremos, dende logo, con aquela que se amostre mais doada para chegare á Federación con Portugal”.

Passava, pois, Portugal, a integrar o conjunto repertorial da ação política nacionalista no seu momento fundacional (1916-1918) em um lugar explicitamente preferente.

A esta via, vai unir-se a que procede de uma consideração mais essencialista e, em parte, culturalista, do carácter nacional galego. É a representada por Vicente Risco, um dos assinantes de aquele Manifesto, quem, em 1920, dá à luz a sua *Teoría do Nacionalismo Galego*^[1], primeiro e decisivo texto teórico, como o título indica, do nacionalismo galego, elaborado pelo intelectual mais influente no galeguismo na altura. Se as ideias de Villar Ponte sobre Galiza e Portugal conhecem uma linha de continuidade desde Alexandre Herculano, Teófilo Braga ou Oliveira Martins, como era a tradição do galeguismo liberal que liderava Manuel Murguía, o referente político-cultural fundamental de Risco é agora Teixeira de Pascoaes, e a sua teoria do Saudosismo, que o intelectual galeguista vai colocar como alicerce da civilização atlântica galego-portuguesa que defende, mas, significativamente, sem citá-lo, e não por desconhecimento (Risco conhecia a obra de Pascoaes desde antes^[2]), fazendo assim funcionar a teoria da saudade que estabelece como elaboração, se não *ex nihilo*, pelo menos substantivamente galega ou como verdade assente. Risco, apropria-se do saudosismo e a sua teorização da saudade para colocá-la, sem citação de origem intelectual, no centro do ser galego (Risco 1920: 22; itálicos no original):

¹ Esta publicação, em folheto de 44 páginas, saída da Imprensa do jornal *La Región*, de Ourense, e que conhecera um avanço em “Teoría do Nazonalismo Galego”, do periódico *A Nosa Terra* (n.º 61, Corunha, 20-VII-1918, pp. 1-2), transcreve também os acordos das Assembleias Nacionalistas de Lugo e Santiago (esta de outubro de 1919), e não seria reeditado até 1981.

² Incorporando, aliás, as ideias saudosistas já nos seus escritos de 1918 em *A Nosa Terra*, que Risco mostra como surgindo paralelamente na Galiza e em Portugal, embora noutros casos dê a primazia a Pascoaes e mesmo considere o Atlantismo devedor do Saudosismo e do *Espírito Lusitano* do poeta português (Harrington 2001: 256-257/259-261).

Temos dos britanos, o *humorismo*, temos dos franceses, o *senso crítico*; temos noso, o *lirismo y-a saudade*. Tres calidades que carauterizan á y-alma romántica. Falo do verdadeiro romantismo, de xeito alemán, de xeito británico; non da *exaltación pasional* que na Hespaña se chamou romantismo. O úneco romántico verdadeiro qu'houbo na Hespaña foi un galego, foi Nicomedes Pastor Díaz.

O romantismo foi a primeira insurrección do espírito nórdico – atlántico e celta – contra do espírito mediterráneo. Foi co romantismo co que rexurdiu a cultura galega. Non somentes a simetría crásica: a bambolla retórica dos mediterráneos e mail-o misticismo convulso y-epiléutico dos iberos, que na y-alma hespañola dabans'a mau, son nos completamente estraños. Eiquí hastr'os frades foron escéuticos y-eruditos, proba: Sarmiento e Feixóo. É n-esto onde se ve millor a nosa deferenciación nacional.

Como se vê, o vínculo forte dessa saudade está conetado com o carácter céltico da raça galega. Risco fala da existência de três civilizações na Península, citando a tripartição feita pelo catalão *Xenius* (cujo fundo estava, na realidade, no também catalão Ribera i Rovira^[3]; *vid.* Torres Feijó 2010), ideia que o galego atribui em *Xenius* à inspiração do Saudosismo português (Risco 1920: 32-33):

a civilización mediterránea é a civilización da Intelixencia; a oriental e mail-a yankee son as da Vontade; a de Portugal e de Galicia é a civilización da Mamoria... Morriña e Saudade. Esta ideia andaba xa espallada antre nós. A transcendencia futurista d'ese sentimento, cecais lembranza da perdida Atlántida, d'unha vida asolagada baixo das ondas do mar azul, fora xa notada por certos agudos espíritos da mocedad galega.

³ Do polígrafo, cujo *Portugal e Galicia nación* a “Renascença” publicara um ano antes, insere *A Águia* (Série II, nº 8, de agosto de 1912, pp. 52-58) o seu extenso artigo “A educação dos povos peninsulares”, aludindo a “Portugal e Galliza, formando a patria occidental, com a sua missão atlantica e colonial, que constitue a suprema e unica razão da sua existencia independente”, de que “uma rama nobilissima os azares da política iberica tem desgajado; a Galliza”, “essa região irmã, laboriosa e docissima, que pelo caracter da sua população, pela sua historia, pelas suas tradições, pela sua mesologia e etnogenia, intégra a nacionalidade portuguesa, como parte constitutiva do nucleo nacional do occidente hispanico, a nação galaico-portuguesa”.

Pois bèn: hastra d'agora, foran a civilización da Intelixencia e mail-a da Vontade as que s'atoparan en confluio. A nosa, a civilización saudosa da Lembranza, inda se non presentou na escea do mundo. Noso destino futuro é crear e impoñer esta civilización nosa que ha ser a civilización atlántica.

A idea da antiga civilización perdida, da Atlántida submersa, conhecia no galeguismo referências desde os seus inicios, com Vereya y Aguiar (1838)^[4].

Quanto à Saudade (e, agora, também Morrinhya, fórmula específica galega daquela) e ao Saudosismo, que perpassa substantivamente o texto, Risco acompaña quase à risca a poética e a teorização de Pascoaes e de Leonardo Coimbra, a quem sim cita, logo a seguir, como o fundador do Criacionismo nessa Civilização. Essa ausência de referências a Pascoaes e a alusão a Coimbra sem vinculá-lo diretamente ao Saudosismo, condiz com a ideia que o galego vai deixando de ser a consideração da Saudade como matriz da galegidade (e, também e daí, do ser português) uma fabricação se não galega pelo menos sem marca de origem.

Para caracterizar o papel específico da Galiza nesse esquema civilizacional, Risco reitera uma das mais poderosas construções do galeguismo, também presente já em Vereya y Aguiar, desenvolvida e fixada por Murguía e propagada sobretudo por Eduardo Pondal: o carácter céltico, racial, do povo galego, que se veria corrompido pelo

⁴ Risco dedica à Atlántida um breve capítulo, “O Símbolo da Atlántida”, que diz integralmente (1920: 33-34):

Algún quixo exprical-a saudade nosa decindo que sospirabamos pol-a solagada Atlántida, d'onde cicais viñeran os nosos abós kimris, siluros, milesios ou danandis...

Foi a Atlántida un continente histórico? Pouco importa. A Atlántida, hoxe cuberta pol-as augas salgadas do Óceano, é un símbolo: é o símbolo da nosa civilización céltica, escurecida y-asballada por unha civilización estrana e nemiga, que é a civilización mediterránea, traguida eiquí pol-o imperialismo romano, prototipo de todol-os imperialismos.

Y-é tamén o símbolo da nosa nacionalidá galega, tamén escurecida, tamén asballada por un poder que pra nos igualar con pobos d'outra raza, trata c'unha rabia cega de nos roubar a língoa, o noso carautere, a nosa fartura y-a nosa libertade.

O afundimento da Atlántida pode non ter que ver coa nosa orixe, mail-o seu rexurdimento sinala unha finalidade ó noso porvir. Temos que restaural-a Atlántida en esprito y-en verdade, ou sexa en civilización.

Pra eso imos nós, os nacionalistas galegos, apurar total-as posibilidades da terra e da raza, y-adonarnos aixiña do presente, hastra que podamos chamar ó Atlántico “*mare nostrum*”...

contributo sulista em Portugal (Risco 1920: 33): “Mais a tod’ese saudosismo e creacionismo portugués aínda lírico demais, e até se m’apurán ibérico demáis, cómprelle un pouco de lazo nórdico. Galicia, sendo mais céltica, é mais sintética, y-este matiz fai precis’a nosa colaboración na civilización atlántica”.

Esta tendéncia saudosista galeguista, alicerçada também no celtismo, é aínda ratificada noutras partes do libro. No capítulo “O Sentimento Galego” afirma-a mais uma vez, recorrendo a um dos primeiros introdutores do Saudosismo na Galiza, Viqueira, que, por sua vez, invoca Rosalía de Castro, a quem Teixeira de Pascoaes louvará como a “Santa Rosalía da Saudade”. Viqueira, como Risco também pretende, coloca a Saudade não apenas como um prezado, o mais prezado, bem cultural e idiossincrático, mas também como uma ferramenta que anima o espírito individual e coletivo galeguista para conseguir os seus objetivos. Dessa maneira, obedecer categoricamente à Saudade é característica intrínseca ao ser galego (e português) e, ao mesmo tempo, justifica a ação galeguista por essa mesma inerência, a começar pela *adoração da Terra* negada. Diz Risco (1920: 23; itálicos no original):

O ibero é simplemente *un pasional*, por non decir como dixo algún, *un medular*. O celta, en troques, é un *sentimental*. A deferencia eiqui, faise mais fonda aínda, antr’os outros hespañoles e nós. A maneira de sentir determina a maneira de concebil-a vida.

“Queredes unha verba – dí o noso gran pensador Johán V. Viqueira – que vós diga en resume o noso lirismo e a nosa alma? Ahí a tedes: *saudades*, ou como tamén dixo Rosalía, d’elas predileuta, *soidades*. Nóta conquerimos de saudosos e morriñentos, e milleiros d’íntimos grandes pequenos dramas ve cada día a nosa raza d’esa cobiza do lonxe. Bentas de min sejadades saudades creadoras de tantas cousas nobres; porque no home o mais nobre é desejar algo formoso e amado que sendo noso non é noso!”

Mais pra min, o sentimento radical da nosa afeutividade étnica, é a adoración á Terra. – ¡Terra a nosa! é o noso berro – que se manifesta de cote en toda a nosa expresión artística. É, coma se dixéramos, a *emoción do sedentarismo*. Y-a adoración á Terra e mais á saudade, *cobiza do lonxe* – se non son duas modalidades do mesmo sentimento – danse tan envolveitas, tan entretecidas unha na outra, que non pudemos aínda soparalas, na nosa y-alma, nin xiquera por vía d’abstracción analíteca.

Esta nosa disposición sentimental causa – direino c’un galicismo – un *desabusemento* inevitábel en todol-os pensadores iberos que se teñen parado a nos estudar, obrigándoos a dal-a volta sen comprender nada d’este noso espírito calado, refleisivo, intenso, sentimental, romántico, porque nonalcontran en nós nada que se pareza á sua aspra violencia d’euroafricanos. En troques, o *saudosismo* é a tónica do espírito lusitano.

Nesse mesmo ano, meses mais tarde (o que vai da primavera ao outono) a revista *Nós* (o projeto cultural mais importante do galeguismo do pré-guerra) que ele cofunda com, entre outros, Daniel Castelao, abre o seu número 1 com um poema do amarantino, “Fala do Sol”, dedicado “Aos jovens poetas galegos”. Na secção “Os homes, os feitos, as verbas”, que constitui a introdução e glossa do amarantino, afirma-se: “NÓS quixo que o seu pirmeiro número fora honrado c’unha páxina inédita do grande e amado Mestre”. E, nesta epígrafe “Teixeira de Pascoaes e Nós” lê-se ainda:

Temos a Teixeira de Pascoaes coma cousa nósá, e n-as nósás internas devociós témol-o moi perto da santa Rosalía e de Pondal, o verbo da lembranza. Teixeira é o Revelador da Saudade: «ise sentimento que dou forma ó nóso lirismo, ise sentimento qu’esta n-a febra das nósás almas e dos nósos corazós», según a espresión do Cabanillas. Sentimento do que Teixeira fai a Ética trascendente de dous pobos irmaus... Viqueira sintetizou n-esa verba a psicoloxía galega.

(...) N-as suas verbas, cheas do sentimento relixioso da Terra e da Raza, a y-alma lírica da Lusitania vírase pra Galizia buscando n-un Pasado común, a emoción da nósá solidaridade fraterna.

E, citando-se palavras do próprio Teixeira de Pascoaes, em carta dirigida a Risco, transcreve-se:

Temos de voltar a viver espiritualmente en común. Assim o exige o destino das nósás Pátrias que ainda não está cumprido. Esse destino é como disse muito bem a criação da Civilização atlântica...(…) o nosso sentimento saudoso (galaico-lusitano) inclue uma nova e original maneira de encarar a Vida e o Universo.

E prossegue o texto responsabilidade dos editores da revista: “Teixeira de Pascoaes é nóso, nóso pol-o sentimento, se non-o fora coma íl dí «no sangue e na alma». E Teixeira de Pascoaes é o meirande poeta da Iberia”.

Talvez, o diferente teor das publicações, uma virada para a fundamentação política do nacionalismo e *Nós* dedicada à política cultural, explique a passagem em breve prazo da ausência de referência a Pascoaes a esta quase sua onnipresença. O caso é que agora Pascoaes é consagrado como mestre e a Saudade constitui o principal alicerce da teorização e, note-se, da ação nacionalista.

Ausente em Villar Ponte, Teixeira de Pascoaes (e, logo, a de pensadores como Leonardo Coimbra, e a de poetas como Alexandre de Córdova) aparecia, em muito pouco tempo, como fundamental e, em parte, como linha de força constituinte do nacionalismo galego. A elaboração fora rápida. Tinha como pioneiros Porteiro Garea e Johán Vicente Viqueira e como definitivo condensador Risco, e como teorizador poético o já na altura denominado “Poeta da Raza”, Ramón Cabanillas (1920), a quem Risco alude nos textos prévios referindo-se ao seu discurso de entrada na Academia Galega naquele mesmo ano de 1920.

O termo saudade era uma reintegração galeguista: uma palavra que não estava no uso quotidiano na castelhanizada Galiza; uma palavra que puxou outras, como *além*. E o Saudosismo era uma importação galeguista, nacionalista já, do movimento iniciado anos antes em Portugal. Termos e pensamento constituíam nessa data marcante de 1920 um conjunto repertorial central na elaboração de ideias nacionalista galega: um conjunto de fórmulas, regras, materiais e modelos para produzir ideias sobre a Galiza e, para através delas, construir uma produção literária e ensaística central no mundo galeguista, que mesmo reforçasse a ação política e a sua legitimidade essencial. Um conjunto para ver, classificar e atuar no mundo, no próprio mundo galego. Que servia para defini-lo. No mesmo ano, Pascoaes dedica à Galiza a segunda edição do *Maranus*: será célebre a dedicatória dela, que conhecerá várias versões, feita sobre o poema originário que Leite de Vasconcelos em 1902 elaborara com motivo de uma visita à Galiza e publicada na *Revista Gallega* (e, talvez, inspirada em um texto prévio de Bernardino Machado). Nessa edição de *Maranus* lê-se:

Galiza, terra irmã de Portugal
Que o mesmo Oceano abraça longamente;
Berço de brancas névoas refulgindo
O espírito do sol amanhecendo;
Altar de Rosalia e de Pondal
(...)

Quando Leonardo Coimbra, o filósofo do Criacionismo e o Saudosismo, visite a Corunha em setembro de 1921, com o Orfeão do Porto, Alexandre de Córdova, Octávio Sérgio e João Peralta, o evento será o de maior extensão informativa em toda a história de *A Nosa Terra* até à Guerra Civil de 1936-1939. Teixeira de Pascoaes estará presente em inúmeras e variegadas publicações da Galiza. Um novo objetivo estava consolidando-se por esta via: o da construção de um intersistema luso-galego.

A Saudade, como elemento repertorial e bem cultural definidor, foi poderosa e central; mesmo os escritores mais inovadores e menos essencialistas da Galiza em termos de conceção e repertório literários, como Manuel Antonio, aceitaram o magistério de Risco e incorporaram elementos saudosistas aos seus textos ou até algum, como Amado Carballo, produziu versos existencialistas intitulados “Saudade” (*Proel*, 1927); artistas da vanguarda como Álvaro Cebreiro nutriram autêntica devoção pelo mestre. O Saudosismo esteve presente em autores galeguistas de todas as tendências: de Otero Pedrayo (*vid.* Bello Vázquez 2000) a Cunqueiro, de Jaime Quintanilla ao absolutamente *pascoalista* Noriega Varela ou ao já citado caso de Ramón Cabanillas. E ela está em linhas e movimentos partilhados com Portugal, como o denominado Neotrovadorismo, que tinha Bouza Brey como cabeça mais visível (López Fernández 1991).

Por que esta importação? Que espaço vinha a preencher ou a substituir? E, do ponto de vista enunciado neste trabalho, por quê se fala tanto em Portugal da Galiza com motivo da Saudade, e nada se fala ou quase com motivo da galega Inês de Castro ou até da língua? E por que é sobre uma base filosófica que se fala?

Convém começar por advertir que (Torres Feijó 2010), frente à normalidade secular da cultura portuguesa, a elaboração de um sistema cultural galego corre paralela à evidência de uma formulação explícita de autonomia política, nos seus diversos graus até à independência.

Não é possível explicar esse processo e as relações culturais galego-lusas, se esquecermos o funcionamento permanentemente político da ação de agentes e grupos galegos e as classes de relações estabelecidas entre agentes e grupos galeguistas e os procedentes de Portugal, também na procura da constituição de um intersistema; e o carácter de *locus privilegiado* que a expressão literária e cultural tem em casos em que a expressão política está interdita ou é muito pouco rendível.

Para explicar a presença e sucesso do Saudosismo na Galiza, convém fixar os postulados galeguistas em relação a Portugal. Se escolhermos um dos momentos genéticos e ao mesmo tempo sintéticos da construção identitária galeguista, os Jogos Florais de Tui de 1891 e, mais em concreto, o discurso do líder galeguista do século XIX, Manuel Murguía, podemos observar as seguintes linhas de força em relação a Portugal (Torres Feijó 1999):

- a) A comunidade linguística determina a existência de um intersistema galego-luso-brasileiro e legitima a diferente nacionalidade.
- b) Camões, pela sua origem e escrita, é também património galego; as glórias galaicas, de que beneficiam os dois povos, e a comum origem literária reforçam a unidade.
- c) Portugal e a Galiza partilham a lírica popular, essência fundadora da nacionalidade.
- d) A unidade linguística legitima a patrimonialização galeguista de Portugal.

A esta procura de vínculos fundadores e ativáveis com Portugal somar-se no futuro a Saudade e o Saudosismo. Repare-se em que nenhum dos factos invocados por Murguía tem carácter essencial e instrumental, intrínseco e praticável ao mesmo tempo, para o conjunto da comunidade. Nenhum é passível de ser objeto programático e de reflexão para o campo intelectual como característica inerente. Podia sê-lo, por exemplo, o celtismo, que é invocado repetidamente por Murguía, mas ele não abrange todo Portugal e não é sentido da mesma maneira como nuclear por parte dos parceiros intelectuais lusos, embora personalidades como Oliveira Martins (1881) sustentassem o carácter celta do povo português. Certamente, a palavra Saudade não aparece no discurso murguiano nem no galeguista até aos finais da década de dez. Mas, ao aparecer, tem um importante conjunto

repertorial a que vincular-se, caso dos enunciados referidos à lírica popular, à fatalidade de alma de que fala Murguía neste discurso, ao Medievalismo galego ou a Inês de Castro, fatores todos que podem acolher no futuro formulações saudosistas. Da alma nacional fala o próprio Martins na carta em que se desculpa por não poder assistir aos Jogos a que fora convidado, publicada no número 5 de *La Patria Gallega* daquele ano, ao afirmar que ela é “vibrantemente” pulsada nos *Cantares Gallegos* de Rosalía, que será elevada, como vimos, a Santa da Saudade.

Anos mais tarde, a Saudade e o Saudosismo vão conhecer um impulso que os levará a um dos centros do sistema cultural português, no seu campo de produção restrita, da mão da Renascença Portuguesa e Teixeira de Pascoaes. A Saudade será motivo poético e de comentário galego-português nos periódicos do norte português, particularmente nos regionalistas e muito especialmente com João Verde (Torres Feijó 2010) e será objeto também de reflexão erudita, em Carolina M. de Vasconcellos, em Pascoaes, em Claudio Basto, em Bell, etc. Com o debate sobre o Saudosismo, a referência à Galiza torna-se incontornável, e a inerência saudosista da Galiza também, como se reflete na polémica entre Sérgio e Pascoaes, iniciada por aquele na sua “Epístola aos saudosistas” (*A Águia*, nº 22, outubro 1913, p. 100).

O Saudosismo aparecerá então na Galiza com o movimento nacionalista, fazendo parte e justificando-se intrinsecamente como parte da renovação repertorial que ele mesmo postula. Na construção essencialista que já vimos, ele é um elemento explicativo da terra e da biografia coletiva galega, motor e produtor de ideias para o presente, frente ao mais marcado carácter instrumental da língua e ao lado do nem sempre facilmente invocável carácter rácico (“a raza non é tansiquera un siño diferencial da nacionalidade”, dirá Castelao [1992: 41]). Ele é, igualmente, apresentado como um modo de conhecimento, singular e específico, muito na linha das reflexões filosóficas da altura, em que o intuicionismo e teorias do conhecimento tendo como base o sentimento estavam presentes no mundo ocidental com força e faziam parte da formação de nacionalistas como Vicente Risco. Quando esse galeguismo quer argumentar e atuar essencialistamente, defendendo a sua diferença e a sua singularidade e, ao mesmo tempo, o seu vínculo com Portugal, é de extrema utilidade. Daí, a pertinência e a lógica que ele oferece à *Teoria do Nacionalismo Galego* de Risco, depois acompanhada pela maior parte dos teóricos nacionalistas.

O Saudosismo, foi também contestado, sobretudo por determinados elementos jovens, como Rafael Dieste, em 1927, que censurava o que julgava a sua feição paralisante, não devotada para a ação e a inovação, embora ele o incorporasse também. Dieste, que julgava ter sido um dos erros “dos nosos mestres” afirmar a “urxencia de edificar unha cultura partindo da morriña e demais afagos do repertorio triste”, como escrevia nas páginas do *El Pueblo Gallego* (Dieste 1981 [1927]: 103)^[5], assinava nesse ano um texto com Otero Espasandín, outro jovem da vanguarda, que se apresentava reflexivo e programático sobre o porvir da Galiza; a crítica implícita ao saudosismo como paralisante assoma com maior evidência ao reiterarem a vontade como força motriz frente ao discurso dos “precursores” (Dieste e Otero Espasandín 2006 [1927]: 103-104):

A unidade interna de Galicia ten que ser a nosa mira primeira. Ela ten que marcarno-los designios máis elementais. Galicia existirá plenamente cando o seu corazón, animado de fonda cobiza, teña un resoante latexar. Non abonda que falen uns poucos. As nosas interrogacións, para seren fructuosas, teñen que inquedar o palio da conciencia.

Deica hoxe as palabras enxebriismo e galeguismo acubillaron case sempre ideas enguedelladas, en pugna co espírito de hoxe, que non atopa acougo nas vagalumes líricas dos nosos precursores. É mester que asubie o vento no pentagrama das nosas normas.

A falla de unidade equivale a nos condenar ao descoñecemento de nós mesmos en conxunto. Dunha entidade singular ou colectiva soio se pode dicir que “actúa” cando chegou a esa unidade, condición do propiamente activo. Non temos aínda por qué dar creto a ises cantores do mol que queren faguer da saudade e da morriña as nosas primeiras e mellores notas.

¿Cales son os factores que se opoñen á unidade galega, ao esclarecemento do noso estilo?. Parécenos que son: O individualismo sen antenas. Pobreza de fe no noso destino, quizáis por causa do concepto enfermo que de nós mesmos temos. O non obxectivar, cada individuo ou entidade, o seu ideal, faguendo dil algo empregado “fora”, algo do que un mesmo é instrumento sen deixar de ser fin. A organización da propiedade, feito que encadea as almas labregas coas argolas que estreman as leiras.

⁵ A este texto alude também Derek Flitter (2000), tratando da construção identitária galeguista nesta altura, com alguma confusão entre as várias acepções da palavra saudade.

Eis o problema da nosa mocidade contrapor a isas forzas negativas un grito de xubilosa vontade. Dempois de ben desenguedellado o pensamento, vimos sempre a parar a ista verba: vontade. Non hai recetas revesgadas nin conxuros artificiosos. Todo fica no fío – remate e comezo – do querer ser.

Otero Espasandín é aínda mais explícito no seu sentido antissaudosista e, daí, também antirrisquiario, neste texto do mesmo ano, reveladoramente intitulado “Artigo pra Mocidade”, publicado nas páginas 1 e 2 do *El Pueblo Gallego*, em 1 de março do mesmo ano 1927, o jornal do influente político Portela Valladares, que, juntamente com o *Galicia*, eram os periódicos diários que albergavam a produção galeguista. “Un terco alonxarse dos feitos e das cousas levou òs homes”, diz, “nas datas pasadas, ò desacougo de moitas teorías”. “Todol-os choromicas foron enfermos. O romanticismo foi unha praga. O misticismo outra” (Otero Espasandín 2006 [1927]: 108), prossegue, para, aludindo a Dieste e à nova geração, deixar esta sentença abertamente formulada:

96

.....
PORTUGAL E(M) NÓS
.....

Contributos para
a compreensão do
relacionamento cultural
galego-português

Amar os feitos i-as cousas e non as teorías – o dito – vagariñentas. Fuxamos d’elas coma do lume. Fuxamos tamén da: “ideoloxía, saudade, ética, fe, alén”. Proa a outras ribeiras. Fuxir dos remuíños.

O poeta baixou do tellado. O corvo de Pöe, d’ollos afundidos na noite, – mutación – trocouse en lagarteiro d’ollos de punta. Astra lle gustan as froles de papés, restas d’allos, culleres... pra pintar e faguerlle poemas. Baixou do tellado pra vel-o mundo. (Porque xa non chora, nin escribe poemas c’unha leición moraloide pr’as fillas de María, din os probes diaños que fuxe da natureza. Porque non pon no mundo o espantallo a raudearse do seu “mundo interior” din os pobres diaños que fuxe da natureza).

E, para concluir:

A nosa xeneración é a chamada pra escachifollar a casca baildeira das verbas: “Ideaes, morriña, fé..., [en troques de revoar atordoado na casca d’ovo das verbas os novos espíritos cravarán as trompas con ledicias, nos neitarios da realidade].

Rapaces, saímos a descubrir Galicia. A d’onte, a dos poetas, escultores, pintores da raza; a da saudade, rebeldía, alen..., quedou pra mercar – todo a 0,75 – medallas nas eisposicións nacionais. Pra que os nosos poetas,

escultores, pintores... da raza solten bagullas coma puños. Pra que os críticos - Alcántara, Francés, Méndez Casal, Sánchez Cantín... - teñan tópicos con que lle fagueren o amor as ilustres corporacións, diputaciós, casinos, irmandades..., da nosa terra. Da terra meiga - como eles dín. Rapaces: o dito (Otero Espasandín 2006 [1927]: 109-110).

Esta clase de críticas pode adscrever-se aos procesos de mudanza nos campos literários e culturais, na procura de modificacións das posicións e funcións de agentes e grupos. No caso concreto do campo literário da altura, revelam que o protossistema galeguista aumentava em pluralidade e integrantes e que, ao mesmo tempo, a saudade constituía, para algúns, um repertório pasado e/ou inservíbel. E é este carácter de inutilidade para a acción, que trascende (como acontece em situacións em que a cultura ocupa *locus* privilegiado da expresión política) o campo cultural ao campo do poder, o que fará que Saudade e Saudosismo deixem de ter a virtualidade de ferramenta que nos inicios teóricos era postulada pelos líderes nacionalistas. Nos anos seguintes, a mesma acción política derivada da Segunda República española (1931-1939) fará que a Saudade perda posicións centrais no repertório de elementos e modelos galeguistas.

Expressão notável disto todo é o libro que virá substituir o de Risco como manual capital do pensamento nacionalista, já no após-guerra: *O Sempre en Galiza*, de Daniel Castelao. Na súa obra, a palabra saudade, plenamente integrada no repertório galeguista e, já, galego, aparece em várias ocasións, por veces aludindo aos emigrantes de além-mar, outras já ao conceito como elemento consubstancial do ser galego, tal e como fora elaborado entre 1918 e 1920, em algum caso ensablendo as duas vertentes. Falando dos catorze marinheiros galegos que traballan no barco em que escribe diz que eles (Castelao 1992: 229):

So pretesto de necesidades materiaes, emigraron para satisfaceren anxeios metafísicos e compriren os destiños da nosa raza viaxeira, magoada de saudades e ao mesmo tempo enraizada no chan nativo. Quén sabe se a saudade galega non será outra cousa máis que a loita de dous anxeios incompatibles: o de estar e non estar na Terra!

O significativo é, no entanto, que na primeira oportunidade em que no livro Castelao alude à Saudade, com letra grande, é para dizer que a “Galiza quer liberdade porque non hai povo en Hespaña con máis fé no seu futuro”, e para afirmar (Castelao 1992: 34): “As nosas esperanzas no[n] caben nos lindeiros da razón. Mataremos, se é preciso, a Saudade; porque a Saudade **cicáis** sexa unha esperanza entristecida, ladroeira de aicións”.

Carreguei a palabra cicáis (quicá) para expressar nesse matiz, enunciado como provável, o facto de o principal referente de todo o nacionalismo galego duvidar (já?) de que a Saudade pudesse ser um elemento ativo para a ação, no contexto de um livro elaborado depois da Guerra Civil e do exílio, em que muitos galegos e galegas padeceram ou estavam padecendo. É um comentário escrito logo depois da primeira grande experiência traumática de corte e negação vividas por um galeguismo ascendente até 1936. Isto não empece que Castelao considere como principal signo diferencial da psicologia galega a Saudade, na esteira dos saudosistas fundadores galegos (Castelao 1992: 52):

O signo diferencial da psicoloxía galega está, principalmente, na Saudade. Esta verba é coñecida dos hespañoes; pero somentes nós sabemos o que significa. Este significado ninguén acertou a expresalo; nin siquiera Rosalía de Castro, que foi o corpo mesmo da Saudade. Pero a Saudade existe e anda sempre connosco.

E, mesmo, não é obstáculo para que julgue a Saudade como antídoto contra a desesperança, ao ter *Além* [sic, em itálico, revelando no uso (orto-)gráfico, o carácter importado do conceito], em um trecho em que, como já outros galeguistas fizeram, entre eles Plácido R. Castro, a quem cita, Castelao volta unir Saudade e origem celta, vinculando esta com as outras denominadas nações celtas, entre as quais não deixa ausente, com alguma ambiguidade, Portugal (Castelao 1992: 355). Ele dedica várias páginas do seu *Sempre en Galiza* a tratar o assunto da Saudade e desenvolver o conceito de Morrinha como consciência daquela (pp. 355-357) para concluir, naquele cenário bélico, prolongado pela Segunda Guerra Mundial:

(...) quen sabe se a Saudade – orixinariamente “soedade” – non será máis que a Morriña! A este propósito lembraremos que alguén quixo explicar a Saudade como unha lembranza esquecida da remotísima tristura que nos causou o afundimento da Atlántida...

Sexa o que sexa, a Saudade eisiste, e portugueses e galegos somos escravos d-ela. E aínda que Portugal e Galiza non tiveran outros vencellos étnicos, nin outros estímulos comúns que os do lirismo saudoso, abondaríanos para que cesase o arredamento en que vivimos, morréndonos de soidade morriñosa. N-esta zozobra do mundo, Portugal e Galiza deben sentirse animados por una decisión inédita e confluyente, reitificando os erros da historia e transfigurando novamente a Saudade en Aición. Sóio así ouviremos bater as azas da Vitoria sobor das nosas Terras.

Os últimos trechos citados correspondem ao capítulo que Castelao dedica à Saudade (pp. 352-357), comezando por caracterizá-la como (p. 352) “o sentimento que abrangue a Portugal e a Galiza n-unha soia eternidade”, mas colocando o saudosismo, “(nome que Teixeira de Pascoaes deu à relixión da Saudade)”, e “non a Saudade”, como estado morboso “do Portugal de Camões e da Galiza de Rosalía, creado pol-a soedade en que vivimos os galegos e os portugueses, e que terá curación o día que se borre a fronteira que riscou Alfonso VI”.

Castelao enuncia, assim, a Saudade e o Saudosismo como vínculos e pontes galego-portugueses, alargando a consideración de elemento espiritual común, de vertebración cultural, de característica identitaria à acción política de procura de um espaço reunificador. Lembre-se que a conclusión do libro reclama uma Ibéria unida com Portugal, onde a Galiza seja a chave entre os dois estados (Castelao 1992: 477) e que é constante a expresión do desejo de o conjunto galego-português poder, uno, exercer plenamente o seu desenvolvemento cultural e social. Castelao discorre nestes parágrafos sobre o carácter espiritual da Saudade para galegos e portugueses, apoiando-se em Pascoaes, Castro ou Nóvoa Santos, e, a partir da frase do poeta luso, “Galiza é um bocado de Portugal sob as patas do leão de Castella”, que cita, afirmar que a Galiza, “n-efeito, vive en cautiverio” (Castelao 1992: 354), “Pero a sensibilidade galega xurde nididamente dos fondos ancestraes, esenta de contaminacións mediterráneas e ple[n]ja de desexos saudosos. Galiza aínda é a fonte máis pura da Saudade, o Norte das ourentacións”.

Castelao recolhe, pois, toda a elaboração teórica e poética do Saudosismo e da Saudade como bem e ferramenta cultural para convertê-la em instrumento de ação política, em “Aición”, como expressa recorrendo à letra grande, tal e como Pascoaes e os saudosistas portugueses e galegos faziam para referir-se aos elementos fortes da religião da Saudade. Este é, pois, um passo decisivo que, ao mesmo tempo, revela alguma contradição e a insuficiência da Saudade como apenas um bem cultural, sem capacidade de transformar-se em ativo, que é o que Castelao faz, conciliando a tradição e a fundamentação essencialista do nacionalismo galego e do vínculo forte de unidade galego-português com o programa político.

Depois da Guerra Civil, ele surgiu mais uma vez, com a atenção à Saudade prestada por Ramón Piñeiro em particular e todo o Grupo Galaxia em geral, como elemento definidor da comunidade galega e objeto de reflexão filosófica. Igualmente, ela foi utilizada na literatura como veículo identitário ou desenvolvimento de um estado de ânimo, individual e coletivo. Foi título de revistas nos enclaves galegos do após-guerra – como os sete números da mexicana *Saudade: verba galega nas Américas* (1942-1953), ou de relatos de exilados (*Da saudade, amore, arte e misticismo*, título do deputado exilado Antón Alonso Ríos, saído em Buenos Aires em 1956) –, por exemplo. O conceito de saudade e saudoso estará presente em muitas definições jornalísticas da Galiza, popularizando-se até começar a nutrir textos das primeiras canções que no idioma da Galiza cantava um jovem Andrés do Barro, como mostra a celebérrima “Teño saudade” de grande sucesso, nos inícios da década de setenta, nos finais do franquismo, cuja letra escreveu um incipiente escritor na altura, Xavier Alcalá. Mesmo, a palavra calhou na população, e estabelecimentos comerciais e bandas populares de música adotaram o nome Saudade, que pouco antes era uma importância portuguesa.

Hoje, Saudade e Saudosismo são objeto de análise académica (tendo como cabeça fundamental a obra do Prof. Torres Queiruga). Não têm já a componente político-cultural e social que puderam ter em outras épocas, particularmente naquelas em que era preciso reafirmar uma determinada essencialidade galega diferente e diferenciada quando outros caminhos estavam interditos. Mas estão no povo. Ele assumiu, não tanto as subtis e densas elaborações e reflexões teóricas, mas o

conceito e o seu significado como marca genética de galeguidade, ao extremo que substituiu outras como *morrinha* (que até poderia ser considerada vulgar frente a mais refinada *Saudade*) ou *senhardade*, palavra viva em áreas da Galiza com similar significado. A palavra *saudade* está não apenas no nome de grupos folclóricos, herdeiros daquelas elaborações do pré-guerra, mas no nome de lojas e negócios: cabeleireiras, consultorias, clubes desportivos, cafetarias, centros de fisioterapia...

Mas são notórias a sua paulatina perda de força e o seu refúgio no mundo académico como objeto de estudo ou, muito menos, na poesia, em um fenómeno que tentarei desenvolver noutro trabalho, e que se explica pelo facto de a *Saudade* ficar como bem cultural e não como ferramenta, no sentido utilizado por Even-Zohar (2005). Da mesma maneira, quando o galeguismo quer atuar cívica e politicamente, ele é inservível, como o mostra a sua praticamente total ausência do programa político e de intervenção galeguista até ao presente e mesmo de repertórios culturais, musicais ou literários do galeguismo atual. Precisamente, pelas razões que podiam levar Castela, naquele momento de indefinição e incerteza, fim de um período, a duvidar; e pelos motivos que os jovens vanguardistas Dieste ou Otero Espasandín tinham para considerar *Saudade* e *Saudosismo* insuficientes e paralisantes, carentes de força para a ação, negadores de dinamismo.

Saudade e *Saudosismo* são, pois, um ativo, e, embora antigo, com algum sucesso, da fabricação e está depositado como bem cultural no povo galego, no seu repositório; não parece provável que passe, mais uma vez, a ser ferramenta intelectual nem popular de galeguidade, entendida como construção para atuar no mundo, mas constitui um ativo importante, particularmente em algumas elites, para manter determinados vínculos galego-portugueses, ratificando os objetivos nacionalistas com que desde a Galiza se impulsionou. Pense-se que, ainda hoje, em meios académicos da cultura, talvez seja a propósito das cantigas medievais e da *saudade* quando mais se ouve o nome da Galiza em Portugal. Desse ponto de vista foi, e é, uma fabricação exitosa. Este texto surge de um convite para um “Colóquio Galaico-Lusitano” sobre a *Saudade*. Como queria, pois, aquele galeguismo do pré-guerra, hoje fala-se em determinados centros intelectuais portugueses da Galiza, a propósito da *Saudade*, e mesmo com algum pano de fundo similar.

E é já um bem patrimonial partilhado, nascido da mais poderosa ponte identitário-discursiva elaborada a duas mãos por intelectuais galegos e portugueses há quase um século. Pode, em função das circunstâncias, conjunturais ou não, vir a ser ativado noutras dimensões, mas já ficou nesse repositório como bem comum.

102

.....
PORTUGAL E(M) NÓS
.....

Contributos para
a compreensão do
relacionamento cultural
galego-português

O PENSAMENTO CULTURAL GALEGO EM REFERÊNCIA A PORTUGAL: POSIÇÃO E FUNÇÃO DE IDEIAS E GRUPOS NO TARDOFRANQUISMO E NA TRANSIÇÃO

Roberto Samartim

Gonçalo Cordeiro Rua

DESDE MEADOS DO SÉCULO XIX UMA PARTE DA ELITE INTELLECTUAL DA GALIZA TRABALHA NA ELABORAÇÃO, na difusão e na conservação de um corpus de ideias destinado à justificação, sustentação e/ou promoção da identidade diferenciada da comunidade que habita este território peninsular. Pelo menos desde essa altura, o fragmento do sector dominante empenhado neste processo de defesa e construção identitária utiliza os campos culturais (nomeadamente o literário) como espaço privilegiado para a implementação do conjunto de materias e regras repertoriais com que pretende definir, identificar e coesionar socialmente a comunidade galega. Dentro do repertório de marcadores identitários com que trabalham estes agentes e grupos da elite, o *galeguismo* contempla, desde as suas primeiras formulações, a unidade linguístico-cultural galego-portuguesa como elemento legitimador, reforço da própria identidade e apoio (mais ou menos central em função do período histórico analisado) na configuração de um Sistema Cultural Galego [SCG] relativamente autónomo do Sistema Cultural Espanhol [SCE], com que concorre pelo mesmo espaço social.

Este trabalho enquadra-se, então, dentro da descrição e estudo do processo de construção do SCG e pretende tanto caracterizar de maneira sumária os principais agentes e grupos nele atuantes durante o Tardofranquismo e a Transição (1968-1978), como identificar e localizar

103

.....
O PENSAMENTO
CULTURAL GALEGO EM
REFERÊNCIA A PORTUGAL:
POSIÇÃO E FUNÇÃO DE
IDEIAS E GRUPOS NO
TARDOFRANQUISMO E NA
TRANSIÇÃO
.....

Roberto Samartim
Gonçalo Cordeiro Rua

as principais ideias fabricadas ou promovidas pelas suas elites ao longo deste período da história da Galiza. Neste sentido, prestamos especial atenção ao corpus de ideias referido à relação do SCG com Portugal (e com os restantes territórios de língua portuguesa) por causa tanto da função de histórico Referente de Reintegração apontada acima, como por estar este trabalho enquadrado no projeto “Portugal e o mundo lusófono na literatura galega (1968-2000)” [POLULIGA].

Este projeto de investigação está a ser desenvolvido [2009] na Universidade de Santiago de Compostela (USC) pelo Grupo Galabra (de Estudos nos Sistemas Culturais Galego, Luso, Brasileiro e Africanos de Língua Portuguesa) e pretende estudar as ideias (quanto à arte, a cultura, a identidade, a Galiza, a relação com os outros sistemas culturais peninsulares, etc.) e as estratégias para a sua socialização experimentadas e/ou promovidas pelas elites atuantes no SCG entre 1968-2000 aplicando a conjugação de duas linhas metodológicas principais: as teorias sobre o campo e as suas derivações em literatura postuladas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1992) e as teorias sistémicas e os estudos sobre planificação cultural do professor israelita Itamar Even-Zohar (2005); a elas devem ser somadas as adaptações ao nosso objeto de estudo e os vários desenvolvimentos realizados pelo diretor do Grupo Galabra da USC, o professor Elias J. Torres Feijó (2004). Contemplamos também, entre outras, as teorias da receção e do relacionamento cultural postuladas tanto por Daniel-Henri Pageaux (2002) como por José Lambert (1986) e, ainda, utilizamos a Análise de Redes Sociais [ARS] (ver Hanneman e Riddle 2005 ou Rodríguez 2005) aos efeitos de visualizar do ponto de vista relacional as vinculações que se efetivam entre agentes instituições e ideias através da análise de um corpus constituído por jornais (principalmente pelos dois de maior tiragem na Galiza no tempo do nosso estudo: *Faro de Vigo* e *La Voz de Galicia*), por todas as revistas e os livros publicados neste período dentro das margens do SCG e por qualquer outro suporte de carácter cultural que nos permita conhecer o nosso objeto de estudo (correspondência, entrevistas, etc.).

No projeto Poluliga centramos os trabalhos de pesquisa no espaço cronológico compreendido entre 1968 e 1982, dividindo estes anos em três períodos por meio de balizas externas aos campos culturais já que, em virtude da heteronomia que caracteriza o sistema nesta altura, elas são as responsáveis das principais mudanças verificadas no interior do

SCG. Falaremos assim aqui em “tardofranquismo” (1968-1973) em função de que as primeiras revoltas estudantis contra a ditadura do General Francisco Franco em 1968 e o assassinato em dezembro de 1973 do seu chefe de governo e homem forte do regime, o Almirante Carrero Blanco, delimitam um período de abertura relativa no campo político que tem a sua tradução nos campos culturais (em diferentes tomadas de posição dos seus agentes ou na promoção de determinados repertórios, por exemplo). Igualmente, delimitamos o período da “transição” (1974-1978) entre esse assassinato e a aprovação da Constituição Espanhola em referendo em dezembro de 1978 e a conseqüente instauração de um novo quadro legal, porque com a percepção da iminente morte do ditador (e, sobretudo, trás a sua defunção em finais de novembro de 1975) assistimos a uma importante mudança qualitativa que determina e condiciona o funcionamento dos campos culturais, tanto quanto ao volume de produtos e as suas regras de circulação como ao tipo de repertórios (ascenso do ensaio e redução da poesia social-realista no campo editorial, por exemplo). O terceiro período, que não atenderemos neste trabalho, corresponde-se com a estabilização do regime autonómico na Galiza e compreende desde esse plebiscito constitucional de 1978 até 1982, baliza comumente aceite pela historiografia como ponto final do processo de reforma do regime franquista e ano prévio à entrada em vigor de uma decisão política que determinará substancialmente o funcionamento do SCG a partir desse momento: a aprovação pelo Parlamento autonómico da Galiza em abril de 1983 da “Lei de Normalización Lingüística” hoje vigorante.

Por outro lado, para alcançarmos os objetivos propostos neste contributo o procedimento consistiu, em primeiro lugar, em analisar o conjunto dos resultados do projeto Poluliga¹, sistematizando e sintetizando as principais informações que neles se encontram quanto à caracterização, identificação e localização dos principais agentes, grupos e ideias presentes no SCG entre 1968 e 1978. O estado da nossa investigação para este período permite-nos tirar conclusões já relativamente

¹ Para além de um artigo publicado em uma revista especializada, estes resultados contabilizam [em 2009] cinco trabalhos académicos de graduação e cinco de pós-graduação, todos defendidos na USC, e trinta comunicações apresentadas em congressos internacionais (ver <https://redegalabra.org/>).

estáveis sobre estes assuntos referidas ao tardofranquismo e aos inícios da transição (1968-1975), período em que se tem centrado até o momento a maioria da produção do projeto Poluliga.

Para apontarmos as continuidades e as principais mudanças experimentadas no SCG durante a transição (1974-1978) quanto aos grupos atuantes e as ideias por eles promovidas, realizamos uma amostragem em 81 revistas correspondentes a este período; estas publicações foram escolhidas em virtude de conformarem uma amostra significativa das diferentes tipologias em que catalogamos, quanto ao grupo editor, as publicações do nosso corpus: oficiais (estatais, provinciais, municipais, académicas, eclesiásticas), associativas, de Centros Galegos (corporativas), escolares, universitárias, políticas, sindicais, vizinhos, profissionais, editoriais e outras (sendo definidas também pela sua temática: culturais, científicas, artísticas, literárias, informativas, generalistas, etc.)

O principal problema com que nos encontramos neste ponto diz respeito ao modo e ao tipo de codificação destas ideias ou, por outras palavras, à tipologia das categorias que devemos/podemos colocar e ao procedimento com que elas devam/possam ser estabelecidas para garantir a sua produtividade e rentabilidade em uma posterior análise relacional aplicando as ferramentas próprias da Análise de Redes Sociais ao corpus selecionado. Para superarmos este obstáculo, testamos aqui uma possível codificação de categorias (ideias) e avaliamos o seu rendimento, focando futuras abordagens dos materiais que conformam a totalidade do nosso corpus.

Por último, procedemos também à análise dos livros em galego editados no tardofranquismo e na transição, estudando os padrões de relacionamento que se verificam entre produtores e editoriais a fim de podermos agrupar estes agentes e comparar, contrastar e completar os resultados obtidos com os correspondentes tirados da análise dos resultados do projeto e da mostragem das revistas da transição; estabeleceremos assim medidas corretoras que nos permitam uma conclusão geral (ainda que forçosamente provisória) quanto aos objetivos focados por este trabalho para a totalidade do período em causa (1968-1978).

1. Grupos e agentes no SCG de 1968 a 1978

Após acompanharmos este procedimento de trabalho, e de acordo com o estado atual da nossa investigação, estamos em disposição de identificar os principais agentes e agrupações atuantes no SCG do tardofranquismo e da transição (1968-1978).

Assim, denominamos Grupo Galaxia ao conjunto de produtores agrupados em volta da editorial do mesmo nome, cujo núcleo, formado por agentes procedentes do galeguismo do pré-guerra civil de 1936-1939 (Ramón Otero Pedrayo, Francisco Fernández del Riego, Ramón Piñeiro, etc.), baseia o seu projeto cultural na tradição galeguista e trabalha estrategicamente devotado para a sua institucionalização; com este objetivo cria a editorial *Galaxia* [1950] e a revista *Grial* [1963] e alarga a sua intervenção no campo editorial através do selo SEPT [1966], que foca conteúdos próprios da religião cristã e da filosofia. Todos estes projetos editoriais promovem repertórios caracterizados em boa medida pelo seu carácter autónomo (mais ligados à “arte pela arte” do que à “arte social”), procuram um público com um relativamente elevado capital cultural, são os de maior estabilidade do SCG da altura e, além do mais, acumulam o grande capital simbólico que lhe transferem os agentes que os constituem ou que neles participam, incluídos os produtores mais canonizados e agora editados por *Galaxia*, ora provenientes do “Rexurdimento” literário galego do século XIX (responsáveis do ressurgimento da literatura escrita na língua da Galiza, como Rosalía de Castro, Curros Enríquez ou Eduardo Pondal), ora do período do pré-guerra (em especial Daniel Rodríguez Castelao, figura central do nacionalismo político galego, escritor e artista plástico) (Cordeiro Rua e Rodríguez Prado 2002). Todas estas características contribuem para que Galaxia ocupe a posição mais central de todos grupos presentes no SCG tanto no tardofranquismo como na transição.

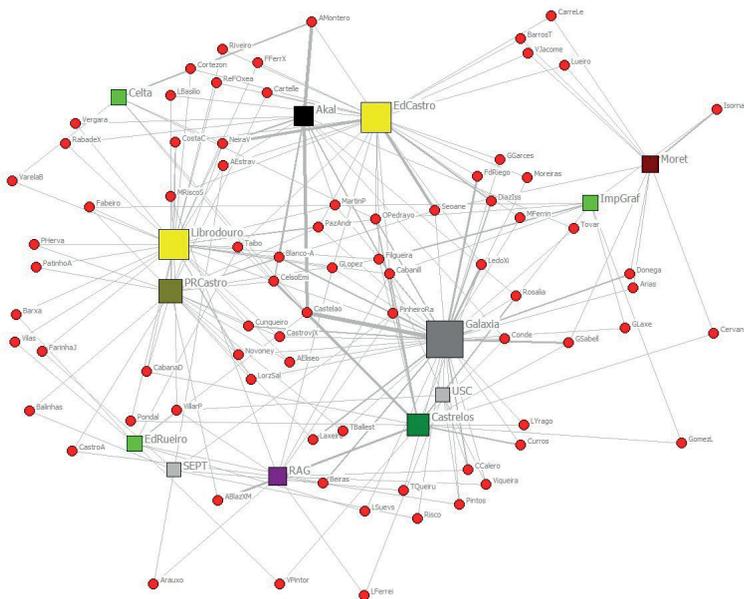


Figura 2: Editoras e produtores/as no campo editorial galego (1974-1978).

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com essa estratégia de institucionalização das suas ações, agentes ligados ao Grupo Galaxia reforçam e lideram a intervenção da Real Academia Gallega [RAG] no SCG da altura. Esta plataforma de carácter oficial fundada em 1906, a única herdada do galeguismo de pré-guerra, é um espaço que Galaxia compartilha com os agentes mais ligados à oficialidade cultural e política do franquismo presentes no SCG entre 1968 e 1978. Estes agentes, agrupados no que podemos denominar Grupo Filgueira em virtude de ser este o apelido do seu membro mais central (o diretor do Museu de Ponte Vedra e político franquista, antes membro do Partido Galeguista, José Filgueira Valverde), partilham um sector de público com Galaxia mas também focam um mercado específico e especializado ao promoverem desde várias instituições culturais e políticas de carácter oficial (Museus, Academias, Deputações [governos provinciais], etc.) repertórios virados para a etnografia, o folclore ou a arqueologia, representando as tendências

mais claramente subsistémicas do SCG dentro do SCE^[3] (utilizam profusamente o espanhol e ocupam-se, por exemplo, de figuras como Emilia Pardo Bazán, escritora enfrentada no século XIX aos primeiros galeguistas encabeçados por Manuel Murguía, esposo de Rosalía de Castro e primeiro presidente da RAG) (Torres Feijó 1999).

Para além de no espaço académico já referido, as relações entre estes dois grupos detetam-se na presença em outros espaços institucionais comuns, como as publicações respetivas ou o patronato do Instituto de la Lengua Gallega [ILG] da USC. Este organismo universitário será determinante para a configuração do SCG desde a sua irrupção em 1971 com o objetivo específico de intervir na codificação do galego desde uma “orientação popularizante que minimiza a interferência do castelhano, nom contempla a referência luso-brasileira e afirma que o modelo estándar da língua da Galiza deve aproximar-se todo o possível da realidade fonética da fala popular, permitindo porém alguma concessão à tradição literária” (Samartim 2005: 33).

O ILG intervém na padronização da língua galega no horizonte de expectativas aberto perante a possibilidade de a última Ley General de Educación do franquismo [1970] incorporar a língua galega (por primeira vez na sua história) como matéria opcional no campo do ensino regrado na Galiza. Mas, principalmente, com a sua tomada de posição, o Instituto da USC [1] discute *de facto* a autoridade da RAG para exercer a função codificadora que os grupos que nela participam lhe atribuem alegando o seu carácter de (até essa altura) *única* instituição oficial do galeguismo, [2] secundariza a tradição literária como critério legitimador fundamental em benefício do que o catedrático da USC e presidente desta instituição, o professor Constantino Garcia (1974: 150), denomina “abstracción da fala popular” e, sobretudo, [3] nega validade ao critério de aproximação linguística galego-portuguesa; estas razões codificadoras (recurso à tradição literária e coincidência com o estándar português como elemento validador das escolhas) ocupam uma posição

³ Neste sentido, parece oportuno indicar, ainda que seja tangencialmente, que esses repertórios ligados ao folclore (músicas e danças tradicionais) são promovidos no tardo-franquismo para os públicos populares de forma maciça por instituições e associações políticas e culturais localizadas no interior do regime (Coros y Danzas de la Sección Femenina de Falange, Organización Juvenil Española [OJE], etc.).

central na proposta que Galaxia coloca no SCG através das *Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego* [NOMIG] aprovadas pela Academia e publicadas nos inícios desse mesmo ano 1971. Da elaboração destas NOMIG é em grande medida responsável o académico Ricardo Carballo Calero (Samartim 2005: 15), primeiro catedrático de língua e literatura galega da USC e principal filólogo e crítico literário de Galaxia até o seu afastamento do grupo no fim do período analisado por causa das suas tomadas de posição pró-reintegracionistas^[4].

Para além do labor dos produtores ligados aos grupos mais institucionalizados (Galaxia, Grupo Filgueira e ILG^[5]), o SCG do tardofranquismo e da transição conhece a participação destacada de numerosos e importantes agentes em volta do que podemos designar como Grupo Sargadelos, projeto cultural e empresarial focalizado na renovação repertorial do campo artístico galego promovido por Isaac Díaz Pardo e Luís Seoane, dois produtores retornados à metrópole depois de uma longa estadia no enclave bonaerense^[6], com o qual mantêm ainda importantes relações ao longo de todo o período. Este grupo inter-vém também no campo literário através de Ediciós do Castro, editora que tem nas narrativas sobre a emigração de Xosé Neira Vilas o seu produto mais sucedido no mercado da altura e que se caracteriza por

⁴ Ao contrário do conjunto do núcleo de Galaxia, Carballo [que assinará os seus trabalhos como “Carvalho” depois dos anos setenta] alinha com a proposta de codificação da língua da Galiza na base da decidida aproximação ao estándar do português (nomeadamente no plano ortográfico) feita em 1973 pelo principal agente do galeguismo em Portugal, Manuel Rodrigues Lapa (Samartim 2005: 26 e ss).

⁵ O ILG não tem impacto destacado no campo editorial (publica a revista especializada “Verba” e alguns métodos e materiais para a aprendizagem do galego) mas ocupa uma posição central no incipiente e determinante campo do ensino em virtude da sua origem universitária e de disputar (à RAG) desde a sua criação o monopólio sobre a codificação da língua da Galiza.

⁶ Os principais e mais ativos enclaves do SCG da altura estão localizados na América (destacando entre eles a coletividade galega do Mar de Prata). Organizados em volta de Centros Galegos e patronatos, durante todo o período mantêm ativas as suas revistas societárias e uma continuada produção editorial, realizando um importante labor de mantimento de símbolos identitários vindos do passado do galeguismo e de instituições políticas republicanas (como Rosalía de Castro, Daniel Castelao ou o Consello de Galiza). No tempo do nosso estudo sobressai o labor de disponibilização de recursos económicos para os principais empreendimentos culturais da metrópole (reabilitação da Casa Museo de Rosalía e da Sede da RAG na Corunha, por exemplo).

uma considerável diversificação da sua produção, o que lhe permite aglutinar tanto agentes de várias orientações políticas como repertoriais (em quanto aos temas, modelos, géneros e mesmo às línguas [galego e castelhano]). Este carácter diversificado, mas também a clara orientação para o campo artístico como espaço de movimentação prioritário e a sustentabilidade económica das suas ações, explica o grande avanço experimentado por este grupo no terreno editorial no segundo período da nossa análise, onde se aproxima do nível de produção de Galaxia neste campo (*vid.* supra Figura 2).

Para além dos importantes contactos de membros de Galaxia com Sargadelos tanto no tardofranquismo como na transição^[7], destacam igualmente as relações mantidas por Galaxia no interior do campo editorial com o que podemos denominar Grupo Castrelos, encabeçado por Xosé M^a Álvarez Blázquez. Os produtos colocados no mercado por esta editorial são distribuídos por Galaxia (que acabará comprando-a no fim deste período, em 1979) e estão caracterizados sobretudo por serem (re)edições de textos de vária tipologia dirigidos a um público alargado e popular, onde sobressaem os repertórios popularizantes e os social-realistas, experimentados pelo conjunto dos agentes ligados aos grupos políticos da esquerda em função da utilidade política por eles atribuída à literatura e presentes em vários produtores vindos da tradição galeguista e publicados por esta editora viguesa (como Curros, Rosalía, Castelao, Cabanillas, etc.).

Neste sentido, devemos referir a importante participação no tardofranquismo do professor Xesús Alonso Montero, principal agente intelectual do Partido Comunista de Galicia [PCG], tanto em Castrelos (onde intervém na coleção O Moucho) como em Ediciós do Castro; destaca da mesma maneira a sua participação, já na transição, nesta última editora e também em Celta (que aglutina agentes novos da esquerda luguesa), mas sobretudo na madrilenha Akal, instituição próxima do Partido Comunista de España [PCE] que entra no mercado do livro em

⁷ Repare-se, apenas como exemplo, nas participações de Díaz Pardo e Luís Seoane em Galaxia (Figura 3 e Figura 4). Aliás, as gráficas evidenciam uma importante densidade nas relações entre todos os agentes; esta característica é própria de sistemas emergentes, onde um número relativamente reduzido de agentes multiplicam as suas ações e, portanto, também as suas relações, procurando preencher alguns dos numerosos défices existentes no sistema cultural ainda em construção.

galego no fim do tardofranquismo com a coleção Arealonga (dirigida pelo próprio Alonso Montero) e que desenha desde a sua criação em 1973 uma estratégia editorial que contribui para a construção de um intersistema literário conformado pelos diferentes povos do Estado Espanhol.

A secção galega do PCE desde 1968 está virada nesta altura fundamentalmente para o trabalho político e sindical na clandestinidade, mas os membros ligados a este grupo intervêm também ativamente nos campos culturais ao longo de todo o período. Neste sentido, para além da multiplicidade e diversificação das relações de Xesús Alonso Montero e o seu labor como “produtor de produtores” – isto é, como promotor da participação de agentes de esquerda de gerações mais novas tanto no campo literário, através das numerosas instituições não oficiais com que tem contacto, como no incipiente e popular campo da canção em galego (Rodríguez Prado 2004) – destaca a criação de uma rede local de associações de base ligadas ao PCG (como a Asociación Cultural Abrente na vila ourensana de Ribadavia, organizadora do festival de teatro que leva o seu nome) procurando um público alargado e a socialização tanto dos seus postulados políticos como de uns repertórios culturais caracterizados pela sua heteronomia (social-realismo, nomeadamente) se os compararmos, por exemplo, com os promovidos por Galaxia.

A centralidade apontada para Galaxia no SCG vem definida tanto em virtude da intensidade e a qualidade das relações que mantém no interior dos campos culturais, como pelo seu relacionamento com os agentes e as instituições ativas no campo político da Galiza do tardofranquismo e da transição (Samartim 2004). Assim, ao igual que detetamos relacionamentos com grupos colocados na direita política (como com o referido grupo Filgueira), Galaxia também estabelece importantes contactos com a esquerda (como com o já nomeado Alonso Montero, que participa em *Grial*). Neste sentido, o facto mais importante é a promoção da organização e o apoio prestado por destacados integrantes de Galaxia às atividades relacionadas com o Partido Socialista Galego [PSG], tanto na colaboração com a rede de associações culturais locais com que mantém ligações (“O Facho”, na Corunha, ou “O Galo”, em Santiago de Compostela) como em contribuições económicas diretas para a abertura de novos campos de ação cultural, como o musical no

início do tardofranquismo (no qual participam de maneira pontual em parceria com a empresa barcelonesa Edigsa já em 1967 [vid. *Almanaque Galaxia* 1950-1975, p. 185]); ou, sobretudo, o campo dos meios de comunicação em galego na transição (subsidiando a publicação do semanário *Teima*) (Samartim 2002).

Ainda que o PSG é a organização política da esquerda mais próxima no plano cultural de Galaxia, grupo com que também mantém fortes laços pessoais, o processo de decantação ideológica dirigido pelo seu principal ativo, o catedrático de Estrutura Económica na USC Xosé Manuel Beiras Torrado, que leva o partido da social-democracia para o socialismo marxista, nacionalista e anticolonial, afasta o PSG de Galaxia no terreno político à vez que o faz converger no fim da transição com o grupo mais ativo da esquerda nacionalista da altura, a Unión do Pobo Galego [UPG]. Este último grupo discute frontalmente a passividade política, os postulados alcunhados de “culturalistas” e a estratégia institucionalista de Galaxia (Samartim 2004)⁸ e, ao igual que os outros partidos da esquerda clandestina, ensaia uma estratégia caracterizada por centrar a sua atividade no trabalho político (vizinhal, sindical, universitário, ambiental ...) e por criar numerosas plataformas locais e sectoriais de que são bom exemplo as diversas revistas promovidas neste período. Precisamente, em virtude dessa estratégia de trasladar a atividade política aos campos culturais (comum, como dizemos, a todos os partidos da esquerda clandestina), os agentes ligados à UPG implementam ações focadas para a socialização do seu ideário político e a promoção dos repertórios culturais próprios da arte social perante

⁸ Contudo, em virtude do indicado na nossa nota anterior, existem também relações entre Galaxia e agentes centrais da UPG. Delas destacamos as colaborações em *Grial* do professor de ensino secundário e membro da Asociación Cultural de Vigo Xosé Luís Méndez Ferrín (que também publica narrativa na Editorial Galaxia), e a participação dos poetas social-realistas Manuel María Fernández Teixeiro e Celso Emilio Ferreiro (nunca publicados em Galaxia por causa do rejeitamento desta editora dos repertórios próprios da arte social) no *Almanaque de Galaxia 1950-1975* com que o grupo celebra o seu vinte e cinco aniversário; também deve ser nomeada aqui a publicação pela editorial viguesa em 1972 (2ª ed. 1973) do livro *A Evolución ideolóxica de M. Curros Enríquez* escrito pelo principal ideólogo da UPG para assuntos linguísticos, literários e culturais, o professor Francisco Rodríguez Sánchez, que dois anos antes tinha marcado a posição do seu grupo quanto à função da literatura galega com um trabalho publicado no número 30 de *Grial* (Rodríguez 1970).

De facto, este aumento quanto aos agentes e às instituições (sobretudo a partir da morte do ditador Francisco Franco em 1975) é a mudança mais destacada verificada no conjunto do SCG na transição com respeito ao período imediatamente anterior (*cf.* as Figuras 1 a 4). Este acréscimo no número de participantes e a diversificação do SCG (plasmados quer no aumento da produção, na promoção de novos repertórios ou na presença de novos produtores e editoras no campo literário, quer nas agrupações de agentes já atuantes no tardofranquismo em volta de novas publicações periódicas surgidas na transição) supõe também um maior volume de conexões tanto no núcleo do sistema como na sua periferia, sem isso significar uma maior especialização nas relações entre agentes e instituições; isto é, mudando substancialmente as potencialidades do sistema, o grau de interrelação continua a ser significativo.

2. Ideias e publicações no SCG de 1968 a 1978

Noutro âmbito de análise, quanto à localização das principais ideias presentes no SCG no tempo do nosso estudo (e para além do já apontado aquando da caracterização sumária dos principais agrupamentos de agentes: Galaxia, Grupo Filgueira, ILG, Grupo Sargadelos, Castrelos, PCG, PSG e UPG), de acordo com os resultados do projeto Poluliga para o período 1968-1975 e com a análise das revistas que conformam a nossa amostra para a transição, verificamos a posição destacada de um conjunto de seis publicações em virtude da quantidade e da diversidade das ideias nelas promovidas. Nessa meia dúzia de revistas podemos distinguir dois agrupamentos claramente definidos: por um lado, o formado pelas três editadas no interior da Galiza (*Grial*, *Boletín de la RAG* e *Encrucillada*) e, por outro lado, outras três revistas publicadas em dois enclaves americanos (*Casa Galicia-Unidad Gallega* em Nova Iorque, *Galicia. Revista del Centro Gallego de Buenos Aires* e *Correo de Galicia*, também bonaerense). Em relação com elas encontramos as ideias presentes com maior frequência no SCG deste período da história da Galiza, ideias-força que podemos agrupar em seis grandes áreas temáticas: história, literatura, arte, cultura, língua e política.

O polo mais heterónimo do SCG deste período histórico gira, portanto, em volta destas publicações que focam de maneira prioritária a questão política. Em relação com ela, para além de alguma publicação governamental portavoz da oficialidade do Franquismo até 1975 (como *Lucus*), encontramos várias revistas publicadas nos enclaves americanos que, sendo de carácter generalista ou societário e acolhendo uma participação heterogénea de agentes e grupos, focam em maior grau repertórios ligados à literatura, a história, a arte ou a cultura, mas também dedicam espaço aos assuntos da política (aproveitando os valores democráticos presentes nos países de acolhida). Entre elas destacam *Casa Galicia-Unidad Gallega* de Nova Iorque e *Galicia* (tanto a promovida pelo Centro Galego como a publicada com o mesmo título pela Federación de Sociedades Galegas) e, sobretudo, sobressai a importância que ocupa a questão política antifranquista até 1975, e a defesa da autonomia para Galiza na transição, em *El Correo de Galicia*, a publicação de carácter mais geral e maior órgão de expressão da coletividade galega do Mar de Prata em todo o período do nosso estudo (Samartim 2009).

Ainda, no *Boletín de la RAG* destaca a participação do que antes denominámos grupo Filgueira e de vários membros de Galaxia (Otero Pedrayo e, sobretudo, Carballo Calero para questões filológicas), abordando nas suas páginas questões “culturalistas” (história, arqueologia, etnografia... e é em relação com estes âmbitos que surge nas suas páginas o celtismo, referente identitário central nas origens do galeguismo); esta revista institucional também se aproxima dos repertórios ligados à política com ocasião do volume monográfico dedicado ao vinte e cinco aniversário da morte de Castelao (1975), académico numerário da RAG

minoritários da esquerda espanhola (*Erguédevos*, do Partido dos Traballadores de España; o *Roxo*, da Liga Comunista Revolucionaria; *Galicia en Loita*, do Movimento Comunista Galego) ou do PCG (como *Alento* [Xuventude Comunista Galega] e a *Voz do Pobo*; ou *Chispa*, *Galicia Obreira*, *Loita Obreira* e *Vigo Obreiro*, portavozes do sindicato afim Comisiones Obreras [CC.OO.], ou *Terra. Voceiro do Comité Democrático* que agrupa a vários grupos da esquerda não nacionalistas onde destaca o PCG); sejam publicações políticas ou sindicais promovidas ou apoiadas pelos grupos nacionalistas de esquerda já referidos (*Galicia Socialista* e *Landra* ligadas ao PSG; *Alento* [UTEG], *Boletín da Asociación Cultural de Vigo*, *Boletín do Sindicato de Traballadores do Ensino de Galicia*, *Canle*, *Fouce*, *Galicia Emigrante*, *Galicia Hoxe*, *Irmandiño*, *Lume*, *Mallo*, *Rego*, *Terra e Tempo* e *Voceiro Labrego*, ligadas à UPG).

e, considerado nas várias facetas da sua trajetória (como artista, político, literato ou intelectual), promovido e reivindicado por todos os grupos atuantes no SCG do tardofranquismo e da transição de acordo com os diferentes valores por eles atribuídos à tradição.

No meio dos dois grandes polos de maior/menor autonomia, encontramos outra das ideias centrais do tempo do nosso estudo, a ideia de língua; contudo, ainda que compartilhada por ambos os sectores em que se agrupam as revistas, este tema será focado pelas publicações da esquerda como uma questão exclusivamente de ordem política e social (defesa do monolinguísmo ou da oficialidade da língua da Galiza, reivindicação do galego como língua do povo oprimido, etc.) enquanto que as revistas mais viradas para a autonomia dos campos culturais centrarão o seu interesse em questões filológicas, codificadoras e de história da língua.

Quanto a estas, merece especial destaque o reforçamento da promoção de ideias relacionadas com o galeguísmo cristão (quer na vertente mais estritamente religiosa quer na política ou na cultural) produzido trás o agrupamento em volta da revista *Encrucillada* (1977) de vários agentes na órbita de Galaxia, grupo responsável pela edição da publicação através do selo SEPT. Referimo-nos a produtores como o teólogo Andrés Torres Queiruga, a algum agente próximo ao PSG, como o jornalista Álvarez Pousa e, sobretudo, aos padres Isaac Alonso Estravis e Martiño Montero-Santalla, agentes mais periféricos no tardofranquismo e decididos defensores durante todo o período da galeguização da liturgia católica e da unidade linguística galego-portuguesa, que promoverão também as suas ideias pró-reintegracionistas através desta revista.

É necessário referir, ainda que seja de passagem ao falarmos em promoção de ideias pró-reintegracionistas, o ensaísta, poeta e empresário armador Valentín Paz-Andrade. Este produtor mantém importantes ligações com o campo do poder na Galiza (no económico em todo o período e, na transição, também no político) e, já nos campos culturais, participa em várias das mais importantes plataformas dos principais grupos (Castrelos, Galaxia, Sargadelos etc.) promovendo através dos seus produtos a utilidade económica e cultural da unidade linguística galego-luso-brasileira e, neste sentido, especialmente interessado pelo relacionamento entre a Galiza e o Brasil (Torres Feijó 1997; Cordeiro Rua e Rodríguez Prado 2002).

Mais concretamente, quanto às ideias criadas ou promovidas sobre Portugal, podemos afirmar que as instituições oficiais em volta das quais gira o que denominámos Grupo Filgueira vinculam-se com o sistema do país vizinho pela via do tratamento nas suas publicações da etnografia e da arqueologia tanto galega como portuguesa (em função da unidade cultural originária postulada pelo galeguismo desde as suas origens), e pelas relações já antigas dos seus mais envelhecidos agentes, como Fermín Bouza Brey ou Leandro Carré, com instituições portuguesas homólogas (o Museu Etnográfico do Porto, nomeadamente).

Por seu lado, Galaxia incorpora a doutrina herdada do galeguismo histórico também nesse âmbito de pensamento: defesa teórica da unidade linguística e cultural galego-luso-brasileira, sem contudo conseguir implementar estes postulados em aspectos centrais para a configuração do SCG, como o da estandardização do galego, onde caminha para o pacto com o ILG desde a irrupção no SCG desta instituição universitária em 1971. Avalizando a tomada de posição do ILG (fundada em critérios codificadores popularistas/popular[izant]les e declaradamente anti-lusos), Galaxia dá carta de natureza galeguista a um modelo linguístico-cultural marginal no SCG historicamente considerado (Torres Feijó 1999), onde a defesa da unidade linguístico-cultural da Galiza e Portugal tinha ocupado tradicionalmente uma posição central (Samartim 2005).

Contudo, Galaxia monopoliza na prática a questão do relacionamento galego-português no SCG no início do período através da participação em *Grial* de figuras centrais de Portugal e do Brasil, dos seus contactos com Jacinto do Prado Coelho, diretor do *Dicionário das literaturas portuguesa, galega e brasileira* (Livraria Figueirinhas, imp. 1960) e director da revista *Colóquio/Letras* (emprendimentos ambos em que participam agentes ligados a Galaxia); e sobretudo através da estreita relação que o grupo Galaxia mantém com o principal agente e promotor do ideário galeguista em Portugal, Manuel Rodrigues Lapa.

Porém, estes contactos reduzem-se após o arrefecimento das relações com Lapa em 1973 (ainda que *Grial* continua sendo na transição a instituição que presta maior atenção tanto a Portugal como ao Brasil), por causa da proposta do professor de Anadia de codificar a língua da Galiza com base no estandar português e a escolha de Galaxia do pacto com a opção institucional representada pelo ILG, defensor neste ponto

(como já foi indicado) de teses foneticistas e declaradamente antilusistas (Samartim 2005). A esta rutura ajudou o estouro da revolução portuguesa de 25 de abril de 1974 (Torres Feijó 2007) favorecendo o aprofundamento das relações vindas do tardofranquismo de grupos da esquerda comunista galega como a UPG com os seus homólogos políticos em Portugal (nomeadamente com o PCP) através dos seus agentes no campo literário (Viale Moutinho ou Óscar Lopes) e no campo musical (como Zeca Afonso ou Luís Cília) (Torres Feijó 2007). Se a Revolução dos Cravos colocava dificuldades ao relacionamento no plano estritamente cultural desejado por Galaxia, favorecia, em troca, os termos de solidariedade internacionalista e anticolonial com que a UPG entendia o relacionamento galego-português, reforçando e acrescentando as suas relações com os seus homólogos políticos portugueses.

SISTEMA LITERÁRIO GALEGO E MUNDO LUSÓFONO NOS PRIMEIROS SETENTA (1969-1974): PORTUGAL PARA QUÊ?

Gonçalo Cordeiro Rua

Maria Felisa Rodríguez Prado

NOS PRIMEIROS ANOS DA DÉCADA DE SETENTA, o sistema literário galego [SLG] na Galiza, desenvolvendo-se sob a ditadura do general Franco, conhece como problema fundamental o da sua própria sobrevivência. Nessa encruzilhada, as relações e contactos extrassistémicos, particularmente com Portugal – cuja proximidade geográfica facilita uma acessibilidade que se manifesta através dos modos de olhar e da multiplicação do relacionamento entre os elementos dos dois sistemas – e o mundo lusófono – com respeito ao qual se invocam vínculos linguísticos e socioculturais importantes – permitem definir e compreender a sua situação.

1. Quadro geral

Em primeiro lugar, resulta necessário desenhar o quadro galego, marcado (I) pela permanência de um estado ditatorial, (II) por um mercado pressionado pela edição em espanhol e onde destaca a atuação do grupo Galaxia e (III) pelos debates sobre a questão da língua.

123

.....
**SISTEMA LITERÁRIO
GALEGO E MUNDO
LUSÓFONO NOS PRIMEIROS
SETENTA (1969-1974):
PORTUGAL PARA QUÊ?**
.....

Gonçalo Cordeiro Rua
Maria Felisa Rodríguez Prado

1.1. O regime franquista

O regime franquista, após a queda da Segunda República espanhola, perseguira a homogeneização dos territórios, e para isso tinha efetuado uma profunda reforma, caracterizada por uma enérgica centralização do poder político e por um controlo vertical sobre o aparelho do Estado, e tinha procedido à supressão de qualquer atividade, no nível linguístico ou cultural, que resultasse divergente do espanholismo dominador. Esta situação muda muito pouco no longo período compreendido entre a derrota militar da República (1939) e a morte do ditador (1975). O galeguismo ficou despossuído dos avanços conseguidos com anterioridade e as suas forças viram-se diminuídas, separando-se os que permaneceram no país e os que puderam escolher o exílio. O destino destes, até aos anos setenta, seria Nova Iorque, México e, sobretudo, a metade sul da América, onde se organiza a luta política e cultural. Suárez Picallo, Antón Alonso Ríos e Elpidio Villaverde, junto com Castela – que será reconhecido como ministro legítimo da República –, constituem o Consello de Galiza (1944) em Buenos Aires – conhecida como a “quinta província galega”; incrementa-se a produção de revistas e a organização de editoriais.

Na Galiza, no entanto, a situação era outra, já que a resistência política, finalizada com o declive do Partido Galeguista no mesmo ano em que Castela falece em Buenos Aires (1950), é substituída pelo conhecido como “culturalismo”, quer dizer, a adoção de estratégias de ordem cultural – e não política – na linha que segue a fundação do grupo e da editora Galaxia. Os primeiros movimentos significativos desta estratégia só vão chegar na década de 60: em 1961 nascem as associações culturais O Galo (Compostela) e O Facho (Corunha); 1963 é uma data fundacional, já que nesse momento se inicia o processo de institucionalização da literatura galega com a celebração do Dia das Letras Galegas [DLG] – autorizado à Real Academia Gallega [RAG] para comemorar o centenário da publicação de *Cantares Gallegos* de Rosalía de Castro –, que cada ano é dedicado a um escritor já desaparecido.

No fim dessa década e no início da seguinte situam-se dois acontecimentos sociais fulcrais: a revolta estudantil de março de 1968 e os conflitos operários de Vigo e o Ferrol, acontecidos em 1972. Alentando a revolta universitária e a organização de sindicatos estudantis, à margem do sindicato vertical oficial, encontram-se organizações políticas como

o já Partido Comunista de Galicia [PCG], filial do Partido Comunista Español [PCE] criado em 1968, a Unión do Pobo Galego [UPG] e o Partido Socialista Galego [PSG], surgidos em 1964; os efeitos dessas ações foram notáveis: origina-se o movimento da Nova Canción Galega – canção-protesto de bastante êxito popular, sobretudo nos meios intelectuais e universitários, apoiada maioritariamente pelo PC[G] – e a proliferação de revistas de conteúdo político, com muito baixa qualidade técnica, mas que criaram um espaço para a difusão de poesia social. Por sua vez, as greves do pujante sector da construção naval do Ferrol e de Vigo em 1972 (em que morrem dois manifestantes), constituem a pedra de toque para sectores da sociedade que aderem ao levantamento dos operários e que contestarão o autoritarismo do governo até ao trânsito para a democracia, em 1977.

1.2. O panorama editorial

O grupo Galaxia, desde a sua constituição em 1950, revela-se a instituição mais decisiva do protossistema galego, na medida em que:

a) é o principal agente editorial, exercendo o controlo do mercado com quase metade da produção total;

b) articula substantivamente a configuração de um cânone da literatura galega através da reedição e antologização dos textos dos produtores do “Ressurgimento” (a renascença na Galiza da literatura galega e em galego, acontecida no século XIX), particularmente de Rosalía de Castro, Curros Enríquez e Eduardo Pondal. A estes nomes soma-se o de Castelao, cujas obras estavam proibidas ou circulavam com dificuldades;

c) contempla, ainda, a edição de novos trabalhos no campo da poesia, com a coleção “Salnés”, e no da narrativa, com a coleção “Illa Nova”, onde são publicados autores que fazem parte das gerações mais novas: Carlos Casares, Xosé Alfaia, Xavier Alcalá, Carlos Durán e Xavier Carro, entre outros;

d) exerce o controlo do código linguístico. Apesar da ausência de uma normativa oficial para o galego, funcionam umas normas de uso interno – referidas em alguma ocasião como “normas tácitas” –, de tal modo que os seus produtos se caracterizam pela nivelção e pela coesão;

e) mantém a sua prevalência também no terreno das publicações periódicas, onde *Grial*, como espaço de intervenção dos agentes mais prestigiados, galegos e de outros sistemas, se converte em referência obrigada no panorama galego e de ultramar, até pelo tratamento de questões de índole diversa – linguística, literária, filosófica – e referidas ao mundo cultural galego-luso-brasileiro.

O acima referido entende-se por dois motivos. Porque participam na sociedade Galaxia destacados representantes da Geração Nós e do galeguismo republicano (Otero Pedrayo, Florentino Cuevillas, Ramón Cabanillas, Carlos Maside, Carballo Calero, Ramón Piñeiro, Fernández del Riego), aos quais se juntam indivíduos das gerações mais novas (Isla Couto, Xohán Ledo, Emilio Álvarez Blázquez), quer dizer, a maioria do galeguismo ativo da altura; e, em segundo lugar, porque a estratégia “culturalista” se corresponde com um plano editorial de ciclo longo, quer dizer, não dominado por um mercado exíguo e de perspetivas pouco favoráveis a curto prazo, mas tendo como objetivo primeiro a acumulação de poder simbólico, antes do que económico.

O panorama editorial galego completa-se com um reduzido número de editoras: Castrelos, dirigida pelos irmãos Álvarez Blázquez, conta com as coleções “Pombal” (ensaio, poesia e narrativa) e “O Moucho”, de grande aceitação, tanto pela temática de tipo popular como pelo pequeno formato e baixo preço dos seus livros, o que favorece a sua difusão entre sectores populares ou pouco atraídos pela leitura literária; Ediciós do Castro concorre com Galaxia no mesmo segmento de mercado, cultivando o ensaio, a poesia e a narrativa, e contando com a participação de artistas de renome no seu desenho gráfico e no quadro diretivo (Luís Seoane, Raimundo Patiño, Díaz Pardo, etc.); SEPT, dirigida por um homem de Galaxia, Isla Couto, centra-se no campo da edição de textos religiosos; Xistral foca a sua atividade na poesia de tipo social-realista, com a coleção “Val de Lemos” que dirige o nacionalista de esquerda e poeta vinculado à UPG Manuel María Fernández Teixeira, um dos fundadores da editora; Celta está virada para os textos infantis e Akal, sediada em Madrid, publica a série “Arealonguiña” – de conteúdo predominantemente social-realista e dirigida por Alonso Montero, professor de um liceu de Lugo e estudioso da cultura galega vinculado ao PCE.

Dos centros galegos de Buenos Aires e Montevideu chegam clandestinamente os libros de Galicia, Nós e do Patronato da Cultura Galega, em que se publicam obras como o *Sempre en Galiza* de Castelao (proibido no Estado Espanhol), ou *O que compre saber da lingua galega*; *Xohan Vicente Viqueira. Vida, persoalidade, pensamento*; *Vida, paixón e morte de Alexandre Bóveda* ou *Revoeira, homes, feitos e verbas*, por colocar alguns exemplos.

As editoras Do Ruevoiro (ensaio) e Pico Sacro (teatro) surgen já em 1975 e, de resto, há somente algumas entidades a imprimir livro galego em uma proporção muito pequena: La Región publica os libros de poesia das irmãs Pura e Dora Vázquez; o Patronato Rosalía de Castro e a Universidade de Santiago de Compostela, como a Real Academia Gallega, apresentam como norma a coincidência da comemoração do Dia das Letras Galegas com a publicação de textos do autor a quem é dedicado, por acordo académico, tal data.

Deteta-se, pois, uma evidente insuficiência do protossistema literário galego: o organismo que tinha a função hipotética de liderá-lo no plano institucional, a Real Academia Gallega, para além de designar de entre os candidatados o autor a que será dedicado o DLG, quase não tem incidência sobre o mesmo. De facto, o seu boletim oficial recolhe artigos que, maioritariamente, não são literários nem linguísticos – pelo menos no referente a questões de atualidade – mas de tipo histórico e arqueológico. Além disso, as *Normas ortográficas* promulgadas por ela (com intervenção de agentes de Galaxia) são celebradas e recensionadas pelas publicações da época, mas também são imediatamente contestadas e corrigidas por outras instituições que se estão a posicionar dentro do campo político-cultural e científico – como o Instituto de la Lengua Gallega, criado em 1971 na Universidade de Santiago de Compostela –, colocando uma interrogante sobre a sua autoridade.

No que diz respeito aos enclaves galegos na emigração, mantendo vínculos importantes na Galiza com o protossistema galego, seria esperável, por estarem livres da censura franquista, um posicionamento através das suas instituições relativamente à situação cultural e política na Galiza, mas este não se produz de modo uniforme. Em termos gerais, os centros galegos estão controlados pelos consulados espanhóis e os seus órgãos de expressão, boletins ou revistas, estão criados para refletir a vida societária, de tal modo que não só não se

ativam mecanismos de denúncia, mas ainda se mostra uma forte des-galeguização neles: os conteúdos são redigidos em espanhol na sua prática totalidade, e tratam a problemática galega de uma ótica muito próxima da do poder estabelecido, com claro domínio dos repertórios derivados do folclore, a tradição, a beleza da paisagem ou a excelência turística e gastronómica.

Mas, por outro lado, as etapas de conflito operário na Galiza, evidenciando a repressão, tornam-se motivo de maior combatividade ou empenhamento em determinados grupos galeguistas dos enclaves, que lutam por tirar o controlo dessas sociedades de emigrantes aos grupos que não contestam as teses oficiais. Exemplo paradigmático das mudanças operadas já em 1969 a este respeito é o acontecido em Buenos Aires, onde agrupações galeguistas democráticas unem as suas forças para enfrentar a Junta Directiva do Centro Galego (“testaferros da tirania”), até conseguirem uma demissão em bloco que conduziu às eleições em que o sector galeguista recebe o apoio maioritário. Assim, a Irmandade Galega celebra por meio do seu órgão de expressão, *A Nosa Terra*, a libertação do que chamavam “espanholismo” do período 66-68 – significativamente denominado “biénio negro” nesta revista. Por sua vez, *O Correo de Galicia*, porta-voz da Federación de Sociedades Gallegas, e *Galicia*, órgão da Casa de Galicia de Buenos Aires, experimentam uma mudança em termos de conteúdo e de orientação. Outro tanto se verifica em Nova Iorque na *Casa Galicia – Unidad Gallega* e as suas memórias anuais.

Dada a situação sociocultural desenhada, o mercado na Galiza desta época está submetido à pressão da edição em espanhol, que não só é esmagadora como se encontra reforçada pela instabilidade que o sistema mostra no que diz respeito às normas que devem delimitá-lo. Descontando, pois, o peso das editoras forâneas, as galegas focam a sua atividade na reedição de textos, na maior parte poéticos – quiçá o género que a censura franquista consentia melhor com a presença do galego. A maioria dos textos narrativos, que ocupam o segundo lugar em termos de produção, publica-se em galego, tal como acontece com o repertório que será dominante até ao fim da década: a poesia social-realista. O seu êxito tinha sido crescente desde os últimos anos 60, graças à adoção de um tom geral de denúncia de falta de liberdade:

Hoxe, máis que nunca e por razóns obvias, o poeta ten que ser denantes que nada un home. Caducou xa o tempo da creación lírica labrada somente na maxia verbal, separada do pobo, allea á etnia, monologando o seu egoísmo, facéndose a xorda e lavándose as maus cando escoita os berros das vítimas. Hoxe a poesía é algo somente cando se proclama un instrumento pra erguer ao home e liberalo. [...] Do contrario, un poema non é outra cousa máis que un vago e confortabel idealismo que endexamáis se integrará na verdade poética do noso tempo, por moito que as «modas» impostas polos botafumeiros ao servicio da cultura de consumo, alenten a súa supervivenza (Alonso Montero 1972: 30).

As reedições de poesía do XIX (Curros, Pondal, Rosalía de Castro) e de textos de Castelao responden tamén a esta conjuntura do mercado, pois deles se faz uma leitura não só identitária mas também nos termos do social-realismo. Há editoras (por exemplo Xistral, com a coleção “Val de Lemos”) que dedicam os seus esforços à publicação de poetas novos cujos nomes querem somar aos dos dois melhor conhecidos pelo público: Manuel María Fernández Teixeira e Celso Emilio Ferreiro. Os registos lingüísticos destes novos produtores correspondem-se bem com os pressupostos sobre os quais opera a maioria das editoras galegas:

Manuel María sabe da vida labrega dende dentro. Posibelmente é o único escritor galego da súa xeneración que naceu, formouse e viviu a realidade de agro. O seu lingoaxe nada ten de forzado ou deprendido. E a fala normal da aldea con moi medidos ecos literários. Pero desta fala labrega fai Manuel María un instrumento literario de sorprendente eficacia. Narrador de grandes posibilidades, Manuel María pode ser o escritor galego que devolva á multitude de galegofalantes o aprecio literario da lingua na que son analfabetos (Losada 1971: 66).

Ora bem, esta orientação conta com detratores. Carballo Calero (1972: 23), académico e membro em origem de Galaxia, expunha-o com clareza um ano mais tarde:

Neste bulir de ideas sobre a lingua galega que hoxe reina en Galicia, tense aberto camiño en certos ambientes a orientación popularista como solución ao problema da expresión literaria. [...] Os escritores teñen traballado desde

o Renascimento para devolver ao pobo, na medida do posible, a autenticidade idiomática. Considerar que debe respeitarse relixiosamente a fala popular no estado en que se atopa, é benzoar a desfiguración histórica do idioma, é consagrar a dialectalización dunha lingua pola lingua estatal. É decidir entusiásticamente que o pobo galego debe axionllarse ante o fado histórico que desgaleguizou a súa lingua. O cal é, certamente, unha actitude francamente antipopular.

Os traços propios da poesía social-realista favorecem que os produtores galegos já conhecidos sejam publicados em alguns outros mercados. Assim, Celso Emilio (*Autoescolha poética*) e Manuel María (*Noventa e nove poemas*) apresentam os seus textos em forma de antologia na coleção de poesia da editora “Razão Actual” do Porto, em 1972. Apesar de adaptados para o português, o código empregado é o original, com pequenas mudanças no nível ortográfico a fim de se favorecer a leitura ao público a que vão destinados.

Contudo, é no Sistema Literário Espanhol [SLE] onde uma grande parte destes autores vão conhecer maior difusão, em função das homologias encontradas nesse sistema e, sobretudo, graças aos intermediários entre ambos e à acessibilidade deste sistema para o protossistema literário galego. Encontra-se um precedente na *Antologia poética/Escolma poética* de Manuel María, ao cuidado de Basilio Losada em uma edição da madrilenha RIALP, dentro da coleção “Adonais”, e um claro exemplo na antologia bilingue de M^a Victoria Moreno *Los novísimos de la poesía gallega/Os novísimos da poesía galega* (Akal, Madrid, 1972), onde aparecem Farruco Sesto Novás, Lois Diéguez, Alfredo Conde Cid, Xosé Vazquez Pintor, Lois Álvarez Pousa, Xesús Rábade Paredes, Margarita Ledo Andión, Darío Xohán Cabana, Félix Vergara Vilariño e Xavier Rodríguez Barrio. Todos eles ocupam nessa altura uma posição periférica dentro do sistema galego e caracterizam-se por uma posição política antifranquista. Os textos em galego são situados na margem esquerda, reservando para a direita as correspondentes traduções para espanhol, idioma em que aparecem, igualmente, as “autopoéticas” com que os próprios produtores se apresentam, justificando as suas opções. A critérios semelhantes respondem, em maior ou menor medida, as antologias e/ou edições bilingues – às vezes mesmo noutras línguas do Estado Espanhol, como

catalão e basco – que, ao cuidado de Alonso Montero, editam nestes anos Akal e Júcar em Madrid e diferentes editoras catalãs, como Ocnos ou Salvat, com que o galego Basilio Losada colabora com frequência. Nesta linha, também são traduzidos Castelao (*Nós*, Ed. Júcar, “La vela latina/galería”, 1974) ou Lamas Carvajal (*Catecismo del campesino*, Júcar, 1974).

Marcando uma vontade iberista, porém, um autor como o galeguista histórico Paz-Andrade, sem iguais interesses no campo, dá a luz um livro “pentalingue” de homenagem, com motivo do 25º aniversário da morte de Castelao. Trata-se de *Pranto Matricial*, publicado em Ediciós do Castro em 1975, com o qual indicia a sua posição fortemente autónoma no campo, encomendado a adaptação do seu texto para português a Guilherme de Almeida, velho amigo do autor, membro da Academia Brasileira de Letras desde 1930.

1.3. A questão da língua no protossistema literário galego

Ao longo dos anos setenta a questão da configuração da língua literária ocupa uma posição central. Na discussão, à problemática da falta de unificação linguística há que acrescentar as dúvidas e controvérsias sobre qual o tipo de codificação a realizar e mesmo a consideração (ou não) da língua como norma sistémica para a elaboração da cultura galega. No artigo intitulado “O galego que se escribe” aparecido na memória anual 1968-1969 da *Casa de Galicia-Unidad Gallega* de Nova Iorque, Carballo Calero (1969), que era na altura, para além de académico, o primeiro catedrático de Linguística e Literatura Galegas da Universidade de Santiago de Compostela, falando na autoridade da RAG relativamente à fixação ortográfica e à conveniência de simplificar ao máximo o processo – utilizando as normas do espanhol de modo supletório –, exprimia-o nos seguintes termos:

[...] Non sería axeitado daquela un cientifismo aristocrático, nen un portuguesismo ñorante das diferencias fonéticas que hoxe afastan aos idiomas irmáns. Propomos un pragmatismo que aproveite, perfeccionándoo, o esistente, e que deixe para un futuro problemático a solución da problemática futura.

Ora, Carballo coloca a necessidade de avançar no processo de normatização, mas adiando para momentos posteriores tomadas de decisão definitivas, a fim de favorecer a produção dos escritores, concedendo-lhes o exercício da liberdade na escolha de opções linguísticas.

Coincidindo todos na necessidade e urgência de fixação de um “galego literário” (entendido como culto), verifica-se, no entanto, que, quanto a esse avanço, as opiniões vão em dois sentidos. De um lado estão os que, usando como argumento o carácter popular da cultura galega, opinam que:

A cultura galega terá de estar concebida, espresada, comunicada e recibida en galego. Non pode ser doutro xeito. O renunciarmos á nosa lingua coma medio de expresión supoñería coutar as nosas posibilidades de desenrolo cultural. [...] A cultura, a verdadeira cultura, ten de ser popular. A obra saída das mans do artista ou do estudoso ha de ter posibilidades de chegar a un gran porcentaxe de xente pra que poidamos pensar na efectividade da obra. [...]

Temos tamén unha ortografía non unificada. Eu coido que este feito, lonxe de ser unha dificultade, é unha ventaxa. Nestas circunstancias aínda abalantes da nosa ortografía temos a possibilidade de crear unha moito máis sinxela e máis apertada á realidade fonética das que se empregan normalmente noutras linguas (Rojo 1969: 490 e 493).

A falta de codificação ortográfica, vista como reflexo da condição popular dessa cultura que vive na e da oralidade, é mesmo contemplada como um valor positivo. Assim sendo, a afirmação de que o galego autêntico se encontra na boca do povo justifica-se na visão essencialista que agentes ligados a Galaxia – muito especialmente Ramón Piñeiro – promovem.

Do outro lado, encontram-se os que não acreditam nas bondades de uma situação normativa assim concebida, não aceitando a homologação do registo popular como base para a elaboração da língua literária, já que defendem uma distinção clara do nível culto:

Pero – penso eu – non estamos aínda en condicións de pensar nas escolas. Explicóme: desde un punto de vista técnico. Como tí ben dís, é necesario

antes unificar a lingua, facer unha laboura importantísima: un galego para todos. [...]

Téñoche fama de “purista”, seino ben, entre algunhas persoas. Pois para éstas, como paradóxicamente, para moitos escritores do XIX, a lingua consiste, sinxelamente, no xeito de falar do pobo e, como tal, debe de ser levada á escritura. É dicir, que se o pobo non foi insinado na súa propia lingua, como é realidade, ese feito non conta: o importante é o que hai, o que existe, esteña ben ou mal. Esta mentalidade parécese peregrina e samente propia dunha ignorancia acuciada. En resumen: a distinción saussoriana [sic] entre lingua e fala non ten senso ningún para esta xente, dado que a coñezan (Rodríguez Baixeras 1969: 495).

O asunto não só não ficará resolvido com a publicação das *Normas ortográficas* acordadas pela Real Academia Gallega, com intervenção de elementos de Galaxia, mas ainda se vai agudizar, patenteando a divisão entre os diferentes agentes culturais. No fundo encontra-se, como já foi apontado, a falta de reconhecimento da *auctoritas* da Real Academia Gallega, pois no mesmo ano em que apresenta o acordo de unificação da ortografia este é “corrigido” em vários dos seus aspectos por uma equipa de membros do Departamento de Filología Românica da Universidade de Santiago de Compostela, vinculado ao Instituto de la Lengua Gallega (ILG)^[1]:

A fixación ortográfica dunha lingua ha de aspirar sempre a recoller, en canto se poida, todos aqueles feitos que se dean de xeito xeral na lingua falada. [...]

Compre reconocerlle á Editorial Galaxia o mérito de empezar unha tentativa de unificación que, por outra banda, non soubo aproveitar, sendo, como foi, a editorial máis importante de Galicia durante tantos anos. Coidamos que unha policía rigurosa houbera acabado radicalmente coa anaquía ortográfica.

¹ O contexto em que têm lugar estas afirmações é o da apresentação de um método para o ensino do galego, *Gallego 1*, destinado a servir como manual e guía perante a promulgación, em agosto de 1970, da *Ley General de Educación*, que possibilitava o ensino das (não em) outras línguas “nativas” do Estado.

As normas tácitas de Galaxia duran hastra 1970, en que se dan á publicidade as Normas ortográficas da RAG. Estas normas, no noso ver, supuxeron un franco retroceso, en canto alonxan máis a lingua escrita da falada do que o viñan facendo calquera das grafías empregadas hastra daquela. No intre de decidí-la convención ortográfica a adoutar, tiñamos dúas solucións:

1. Segui-las normas ortográficas da RAG íntegramente.
2. Facer algunhas modificacións que
 - a) estivesen xustificadas pola lingua falada na maior parte de Galicia, e
 - b) tivesen unha tradición dentro da literatura.

A solución foi segui-las normas académicas menos en dous puntos nos que a realidade lingüística non era cabal ou era erróneamente interpretada. Dado o problema de escoller unha ortografía que representase a realidade falada e outra que non o fixera, outamos polo primeiro camiño (García 1971: 132-133).

Quanto à questão linguística, pois, o panorama literário é configurado à volta de dois parâmetros que se mostram como uma constante no protossistema literário galego nesta etapa inicial de determinação dos seus limites: (i) a língua é incorporada como traço fundamental na caracterização do sistema literário e como norma protossistémica; e (ii) mantém-se aberta a questão de que modelo de língua convém para a produção da literatura.

2. O mundo lusófono no protossistema literário galego

O período de crise que se está a viver, com os problemas de codificação linguística que impedem a normal evolução da língua literária, fazem com que muitas vozes e olhares se virem para o Sul. Portugal, histórico referente de reintegração para alguns galeguistas, é, em muitos casos, o ponto de encontro com uma Idade de Ouro perdida e agora reencontrada.

A utilização que os diferentes intervenientes do protossistema literário galego fazem dos materiais e cumplicidades que vêm da outra margem do Minho é de uma tipologia certamente variada e variável.

2.1. Língua

O primeiro motivo pelo qual é possível observar a presença de elementos de um sistema afim culturalmente é o de reforçar o próprio sistema, condicionado pela pressão a que o sistema espanhol o submete.

A invocação, em primeiro lugar, de uma série de vínculos históricos que dizem respeito à filiação genética entre galego e português deteta-se de modo especial nos enclaves americanos – com Buenos Aires e Nova Iorque à frente – onde são especialmente ativos os grupos, que, integrados por exilados políticos, seguem a tradição de pré-guerra, de orientação reintegracionista. Nestes focos mantém-se viva a tradição galeguista de inícios do século XX, da qual a irmandade galego-portuguesa que situava Portugal como referente de reintegração fazia parte:

A nosa fala, rítmica e melodiosa, en que nos somella falar coa i-alma dos nosos devanceiros, é o lazo espritoal máis forte que nos une con outros pobos dos que nos separou o decorrer da historia.

A língoa galega é o lazo máis forte e máis entranable que nos liga a Portugal, e o Brasil. I esta língoa, a galega, é o tesouro máis preciado que herdou o pobo portugués, que soupo facer dila unha rica xoia, mentres nós deixámola que se fora lixugando esquecida no currunchu do faiado. Gracias a Portugal, máis que a nós mesmos, a nosa língoa, vestida cos máis vistosos traxes da cultura, espállase polos cinco continentes da terra. Témolos galegos a obriga de recadar pra nós parte do traballo de desenrolar artística e culturalmente, en forma e en beleza, iste preciado tesouro cultural (González López 1969: 4).

Assim, a proclama da irmandade ou da unidade linguística galego-portuguesa, invocada como abertura de possibilidades de comunicação com o mundo lusófono, cujas dimensões ultrapassam mesmo a consciência da comunidade galego-falante, é uma ideia exprimida em muitos lugares:

Algunhos ainda non se decataron de que o galego é un medio de comunicación máis universal que outras muitas linguas europeas. Eu poido afirmar, con cumprida experiencia, que unha persoa culta, coñecedora do galego, se entende perfectamente con todo o mundo de fala portuguesa.

Tiven eu atendido congresos con centíficos do Brasil, de Portugal, de Mozambique, de Angola e de outros territorios da mesma fala, i eu me comunicaba con eles, i eles comigo, tan ben coma eles entre sí. O cal quer decir que os galegos temos unha superioridade grande sobor do resto dos españoles, nise senso, porque nos podemos falar con *160 millóns* de hispano falantes, máis con outros *120 millóns* de persoas no mundo de fala galaico-portuguésa (Santamarina 1970: 43).

Este tipo de aproximacións é motivado polo desejo de superación de um estádio sociolinguístico na Galiza caracterizado por um forte complexo de inferioridade a respeito do espanhol. De facto, os integrantes do Grupo de Trabalho Galego de Londres que em 1971 elaboram um “Plano pedagógico galego”, com Carlos Durán à frente, acreditam em e defendem as virtualidades da integração cultural como meio através do qual superar o conflito do bilinguismo e o complexo criado: “O primeiro factor distintivo da situación bilingüe de Galicia é que o galego non é lingua minoritaria. É – aínda – a lingua da maioría do pobo galego, a de Portugal, Brasil, Angola, Mozambique e outros pobos de África e Asia” (Durán *et al.* 1971: 203).

Não se tarda em invocar esta filiação com a finalidade de proporcionar maior coesão a um código linguístico, o galego, que se percebe fortemente deturpado pela ingerência do idioma dominante (o espanhol). Os contributos procedem também do Além Minho, evidenciando-se a existência de uma corrente de dupla direção. Assim, o *Boletín do Grupo de Traballo Galego* de abril de 1972 recolhe a comunicação de um “distinguido leitor” – de quem não é indicado o nome – que, de Portugal, oferece a percepção e o olhar do outro lado:

Falta ao galego de hoje a consciência de que galego e português foram e são ainda a mesma língua, apesar das diferenças que a uma delas imprimiu o contacto com outra língua, culta e dominadora. E também falta ao galego a consciência doutro facto: nenhuma das regiões diferenciadas, a Biscaia e a Catalunha, goza da enorme vantagem que tem a Galiza: falar, dentro da Ibéria, a língua oficial dum estado soberano (Portugal). Por isso, quaisquer que sejam as vicissitudes que o destino e a cobardia dos homens reservem ao idioma galego, uma coisa temos como certa: esse doce

linguajar não morrerá, pois se ouve e se lê em Portugal, onde é uma língua de cultura, falada por 120 milhões de indivíduos. Já incluo, naturalmente, neste número, 4 milhões de galegos. [...]

Estes presupostos, a que dificilmente se pode negar validade, deviam obrigar os galegos cultos a dois esforços primordiais. Primeiro: depurar o seu idioma rústico, limpando-o dos hibridismos que o deturpam. Segundo: ter a coragem de aproximar a língua literária o mais possível do português. A criação duma língua literária assim achegada ao português é a única solução que resta aos galegos para salvarem a sua expressão nativa, seriamente ameaçada hoje em dia (“O galego e o português”, *Boletín do Grupo de Traballo Galego*, 8, Londres, abr. 1972, p. 2).

No mesmo sentido vão as palavras a seguir:

O futuro do galego sigue a preocupar fora de Galicia, dentro do mundo lusitano-brasileiro no que terá que atostar o seu posto. Chéganos outro enfoque do outro lado do Atlántico, que ha axudar aos nosos lectores a formar unha idea máis clara do problema: [...]

Parece, portanto, que o que se tem que fazer é uma integração geral do Galego, do Português de Portugal e do Português do Brasil, que será cada vez mais também o Português de Angola e Moçambique, sobretudo de Angola. Os escritores galegos precisam de adoptar a ortografia luso-brasileira, de receber vocabulário e de introduzir vocabulário e deviam fazer o possível por editar seus traballos simultaneamente na Galiza, em Portugal, em Angola, no Brasil. Deve poder dizer-se indistintamente que o galego é uma forma do Português, ou o Português uma forma do Galego, ou os dois uma unidade com o Português ultramarino, referindo-me eu aqui ao da África e ao do Brasil (“O futuro da ortografia galega”, *Boletín do Grupo de Traballo Galego*, 9, Londres, dez. 1972, p. 1; sublinhado no original).

Há, no entanto, certas vacilações e contradições que atingem tanto o modo como a velocidade com que esse processo de confluência ou convergência deve ser feito.

Pra nós é espranzador o feito de o galego suscitar grande interés na comunidade luso-brasileira, e crémos que é esa a via que nos compre seguir, se ben hai que encetala con moito xeito e sen precipitacións.

Pero ocerto é que temos que, polo menos, facer un xesto nesa dirección como podería ser, se cadra, reincorporar ao galego o “g” e o “j” que se elimiraron no século derradeiro da ortografía (os nosos lectores coñecerán a gramática de Marcial Valladares, e non fai mal efecto lér nela esas consoantes) substituídos polo “x”. Despois poderíamos tentar o “lh” e o “nh”, e ouservar qué efecto se produz no público galego e no extragalego. Finalmente, o mais difícil sería resolver o problema “-ión/-ão”, e algún outro. Pero inda que non se chegara a tanto, xa sería un xesto considerábel que habería tór un grande efecto na nosa sicoloxía nacional. Compre, nembargantes, facelo de xeito que non se allee ou aliene unha forte tradición “galeguista”, que fai ao galego ser galego, e non portugués propiamente. Despois de todo os galeguistas percuran o auténtico galego en oposición ao castelán pra mantér un xeito de ser xenuino e propio (*ibidem*).

O texto acima transcrito assenta sobre a base de um princípio de reintegração – especialmente ativo nesses grupos reintegracionistas da Galiza exterior – no espaço cultural de que sente legitimamente fazer parte. As propostas feitas pelo grupo de Londres, que vão ser recolhidas em 1971 na revista *Grial*, têm uma forte vocação pedagógica, como revela a própria designação, “Plan Pedagógico Galego”, com que são apresentadas.

No entanto, e apesar de as normas ortográficas para o galego publicadas em 1970 e 1971 terem merecido a contestação de vários sectores, por insatisfatórias, ao apreciarem uma excessiva dependência das fixadas relativamente à ortografia espanhola – aliás, a única a ser aplicada no ensino na Galiza da altura –, há sectores que reagem *a contrario* e, embora aceitando as vantagens comunicativas de se inserirem em um espaço cultural mais amplo, criticam igualmente a dependência à respeito do português, propugnando a manutenção do que julgam ser uma equidistância entre as convenções das duas normas. Esta é a posição que, dentro da Galiza, propugnam o ILG e os agentes a ele ligados:

Parece que nas Normas académicas hai unha tendencia lusizante, sin dúbida co fin de que algún día o mercado de libros galegos poida estenderse ós países de fala portuguesa (e este é tamén o criterio de algunha

das persoalidades consultadas por nós). Contra esto, podemos presentar os seguintes argumentos:

1. Toda ortografía debe refrexar do millor modo posible a fala do pobo.
2. No caso de facer algunha concesión, debe facerse somentes á tradición literaria.
3. Un portugués ou brasileiro do nivel intelectual necesario como pra sentir curiosidade por un libro, pode, superadas as dificultades iniciais que supoñen as grafías *ll=lb, ñ=nb*, etc., superar tamén as de ler *ó=ao, ós=aos* (fonética que, por outra banda tamén se dá no portugués) (García 1971: 133).

Contudo, as vantagens de acceder, em galego, a um mercado cultural muito mais amplo e atractivo – tanto para os agentes institucionais como para os produtores e consumidores de cultura –, de maneira geral, ganham forza. Em uma entrevista, Paz-Andrade, destacado galeguista e empresário, defensor da abertura cultural ao mundo lusófono, e muito particularmente ao brasileiro (*vid.* Torres Feijó 1997), exprime-o:

- Vostede preguntame se hai ou non un problema social de expansión da lingua. É indudabel que o hai i eu penso que está íntimamente ligado á sua vitalidá como idioma. Compre un acercamento, cada vez mais estreito, á lingua que se fala en Portugal e no Brasil. Non esquezamos que, ó terminar o século, serán mais de cento vinte millóns de xentes as que se poderán entender no mesmo idioma, aínda que dentro díl haxa certas variantes de grafía e pronuncia que non impedirán que os homes se entendan en galego-portugués. [...]
- Coido que había que facer unha meirande proieución galega no mundo portugués-brasileiro. Sobor de todo en cidades coma Sao Paulo [sic] ou Rio de Janeiro. [...], sería un suceso de extraordinaria gravitación sobre o provir da nosa cultura. Compriría que abrísemos ises mercados pra os nosos libros, os nosos cuadros, descubrir aló os nosos escritores i aquí os de aló. Se non temos un sentido estravernacular do idioma galego, automáticamente pechámoslle as meirandes posibilidades que ten non soio o idioma senón tamén a cultura galega pra se estender nos países mais afíns (Conde Muruais 1970: 15).

Nesta linha de argumentações, referidas à integração no espaço cultural lusófono e às possíveis – para alguns desejadas – mudanças da codificação ortográfica do galego, levanta-se em 1973 uma forte polémica entre um dos mais destacados membros de Galaxia, o académico Ramón Piñeiro, e o seu colega luso Manuel Rodrigues Lapa, importante agente galeguista no sistema português. Este último publica o artigo “A recuperação literária do galego” no número 13 da revista *Colóquio/Letras* (também publicado no número 41 de *Grial*), respondendo a um outro artigo de Piñeiro (1972) que tratava o assunto do estado da língua e da cultura galegas de uma ótica, para Lapa, erradamente otimista, não ajustada à realidade. Lapa expõe o seu ponto de vista: para ele a situação é grave, domina o pessimismo. A solução, em opinião do português, radica em:

Nada mais resta senão admitir, que sendo o português literário actual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada em salva de prata. É com este material da velha casa comum, e sem pôr de lado o castelhano para o que for provisoriamente necessário, que se deve forjar progressiva mas aceleradamente a língua de cultura indispensável à Galiza (Lapa 1973: 12-13).

Apoia, portanto, a tese de o português servir como referente de integração no espaço lusófono para o galego, que Piñeiro responde, com a sua “Carta a Don Manuel Rodrigues Lapa” em *Grial*, sem demora:

¿Qué ocurrió [...] para que o noso querido e admirado Rodrigues Lapa se sinta mais pesimista ao final que ao comezo deses dous fecundos decenios? Na miña opinión, unha mutación mental tan sinxela como sorprendente: hai vinte anos, cando falaba de galego literario, pensaba no *galego*; agora, cando fala do galego literario, pensa no *português* (Piñeiro 1973: 396).

Lapa tinha referido o exemplo da tradução dos *Carmina* horacianos para galego por parte de Aquilino I. Alvariño, escolhendo-o como amostra do carácter “popular” do modelo linguístico galego, carente, a seu ver, de um registo culto apropriado. Na resposta, Piñeiro centra-se na unidade/variedade da língua portuguesa, embora concorde nos benefícios que um mercado cultural mais amplo pode fornecer à literatura galega:

A min seméllame claro que hai unha primeira etapa común, a etapa medieval, a etapa do *galego/portugués*. Hai unha segunda etapa, a etapa moderna, en que esa lingua común medieval se diferencia en dúas linguas irmás, o galego e mais o portugués. E hai unha etapa que agora comenza, unha terceira etapa, na que non son dúas senón tres as linguas que xurdiron do común galego-portugués: o galego, o portugués e mailo brasileiro. Quizáis moitos portugueses refuguen, mesmo con escándalo, esta afirmación. Con todo, resultarlles máis fácil negar o feito que impedilo. Abonda con lembrar a Guimarães Rosa para percibir a presenza dun brasileiro literario que xa non é o portugués moderno. [...]

Tamén estamos de acordo en que esa comunidade fundamental das linguas compre mantela, no que o galego somos mesmamente os máis interesados, porque esa comunidade é a que nos abre un horizonte inmenso de universalidade cultural dentro do ámbito lingüístico propio. Sería necio que renunciásemos a esas posibilidades de expansión cultural.

En consonancia con esto, a política a seguir na fixación do galego culto debe orientarse decididamente á consolidación de todo o que hai de común no galego e no portugués. (Piñeiro 1973: 401 e 403).

Observa-se como a afirmação de existência diferenciada do “brasileiro” literário – para cuja exemplificação recorre à figura de Guimarães Rosa – é usada para abrir caminho e justificar a opção de um galego que seja não coincidente com o português e que, ainda assim, não tenha que renunciar ao diálogo com e à integração e reconhecimento dentro da comunidade de língua portuguesa, cujo interesse é inquestionável em termos de alargamento de horizontes e de possibilidades de universalização. Explica-se, pois, o aparente paradoxo de reivindicar, ao mesmo tempo, o diferencialismo e a consolidação dos elementos comuns.

2.2. Literatura

A alusão a Guimarães Rosa no texto precedente não era singular. Em e sobre esse espaço intersistémico de língua galego-portuguesa a respeito do qual se estava a debater, o nome do produtor brasileiro era o mais representado nos textos dos primeiros anos da década de setenta. A partir da compartição de normas sistémicas comuns, a

transferência era feita, por alguns, como elemento modelar para o desenvolvimento do protossistema literário galego na sua dimensão produtiva e repertorial:

Penso [dirá Paz-Andrade] que Guimaraes podería ser o gran mestre da nova literatura galego-portuguesa si este home se estudiara e se dixerira comenentemente. Coma Proust, coma Kafka, ou coma Joyce, Guimaraes é un innovador incruzo da lingua e un creador de formas novas. Dase ademais a coincidencia de que as formas deste autor se asemellan as características do idioma que manexa. En Brasil tamén hai un idioma do interior, o de Guimaraes Rosa por exemplo, e un idioma do litoral, o de Jorge Amado, gran narrador épico da Bahía, do Nordeste. (Conde Muruais 1970: 15).

Em 1971, *Grial* comentava na sua secção de livros:

O grande novelista brasileiro pode lérese hoxe en lingua castelá, ao traveso de versións dalgunhas das súas obras máis calificadas. Nembargante, pra nós, galegos, estas versións non nos dan a medida do escritor que gostamos no idioma orixinal. (“Guimarães Rosa en castelán”. *Grial*, 32, 1971: 252-253).

E aínda, anos mais tarde, Del Riego – que fazia parte do grupo Galaxia, sendo um dos elementos de maior peso – afirmava:

Jãoo [sic] Guimarães Rosa é un dos poucos escritores iberoamericáns cuio nome e cuia produción son ben conocidos en Europa. Con Jorge Amado compartilla Guimarães Rosa, por outra banda, a predilección do público do seu país.

É tan moderna por veces a súa linguaxe que alabaran os seus brillos novos, aroleantes, e tan antiga que en ocasións deciríase estar léndo un galego recuadísimo (Fernández del Riego 1974: 192).

Transfere-se um produtor que conseguiu a um e outro lado do Atlântico tanto sucesso de público como reconhecimento e que, conseqüentemente, ajuda a valorizar a língua galego-portuguesa, até por trabalhar com uma linguagem que se vê caracterizada, ao mesmo tempo, pela sua novidade/modernidade e pela tradição, e que se apresenta como suscetível de aproveitamento no espaço galego.

Se a transferência de Guimarães Rosa, um escritor contemporâneo, era feita sobretudo como elemento modelar e inovador, as transferências do espaço português, tendo por vezes também esse sentido, funcionam mais bem como elementos de legitimação, basicamente procurados nos clássicos portugueses: são transferidos os produtores mais canonizados, servindo para prestigiar o sistema de destino.

Em ambos os sentidos é utilizado Gil Vicente, por exemplo, cuja *Barca do inferno* é editada por várias vezes na coleção “O Moucho” – de grande aceitação pelo pequeno formato e baixo preço dos seus livros – e cuja obra é vista por Del Riego como sendo de interesse, quer de uma ótica linguística, à procura da língua literária que se tentava construir (e que aí poderia encontrar elementos para a re-construção), quer do ponto de vista de uma tradição que reforça o passado e que, atualizada, pode atuar como modelo com vista ao preenchimento de lacunas do protossistema galego, por exemplo, a do teatro:

Cabía a saída a un camiño que permitise o logro do xurdio empeño: o camiño que arrinca, por exemplo, do teatro de Gil Vicente tan vencellado ao tradicional feitío galego [...]

Nefeito, cando escribe Gil Vicente o portugués e o galego non estaban apenas diferenciados. [...] Emporiso a obra dos escritores portugueses do século XV ten pra nós tan grande interés filolóxico, sobre todo porque o galego literario xa non existía. [...] E importaríanos percurar nelo antecedente dun teatro galego que está aínda por facer (Fernández del Riego 1971: 162-163).

Nesse plano de presenças do mundo clássico português, contudo, destaca por cima de outros a figura e a obra de Camões. A maior parte das vezes aparece ligado à figura de Eduardo Pondal, um poeta que nesses anos conhecia várias reedições e atenções historiográficas e em cuja obra dominava um repertório épico e bárdico galeguista e de irmandade galego-portuguesa importante. De facto, versos da sua autoria foram tomados para letra do Hino Galego e, sendo visto como criador da epopeia galega, a sua funcionalidade era comparável à de Luís de Camões no sistema e na literatura portuguesas: “[Pondal] Cantou as Descobertas e o heroísmo na mar como Camoens, pro no mar verdagueriano, da Atlántida” (Filgueira Valverde 1973: 25).

¿E por qué non coñecía Pondal tamén o Cancioneiro d’Ajuda? Non só proba que o Bardo estaba en contacto con esta fonte da lírica medieval dada a lei que tiña á literatura portuguesa, senón que se poden ver nalgunhas das súas composicións certas semellanzas temáticas e rítmicas, as cales, ao mesmo tempo, se axexan na lírica de Camoens (Ricón 1971: 21).

Também são assinaladas “influências” do português na poesía pondaliana, em algum caso apresentando uma leitura intersistémica galego-lusa provável frente a qualquer presença ou “influência” foránea ao intersistema assinalado: “Non hai nada de romantismo macphersonián nos *Eoas*, poema inspirado principalmente nos *Lusíadas*” (Carballo Calero 1971: 85); e noutros colocando-as no conxunto de clásicos occidentais da epopeia e dilatando-as à “escola formalista” criada à volta de Pondal:

Superposta á Galicia real, edifican unha Galicia heroica, estilizada e ideal: é o reino pálido e tremecido de Breogán. Tenden a unha poesía de requintadas evocacións lexendarias [...], e onde os modelos da épica culta (Virxilio, Tasso, Camões) son evidentes, moito máis evidentes que os da épica moderna rexionalista [...] (Ferrín 1969: 410-411).

Esse vínculo camoniano também aparece referido a Rosalía de Castro, cúpula do cânone galeguista em um cimo compartido – no seu lugar de *primus inter pares* – com Pondal, Curros e Castelao, com funcionalidades como a indicada:

O señor Machado da Rosa sinala como única influencia estranxeira sobre os *Cantares Gallegos*, a Luis de Camoens, limitada á composición XVIII da colección. Murguía tiña publicado no *Museo Universal* un traballo titulado *Camoens y sus rimas*, onde transcribe versos do autor portugués, antre eles a canción *Descalça vai para a fonte*, que Machado dá como base inmediata do aludido poema rosalián. Ese traballo de Murguía foi reproducido na *Ilustración gallega y asturiana* en 1880, con motivo do centenario de Camoens. Vexamos o comenzo da canción portuguesa:

Descalça vai para a fonte/ Leonor pela verdura [...]

Fixémonos na semellanza das descripcións xa no arrinque de ambos poemas. Trátase nos dous dunha rapaza, *formosa* (hermosa) [sic],

descalça (co pe descalzado), que vai *pela verdura* (polo monte), cunha *vasquinha mais branca que a neve pura* (cun pe [sic] tan branco como copo de neve). En canto á estrofa, é unha septina, infrecuente no tempo de Rosalía.

O influxo do testo portugués é certo

En relación con Camoens debe tamén se lembrar o poema da nosa escritora “*Dend’as fartas orelas do Mondego*”, homaxe ao poeta luso (Carballo Calero 1971: 40-41).

Como Gil Vicente, também Camões funciona e é proposto como modelo produtivo para o protossistema galego, por via da incorporação ao cânone galego. Neste sentido de uma canonização dinâmica através da incorporação de um produtor clássico por via da reciclagem dos seus textos, é revelador o texto de Viqueira – que se converte em intermediário – selecionado para a antologia publicada por Galaxia com motivo de o Dia das Letras Galegas de 1974 ter-lhe sido dedicado: “¿Que non temos clásicos galegos? Fagamos nosos os clásicos portugueses. Sobre todo Camoens pode ser o noso mestre!” (Viqueira Cortón 1974 [1919]: 179).

A presumível origem galega do autor de *Os Lusíadas* é mais de uma vez lembrada e dará mesmo lugar à apropriação ou patrimonialização galega do autor, reforçando deste modo a legitimidade intrassistémica do seu uso e mostrando a vontade de estender essa legitimação ao sistema mesmo. Veja-se a afirmação do erudito e prestigiado estudioso Filgueira Valverde, procedente da Direita Galeguista do pré-guerra e presidente da Câmara Municipal de Ponte Vedra durante o franquismo: “Nin é moito, asomade, o que aportaron ao poema erudito os escritores en castelán nados en Galicia, namentras no horizonte da poesía europea brillaba a impar epopeya lusiada por obra dun descendente de gallegos [sic]” (Filgueira Valverde 1973: 25). Ou o uso, ao invés, que a jornalista Victoria Armesto (1973: 220) fazia em uma coletânea de textos no mesmo ano: “Outros poetas nobres foron [...], o señor de Corcubiión, antergo de Camöens [sic]”.

Ao lado da importante presença dos *legitimadores* clássicos portugueses, outros autores e épocas do sistema luso têm presença reveladora. São, particularmente, os da Geração de 70. Se, por um lado, era comum assinalar em Curros Enríquez a presença repertorial de Guerra Junqueiro, por outro, de Antero de Quental apareciam referências à

produção vinculada ao eros-tânatos, como neste texto do jornalista Moure Mariño (1971: 161), onde são de notar as adaptações gráficas e gralhas na composição reproduzida:

Amor e morte non son, porén, termos opostos, sinón sintese [sic] dunha sola realidade filosófica, do grande amator portugués Anthero de Quental, que se chama co espreisivo título de “Mors-Amor”. (...) Escoitade os dous tercetos finaes:

“Un cavaleiro de espresao potente
formidável, mas placido no porte,
vestido de armadura reluzente,

cavalga a fera estranha sem temor
e o corcel negro diz: eu son a Morte!
Responde o cavaleiro: Eu son o Amor!...

146

PORTUGAL E(M) NÓS

Contributos para
a compreensão do
relacionamento cultural
galego-português

A referência a elementos da Geração de 70 era outra linha de prestígio ao assinalarem-se os contactos e transferências da Época Nós, sentida como a etapa de ouro do galeguismo contemporâneo e que se nutria de nomes como Vicente Risco, Castelao e Otero Pedrayo, ainda vivo e ativo nesta época. Ao mesmo tempo que recorrem a um passado onde encontram como modelos tanto os poetas acima referidos como, ainda, Eça de Queirós, para a narrativa; estabelecem relações com as figuras mais destacadas do Saudosismo, Teixeira de Pascoaes e Leonardo Coimbra, seus contemporâneos e agentes centrais no sistema cultural português nesses anos:

Os mestres literarios dos homes da *Xeneración Nós* serían principalmente [...], Eça de Queiroz, [...], Eugenio de Castro, [...]

Outro punto crave na historia de “Nós” era o desexo de achegarse a Portugal. Xa no primeiro número da revista publicaban un poema de Teixeira de Pascoaes.

Teixeira de Pascoaes era un fidalgo do Amarante, home de gran cultura que aguisóu xuntanzas literarias galego-portuguesas no seu pazo.

A *Xeneración Nós* acusa tamén a influencia do filósofo Leonardo Coimbra, asimesmo colaborador da revista (Armesto 1973: 220).

Ainda muito mais tarde, mantém-se a vigência de Teixeira de Pascoaes, prolongando a presença prestigiadora no protossistema literário galego (através da poesia) do autor cuja obra informara parte do repertório dominante da década de vinte e trinta na literatura e no pensamento galeguistas (de que é vivo exemplo a *Teoria do Nacionalismo Galego* de Vicente Risco, de 1920), e que mantivera, até a data do seu falecimento, o contacto com galeguistas como Del Riego. De facto, a respeito do poeta galego Noriega Varela escrevem na revista *Grial* no ano em que se celebra o seu centenário:

Gostaba da feiticeira mistura de precisión e vaguedá dos grandes sonetistas portugueses. Sabía de coro os máis belos de Anthero de Quental. E un dos seus días de fondo gozo foi o da lectura de Olavo Bilac, o brasileiro da forma anguriada na percura da perfeición.

E, nembargante, Noriega tivo polo primeiro poeta dos seus días a Teixeira de Pascoaes, natureza poética a máis oposta á talla fina dos catorce versos (“O rego da cultura. Centenario de Noriega Varela”, *Grial* 23, 1969: 129).

A atenção a estes produtores e movimentos do que era o cimo dos autores canonizados do Sistema Literário Português [SLP] completava-se com a presença da emergente figura de Pessoa, que já aparecia em escritos galegos como signficante e significado da modernidade e da renovação repertorial. O diretor nominal de *Grial* escrevia isto em 1972:

Pero a intelixencia, o coeficiente colectivo das xeneracións postrimeiras, tanxentes a nós, *decompõe, reconstroi noutro nível o símbolo* ate elucubrar esa inqueda formulación de Fernando Pessoa: o “supra-Camões”, tentativa de despedir a Europa *uma nova mensagem civilizacional...* (Landeira Yrago 1972: 9; itálicos no original).

As transferências vão funcionar igualmente no campo da crítica literária. Sirva como exemplo o caso dos trabalhos de António J. Saraiva, que encontrava a sua homologia antissalazarista no antifranquismo dos seus pares galegos:

Denantes de decir algo encol da poesía galega de Antonio García Hermida compre repetir o que ten escrito o gran historiador da Literatura portuguesa e crítico Antonio José Saraiva: *Certos críticos ocupan-se da obra literaria porque esa é a única maneira de se sentiren cientistas en materias onde não passam de amadores. Buscan nisso a compensação de uma incapacidade ou de uma frustração. Claro que para esses tais críticos o poeta, seu objeto e vítima, tem de ser necessariamente mais pequeno (ainda) que eles. E ainda engade: O crítico é o intermediario da Poesía. Aquello que resiste ao Poeta e pretende arrumál-o no seu pobre código pseudo-científico, não é um crítico mas un assassino da poesía. É um agente activo do conformismo geral que amputa a nossa dimensão sobrehumana para podermos caber en qualquer sociedade establecida ou a establecer.* Coido que estas palabras do crítico portugués son clarificadoras dabondo no senso de cal é a función do crítico ou do enxuciador – este é o meu caso – de calqueira manifestación artística. E son máis de ter en conta estas palabras nestes intres nos que, en Galicia, nos falta un auténtico crítico literario equilibrado, competente, despaixoado, xusto e non dogmático (Fernández Teixeira 1973: 14).

No texto encontram-se múltiples gralhas que mostran, antes do que uma adaptación para galego, uma transcrição incorreta na citação do original portugués (vejam-se as presenças/ausências de –m final, de -ss-, etc.). Por outra parte, a citação feita por Manuel María do crítico portugués está a expor um dos défcies que ele deteta no protossistema: a ausência de uns agentes a desempeñarem a función crítica de maneira não partidária, e isto em um momento em que a vigência do repertório social-realista (dentro do qual ele é um produtor prestigiado) continua a ser objeto de uma forte polémica no campo.

Naturalmente, esse conhecimento não se desenvolveria sem o importante papel dos intermediários intersistémicos e do seu labor como agentes de um campo no outro. Aludimos antes ao caso principal de Rodrigues Lapa; vejamos agora um exemplo de reforço mútuo desse papel e das posições e funções a ocupar. Em 1974, o crítico e estudioso Alonso Montero assinalava José Santos Simões como criador de uma “Páxina de cultura galega” na revista *Notícias de Guimarães. Artes e Letras* (que ele próprio dirigia), informando de que ali tinham colaborado vários escritores galegos, especialmente os jovens. Também é citado como membro do júri, desde a primeira edición, dos Jogos Florais

Minho-Galaicos de Guimarães, organizados pela sociedade Convívio, e como elemento especialmente ativo no relacionamento intersistémico: “A Santos Simões se deben una buena parte de los actuales contactos literarios y humanos entre escritores de Galicia y del Norte de Portugal” (Alonso Montero 1974: 25 e 159). Estão a ser construídas, portanto, plataformas institucionais comuns, em que Alonso Montero participa com relativa frequência.

Neste particular papel de agente e intermediário, observa-se nas relações intersistémicas a tendência para unir a função e a posição de figuras cimeiras ou fortemente canonizadas. Em alguns casos, dado o estado do campo do poder e do sistema em causa, podem mesmo deduzir-se funcionalidades de indireta intervenção política na valorização. A essa vontade e funcionalidade responde o artigo do crítico e intermediário Montezuma de Carvalho (1969: 372) publicado na revista *Grial* com adaptação gráfica do texto e situando ao par Pessoa e Castelaio:

Vale a pena reproducir o poema de Fernando Pessoa para mostrar e probar tan sensacional coincidencia de sensibilidades perante un mesmo tema. O conto de Castelaio non deixa de ser un poema en prosa polo que debemos falar, nun caso e noutro, en sensibilidade poética de dous autores perante un mesmo tema. O efeito desexado, o contraste entre bondade e maldade, entre sonho e realidade, entre vida e destino, é o mesmo en Pessoa e en Castelaio e igualmente intenso.

149

.....
SISTEMA LITERÁRIO
GALEGO E MUNDO
LUSÓFONO NOS PRIMEIROS
SETENTA (1969-1974):
PORTUGAL PARA QUÊ?
.....

Gonçalo Cordeiro Rua
Maria Felisa Rodríguez Prado

3. Dimensões a considerar

À luz das dinâmicas gerais apresentadas e do modo em que elas se processam, podemos, quanto a estes primeiros anos da década de setenta, sintetizar as presenças do mundo lusófono, principalmente referidas a Portugal, agrupadas em três tipos básicos:

1. Em primeiro lugar, as referidas à língua que são, com diferença, as que mais abundam, por causa da instabilidade do próprio sistema galego, que carece de umas instituições suficientemente capazes de juntar e impor como legítimos os seus critérios sobre os diferentes agentes no difícil processo de codificação da norma linguística. Desde as *Normas* do Seminário de Estudos Galegos de 1933 até às de

1970-1971 da RAG, o sistema galeguista fica submetido à pressão exercida em todo o momento pelo seu referente de oposição, o sistema espanhol. O mundo lusófono e nomeadamente Portugal são usados para intervir no processo, toda a vez que se inicia uma fase importante de desenvolvimento protossistémico e de vulgarização da pertença galega a um intersistema maior – o de língua portuguesa – em que desenvolver-se com maior autonomia e segurança. O processo começa, então, pelo capítulo da popularização da genealogia das línguas românicas peninsulares. A partir do momento em que isto é aceite pelos intervenientes do sistema, abre-se um outro processo que conduz a uma situação de enfrentamento entre aqueles que desejam regularizar a situação galega dentro desse intersistema e os que, querendo marcar uma posição diferenciada, visam a consecução de um maior grau de autonomia.

Os primeiros agem aproximando-se das práticas linguísticas do país vizinho, tentando banir assim o que é sentido como excessiva influência do espanhol sobre o sistema galeguista. Neste ponto, ajuda o galeguismo político, pois as teses de Castelao e Viqueira e, em geral, da tradição galeguista, situaram a sua base em uns princípios iberistas, quer dizer, de igualdade ou federação entre os povos peninsulares, a partir do entendimento de uma relação privilegiada com Portugal. A potencialidade de um mercado mais amplo onde exibirem os seus produtos alenta, sem dúvida, os agentes culturais a atuarem nesta direção.

Os segundos, não aceitando estas condições, inclinam-se pela conformação de um espaço autónomo, entendido por vezes como intermediador entre os dois sistemas próximos (o português e o espanhol). Isto conduz, em ocasiões, alguns sectores à procura de uma presença – e mesmo posição – dentro do intersistema do Estado Espanhol, através, principalmente, da tradução ou da prática bilingue.

Entre ambos os posicionamentos existe uma tensão evidente, que os fará chegar a posturas mais ou menos radicalizadas, decorrentes do bloqueio do conflito. Surgem então polémicas consideráveis, como a que em 1973 enfrenta Rodrigues Lapa e Ramón Piñeiro.

2. Por outro lado, a transferência de produtores destacados procedentes do mundo da lusofonia (basicamente de Portugal e do Brasil), com a sua posição – e só às vezes com a sua função – é utilizada como um recurso para legitimar o próprio posicionamento dentro do sistema

e para legitimar o sistema mesmo, na medida em que a língua como norma sistémica, se aqui se encontra desprestigiada, atua noutras latitudes como veículo e baliza de sistemas independentes.

A fratura que existe no protossistema literário galego entre uma tendência que poderíamos chamar “popularista” e outra “cultura” evidencia-se nos géneros literários que cada uma delas está a potenciar (o da poesia social-realista é claramente dominada pelos primeiros), mas, sobretudo, no modelo de língua que escolhem (questão que, como já ficou dito, é central). É por isso que vão tirar proveito de um ou outro produtor ou agente extrassistémico que se faz entrar no jogo – por exemplo, Guimarães Rosa e Gil Vicente, rendíveis para uns pelo carácter “popular” da língua empregada nos seus textos.

De Portugal e do mundo lusófono produzia-se um duplo sentido nas transferências altamente produtivas no protossistema galego: a primeira tinha a ver com o impedimento de distanciar a codificação linguística do referente português; a segunda, com as tentativas de renovação e legitimação sistémica que se pretendiam.

3. A terceira dimensão a considerar, dentro desse processo legitimador tanto no que diz respeito ao sistema espanhol como perante o espaço social próprio, é a da Tradição. Quando são estabelecidas determinadas comparações entre elementos de diferentes sistemas, está-se a procurar homologias entre repertórios com a intenção de revalorizar o próprio. Isto é assim quando se compara a epopeia camoniana com a de Pondal: resulta evidente que o segundo beneficia do prestígio historicamente construído acerca do primeiro. O mesmo se passa quando os agentes analisam a obra de Rosalía e declaram, satisfeitos, a dívida desta com a de Camões, mediante a evidenciação dos recursos transferidos de uma a outra cultura. Outro dos modos que registámos foi o da galeguização de Camões mediante o recurso à origem: operando com conceitos idênticos aos anteriores, o próprio sistema sai reforçado. O resultado é este porque não se trata de um produtor não canonizado ou pertencente à periferia sistémica dos sistemas-origem. Era, ademais, uma fórmula para combater as críticas à viabilidade do sistema, que se exemplificavam na produção em espanhol de escritores de origem galega altamente canonizados ou em processo de sê-lo, como Valle-Inclán, Cela ou Torrente Ballester; que, em virtude dessa mesma origem, eram proclamados como membros do sistema galego,

implicando uma condição bilingue da norma sistémica linguística que coloca a dúvida sobre a suficiência das normas do próprio sistema: se é aceite a pertença de qualquer dos produtores supracitados ao sistema galego, produzindo em espanhol e para o mercado espanhol. A relativa fortaleza e modo de agir no sistema dos agentes galeguistas configuravam uma hipótese dominante a favor destes, ficando em aberto a codificação do mesmo, que os reintegracionistas conseguiram colocar. De resto, solidificava-se uma relação intersistémica com o mundo luso-brasileiro que as imediatas circunstâncias sociopolíticas, que ficam já fora do âmbito deste trabalho, viriam perfilar.

INOVAÇÕES REPERTORIAIS NO CAMPO CULTURAL GALEGUISTA NA DÉCADA DE 70 E AS TRANSFERÊNCIAS DO MUNDO LUSO-AFRO-BRASILEIRO

M. Felisa Rodríguez Prado

1. Propósito

ESTE TRABALHO VISA IDENTIFICAR, no quadro da resistência à ditadura franquista durante os primeiros anos setenta, as mudanças no *modus operandi* das novas gerações atuantes no espaço social galego e, mais especificamente, da juventude universitária, focando de modo privilegiado o campo musical – para atender o surto da nova canção galega – e as transferências do mundo lusófono para ele.

2. Contextualização

O maior grau de liberalização económica capitalista e de abertura nas relações internacionais da Espanha, ao mesmo tempo que tinha facilitado um rápido desenvolvimento, tinha gerado uma sociedade em clara contradição com o sistema político, dando lugar a um desfaseamento que, conforme se agudiza, acelera o desenho e a configuração de alternativas político-culturais ao regime franquista. A Galiza, mesmo com certo atraso, vai seguindo essas pautas – com uma indústria e uns serviços em crescimento, que a agricultura vai acompanhando com alguma tecnificação – e nela, como no resto do Estado, a militância antifranquista

153

INOVAÇÕES REPERTORIAIS
NO CAMPO CULTURAL
GALEGUISTA NA DÉCADA DE
70 E AS TRANSFERÊNCIAS
DO MUNDO
LUSO-AFRO-BRASILEIRO

M. Felisa Rodríguez Prado

terá a sua máxima expressão tanto na universidade – com um único expoente galego, em Santiago de Compostela – como nos núcleos operários, recentes – criados à volta da indústria automobilística e dos estaleiros navais, respetivamente, em Vigo e no Ferrol –, dando, desde o fim dos anos sessenta, contínuas mostras de conflitividade em manifestações atuantes de oposição ao regime, organizadas em torno a dois eixos: o comunista e o nacionalista.

É também a partir desse momento que o consolidado grupo Galaxia, ocupando desde a sua criação em 1950 uma posição central no protossistema cultural galeguista [PCuG] (*vid.* Torres Feijó 2004), começa a ser acusado pelo carácter “burguês” das suas formulações. O seu projeto, que tinha sido desenhado como uma aposta na opção culturalista – também conhecida como “piñeirismo”^[1] – em vista da inviabilidade da ação política naquela altura^[2], supunha uma renúncia a estratégias que, com o declinar do regime ditatorial e o lento processo de abertura, vão pôr em prática outros grupos, nomeadamente as forças políticas do nacionalismo de esquerda – Partido Socialista Galego (PSG) e Unión do Pobo Galego (UPG), criadas, respetivamente, em 1963 e 1964 – e o Partido Comunista de España (PCE).

As circunstâncias tinham mudado e, com elas, também o quadro de forças. A UPG, partido comunista que enlaça com a tradição galeguista de pré-guerra – assumindo Galiza como nação – e cujo projeto é organizar, pela base, a sociedade galega, passa de ser um grupo emergente^[3] na segunda metade dos anos sessenta, com escassa implantação fora dos meios intelectuais e estudantis^[4], a viver na década de setenta um processo de consolidação e alargamento, tanto na sua base social como nos

¹ A etiqueta decalca-se do nome de Ramón Piñeiro, principal ideólogo e formador – sobretudo em Compostela – da consciência galeguista de um importante número de jovens da altura e defensor da fórmula de galeguizar os grupos políticos democráticos, renunciando a criar uma força nacionalista.

² A aposta em um futuro em que a cultura pudesse politizar e a conservação e transmissão do afã nacionalista entre as elites intelectuais e jovens atraídos para essa órbita, sem oferecer qualquer instrumento político para a sua realização, caracteriza este galeguismo do interior (*vid.* Barreiro Fernández 1992: 347-352).

³ Entre os seus primeiros atos de afirmação encontram-se a agitação durante a construção da barragem de Castrelo de Minho e a celebração do Dia da Pátria Galega em 1968, para além da movimentação que contestava o estado de emergência em 1969.

⁴ Maiz Vázquez (1988: 136) atribui este escasso eco à atitude de vanguarda clandestina.

âmbitos de atuação. Consequentemente, o Partido Comunista que, com uma grande capacidade de organização e células operativas no âmbito operário, estudantil e intelectual, era a força política por excelência de oposição franquista, sofre uma crise com a aparição deste novo nacionalismo na Galiza, respondendo com uma estratégia de galeguização que o leva a criar, em 1968, o filial Partido Comunista de Galicia (PCG).

Tanto uns como outros passam a contestar a orientação culturalista de Galaxia, apresentando um maior grau de heteronomia na ação cultural – de forma a aproximar-se da vetada ação política –, lutando por debater publicamente e propondo novos repertórios, entre os quais destaca o social-realismo. Quer estes partidos políticos clandestinos, quer as associações legais de carácter vizinhal, juvenil, escolar ou profissional situadas, maioritariamente, na esquerda galeguista e na ideologia comunista – menos frequentemente, na socialista – vão desenvolvendo um ativismo sociocultural de resistência face à oficialidade, usado para veicular novas ideias e oferecer alternativas. A multiplicação de panfletos, folhetos, pequenas folhas ou revistas que, ligados a esses partidos ou associações, servem para apresentar o discurso de modo próximo e económico, tem como principal objetivo criar uma base de poder que permita elevar as reivindicações aos poderes públicos, enquanto se tentam resolver as deficiências e a escassez de recursos por meio do trabalho feito com grupos de base, que permite o alargamento da capacidade de influência.

155

.....
INOVAÇÕES REPERTORIAIS
NO CAMPO CULTURAL
GALEGUISTA NA DÉCADA DE
70 E AS TRANSFERÊNCIAS
DO MUNDO
LUSO-AFRO-BRASILEIRO
.....

M. Felisa Rodríguez Prado

3. O papel da Universidade compostelana

A conversão da universidade em um dos instrumentos mais ativos e eficazes no desgaste do sistema está relacionada com a transformação que tinha experimentado, em parte devido à progressiva presença no meio universitário de elementos procedentes da média ou pequena burguesia.

A movimentação universitária espanhola começa por enfrentar, desde meados dos anos cinquenta, a organização oficial de estudantes e o seu controlo pelo regime, quer em forma de SEU (*Sindicato de Estudiantes Universitarios*) – cuja eliminação foi conseguida em 1965 –, quer em forma do seu sucedâneo, as APE (*Asociaciones Profesionales de*

Estudiantes) que o governo tencionava impor mas às quais acabou por renunciar em 1967 – sem nunca terem chegado a funcionar –, perante a enorme conflitualidade provocada. Finaliza, pois, a década de sessenta com uma população estudantil altamente ativa e sintonizada com o movimento de contestação e, em particular, com as organizações clandestinas, ligadas a partidos políticos cujas estratégias, conforme indica Maravall (1978: 180), eram globais e não incluíam a existência de um sindicato de estudantes, dado que concebiam a universidade como plataforma de luta antifascista.

Na Galiza ficaram especialmente marcados os conflitos de 1968^[5], prévios ao maio francês, com uma longa greve que visava a substituição dos quadros organizativos existentes pelos grupos preparados na clandestinidade. Sendo considerada um *braço de ferro* com o franquismo, essa greve visava a democratização e a liberdade política e é a partir desse momento que começam a aparecer as contradições entre os sectores vinculados a organizações políticas estatais e outros que pretendiam introduzir uma dinâmica própria, galega e nacional, nessa luta. Apelando à desatenção das forças políticas atuantes no âmbito estatal relativamente à língua e cultura próprias da Galiza – que, apesar de serem as das massas, eram completamente ignoradas –, a UPG passa a explorar o(s) particularismo(s) da situação galega, partindo da conceção da Galiza como colónia da Espanha e apostando na consequente necessidade de desenvolver uma luta de libertação nacional. Dessa preocupação dá conta o próprio esquema dos seminários de formação para os novos membros que, concebido na sequência “história da Galiza, Galiza é uma nação, Galiza é uma colónia”, finalmente chegava ao nacionalismo como única alternativa.

É assim que no terreno universitário, ao lado das reivindicações puramente académicas, das atuações contra a repressão e do desgaste político do regime, comuns a todos os grupos, a UPG vai definindo um projeto nacionalista/nacionalizador na/da universidade compostelana, que começa pela politização dos jovens - originariamente galego-falantes

⁵ Significou o início de umas ações que, com a universidade como cenário, se prolongaram até 1977 momento em que, aberta a possibilidade de realizar a ação política por via direta, os partidos de esquerda “abandonam” a Universidade, que instrumentalizaram, assistindo-se à desmobilização geral (Cancio 1991: 294).

ou não – através da defesa da cultura galega e da dignificação das classes populares do país – operários mas, sobretudo, marinheiros e camponeses. Depois de dois anos com atuações que, à procura de um espaço próprio, perseguiram a diferenciação dos outros grupos de esquerda – por exemplo, por meio da luta com barricadas, sem enfrentamentos diretos – e centravam os esforços em atender problemas concretos e reivindicações mais acadêmicas – tentando evidenciar a situação da universidade e do ensino na Galiza – do que políticas, por causa da fraqueza orgânica (Morais Álvarez 1996: 209-211), deteta-se uma progressiva expansão fruto de um recrutamento que insistia na conceção elitista da luta estudantil por parte do PC e no seu afastamento das massas galegas e que crescia adaptado a um contexto de repressão política, obedecendo os requisitos da clandestinidade para proteger a organização (i.e., restrição de possíveis membros e período de doutrinação).

1972 é um ano decisivo na expansão da UPG, tanto através de uma participação destacada nos acontecimentos vividos pelo operariado do Ferrol e Vigo – com prolongadas greves e a morte de vários trabalhadores –, como no meio estudantil, onde, depois de um começo de ano académico marcado pela greve e pelo fechamento da universidade durante 3 meses, com manifestações multitudinárias, afirmou a sua força na altura dos protestos pelo assassinato do estudante Chema Fuentes, em dezembro de 1972. É então que os quadros estudantis da UPG criam uma organização de massas nacionalista e universitária, *Estudiantes Revolucionarios Galegos* (ERGA), seguindo a estratégia de agitação e organização que ditara o envio a Compostela de “Ramón”, nome de guerra de Manuel Mera Sánchez^[6], moço procedente do ativo galeguismo argentino e com experiência na luta contra a ditadura de Lanuse (Carreira 1988: 46), ao qual se deve, em parte, o nome do boletim que ERGA passa a publicar, *Lume*^[7]. Esta frente estudantil nacionalista, que em 1974 vai contar com uma significativa expansão no ensino

⁶ O próprio Mera (1997: 12 e 14) indica que foi deslocado pelo partido de Vigo a Compostela – onde trabalhou como operário da construção –, com o fim de ativar a frente universitária e que, uma vez conseguido isto, o partido o tinha enviado à Corunha para trabalhar no movimento operário, em abril de 1973.

⁷ Retoma, de forma mais breve, o do bonaerense *Lume Novo*, impulsionado por Mera junto com Manuel Cordeiro e outros jovens galeguistas.

secundário – o que permite a constituição de uma rede pelas principais cidades e vilas galegas –, relativiza o maoísmo com uma inclinação para postulados latino-americanos, à procura de alternativa anticolonial para opor à esquerda estatal. Trata-se de uma formulação que, “semellante a outros movimentos de liberación nacional, como o vietnamita ou o angolano” (Mera Sánchez 1997: 15), entende a Galiza como colónia e vai ser posteriormente assumida por outros grupos, entre os quais um reativado PSG que, em 1973, se afasta da social-democracia com que se definira desde 1963, pondo a base da sua estratégia nos seguintes elementos: autodeterminação, anticapitalismo e anticolonialismo.

Para além do engajamento direto nos grupos políticos, o associativismo é outra das vias aproveitadas pelo nacionalismo para se introduzir socialmente entre os universitários e tornar as inquietudes galeguistas em consciência política.

Não existindo liberdade de reunião, qualquer atividade de carácter cultural multitudinária tornava-se suscetível de ser convertida em manifestação de oposição. Isso explica, por exemplo, que a partir do movimento universitário de 1968 a prevenção relativamente às atividades dos cineclubes se torne repressão, tanto das associações como dos seus dirigentes^[8]. Tinha-se detetado a utilização desses espaços como plataformas para tratar questões políticas e do cinema para veicular ideias não permitidas, retomando, em certo modo, o papel dos cineclubes que nos anos trinta perseguiram o alargamento do público e usavam o cinema como instrumento de conscientização e de doutrinação política. De facto, com as Faculdades fechadas ou sem ir às aulas, o cineclubes, na sua qualidade de entidade aberta ao debate, era o ponto de reunião do movimento estudantil, daí a sua perda de importância como via política à medida que se vão assentando as assembleias de universidade, câmara de câmaras, junta permanente, etc., como canais principais da luta estudantil.

Na mesma linha de agitação participativa da juventude universitária, para além da integração de jovens elementos nacionalistas nas associações culturais pré-existentes, assiste-se à formação de agrupações universitárias ou dinamizadas por estudantes – entre as

⁸ Sobre os cineclubes e a sua atividade na cidade universitária pode consultar-se a obra de Eijo Barrio (1988).

quais destaca a compostelana “O Eixo”, em funcionamento desde o ano 1973-74. Existiam, também, em diversas faculdades as chamadas “comissões culturais”, de carácter semilegal e que, apesar de contarem com um professor – espécie de delegado-censor para controlar as suas atividades –, costumavam programar conferências ou colóquios sobre personagens da cultura galega, economia e problemas de atualidade^[9], desenhados como palestras sociopolíticas que serviam para informar e como pontos de encontro para ir tecendo a clandestinidade através de redes que também incluíam projecções de cinema, concertos ou recitais.

Este tipo de atos era programado com vista à normalização da cultura e língua galegas, à afirmação nacional do povo, à difusão cultural a nível popular ou à denúncia das agressões à cultura e às liberdades. Relativamente à língua, apostam na fixação por escrito da língua do povo – esmagado e colonizado –, cuja defesa e reabilitação fora das camadas populares se converte em índice de juventude revolucionária, com orientação populista, sendo usada como arma de luta. No que se refere à cultura, enquanto as expressões culturais mais legitimadas até ao momento tinham sido as da escrita, nomeadamente a literária; começa a detetar-se – apesar do especial destaque que ainda se atribui à poesia social-realista – a necessidade de ocupar e de atender outros âmbitos, não só para avançar na normalização do galego como língua de cultura mas também de forma a facilitar a transmissão de valores sem ter de passar, necessariamente, pela letra. Procurava-se modernizar os instrumentos de intervenção e alargar o público destinatário, na linha de modelos encontrados pela juventude inquieta quer no resto do Estado Espanhol, quer no vizinho Portugal. Passa-se, assim, a fazer o aproveitamento e a exploração das virtualidades comunicativas e formativas da canção, do cinema e do teatro que, além do mais, ofereciam possibilidades de fintar ou evitar o estrito controlo a que eram submetidas as publicações – apesar de que deviam ser sujeitos a censura prévia, para o cinema, um tríptico informativo sobre o filme a projetar e, para os concertos, os textos das músicas que iam ser interpretadas –, pois cabia a possibilidade de alterar o previsto e aprovado^[10] ou, quando

⁹ Na Universidade eram geralmente conhecidas como Aulas Abertas.

¹⁰ Prova desse mecanismo é, por exemplo, a alteração dos aprovados versos “abaixo a dentadura” e “algo cheira a podre em Libéria” mediante substituição dos últimos substantivos

a atividade programada não recebia autorização, ficava a opção de, simplesmente, mudar de local e/ou reduzir a assistência.

Uma boa parte destes atos derivava frequentemente em manifestações antifranquistas^[11], expressão de oposição à cultura oficial espanhola – ou mesmo a certos aspectos da galega institucionalizada – e, por isso, mereciam a consideração de foros de agitação, de tal modo que nem sempre estavam autorizados pelas autoridades públicas.

4. O campo musical e a *Nova Canción Galega*

Neste momento de efervescência social e política, a juventude conscientizada dos anos setenta serve-se da canção de autor para fazer reivindicações políticas em toda a Península Ibérica^[12]. Na Espanha esses produtos musicais, mantendo uma dimensão social e humana, vão viver a explosão discográfica de 1975 a 1977, com a recolha de músicas silenciadas pela censura e a vinda à luz de temas motivados pela mudança de situação. Com o fim da ditadura, o “produto contestatário” é sucesso de mercado, com prevalência dos problemas sociais, seguidos, à distância, pelo amor e a esperança, e entre essas músicas abundam as que realizam uma aproximação à geografia humana ou à história dos povos do Estado^[13].

Os primeiros passos da canção de autor da Galiza chegam do meio universitário compostelano e obedecem, para além de às comuns exigências de liberdade e democracia, às específicas reivindicações do uso da língua galega e da defesa do mundo e da cultura galegos,

por ditadura e Ibéria, respetivamente, ou a multa de 25.000 pesetas imposta pelo Governo Civil a *Voces Ceibes* “por interpretar canciones que no figuraban en el programa visado y autorizado (...) intercalando frases que contenian conceptos injuriosos”, conforme pode ler-se em *La Voz de Galicia* a 11.12.1974.

¹¹ “Era contra da grande mentira colectiva ibérica contra o que loitabamos unidos, que cantabamos unidos. (...) coreabamos a Afonso, Cília, Freire, Fanhais, Fausto, Vitorino...” (Araguas 1991: 34).

¹² Sobre o acontecido na Espanha pode consultar-se “A música e a canción nas nacionalidades e rexións españolas”, contributo de Manuel Lombao à VV.AA. 1980: 31-52.

¹³ Relativamente a estes aspetos, resulta interessante o capítulo que Fernando González Lucini (1998: 139-150) intitula “Empieza a amanecer!”.

associadas às massas e ao popular. O folclore, no entanto, não contava entre as fontes da realização musical destes jovens progressistas e contestatários, conforme pode ver-se nas palavras com que, do seu exílio venezuelano, o já consagrado poeta social-realista e membro da UPG Celso Emilio Ferreiro saúda, em 1968, a mudança do panorama protagonizada pelos universitários compostelanos: “Fai moito tempo que nós propuxemos a nova canción galega tal e como vós o estades facendo agora. Considerábamos que o folclore, a punto de morrer, era pouco menos que unha música de arquivo. Había que darlle ao pobo unha nova canción, de acordo con meios de difusión modernos”^[14].

De facto, a procura da modernidade comunicativa e atuante não se baseou em uma tradição musical que consideravam fossilizada e retrógrada, que desprezavam ou mesmo denegriam por causa da apropriação exotizante e regionalista que dela tinham feito as agrupações ligadas à Secção Feminina do Movimiento, cultivando-a em forma instrumental e coral. O modelo vai ser encontrado noutras latitudes, nomeadamente na *Nova Cançó* catalã – inspirada na canção francesa de conteúdo literário, social, nacionalista e certa intimidade – e muito especialmente na obra do valenciano Raimon. O conhecimento dessa música em que prevalecia a poesia mais ortodoxa dentro do realismo social tinha-se produzido através de recitais norteados pela luta franquista e o contacto com a *cançó* coloca na Galiza um desafio que pode ser resumido no “e por que não em galego?” de Benedicto García Villar, um dos pioneiros da *Nova Canción*.

É em 1968 e com o rótulo *Voces Ceibes* que vários jovens universitários galegos adotam a mesma estratégia grupal dos catalães *Els Setze Jutges*^[15], criados em 1962, e ainda dos *Ez Dok Amairu* bascos, surgidos em 1966. O conhecido comunista – e galeguista – Alonso Montero, docente em Lugo, organizou a estreia pública^[16] da nova canção com as vozes de Benedicto e Xavier del Valle; dela, apesar de ter sido suspensa

¹⁴ Carta para Xavier del Valle datada a 19.5.1968 e reproduzida em VV.AA. 1980: 5-6.

¹⁵ Dentre os seus integrantes destacariam Serrat, Lluís Llach e Pi de la Serra.

¹⁶ Projetada para 30 de março, na Escola de Peritos Agrónomos, os dois cantores tinham sido previamente ouvidos por Alonso Montero em Compostela – depois de uma conferência na residência El Pilar – no “Cosechero” da Rua Nova, onde se reunia pessoal do Partido Comunista (García Villar 1998: 257-8).

à última hora pelas autoridades, ficou uma apresentação^[17] daquilo que o professor definia como “expressão operante”. Nela sublinhava o carácter tardio do surto da canção galega – atribuível à precariedade do espaço – e a sua função de “desacougar e alumear: unha canción para acadarmos conciencia dos nosos problemas reais”, para além de enfatizar o facto de se tratar de moços da universidade galega cuja ação delimita um novo período, o do “tempo de desacougar” – desinquietar –, e presta um serviço para a dignificação oral da língua do país, convertida em “fala feita arte e feita cultura viva”.

O ato aglutinador de *Voces Ceibes* – já com a presença de Xerardo Moscoso, Vicente Araguas e Guillermo Rojo – só aconteceu um mês mais tarde, a 26 de abril de 1968, em um recital realizado na compostelana Faculdade de Medicina e ligado à campanha de luta universitária. Apesar da escassa difusão jornalística, a participação de aproximadamente duas mil pessoas consagrou a convergência de iniciativas individuais, apresentada sob o nome de *Voces Ceibes* – dado por Xavier del Valle e aceite pelo seu carácter “eufónico, directo, agresivo (dentro dun límite) e simbólico” (Araguas 1991: 91) – e produto de uma reflexão conjunta nos seguintes termos, de acordo com Benedicto (García Villar 1998: 263): “o noso era un asunto de canción en galego, monolingue (non se fora repeti-lo de Serrat co *La, la, la* eurovisivo) e con contido abertamente social (pobre eufemismo). Ademais non podía ter nada de folklore, no formal, polas connotacións inmediatas que aquel tiña cos grupos de *Coros y Danzas de la Sección Femenina de Falange*”.

Trata-se, pois, de um projeto comum de jovens universitários – para vários dos quais, por exemplo, Vicente Araguas ou Guillermo Rojo, a produção musical coincidiu apenas com o período de estudos – que, passando a ser conhecidos como “cantautores”^[18] galegos, produziram textos ou, mais habitualmente, escolheram para musicar poemas do social-realismo na língua do país, contribuindo para o êxito desse repertório – que visa a intervenção sobre a realidade ou, no mínimo, a

¹⁷ São as “Palabras para un recital de cancións”, reproduzidas, por exemplo, em García Villar 1998: 258-259.

¹⁸ Foram rotulados com essa etiqueta, apesar de não cumprirem os “requisitos” que Antón Seoane — pegando na definição de Bob Dylan – enumera: fazer textos, compor músicas, interpretá-las e ter uma proposta sonora pessoal (*Cadernos A Nosa Terra de Pensamento e Cultura*. Compostela, dez. 1996, p. 36).

conscientização do público – desde finais da década de sessenta. Temas como a emigração, a revalorização da língua *proletária* galega e a luta contra as injustiças vão ser procurados nas composições dos autores galegos preferidos: os poetas cívicos da altura (Celso Emilio Ferreiro, Neira Vilas, García Bodaño, Conde, Freire, Lois Diéguez) e de sempre (Rosalía, Curros, Cabanillas, Pondal)^[19].

Como os seus homólogos catalão e basco, o movimento galego – sobre cuja cronologia não se encontra muito acordo^[20] – punha em cena por vez primeira voz e música próprias, em defesa e também à procura de uma identidade cultural em um momento histórico em que queriam afirmá-la e no qual se via frequentemente como os concertos ou recitais eram proibidos ou suspensos no último momento pelas autoridades. Mas com respeito à canção das restantes nacionalidades históricas do Estado Espanhol, a da Galiza não só foi a última a aparecer como enfrenta dificuldades específicas: não conta com uma burguesia nativa abundante a apoiar e consumir^[21]; carece de uma indústria discográfica, de tal modo que as (escassas) gravações foram realizadas basicamente em Barcelona; sofre uma limitação de difusão apenas salvada graças ao concurso da discográfica catalã Edigsa.

Apesar de se publicitar em cartazes, com frequência, como “Cancios testimonio do pobo pro pobo”, foi nos ambientes universitários que achou, para além da latência inicial, o núcleo do seu público. A difusão reduzida dentro desses círculos criava um forte sentido de cumplidade, reforçado pelo facto de serem produtos oferecidos como alternativa à cultura oficial e modo de conscientização. O cantor Suso Vaamonde, por exemplo, fala nos concertos como apenas uma das peças de uma roda na qual participavam “desde un médico que falaba de hixiene sexual (...), un profesor que daba unha conferência sobre libros, un rapaz que recitaba poemas, etc. Pouco a pouco facendo país.

¹⁹ É assim reconhecido no manifesto do quinto aniversário de “A nova canción galega”, *A Nosa Galiza*, 1973, pp. 3-4.

²⁰ Por exemplo, enquanto Santamarina refere o período 1967-1971, Mato (1991: 130) indica 1966-1970.

²¹ O sociólogo Baldomero Cores chega a falar na altura em “heroísmo cultural”, em várias das análises do fenómeno na revista *Chan*, que Xan Carballa retoma no *Cadernos A Nosa Terra de Pensamento e Cultura* (dezembro de 1996, pp. 8-10) consagrado às canções galegas.

Chegaba un panfleto, liámolo e pasabámolo a outra persoa”^[22]. Desse compromisso cultural e galego comum serve como amostra que para a retomada, em 1975, do projeto de um dos cineclubes mais destacados, o do Carvalhinho – depois de dois anos de paralisação das atividades por problemas económicos – contribuiu monetariamente um recital de elementos da nova canção galega^[23].

Face ao projeto de um sistema cultural galego diferenciado do espanhol que a nova canção representa no campo musical, surge a canção “comercial” em galego que, teoricamente, poderia fazer parte de um processo de normalização da língua e, portanto, da cultura do país, mas é vista pelo novo galeguismo combativo, na prática, como uma mercantilização e uma tentativa de folclorização do galego. Trata-se de músicas de temática especialmente amorosa e baseadas na repetição dos estereótipos turísticos (a saudade, a morrinha...), onde a língua – colocada como norma sistémica pela *Nova Canción* – se torna mais um elemento de localização regional, situado na moda^[24] e, conseqüentemente, ameaça com a subsistemização galega. Inicia-se, então, o enfrentamento dos defensores da *Nova Canción Galega* como um elemento popular, de reivindicação e crítica, e útil para acrescentar a presença pública do galego, com aqueles outros produtores – como Juan Pardo, Julio Iglesias ou María Ostiz – que utilizam apenas algum elemento linguístico galego folclorizante (Samartim 2007).

Em uma revista galego-madrilena, o sociólogo Cores Trasmonte, analisando o fenómeno da música “comercial” em galego, contempla a possível entrada no mercado brasileiro e, por extensão, no latino-americano, ao ver na língua do país um meio da cultura de massas nas (suas) variantes portuguesa e brasileira – mais popularizada nesta segunda, através do samba e da bossa nova. Trata-se de uma aproximação não isenta de dificuldades, que o próprio autor aponta ao referir a “subconsciente sensación de haber perdido el habla portuguesa, que ha corrido por caminos distintos, aunque sean muchas las concomitancias entre

²² Em *Cadernos A Nosa Terra de Pensamento e Cultura*, dez. 1996, p. 24.

²³ Miro Casabella, Xurxo Mares e Xosé Quinzás participaram nesse concerto, realizado a 22.3.1975 (*Entregas de comunicación cultural*, 11, Compostela, dez. 1984, p. 5).

²⁴ É isto que explica, por exemplo, que a inglesa Andee Silver, intérprete de uma versão de “Teño saudade” produzida por Juan Pardo, fale para a revista *Chan* na sua incorporação às possibilidades de universalização do galego no mundo da música.

ambos” e mesmo o afastamento de Portugal (*Chan*, nº 37, Madrid, 1971, p. 11). As potencialidades, no entanto, são várias, em opinião dele: o alargamento de mercado em direção a Portugal e, sobretudo, o recurso ao mundo brasileiro “sensible a la cultura discográfica” como lugar de resistência face ao castelhano perante as dificuldades que a gravação em galego enfrenta no Estado Espanhol. Como é óbvio, também aponta o mercado possível do mundo celta, explorado desde o *Festival del Miño* que se celebra de 1969 a 1974 em Ourense – com o subtítulo Canção do Mundo Celta – e que Cores apresenta como mais uma manifestação de que a Galiza conserva “su enorme potencia creadora y su capacidad histórica para vincularse emocionalmente a otros pueblos” (*Chan*, nº 37, Madrid, 1971, p. 13).

Relativamente às ligações luso-afro-brasileiras da canção galega, pode afirmar-se que no início eram, no mínimo, muito limitadas. Partia-se do desconhecimento – testemunhado por Araguas e Benedicto^[25] – que estes jovens tinham da realidade e da cultura portuguesas, cuja descoberta acontece pela via musical, âmbito no qual se processou, em primeiro lugar, a transferência de materiais procedentes do país vizinho para esta geração envolvida em parecida luta contra a ditadura^[26]; consta que circulavam entre os estudantes cassetes dos principais cantores portugueses de resistência e também cabe apontar o papel das associações culturais como divulgadoras destes

²⁵ Com motivo de uma viagem de quinze dias a Portugal, em agosto de 1967, Araguas (1991: 31) lembra que “Pouco ou nada sabíamos de Portugal (...) Moi pouco dos seus costumes, do seu idioma, casa nada da súa música, literatura ou arte”, enquanto Benedicto afirma: “Daquela non había Portugal ou se o había era nos mapas ou, como moito, como lugar onde comprar café e mantas ou, os máis pudentes, louzas. Literalmente non existía. Seria nos primeiros anos setenta cando o azar e a curiosidade dalgúns permitiunos empezar a tirar polo fio do coñecemento de tan inmenso país, de tan fraterno irmán” (*Cadernos A Nosa Terra de Pensamento e Cultura*, dez. 1996, p. 11).

²⁶ Araguas (1991: 33-34) afirma: “A miña xeración recibiu folgos portugueses antes e despois do 25 de Abril. Primeiro, con aqueles cantantes que viñan a Compostela brindando liberdade nas súas cancións. Falo, naturalmente, de José Afonso e Luís Cília, pero tamén dos menos coñecidos Manuel Freire e o Padre Fanhais. Logo viriam Vitorino e Fausto. E despois coas lecturas: Eça de Queiroz (...) e Filinto Elísio, Anthero de Quental, Antonio Botto, Pessoa, Miguel Torga, Manuel Alegre, Jorge de Sena. Despois, en fin, o estoupido da *revolução dos cravos* alentando a proseguir a loita. Caera o fascismo portugués e, xa que logo, aquí tamén era posible”.

produtos^[27] e organizadoras – junto com as comissões universitárias – de concertos. Deste modo, já em 1971 se vê como a inalterável referência à nova canção vai acompanhada da legenda “La Galice, Le Portugal, L’Espagne ou La problematique galicienne-portugaise” (García Villar 1998: 275) no cartaz da atuação de Benedicto em Toulouse (França) ou como o galego Miro Casabella realiza com Luís Cília um ciclo de quinze concertos pelas universidades espanholas (*Fronte e cocote*, nº 3, abr.- jun., 1972, p. 56), incluindo a compostelana, em uma colaboração que ia estender-se mesmo à representação da Galiza no chamado “Recital ibérico”, organizado em Valencia por Paco Ibáñez – segundo o figurino do encontro de 1969 em Paris – e contando com José Afonso em representação portuguesa.

A aceitação da música de Cília entre a juventude galega, com textos diretos e explícitos na luta contra o regime português e nas suas denúncias – a que não era alheia a sua condição de exilado na França –, é evidenciada por Araguas (1991: 168) quando afirma: “O Cília (...) era ben coñecido da «progresía» santiaguesa. Sempre lembrarei o seu rostro cheo de ledicia cando, ao descender aos baixos do Gaiola, a xente recibíao entoando coralmente «E sempre a mesma melodia / Salazar e a sua democracia»”.

Não acontecia o mesmo com a obra de José Afonso, apesar de ser já um pouco conhecido e de ter sido apresentado pela revista *Chan* (nº 30, Madrid, 1970, pp. 36-37) como voz do povo, em palavras de J. A. Porto apoiadas em cumpridas citações do escritor luso e intelectual comunista Urbano Tavares Rodrigues. Ainda merecendo a consideração de “mito viviente como luchador incansable por unas reivindicaciones sociales, políticas, humanas, en suma” (*Chan*, nº 36, Madrid, 1971, p. 50), quando, no dia 24 de maio de 1972, Zeca realiza um concerto em Compostela^[28], no Burgo das Nações, acha um público universitário

²⁷ Para além de organizarem ou serem sedes de recitais ao vivo – quando as autoridades não os suspendiam (por exemplo, na agrupação Abrente [*Terra e tempo*, jul.-ago, 1973, p. 12]) –, eram espaço de difusão deste tipo de canto de intervenção. Na associação Auriense, por exemplo, consta que nos “Martes musicais” se procedia à audição de discos portugueses, catalães e brasileiros (*Informe da Auriense*. 2. Ourense. Nov. 1972, p. 1).

²⁸ Cita-se a data do concerto a partir da lembrança de Araguas (1991: 196) de ter sido prévio a um importante jogo de futebol europeu celebrado nesse dia. De acordo com Estévez, o primeiro concerto de Zeca na Galiza não teria sido este, mas um realizado em Ourense (“Zeca, cantor ibérico”, *Batonga*, 36, Barcelona, jan. 2003).

escassamente familiarizado com as suas músicas – salvo exceções – e inicialmente prevenido contra a atenção que na sua obra merecia o folclore – relativamente ao qual vigorava uma certa hostilidade –, situando-o, à partida, em uma categoria inferior à do cantante de protesto, social e beligerante. Daí a reação geral, que Araguas (1991: 196) qualifica como de “sorpresa polo contido das cancións, fortes e directas sen necesidade das palabras chave (democracia, liberdade, etc)”, nesse recital que ainda se tornou mais histórico pelo facto de se fechar com uma canção que naquele momento estreava, “Grândola, Vila Morena”.

A presença de Zeca parece explicar-se a partir de um contacto inicial de Benedicto com a música dele, através do disco *Traz outro amigo também* (1970) ouvido em Madrid, que o levou, conforme ele próprio escreve (García Villar 1998: 270), a telefonar a Discos Orfeu, para averiguar o endereço de Afonso e se reunir com ele em Portugal. Iniciou-se, então, uma estreita colaboração, materializada na participação beneditiana – e ainda da galega Maite – na gravação do L.P. *Eu vou ser como a toupeira* (Madrid, novembro 1972) e, sobretudo, em forma de giras conjuntas durante uns dois anos^[29], com mais de cinquenta concertos, maioritariamente clandestinos, na fase final do(s) fascismo(s), quando o movimento sindical começa a estruturar-se a ambos os lados da fronteira. O cantor português é introduzido por Benedicto, via *Voces Ceibes* e os informais circuitos operários ligados a *Comisiones Obreras* (CCOO)^[30], não só no acontecer musical da Galiza, de que não tinha notícia – apesar de uma certa receção lusa estar provada pelo facto de Miro Casabella ter sido convidado, nessa altura, tanto a Coimbra como para a RTP^[31] –, mas também na realidade política

²⁹ Trata-se de 1972-73. Estévez (2000: 132) indica que o nível de colaboração e o número de concertos foi tal “que durante todo o ano 1973 Benedicto estivo residindo em Portugal”, enquanto Araguas, no verbete “Voces ceibes” da *Gran Enciclopedia Gallega*, fala em constantes viagens de Benedicto a Portugal e na integração dele no mundo musical português.

³⁰ As redes políticas atingem mesmo dimensões internacionais, como prova o facto de CCOO ter apoiado uma exposição de arte contemporânea na Itália, em abril de 1972, em solidariedade com o movimento operário espanhol antifranquista. Benedicto recebe a encomenda de preparar a parte da Galiza, que foi representada por ele e por Bibiano no capítulo da canção beligerante (García Villar 1998: 269).

³¹ Isto é, pelo menos, o que afirma em uma entrevista desta altura, indicando que a materialização dos concertos não tinha chegado por falta de passaporte para sair da Galiza (*Fronte e cocote*, 3. abr.-jun., 1972, p. 58).

galega e espanhola da clandestinidade^[32], descobrindo o que chama de “uma espécie de pátria espiritual, irmã da nossa”.

Pouco antes da revolução portuguesa, a comissão de cultura da Faculdade de Economia, uma das mais ativas e suspeita para as autoridades^[33] – tendo chegado a organizar recitais no Burgo das Nações –, é a responsável pelo concerto de José Afonso que, em 20 de março de 1974, foi convertido em uma demonstração de oposição às ditaduras ibéricas. Mas mesmo depois do desaparecimento de ambos os regimes continua a documentar-se o diálogo de José Afonso com a Galiza, tanto pela sua participação no “Festival dos Pobos Ibéricos” celebrado na Corunha em agosto de 1978^[34], como pela inclusão de “Achégate a mim, Maruxa (cantar galego)” entre os temas populares do seu disco *Fura fura* (1979), ou pela composição de “Um novo cantar de amigo” que, ecoando a revivescência do período medieval de esplendor galego-português, está datado na Galiza em 1980^[35].

O intercâmbio é, pois, de dupla direção, mas fundamentalmente produtivo para a parte galega pelo conhecimento de um produtor musical que, partindo da tradição fadista e evoluindo para posições contestatárias semelhantes àquelas da juventude da Galiza, vai procurar no folclore e na música popular tanto material como inspiração para uma combatividade não necessariamente expressa por via direta. O magistério afonsino^[36] surgido desse vínculo apontou um cami-

³² Benedicto conhecia-as bem, fazendo parte de CCOO desde 1970, conforme ele próprio afirma no artigo jornalístico “CCOO en congreso” (*Galicia hoxe*, Compostela, 1.7.2004), e José Afonso rememora esse período em uma das entrevistas reproduzidas por Salvador (1999: 71-72).

³³ A isto não seria alheio o facto de nela participar um catedrático catalogado como de ideologia comunista e de conhecidos antecedentes, Francisco Bustelo García del Real (Morais Álvarez 1996: 74).

³⁴ Existem mesmo fotografias em que aparece José Afonso com Marina Rosell, Quico Peña, Bibiano, Enrique Morente e José Arza, entre outros, reproduzidas por Araguas (1991: 205) e no volume coletivo de Ruada sobre a música e a canção galegas (VV.AA. 1980: 52).

³⁵ Pode contemplar-se uma reprodução facsimilada do manuscrito no belo *José Afonso, andarilho, poeta e cantor. Os lugares e encontros* (VV.AA. 1994: 112).

³⁶ Relativamente ao movimento galego, o próprio Araguas (1991: 101) fala em aprender a lição portuguesa e Turtós e Bonet (1998: 22) afirmam que “Sus integrantes tenían la necesidad de acercarse, y de hecho lo hicieron, a la canción y cultura portuguesa, que les era mucho más afin que otros devaneos musicales de la península”.

nho, motivando o interesse crescente pelo folclore e a música popular galega, contemplados a partir de então como materiais suscetíveis de atualização. Sem esse passo prévio não se explica o aparecimento de agrupações musicais resultado da simbiose entre o fenómeno do cantautor – neste caso, coletivo – e o grupo folk^[37], entre as quais cabe destacar *Fuxan os ventos*, cujo primeiro disco data de 1976, um ano depois de se ter produzido no grupo inicial a separação entre a sensibilidade “conservadora”, na linha do folclore universal, e a que permaneceu, “comprometida” com a música galega, popular e nova^[38].

A recuperação e estudo dessa tradição musical, bem como a comum militância contra a ditadura, levou os galegos a descobrir novas afinidades e pontes com os vizinhos do Sul e a aproveitá-las, contornando amiúde os problemas de censura e não autorização, como na série de *Recitales por Galicia. Francisco Fanbais, José Afonso, José Jorge Letria, Manuel Freire, Rui Mingas* realizados em 1973, de que fica um cancionero de nove páginas mecanografadas – sem indicação de organizadores nem locais. Para além de composições próprias, estes cantores interpretaram textos poéticos, sobretudo da autoria de Manuel Alegre, mas também de Carlos Oliveira, Sidónio Muralha, António Gedeão, Daniel Filipe ou João Apolinário e, ainda, dos angolanos Mário António, Viriato da Cruz e Agostinho Neto^[39] – estes na voz do último dos cantores, natural de Angola. Trata-se de poemas social-realistas apresentados apenas na forma original, de tal modo que a ausência de tradução^[40] leva a

³⁷ O seu produto é uma espécie de “jornal cantado”, com textos relativos ao acontecer galego acompanhados por música popular, de modo a facilitar a receção e conseguir o alargamento do público fora dos meios universitários e intelectuais. Enquanto a legalidade vigente não permitiu que as forças políticas tivessem tribuna própria, os concertos deste tipo de grupos serviam para as reuniões partidárias, nomeadamente da esquerda nacionalista.

³⁸ De igual modo, em 1977 produziu-se uma nova cisão por causa da aposta na autonomia ou heteronomia do trabalho musical, sendo que esta última continuou na produção de *A Quenlla*. Encontra-se abundante informação em “Fuxan os Ventos no reurdird musical, cultural e autonómico de Galicia. Loitas dentro e fóra” (Mato 1991).

³⁹ Trata-se de “Poema da farra”, “Makesu” e “Adeus à hora da partida”, respetivamente, cuja autoria é atribuída ao cantor de modo errado.

⁴⁰ A única tradução – portuguesa! – é a de um texto quimbundo interpretado por Rui Mingas, de tema amoroso como outra das suas músicas, que merece resumo em castelhano e indicação da prática “intraduzibilidade”.

pensar na – se não identidade, pelo menos – identificação linguística luso-galega^[41].

Como consequência do sucesso do processo revolucionário português, conforme aponta Torres Feijó (2007), a UPG encontrou no país vizinho um reforço da sua atividade e mais uma alavanca para o avance dos seus repertórios culturais, o que resultará especialmente significativo tendo em conta a situação crítica das anteriores redes de relação, estabelecidas, principalmente, por Galaxia com Lapa^[42]. O fluxo no sentido galego-português vê-se favorecido já que, com a inversão de papéis que a revolução significou, os homólogos portugueses anteriormente silenciados ou perseguidos passam a estar no poder^[43], de tal modo que o campo cultural português se torna “um importante sistema receptor, de apoio e retroalimentação à actividade galeguista” (Torres Feijó 2007: 700), conseguindo, nesta altura, uma das maiores vulgarizações desde o final da Guerra Civil Espanhola. Assiste-se, assim, por exemplo, à apresentação no Porto, nos inícios de junho de 1975, da “Asamblea Nacional-Popular Galega” (ANPG) – frente que tinha sido constituída dois meses antes em Viana do Castelo visando a ampliação da base social da UPG e a obtenção da legalização – e na Universidade portuense celebram-se umas “Xornadas das Letras Galegas”, com presença tanto de produtores literários como do cinema, através da projecção de um filme do histórico realizador exilado Carlos Velo e, ainda, de músicos do efémero Movimento Popular da Canção Galega, que em 1975 sucedeu o desagregado *Voces Ceibes*.

⁴¹ Lembra-se que aquando do concerto de Raimon em Compostela (1967) as letras eram oferecidas em versão bilingue catalão-galego, feita pelos poetas Salvador García Bodaño e Carlos Casares (*Unión Gallega*, Buenos Aires, 1970, p. 17).

⁴² A atuação de Lapa, visando a intervenção no protossistema galego em termos da fixação ortográfica da língua, começa nos anos setenta a ser polémica e discutível ou mesmo condenável. *Vid.*, a este respeito, Torres Feijó 2007 e Samartim 2007.

⁴³ Benedicto García Villar (1998: 271) retrata perfeitamente a situação do seguinte modo: “E o 25 de abril. (...) os presos na rúa e os PIDES na *trena*. E os amigos, periodistas, músicos, escritores, etc., empezan a aparecer dirixindo periódicos, revistas, compañías de teatro, grupos de baile”.

5. Conclusões

No fim dos anos sessenta e inícios dos setenta, não podendo falar-se para a Galiza da existência de um sistema cultural dotado de suficiência sistémica, acha-se um protossistema (PCuG) necessitado tanto de se afirmar no espaço galego – para tornar mais amplas as bases da sua construção – como de projetar a sua existência fora dele, a fim de se afirmar a capacidade de concorrer a nível intercomunitário.

Neste período é uma preocupação conseguir público e atingir o alargamento da cultura galega, em uma visão não elitista. Recorre-se, portanto, a campos em nova construção, próximos do público universitário e considerados decisivos para a normalização cultural, operando-se nos terrenos musical, cinematográfico e teatral – nos quais também se priorizam os materiais com supostas implicações na mudança social.

Uma das estratégias que os agentes galeguistas ativam para atingir os seus objetivos é o recurso ao intersistema cultural, desenvolvido em várias dimensões:

- o intersistema céltico, que, de um modo incipiente, o campo musical galego começa a recuperar, apoiando-se no mito do celtismo e com base na instrumentação considerada propriamente galega, com a tradicional gaita de foles à frente e a posterior incorporação da harpa. Esta ligação facilita – nesse momento e ainda hoje – a internacionalização do produto musical galego, pois o desvio para o Norte dá acesso a – e permite a integração em – um panorama musical muito mais desenvolvido relativamente ao mundo folk;

- o intersistema lusófono, cuja construção se tinha produzido à volta da língua (galego) portuguesa e com base em um passado histórico comum e em uma relativa identidade cultural. A partir da Revolução dos Cravos vai atingir maior peso em termos políticos, produzindo-se o relacionamento galego-português de modo privilegiado na esfera da UPG, que via em Portugal um potencial aliado para a atividade política e uma plataforma para a vulgarização da literatura e da cultura galegas, nomeadamente na sua produção empenhada;

- o intersistema espanhol, em cuja (co-)construção participam com outros agentes, sobretudo dos sistemas periféricos catalão e basco, com os quais se compartilham normas sistémicas – isto é, língua não

castelhana –, repertórios dominantes, circunstâncias sociopolíticas semelhantes e referente de oposição comum. Baseando-se de modo especial na solidariedade das periferias, atinge-se o reforço do repertório do social-realismo e a afirmação das várias identidades linguísticas – e não só – da Espanha como instrumentos de luta contra a ditadura franquista.

A canção galega monolíngue, social e beligerante, que tinha seguido, inicialmente, o figurino catalão e as fórmulas musicais padronizadas, passou depois a procurar uma sonoridade que se pretendia autóctone – diferenciada, diferencial – e folk. A componente folclórica acabou sendo assumida por estes cantores – sem que isto significasse o abandono da reivindicação no período de incipiente democracia – a partir do modelo português e, nomeadamente, do exemplo de José Afonso, cuja presença, no entanto, vai além da influência sobre os músicos da *Nova Canción* na sua evolução. São numerosos os cantores e grupos galegos que interpretam ou realizam versões de temas de Zeca (Na Lúa, Luar na lubre, Uxia, Maria Manuela ou, mesmo afastados da música popular ou folk, Os Resentidos). Do eco que a sua figura e obra merecem na Galiza podem dar conta o espetáculo – de mais de doze horas de duração, publicado sob o título de *Galiza a José Afonso* (2000) – que reuniu poetas, músicos e escritores em Vigo, a 31 de agosto de 1985 (Campos Calvo-Sotelo 2008: 1142), em uma homenagem-encontro galego-portuguesa com o objetivo de contribuir economicamente para ajudá-lo na sua doença, e a série de conferências e recitais com que foi homenageado em maio de 1987 – três meses depois do falecimento – simultaneamente em várias cidades galegas. Ainda hoje, nalguns bares e discotecas tradicionais da cidade velha compostelana marca-se o fim da noite com “Grândola, Vila Morena”.

Deteta-se, também, o recurso ao referente brasileiro para apresentar as potencialidades que oferece ao PCuG, tanto em termos de mercado de destino dos produtos próprios como de fonte de modelos a transferir para o preenchimento dos défices do protossistema – a caminho da sua normalização. No campo musical, invoca-se, para além da língua, a cadência e a melodia para identificar a sensibilidade galega com a de Portugal, o Brasil e o restante mundo lusófono.

O 25 DE ABRIL NA GALIZA DOS ANOS SETENTA: IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS

Roberto Samartim

O OBJETIVO DESTES CONTRIBUTO É SINTETIZAR O IMPACTO DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS (NOME UTILIZADO NA HISTORIOGRAFIA PARA DESIGNAR O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO INICIADO EM LISBOA NA MADRUGADA DE 25 DE ABRIL DE 1974) NOS PRINCIPAIS GRUPOS ATIVOS NOS CAMPOS CULTURAL E POLÍTICO DA GALIZA EM MEADOS DA DÉCADA DE SETENTA DO SÉCULO XX. Para isto foi levantada a informação específica gerada pelo projeto FISEMPOGA (sintetizada fundamentalmente em Rodríguez Prado 2004, Torres Feijó 2007 e Samartim 2004 e 2010) e foram realizadas as correspondentes análises qualitativas destinadas a fixar tanto os discursos como as práticas com que esses grupos estabelecem o relacionamento galego-português a raiz do processo revolucionário iniciado em 1974 na República Portuguesa.

De maneira complementar, aproximamo-nos dos efeitos do 25 de abril na opinião pública da Galiza através de uma sondagem realizada no jornal *Faro de Vigo*, de onde são analisadas quantitativa e qualitativamente (com o recurso gráficas e a nuvens de palavras) as informações relativas a Portugal presentes entre 26 de abril e 26 de julho de 1974 nas primeiras páginas do principal diário do Sul da Galiza nesta altura.

173

.....
O 25 DE ABRIL NA
GALIZA DOS ANOS
SETENTA: IMPACTOS E
CONSEQUÊNCIAS
.....

Roberto Samartim

1. O estado de campo na Galiza: grupos e posições

Para apresentarmos sumariamente os grupos ativos nos campos da cultura e da política da Galiza em meados de setenta verificou-se útil (Samartim 2010) arrumar os agentes e organizações aí presentes em função das suas tomadas de posição em relação ao processo de mudança política em curso na altura. Esta mudança nas condições de possibilidade presentes no campo político, quer na Galiza quer no conjunto do Reino da Espanha, resolver-se-á finalmente com a passagem da ditadura centralista do General Francisco Franco (morto em 20 de novembro de 1975) para uma monarquia parlamentar consagrada pela constituição plebiscitada em 6 de dezembro de 1978, a qual fixa como regime de governo a democracia representativa e estabelece uma maior descentralização político-administrativa por meio da (con)cessão de autonomia a diversas comunidades, entre elas a Galiza.

Assim, é possível estabelecer dois eixos básicos em relação aos quais se posicionam os grupos atuantes na Galiza da transição, o da Resiliência e o da Resistência. A centralidade no primeiro destes espaços, relativamente autónomo no cultural e onde se verifica um maior grau de adaptação às mudanças provenientes do campo político, está ocupada por Galaxia. Este grupo toma seu nome da editora fundada em 1950 pelos principais agentes procedentes da órbita do Partido Galeguista que ficam no interior do País após a sua derrota na Guerra Civil espanhola (1936-1939). Conformado nos anos setenta tanto por agentes próximos a esta organização autonomista na década de trinta do século XX como por pessoas mais jovens que também apostam por circunscrever as suas ações aos campos culturais, este grupo acumula e põe em valor os capitais procedentes do galeguismo histórico (isto é, do conjunto do movimento de reivindicação da identidade diferenciada da Galiza, ativo desde meados do século XIX), trabalha virado para o controlo de instituições oficiais como a Real Academia Gallega (hoje Real Academia Galega, RAG) e não arrisca no instável campo político de setenta os capitais acumulados nas décadas em que praticamente monopoliza o campo literário galego (até esse momento priorizado pelos próprios agentes entre o conjunto dos campos culturais galegos).

Das várias escolhas possíveis na transição política em curso no período em foco na Galiza, Galaxia posiciona-se do lado da reforma do sistema

político face à rutura democrática com o regime franquista, pela recuperação da autonomia reconhecida para a Galiza pela República Espanhola em 1936 frente à defesa do direito de autodeterminação e o início de um processo constituinte de âmbito galego e, em relação com a função e a posição do principal marcador identitário a operar no conjunto do Sistema Cultural Galego [SCG] (a língua da Galiza), postula no seu programa o carácter cooficial de galego e castelhano em uma futura Galiza autonómica e sustenta uns usos e uns discursos que, a partir da aceitação da unidade linguística galego-portuguesa, contemplam uma difusa mas progressiva aproximação do standard galego do seu equivalente português.

Por seu lado, no espaço caracterizado pela resistência, polo de maior heteronomia no cultural e onde as tomadas de posição estão condicionadas pela oposição às medidas reformistas procedentes do campo político, a centralidade está ocupada pela Unión do Pobo Galego (UPG), organização político-partidária autodefinida como comunista e patriótica que assume o marxismo e o anticolonialismo, e estabelece desde a sua fundação em 1964 uma extensa rede de jovens agentes e de múltiplas organizações com muita presença e atividade em âmbitos claramente referenciados no trabalho político, tais como o sindical, o associativo, o vizinhal, etc.

Confrontada com as mesmas tensões apontadas para o caso de Galaxia, a UPG aposta claramente pela rutura democrática com o franquismo, opõe-se à concessão da autonomia e defende o direito ao exercício da autodeterminação da nação galega e, no referido à questão linguística, sustenta a oficialidade exclusiva do galego na Galiza e, na base de uma difusa aceitação da unidade linguística galego-portuguesa como um facto filológico sem utilidade política normalizadora, centra a sua atenção na extensão dos usos do galego em detrimento da qualidade desses usos, atualizando um modelo popularizante que naturaliza materiais coincidentes com o castelhano e afasta o galego do modelo utilizado pelo português (Samartim 2004).

1.1. O 25 de abril na resiliência

Quer para Galaxia quer para o conjunto dos grupos localizados no espaço da resiliência, Portugal funciona como histórico referente de

reintegração (Beramendi 1991), isto é, como o sistema cultural com o qual o galego compartilha normas, materiais e elementos definidores de diverso tipo e funcionalidade (língua, cultura popular, saudade, lirismo, organização territorial etc.); um sistema com que compartilhou um período histórico considerado de esplendor (e do qual a lírica galaico-portuguesa funciona como metonímia); e uma comunidade com a qual integrou uma mesma entidade (proto-)nacional no passado e com a qual aspira a se reencontrar no futuro.

Com esta referencialidade a funcionar neste espaço sistémico em maior medida adaptativo e que tem na cultura em geral e na literatura em particular o seu âmbito prioritário de atuação, os agentes de Galaxia mantêm relações e têm entre os seus homólogos lusos destacadas figuras dos campos literário e académico português (Manuel Rodrigues Lapa, Jacinto de Prado Coelho, Hernâni Cidade etc.), importam através das suas plataformas (nomeadamente da revista *Grial*, a funcionar desde 1963) materiais procedentes do cânone fixo da literatura portuguesa (Luís de Camões, Antero de Quental, Camilo Castelo Branco, Teixeira de Pascoaes etc.) e rejeitam a transferência de qualquer elemento enquadrável no chamado social-realismo, conjunto repertorial central desde a década de sessenta no subcampo da poesia e, em geral, no conjunto do espaço em maior medida politizado e heterónimo da resistência (Samartim 2010: 359 e ss.).

Neste quadro geral de relacionamento, o 25 de abril produz neste polo da resiliência três impactos fundamentais: o estancamento no relacionamento galego-português articulado neste espaço, a crescente desconexão com os agentes lusos do galeguismo e uma maior presença do reintegracionismo no sistema cultural português (Torres Feijó 2007). Estes três impactos devem ser explicados tanto em função das características definitórias do grupo (carácter pactista dentro do âmbito cultural com maior grau de institucionalização e afastamento da instabilidade política) como da evolução da sua política de alianças no conjunto do período em foco.

Assim, Galaxia prioriza na altura o pacto com o Instituto de la Lengua Gallega (hoje Instituto da Língua Galega [ILG]), um organismo criado no seio da USC em 1971 com objetivos específicos dentro do campo da codificação linguística. Esta instituição oficial está formada na sua maioria por agentes jovens do galeguismo da esquerda que iniciam a

sua carreira universitária em uma área em clara expansão (por causa da previsível incorporação da língua da Galiza ao sistema de ensino obrigatório depois da aprovação em 1970 da Ley General de Educación) e ocupa desde a sua fundação posições centrais no conjunto do SCG graças à acumulação de capitais procedentes do campo do ensino (superior). Na sua intervenção, o ILG atualiza critérios codificadores (como a abstração da fala popular e, em segundo lugar, a tradição literária galega moderna) até esse momento relativamente secundarizados na tradição galeguista, de que Galaxia se proclama herdeira. Esses parâmetros codificadores de que agora se aproxima Galaxia na sua estratégia de confluência com o ILG (produzida em 1982 com a aprovação conjunta pela RAG e o ILG das *Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego* oficializadas de facto pelo governo autonómico galego no ano seguinte) afastam o grupo das propostas que tomam como ponto de partida a ideia da unidade linguística galego-portuguesa, defendidas com intensidade variável até essa altura tanto por Galaxia como pelo galeguismo historicamente considerado e que continuam a ser sustentadas, explicitamente, por agentes galeguistas portugueses como Manuel Rodrigues Lapa (1973).

Esta questão, somada às dinâmicas políticas nos dois países (o incerto final da ditadura no Estado Espanhol e o início da revolução em Portugal) e às próprias lógicas de ação de Galaxia, que não arrisca a sua posição nesses períodos de volubilidade política, juntamente também com a falta de estruturas institucionais sólidas de relacionamento com os galeguistas portugueses, explicam o aludido estancamento das relações e a referida desconexão galego-portuguesa neste espaço adaptativo.

Por seu lado, esses galeguistas portugueses reposicionam-se tanto perante a estratégia pactista de Galaxia no interior do SCG como face ao início do processo revolucionário em Portugal, e promovem com maior intensidade nas plataformas em que têm presença (*Seara Nova* ou a Associação Portuguesa de Escritores, no caso de Lapa) aqueles agentes galegos que defendem com maior frontalidade a identidade linguística galego-portuguesa e, juntamente com isto, também estabelecem colaborações táticas com a esquerda nacionalista galega, neste caso apesar de um evidente afastamento programático fundamentalmente no que à ideia de língua diz respeito (tal como veremos adiante).

Bom exemplo desta maior presença do reintegracionismo em Portugal através da mediação destes agentes lusos divergentes da estratégia de Galaxia é a publicação no número de setembro de 1974 do “Manifesto para a supervivência da cultura galega” na revista *Seara Nova*, dirigida na altura por Rodrigues Lapa; um texto que é resultado da ação de vários agentes vinculados com o galeguismo cristão residentes em Roma, entre os quais sobressai o padre Montero Santalla (*et al* 1974).

Para além do carácter periférico dos seus assinantes, é importante apontar também em relação a este Manifesto que ele apresenta um plano cultural normalizador global para a língua da Galiza, denominada explicitamente “galego-portuguesa”, que propõe medidas destinadas a vários campos (literário, educativo, audiovisual, religioso, etc.) e que advoga por uma gestão do conflito linguístico que assume o carácter bilingue da sociedade galega como um elemento positivo (Samartim 2010: 339 e ss.), distinguindo-se neste ponto, portanto, fundamentalmente do nacionalismo de esquerda, o qual entende a presença do castelhano na Galiza como um indicativo da colonização cultural do País que deve ser combatida e que, por meio do trabalho político, deverá ser revertida para uma situação de monolinguismo social em galego (Rodríguez 1976: 42).

Apesar de ser indicada a coincidência dos postulados do Manifesto com o ideário de Galaxia, este grupo rejeita por boca de um dos seus principais elaboradores de ideias e codiretor de *Grial*, Ramón Piñeiro, a publicação deste texto na Galiza (Torres Feijó 2007: 694):

Piñeiro manifesta a sua coincidência com os postulados do “Manifesto”, afirmando estar “moi ben pensado”, mas indicando que nas “circunstancias” da altura, era impossível publicá-lo. Montero [Santalha] atribui essas circunstâncias ao conteúdo político do texto e ao quadro político-ditatorial vigorante [na Espanha]. Piñeiro sugere-lhe que o faça chegar a elementos da Editora Nós de Buenos Aires, cousa que fam mas sem fruto.

Rejeitado então tanto por *Grial* como pelo enclave galeguista de Buenos Aires, o Manifesto beneficia da mediação de Lapa e é publicado em setembro de 1974 na *Seara Nova* com a ortografia usual em Portugal, mas também em outubro desse mesmo ano em espanhol na revista madrilenha próxima da democracia-cristã *Cuadernos para el Diálogo*.

Achamos que este caso supõe um bom exemplo quer da cobertura fornecida por Lapa para os agentes do reintegracionismo em Portugal (apesar da relativa posição periférica deste movimento na Galiza) quer de como o referido afastamento de qualquer envolvimento político durante a ditadura franquista determina a ação tanto de Galaxia como até do conjunto do espaço institucional da resiliência (sobretudo após o 25 de abril). Sirva como sustento desta última afirmação a advertência feita pelo próprio Montero Santalha a Lapa em 28 de maio de 1974: “Nao estará demais advertir que o nosso manifesto foi elaborado antes do cámbio de régimen em Portugal e que, pelo mesmo, nao está determinado por razones políticas do momento mas por motivos histórico-culturais” (*apud* Marques *et al* 1997: 345). Esta posição geral do espaço da resiliência contrasta com a visão que Lapa tem do momento político, já que o galeguista de Anadia percebe o 25 de abril como uma oportunidade que deve ser aproveitada para o reforço do relacionamento galego-português, no entendimento de que “a revolução portuguesa, entre outras coisas, pode abrir novas perspectivas a uma solução do problema galego” (em carta a Xavier Alcalá, jovem escritor na órbita do reintegracionismo, de 31 de maio de 1974; *apud* Marques *et al* 1997: 345).

1.2. O 25 de abril na resistência

No espaço sistémico da resistência, cuja centralidade a UPG disputa com outros grupos político-partidários de esquerdas (localizados ou não no nacionalismo galego), a funcionalidade referencial de reintegração que Portugal desempenhou para o conjunto do galeguismo até 1936 é aqui e agora desigual, mas em todos os casos ela opera com intensidade menor a como o faz no espaço da resiliência, e é residual e não operativa politicamente para a UPG, que ativa em maior medida uma referencialidade de analogia ou emulação (Beramendi 1991) dirigida primeiro aos territórios que lutam pela sua independência de Portugal (como Angola, Moçambique ou a Guiné) e, só depois de 25 de abril, para o Portugal revolucionário (Samartim 2004).

Isto é assim porque a UPG, que contempla no seu programa um vínculo federativo peninsular, faz depender as suas ações e os seus relacionamentos, no interior dos campos culturais ou doutros, da

sua estratégia e do seu programa político, campo este onde reside e é referenciado o conjunto da sua atividade. Por isso, na recepção que o grupo faz à Revolução dos Cravos, já no número de maio de 1974 da sua revista *Galicia Emigrante*, a UPG coloca a referência à unidade cultural galego-portuguesa significativamente no passado e põe o acento na identidade das lutas políticas em curso (UPG 1974a; itálicos nossos):

A UPG (...) vive niste intre unhas das eisperencias máis fermosas da súa hestoria: o país fraternal que é Portugal ven de aniquilar o feixismos e camiña cara á democracia. Todo o pobo galego vibra de solidariedade i entusiasmo. Os muros das aldeas e cidades de Galicia cóbrense de letreiros nos que se le VIVA PORTUGAL! Xamáis a concencia da *antigua unidade cultural galego-portuguesa* foi tan lúcida no corazón das masas oprimidas da nación galega. Xamáis o sentimento de que *a vosa loita é a nosa loita* foi tan fonda e cordialmente asumida por toda a xeografía galega.

180

.....
PORTUGAL E(M) NÓS
.....

Contributos para
a compreensão do
relacionamento cultural
galego-português

Podemos afirmar, então, que um dos primeiros impactos da revolução portuguesa no espaço sistémico ocupado pela esquerda nacionalista galega foi o reforço da (antiga) referencialidade cultural galego-portuguesa. Ora, neste caso essa referencialidade está circunscrita ao plano dos discursos e está ausente das práticas culturais reais do grupo que, por exemplo, é na prática contrário ao reintegracionismo e continua a não considerar útil do ponto de vista normalizador o facto filológico da unidade linguística galego-portuguesa, tal como sustenta o seu principal ideólogo para os assuntos linguísticos e literários, Francisco Rodríguez (1976). A estratégia da UPG passa, então, por atualizar em chave política essa “antiga unidade cultural galego-portuguesa”, lida agora em chave de solidariedade internacionalista.

Desta maneira, o principal impacto do 25 de abril no espaço chefiado pela UPG diz respeito ao estabelecimento, o reforço e a consolidação da rede de relações, apoios e solidariedades (nos campos político e cultural) já iniciados antes de 1974 e ainda hoje vigorantes. Contudo, é importante destacar que, quanto às características desse relacionamento claramente reforçado depois de abril, ele é assimétrico (favorável à Galiza), e também que os grupos homólogos da UPG no campo

político-cultural da esquerda revolucionária portuguesa aceitam os repertórios nacionalistas elaborados e promovidos pela UPG na Galiza.

Os principais antecedentes deste relacionamento em chave política estão presentes no campo literário, para onde a UPG promove através dos seus agentes os repertórios próprios do social-realismo (nomeadamente através da poesia), no entendimento que estes contribuem à implementação do seu programa político revolucionário e são úteis e atrativos igualmente na outra margem do Minho. Assim, os contactos da esquerda nacionalista galega prévios ao período revolucionário português têm a ver com a publicação na editora Razão Actual, do Porto, em 1972, de duas antologias de poesia social de dois produtores referenciais do antifranquismo na Galiza, Manuel María e Celso Emilio Ferreiro, assim como com a publicação de uma *Introdução ao nacionalismo galego* (Paisagem Editora 1973) por um dos mais ativos agentes da UPG em Portugal até a atualidade, o jornalista e escritor José Viale Moutinho, um ano depois de que José Afonso tivesse estreado o “Grândola” na residência universitária compostelana do Burgo das Nações (em 10 de maio de 1972).

Para além desses contactos e das presenças já existentes, tal como apontámos, o 25 de abril faz com que aumente a presença cultural galega em Portugal, quer através de antigos e novos agentes quer de ações de apoio e solidariedade política, como a publicação de livros e revistas ou a organização de eventos culturais e atividades políticas, entre as quais destaca a cobertura dada em Portugal para a impressão das “Bases Constitucionais” e o “Programa provisório” da UPG, a distribuição de imprensa partidária, a emissão periódica semanal do Rádio-Clube Português para a Galiza, a apresentação em Portugal da associação de massas da UPG (a Assembleia Nacional-Popular Galega [AN-PG]), etc. (Torres Feijó 2007: 698 e ss.).

Ora, dissemos também que esse relacionamento era estabelecido nos termos e de acordo com os repertórios marcados pela UPG. Achamos que pode exemplificar este ponto a publicação pelo referido Viale Moutinho em 1975 d’*O catecismo do camponês* (na editora Futura), versão portuguesa d’*O catecismo do labrego* (escrito em 1889 por Valentín Lamas Carvajal para denunciar as condições de vida do campesinato galego) explicitamente apresentada como uma edição *traduzida e bilingue*, isto é, de acordo com o programa linguístico da

UPG para a Galiza daquela altura^[1]. O mesmo pode ser dito do facto de intitular com a forma “Galicia” (usada na altura pela UPG em troca da galego-portuguesa “Galiza”) a capa do número especial que a revista da esquerda portuguesa *Vértice* dedica ao grupo em 1974 (“Galicia com Portugal UPG”, *Vértice* n.º 367-368, agosto-setembro, 1974).

Chamamos a atenção, contudo, tanto para a publicação desse volume monográfico já em 1974 como também para a celebração na Faculdade de Letras da Universidade do Porto no ano 1975 de umas “Xornadas das Letras Galegas”^[2], porque em ambos os eventos participa Manoel Rodrigues Lapa e ambos servem, portanto, para exemplificar a referida colaboração tática de agentes galeguistas portugueses procedentes do polo da resiliência com os grupos da esquerda nacionalista galega, a pesar do evidente afastamento programático existente entre ambos. De facto, a participação de Lapa em *Vértice* supõe uma clara tomada de posição deste agente contra a ideia de língua (popularizante) sustentada pela UPG (1974b) noutra das suas publicações doutrinárias, *Rego*, onde o grupo coloca já a que, por outro lado, será a ideia de cultura que defina o programa do grupo e sustente as suas ações neste campo ao longo de todo o período (UPG 1977: 48): “A cultura galega é patrimonio exclusivo das clases populares”. Esta ideia é frontalmente contestada por Lapa (1974: 581), quem afirma com rotundidade que “A língua de cultura vai contra os hábitos adquiridos do linguajar do povo” (*vid* Samartim 2010: 368 e ss.).

Contudo, apesar da maior intensidade no relacionamento virado para o lado português (cujos agentes prestam atenção ao caso galego através dos seus homólogos da esquerda, alegando desconhecimento e invocando a unidade cultural e espiritual galego-portuguesa), as transferências portuguesas para o SCG neste espaço da resistência continuam a ser escassas (daí o apontado carácter assimétrico do

¹ A publicação do principal elaborador de ideias da UPG para o campo económico, o professor da USC Ramon López Suevos, do livro *Cara uma visão crítica da economia galega* em português, na editora portuense Afrontamento um ano depois, pode apontar para a indefinição em que ainda se move o grupo neste ponto.

² Promovidas pela agente da UPG Margarida Ledo Andión, leitora de língua e literatura galegas nessa Faculdade desde imediatamente depois de abril de 1974 graças, em boa medida, ao labor de agentes da esquerda portuguesa como Óscar Lopes, Avelãs Nunes ou Cal Brandão (Torres Feijó 2007: 699).

relacionamento) e estão circunscritas à ativação do carácter referencial de emulação em campos como o dramático, com a imitação de repertórios lusos e o debate de se o teatro português pode ser ou não integrado na categoria de teatro (em) galego; o campo cinematográfico, com a divulgação em festivais e cineclubes galegos do Cinema Novo de Portugal e do Brasil; ou o campo musical, com a reapropriação do folclore e da função de compromisso da música galega assumido pela Nova Canción a imitação do que estavam a fazer na altura cantores lusos como José Afonso, Cília ou Vitorino (Rodríguez Prado 2004 e Samartim 2004: 9). Esta incorporação de repertórios lusos realiza-se na Galiza através da rede associativa criada pela esquerda e o nacionalismo desde finais de sessenta, que acolhe agora também alguma (menor) presença de agentes lusos nas suas atividades (Samartim 2004).

2. O impacto do 25 de abril através da imprensa (*Faro de Vigo*)

Para esta aproximação ao impacto que o 25 de abril teve na opinião pública da Galiza recorreremos à informação veiculada através da imprensa porque, tal como refere Cristina Martínez Tejero, integrante do grupo Galabra com vários contributos a partir da análise deste tipo de materiais, a utilidade desta tipologia de corpus para o estudo da cultura reside na sua

própria natureza como principal difusora das actividades acontecidas no âmbito da cultura e também pelo seu papel como elemento vertebrador da sociedade à que chega, contribuindo para identificar e coesionar umha comunidade mediante a dotação do acesso aos mesmos conteúdos informativos (Martínez Tejero 2008: 17).

Foi selecionado o jornal *Faro de Vigo* para realizarmos uma sondagem nos três meses imediatamente posteriores ao 25 de abril de 1974 porque este é um dos dois diários de maior tiragem na Galiza da altura (juntamente com *La Voz de Galicia*) e o mais lido no Sul da Galiza e, de facto, com um destacado impacto no território galego geograficamente mais próximo a Portugal, em cuja região norte também conta com alguns pontos de distribuição. Levantamos a informação sobre Portugal

(mais em concreto sobre a situação política portuguesa derivada do 25 de abril, já que este é o único assunto atendido no período em foco) presente nas primeiras páginas deste jornal entre 26 de abril e 26 de julho de 1974 porque entendemos que este período é suficientemente representativo da presença que a Revolução dos Cravos teve na opinião pública galega imediatamente depois de abril; e selecionamos as primeiras páginas do jornal porque o facto de ocupar esse lugar de destaque é já um indicativo da importância atribuída à notícia por este meio de comunicação.

Já quanto ao procedimento de análise, realizamos tanto contagens das informações sobre a revolução portuguesa presentes no jornal, para conhecermos assim o impacto absoluto deste facto no jornal e a sua intensidade relativa, como análises do discurso com que o processo revolucionário é comunicado nas primeiras páginas do *Faro de Vigo*. Neste último caso as análises são feitas a partir de procedimentos que permitem conhecer a recorrência e inferir a relevância das palavras utilizadas nos cabeçalhos pelo jornal em foco (representamos graficamente os resultados como uma nuvem de palavras elaborada com <http://www.tagxedo.com/> e apresentamo-los abaixo na Figura 2).

Parece relevante indicar que entre 1 e 25 de abril de 1974 o *Faro de Vigo* publica 20 números e, neles, apenas uma notícia sobre Portugal aparece na primeira página do jornal^[3]. Em termos estritamente quantitativos, isto significa uma presença de 5%. Ora, a partir de 25 de abril e nos meses seguintes, em concreto entre 26 de abril e 26 de julho desse ano, a presença portuguesa nas primeiras do *Faro de Vigo* atinge 70%, divulgando informação referida unicamente ao processo revolucionário e a situação política portuguesa dele derivada. Estamos em condições de afirmar, portanto, que o principal impacto do 25 de abril de 1974 em relação com a imprensa galega tem a ver tanto com o aumento relativo como com a centralidade da presença informativa portuguesa na Galiza, tal como pode ser conferido na gráfica seguinte.^[4]

³ No dia 21 de abril de 1974 este meio de comunicação faz-se eco de um “Incendio de madrugada en la Universidad de Oporto”.

⁴ Eis os dados concretos, distribuídos por meses: 26-30 abril: 5 [presenças] /5 [dias] (100%); 1-31 maio: 26/27 (96,29%); 1-30 junho: 13/26 (50%); 1-26 julho: 12/22 (54,54%). Total: 56/80 (70%).

Presença do 25 de abril em Faro de Vigo

(26 de abril-26 de julho de 1974)

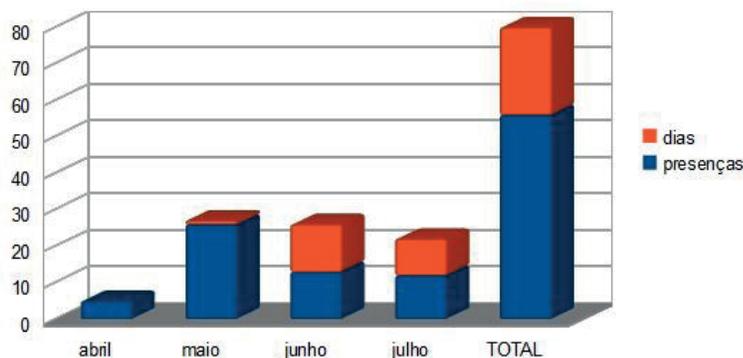


Figura 1: Presença do 25 de abril em Faro de Vigo.

Fonte: Elaboração própria.

185

O 25 DE ABRIL NA
GALIZA DOS ANOS
SETENTA: IMPACTOS E
CONSEQUÊNCIAS

Roberto Samartim

Deste aumento significativo da informação relativa a Portugal verificado empiricamente neste jornal de referência, podemos inferir que existe um aumento equivalente do interesse pelo processo revolucionário português no conjunto da opinião pública galega. Mas, para além disto, interessa-nos analisar também qual é o tratamento que este meio de comunicação massivo reserva para este processo, porque a linha editorial seguida por um meio de difusão maciça como *Faro de Vigo* contribui sem dúvida, ainda que em graus e modos variáveis, para marcar quer a posição perante um acontecimento concreto quer, em geral, os modos de visão e divisão da realidade da população que recebe essas mensagens⁵.

Assim, tal como se desprende da informação disponibilizada abaixo na figura 2, *Faro de Vigo* presta especial atenção à formação do Governo português e ao início do processo de descolonização (assim o indica a presença e a recorrência de palavras como *Angola, Mozambique, Ginea, PAIGC, conversaciones, contactos, Ultramar* etc.). Destaca igualmente a

⁵ Para uma aproximação da presença e do tratamento do 25 de abril na imprensa espanhola da altura (Luis 2009).

cionar os seus recetores em relação a um foco positivo identificado com Spínola e ideias como ordem ou governo (quicá esteja a funcionar aqui a homologia com a figura de outro militar, Francisco Franco, que ainda ocupava na altura a chefatura do Estado Espanhol) e um foco caracterizado negativamente em termos de violência e desordem, e reservado para os movimentos populares da esquerda.

3. Síntese conclusiva

Após a nossa análise do impacto do 25 de abril na Galiza de meados da década de setenta do século XX, sustentada em trabalhos anteriores de Galabra (entre os quais destacamos para o que segue Torres Feijó 2007), podemos concluir que a revolução portuguesa de 1974 significou nos campos da política e da cultura:

1 – Um maior desenvolvimento da ação sociocultural apenas dos grupos da esquerda nacionalista (nomeadamente da UPG, que age em função de lógicas, interesses e relações políticas) e não do galeguismo culturalista de Galaxia, que se recusa a agir com parâmetros referenciados no campo político e não arrisca a posição conquistada em décadas de trabalho cultural em um campo político aberto e instável (quer seja na Galiza quer em Portugal).

2 – A vulgarização da literatura e da cultura galegas nas novas plataformas emergentes no sistema cultural português, promovidas pela esquerda portuguesa e que acolhem preferentemente materiais e repertórios transferidos pelos seus homólogos galegos.

3 – A construção de uma rede de relações e de um conjunto repertorial definidor da atuação nos campos da cultura ainda hoje vigorantes, em que, no que à literatura diz respeito, os textos e o seu funcionamento se referenciam na altura na denominada poesia social e de resistência, e os elementos repertoriais que desenham o relacionamento são aceites

prévia vigente no Reino da Espanha desde 1938 pelo depósito das publicações, limita a liberdade de expressão e contempla as correspondentes sanções para quem escrever ou publicar tudo aquilo que for considerado pelas autoridades como contrário aos “Principios del Movimiento Nacional y demás Leyes Fundamentales” (acessível em http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/114-1966.html).

pelos grupos da esquerda portuguesa tal como definidos pelos seus parceiros galegos.

4 - A emergência e consolidação da UPG como o referente político-cultural na Galiza para determinados sectores da esquerda portuguesa, o que traz como consequência que o vínculo galego-português substitua na Galiza ao vínculo hispano-português (que poderia estar representado pelo Partido Comunista de España).

Fora destes campos, nesta primeira aproximação do impacto do 25 de abril no espaço da opinião pública, detetamos o aumento da presença informativa portuguesa no campo da comunicação da Galiza, e chamamos a atenção para o interesse despertado pelo processo de descolonização e para a centralidade atribuída à figura de Spínola, assim como, em geral, para a promoção através da imprensa generalista de um discurso favorável à recuperação da ordem pública em Portugal.

CONFLUÊNCIAS E *RUÍDOS*. CONTRIBUTOS PARA O ENTENDIMENTO DAS RELAÇÕES CULTURAIS GALEGO-PORTUGUESAS NA ATUALIDADE

Carlos Pazos-Justo

1. Introdução

189

DE UMA PERSPETIVA GERAL, não parece errado afirmar que o relacionamento, de variada espécie, entre Galiza e Portugal nunca, em séculos, foi tão intenso e diversificado como na atualidade. Vários fatores, alguns com origem exterior ao espaço galego-português, contribuíram significativamente para o alargamento dos domínios de intersecção, apesar de subsistirem, particularmente no âmbito cultural, entraves a contrariar uma certa inércia de confluência ou encontro conjuntural e atual, alimentada, em parte, por ideias de longo percurso.

Apesar dos indícios e dados em direção contrária, no campo de estudos galego tiveram relativo sucesso as análises a sustentar a tese da *assimetria*, segundo a qual se entende o relacionamento galego-português como uma relação promovida por agentes e organizações galegas/galeguistas e escassamente atendida – *desinteresse* – por parte de agentes/organizações portuguesas (*cfr.* exemplarmente Vázquez Cuesta 1995^[1];

CONFLUÊNCIAS E *RUÍDOS*.
CONTRIBUTOS PARA O
ENTENDIMENTO DAS
RELAÇÕES CULTURAIS
GALEGO-PORTUGUESAS NA
ATUALIDADE

Carlos Pazos-Justo

¹ Os termos da tese *assimétrica*, note-se, revelam certa coincidência analítica com os termos/noções frequentemente utilizados para a descrição das relações culturais/literárias hispano-portuguesas na época contemporânea; a *distância*, o *afastamento* ou o *desconhecimento*, por exemplo (*cfr.* Reis 2005, Dias 1996 ou Dasilva 2008).

também Villares 1983, Núñez Seixas 1993 ou Tarrío 2004). Paralelamente, no mesmo campo de estudos, uma outra linha de análise entende haver uma lógica central no relacionamento galego-português alicerçada no entendimento de Portugal (e os repertórios a ele associados) como *referente de reintegração* (Torres Feijó e Samartim 2018: 339-340) para os grupos e agentes centrais do galeguismo desde meados do século XIX (Souto 1986, Marco 1996, Alonso Estraviz 2002 ou Torres Feijó 1999 e 2010). Desta perspetiva, problematizam-se ocasionalmente os défices de variado tipo que os agentes e grupos galegos(/galeguistas) interessados em promover o relacionamento apresentavam e na dificuldade maior que significou (e significa, como veremos) estabelecer relações entre sistemas culturais de natureza díspar (Torres Feijó 2018).

Nas páginas seguintes, dando continuidade a vários trabalhos anteriores (especialmente Pazos-Justo 2011 e 2016), abordarei os rumos do relacionamento cultural em curso entre a Galiza e Portugal problematizando alguns dos elementos que, à luz dos dados à nossa disposição, enformam um estado de coisas poliédrico, dinâmico e, ao tempo, marcado por tomadas de posição alheias ao relacionamento cultural mas determinantes para o mesmo.

2. Linhas de força do relacionamento cultural galego-português

Os alicerces do atual quadro relacional galego-português foram elaborados por galegos e portugueses mormente a partir da segunda metade do século XIX. Paralelamente à *redescoberta* da Galiza por parte de alguns agentes portugueses (Teófilo Braga, Leite de Vasconcelos, Alexandre Herculano ou Oliveira Martins), na Galiza, agentes vinculados ao galeguismo, vão recorrer a Portugal como um elemento central, legitimador das suas tomadas de posição. Eduardo Pondal, Benito Vicetto e especialmente o historiador Manuel Murguía integram, deste modo, Portugal no discurso inaugural do galeguismo (*cf.* Villares 1983: 305; Vázquez Cuesta 1995: 15). Este relacionamento está presidido, em geral, segundo Elias Torres (2010: 163), pelo interesse galeguista na “formulação explícita de autonomia política”.

Junto ao interesse que por volta de 1910 suscita a Galiza em agentes e publicações do Norte de Portugal (em publicações, por exemplo, como

O Regional, A Aurora do Lima ou *Límia*; Torres Feijó 2010), importa ainda ter em consideração o interesse de alguns grupos, os da Renascença Portuguesa particularmente, pelo contacto galego-português de onde se promove, por exemplo, a relação de identidade entre a *saudade* galega e a portuguesa. Lembre-se a este respeito, o aparecimento da produtora galega, central já na altura na *literatura regionalista* galega, Rosalía de Castro e Murguía e da Galiza nas polémicas entre António Sérgio e Pascoaes na revista *A Águia* em 1913 sobre a *saudade* e a orientação da Renascença.

A partir de 1916/1918, a nova fortaleza dos galeguistas das Irmandades da Fala, agora com organizações próprias, vai possibilitar um significativo e progressivo incremento das relações de variado tipo no quadro galego-português até 1936. O interesse explícito de grupos e agentes galeguistas vai, em geral, no sentido de desenvolver a lusofilia das elaborações culturais dos galeguistas da segunda metade do século XIX. Deste modo, a partir de 1916, Portugal vai ocupar um lugar central nas tomadas de posição dos galeguistas e evidencia-se a centralidade que o referente de reintegração (ou de analogia) vai adquirir, não sem debate, no programa cultural e político nacionalista (Beramendi 2007; Villares 2017); e, em consequência, explicam o interesse dos nacionalistas nas numerosas iniciativas que visarão afirmar o contacto galego-português e que, com maior ou menor intensidade, serão atendidas por grupos e agentes portugueses, desde os republicanos até os monárquicos (Ventura 1988). *A narrativa* da relação estará presidida pela *saudade* promovida enquanto elemento repertorial intersistémico comum. Nos numerosos eventos realizados e/ou ideados durante este período (*cfr.* Marco 1996) está inscrita esta direção no entendimento do relacionamento galego-português^[2], o qual também se desenvolve até, *grosso modo*, 1936, em função dos incipientes contactos que se estabelecem entre grupos vinculados às diferentes academias galegas e portuguesas (com protagonismo para o Seminário de Estudos Galegos, fundado

² Com carácter conclusivo, para Elias Torres Feijó (2010: 179; itálicos no original): O quadro relacional destes anos permite elucidar a linha fundamental que o preside desde o galeguismo: a da constituição e consolidação de um intersistema literário galego-português, sendo Portugal nítido referente de reintegração. O galeguismo aparecia, para os setores lusos empenhados no relacionamento, como o principal motor que lhe permitiria a integração cultural perdida e a defesa perante o sempre presente *perigo espanhol*.

em 1923) que iriam cristalizar na Semana Cultural Galega do Porto de 1935, co-organizada pela Universidade do Porto (Soeiro 2016). Após a instauração de regimes autoritários nos dois estados peninsulares, a via académica/científica será a única (e intermitente) possível para os interessados no relacionamento galego-português (Fernández del Riego 2003; Medeiros 2003).

Paralelamente, neste extenso período que vai de meados do século XIX até a implantação do Estado Novo e, por seu turno, a ditadura do General Francisco Franco, estabelecem-se as bases para um novo quadro imagológico na Galiza e Portugal de longo percurso. Sinteticamente: nos dois espaços, face a discursos de representação alicerçados na distância ou mesmo ódio (veja-se para o caso a fraseologia galega e portuguesa sobre o assunto; Grygierzee e Ferro 2009), vinculados estreitamente a fenómenos migratórios, dominantes nas primeiras décadas do período, ganha força uma nova representação do *outro* – galego ou português, segundo a perspectiva –, firmada na afinidade (de língua, alma, raça, paisagem ou passado); em palavras de Ramón Villares (2017: 94), começa a funcionar o “saberse próximo” aos dois lados do rio Minho. Doutro ponto de vista: entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do seguinte, toma forma a *narrativa das afinidades* entre a Galiza e Portugal – *saudade* incluída – que, com maior ou menor sucesso, funciona nas comunidades em causa no âmbito cultural mas não só.

3. O relacionamento cultural galego-português hoje

Se durante os longos períodos autoritários ibéricos o relacionamento Galiza-Portugal ficou quase totalmente impedido em várias das suas dimensões, os processos de democratização, a partir de 1974/1975, abriram um novo tempo marcado pelo progressivo alargamento das possibilidades para a relação em foco. No novo quadro político-institucional espanhol, conhecido comumente por *estado de las autonomías*, foi instaurado um governo autónomo na Galiza a partir de 1981, *Xunta de Galicia*, com amplas competências em matéria cultural e outras; o qual implicou que, por primeira vez na época contemporânea, a Galiza iria contar com capacidade política e institucional real para incidir

decisivamente na sua própria planificação cultural (ou linguística, etc.). Mais à frente, em 1986, a adesão à, na altura, Comunidade Económica Europeia, originou igualmente um conjunto amplo de mudanças significativas para as relações entre os dois estados (e as suas *regiões*) ibéricos; este quadro propício para a inter-relação viria a ser amplificado com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht (em 1993), nomeadamente com os processos de *desfronterização* no âmbito da, agora, União Europeia (Lois, Escudero e Gusmão 2019).

Para o caso da Galiza e Portugal, a nova arquitetura institucional de cunho europeu significou o surgimento de uma, digamos, força de confluência institucional inédita na época contemporânea e antes, alheia, em parte, às lógicas relacionais intra-ibéricas. Convém acrescentar, no entanto, que a tal força de confluência esteve e está presidida por interesses de tipo económico, em primeiro lugar; e ter presente a relevância que para vários atores económicos e outros adquiriram as emergentes trocas comerciais. O gráfico 1, mostra bem esta nova e crescente relação económica em que, por exemplo, segundo o relatório da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), com dados relativos a 2018, a Galiza era o segundo cliente do Estado Espanhol e a terceira comunidade autónoma fornecedora (AICEP 2019: 11)^[3].

³ O contexto geral, do ponto de vista económico, é de uma cada vez maior interdependência económica entre os dois estados ibéricos em função do importante aumento das trocas comerciais, como revela, por exemplo, o relatório anual *Península Ibérica em números*, elaborado desde 2004 pelo Instituto Nacional de Estadística espanhol e Instituto Nacional de Estatística português. Para o ano 2014, o Estado Espanhol era o principal destino das exportações portuguesas, assim como a primeira origem das importações; à inversa, Portugal situava-se como 3º destino das exportações espanholas e 7ª economia para a importação (https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacaoes&PUBLICACOEstipo=ea&PUBLICACOEcolecao=107868&selTab=tabo&xlang=pt).

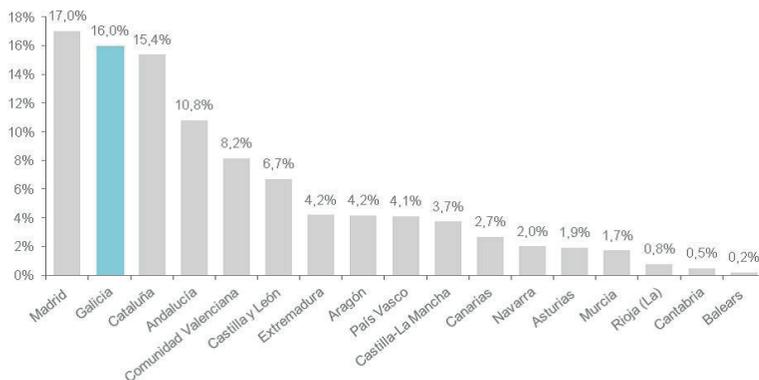


Gráfico 1: Destino das exportações portuguesas no Estado Espanhol em 2018.

Fonte: AICEP (2019: 11).

Paralelamente, nesta direção surgiram, a partir da década de 90 do século passado, diversas organizações *galego-portuguesas*: a Comunidade de Trabalho Galiza/Norte de Portugal (CTGNP; 1991), a partir de 2008 Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza - Norte de Portugal (AECT-GNP); o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular (1992), constituído por 36 cidades; o EURES Transfronteiriço Norte Portugal — Galiza (1998), rede europeia para o mercado de trabalho; com dimensão estritamente local, as Eurocidades (até à data: Valença-Tui, Chaves-Verim e Cerveira-Tominho, a partir de 2012, 2014 e 2018, respetivamente); ou, no plano académico, a constituição do Centro de Estudos Eurorregionais Galiza — Norte de Portugal (CEER; 2004), integrado por 7 universidades galegas e portuguesas^[4]. No seu conjunto, apesar dos matizes necessários, os objetivos declarados destas organizações, cuja origem temporal é posterior à entrada dos dois estados na União Europeia (*vid.* Figura 1) prendem-se com a promoção da coesão em várias dimensões

⁴ Em análise da evolução das fronteiras a nível peninsular Lois, Escudero e Gusmão (2019: 169) destacam: “En la parte septentrional, entre Galicia y la Región Norte de Portugal, la frontera es poco significativa y las afinidades territoriales de la fachada atlántica ibérica se han reforzado en las últimas décadas. Es aquí donde el proceso de des-fronterización ha sido más intenso. En 2015, de los 69.000 vehículos que cruzaron la frontera portuguesa en ambos sentidos, 33.000 lo hicieron a través de los pasos gallegos. Galicia es la comunidad autónoma con más peso en las exportaciones de Portugal a España”.

(dependendo dos casos, com acento no plano económico, social, académico ou cultural). De forma mais significativa para o assunto em foco aqui, parece possível entender, em regra, o desenvolvimento destas organizações e as suas sucessivas tomadas de posição como ancoradas ou legitimadas discursivamente, em parte, na narrativa das afinidades antes referida.

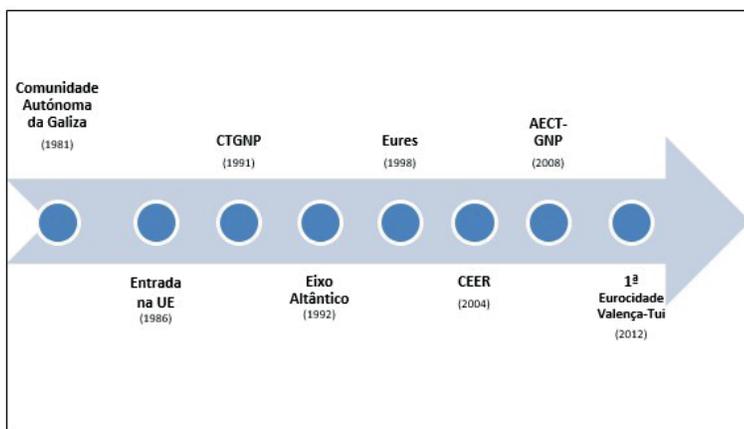


Figura 1: Instituições principais no quadro relacional galego-português (1981-2012).

Fonte: Elaboração própria.

As implicações deste novo quadro em curso, dependendo do olhar, podem ser de muito variada espécie. No plano cultural, especificamente nas relações intersistémicas Galiza-Portugal, parece haver um consenso à hora de identificar um escasso caminho percorrido, se comparado com o vertiginoso desenvolvimento da interdependência económica. Para o historiador Ramón Villares (2017: 115), com ênfase nos efeitos das lógicas de fronteira, existem “muros simbólicos” a travar o relacionamento:

ficam aínda muros sen derrubar [...] Reconstruír un novo código cultural e simbólico que teña correspondencia coa supresión das fronteiras e coa tradición de *continuum territorial* que caracteriza as dúas rexións miñotas será una [sic.] tarefa nada doada dos vindeiros anos. Porque os muros

que hai que derrubar non son os físicos, senón os simbólicos e culturais, lograr ese obxectivo esixe aínda maior esforzo.

Em seguimento do anterior, considero cabe problematizar dois elementos centrais quanto às ideias, imagens e ações na/da relação cultural galego-portuguesa na atualidade: por um lado, a instabilidade na fixação dos termos do relacionamento e, com maior relevância aqui, o *ruído* que o preside.

3.1. Galiza-Portugal vs. Galiza-Norte de Portugal

Historicamente, para os agentes e grupos interessados, as formulações do relacionamento cultural foram colocadas, com os matizes necessários, entre Portugal e a Galiza (Torres Feijó 1999), dois espaços geoculturais com um conjunto de elementos em comum. Apesar de o Norte de Portugal ter tido sempre certa proeminência nos discursos de galegos e portugueses acerca das afinidades com a Galiza, as tomadas de posição que a partir da segunda metade do século XIX (porventura antes) se debruçaram sobre o assunto traçaram um imaginário a convocar a Galiza e Portugal (também amiúde o Brasil e outros países). Face a isto, na atualidade, vai ganhando força uma outra formulação que poderíamos denominar de eurorregional: Galiza e uma parte de Portugal, o Norte.

A emergência do *espaço comum* eurorregional, frente ao conformato por Galiza-Portugal, não pode ser analisada sem ter presente o que antes referia como a força de confluência institucional de origem exterior. Para além da questão da proximidade geográfica, sempre questionável quanto às ideias e imagens entre comunidades, a progressiva institucionalização da eurorregião Galiza-Norte de Portugal, parece ser determinante. A intensidade e natureza das relações entre o Norte de Portugal e a Galiza têm-se incrementado notavelmente, nomeadamente no âmbito institucional e económico mas também no cultural, e alcançam, a cada passo, maior visibilidade no espaço social. O próprio conhecimento das instituições eurorregionais da população em geral parece ter aumentado significativamente (Fernández e Vázquez 2011). Por sua vez, nem no espaço social galego têm lugar, em geral, eventos

ou notícias, por exemplo, a convocar outras regiões portuguesas, nem nestas a visibilidade da Galiza é significativa se confrontada com o que acontece no Norte (Sousa 2000).

A formulação eurorregional também parece ter discursivamente alicerces identitários, fundamentados na acentuação das eventuais afinidades dos territórios à beira do Minho, em ocasiões com referência ao património histórico comum que pode significar a antiga província romana, Gallaecia, depois um dos primeiros reinos medievais do ocidente europeu (o Suevo); o entendimento do Norte português como um *espaco matricial* da nacionalidade lusitana (Villares 2017) reforça a viabilidade desta formulação se se aplicar à Galiza igual estatuto. Assim elaborado, o *espaco comum* eurorregional implica menos entraves político-administrativos (*cf. infra*) ao se estabelecer em base a duas *regiões* de dois estados.

A modo de exemplo: para além dos eventos socioculturais periodicamente promovidos pelo Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, a lógica eurorregional está por trás do *Prémio Literário Nortear Jovens Escritores / Mocidade Escritora - Norte de Portugal — Galiza* promovido pela portuguesa Direção Regional de Cultura do Norte e a galega Consellería de Cultura, Educación e Ordenación Universitaria da *Xunta de Galicia* e mais o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza — Norte de Portugal^[5].

⁵ É exemplar, nesta direção, o Programa IACOBUS (atualmente na 6ª edição), surgido no seio do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza-Norte de Portugal, cujo objetivo passa por incrementar a cooperação entre as universidades galegas e as do Norte de Portugal, e apenas entre estas (*cf. Lois, Escudero e Gusmão 2019: 172*). Com carácter exemplificativo, anoto igualmente as organizações identificadas pela responsável do Centro Cultural Português de Vigo, Carla Sofia Amado, à pergunta (via correio electrónico) relativamente a quais seriam as instituições e organizações culturais mais envolvidas no relacionamento galego-português:

Dos âmbitos cultural, académico e linguístico [...] devo destacar a Direção Regional de Cultura do Norte; a Bienal de Cerveira; a Escola Superior Gallaecia; as Universidades do Minho e do Porto; TEIA - Teatro em Iniciativa Associativa - Rede Informal de Grupos de Teatro Amador do Teatro do Noroeste - de Viana do Castelo; festival CINANIMA - Animação Espinho; DOLMEN - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega; C.R.L. - Associação de Desenvolvimento Local e Regional; Município de Valdevez; etc.

3.2. O ruído

Resgato e (no melhor dos casos) desenvolvo aqui uma noção utilizada pelo Professor Elías Torres Feijó (2018): o *ruído*^[6] no/do relacionamento atual entre a Galiza e Portugal. Entendido como falhas na comunicação entre as duas comunidades ou, por outras palavras, um conjunto de obstáculos a travar a fluidez da inter-relação ou mesmo a impedi-la, que tem, no mínimo, uma dupla dimensão: uma político-institucional e uma outra de natureza identitária.

3.2.1. O ruído institucional

O elemento mais sobressaliente político-institucional prende-se com a falta de agentes políticos ou institucionais homólogos no quadro peninsular^[7]. A Galiza, o Norte de Portugal e Portugal estão na atualidade configurados política e administrativamente de forma dispar. Enquanto a Galiza, como já foi referido, usufrui de certa autonomia política (no sistema educativo, de saúde ou cultural), nem o Norte de Portugal tem

Como se pode verificar, as organizações citadas, sem exceção, remetem para o Norte de Portugal.

Agradeço aqui à Prof^a. Carla Sofia Amado (Leitora da Universidade Santiago de Compostela e Responsável do Centro Cultural Português em Vigo pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.) as amáveis respostas (via correio eletrónico, a 19/11/2018).

⁶ Na sua literariedade:

Podem naturalmente objetivar-se algumas semelhanças galego-portuguesas. São certas, por exemplo, as similitudes geomorfológicas, de paisagem ou de alguns modos construtivos entre áreas da Galiza e Portugal. Mas se formos para constituições sócio-históricas, culturais, imaginário, pautas de conduta quotidiana, composição facial da população ou língua, o afastamento e, sobretudo, o *ruído* (como gerador de ruído na perceção do Outro), são extraordinários (Torres Feijó 2018: 260-261; itálico meu).

⁷ “se confrontan dos realidades distintas, una, la española, con una elevada autonomía de las distintas comunidades, y la otra, la portuguesa, donde después del rechazo del referéndum de 1998 el proyecto de regionalización pasa por un largo período de «hibernación». En este contexto, se presentan dificultades prácticas en las relaciones transfronterizas entre las administraciones. Las comunidades autónomas españolas dialogan con regiones portuguesas sin apenas competencias y capacidad de decisión. La administración central portuguesa se encuentra con que su homónima española se presenta descentralizada” (Lois, Escudo e Gusmão 2019: 179).

uma configuração análoga, nem o Estado português pode facilmente ter como interlocutor um governo *regional* do Estado vizinho. “No que concerne à cooperação transfronteiriça do Eixo Atlântico, Xoán Mao [Secretário-Geral do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular] denuncia a falta de uma liderança política forte no Norte de Portugal”, recolhia o jornal bracarense *Correio do Minho* (a 12-11-2018, p. 5). Este e outros discursos de similar teor evidenciam como a diferente configuração político-administrativa das duas comunidades obstaculiza (até em questões protocolares) o relacionamento, sobretudo se atendermos às diferentes lógicas e objetivos a funcionar em instituições essencialmente diversas. O impacto é menor no Eixo Atlântico uma vez que está integrado por cidades e vilas com lógicas não divergentes, apesar de as autarquias galegas e portuguesas terem capacidades e funcionalidades bem distintas (maiores, dito sinteticamente, do lado português). É maior, no entanto, no caso das declaradas aspirações galegas de integrar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)^[8] que teriam de contar, entre outras, com a aprovação do Estado espanhol para serem viáveis.

No plano político-institucional cabe ainda referir sinteticamente o que poderíamos denominar de *resistência sistémica* das instituições políticas e culturais centrais na Galiza quanto à relação cultural com Portugal^[9]: apesar de a aproximação a Portugal, culturalmente mas não apenas, ter sido uma das ideias fortes das elaborações galeguistas precedentes (e com certa penetração social), a agenda política e cultural destas instituições, a partir de inícios da década de 80 do século

⁸ Por exemplo: “O Parlamento insta a Xunta a adoptar as medidas que sexan necesarias, antes de finalizar a presente lexislatura, para impulsar a solicitude de admisión de Galicia como membro na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”. Decisão aprovada no Parlamento galego a 9 de outubro de 2018 (<http://www.parlamentodegalicia.es/Actualidade/2749/resoluciones-aprobadas-no-debate-anual-de-politica-xeral/>).

⁹ Tomo e aplico aqui o conceito proposto por Roberto Samartim (2017: 54): “propomos este conceito de *resistência sistémica* para identificar as tomadas de posição e as estratégias político-culturais que atribuem ao conjunto dos elementos que participam num sistema periférico em processo de autonomização [...] umha função eminentemente defensiva a respeito do sistema que funciona como referente de oposição. De acordo com isto, estes grupos atuam em virtude dumha lógica heterónoma que fai depender o seu programa (regras, materiais, ações, posições...) do contraste e da distinção como o referente de oposição”.

passado, não privilegiou de maneira sistemática e planificada o contacto português^[10]. A comparação entre o número de alunos de português no ensino formal na Galiza e na região autónoma de Extremadura é um dos dados frequentemente lançado para espelhar o passivo derivado da mencionada *resistência sistémica*^[11]; ao qual poderíamos somar a relativamente exígua e pouco operativa rede de Centros de Estudos Galegos a funcionar nas universidades portuguesas (Universidade do Minho, Nova de Lisboa e do Algarve), face ao importante percurso dos estudos portugueses no sistema universitário galego, com origem na constituição, no seio da Universidade de Santiago de Compostela, do Instituto de Estudos Portugueses, iniciativa também do Estado português na década de 30 do século passado (Torres Feijó 2009; *cfr.* Baltrusch 2009 e Salinas Portugal 2009). Note-se, contudo, que a presença institucional/ cultural portuguesa mais significativa na Galiza está circunscrita à cidade de Vigo – onde há mais de 20 anos funciona o Centro Cultural Português em Vigo gerido pelo Instituto Camões^[12] –,

¹⁰ No que diz respeito ao campo de estudos galegos, R. Samartim (2012: 198 e 200) situa no período após 1978 “mudanças na linha central do discurso crítico galego” cujo resultado mais expressivo é o “abandono da referencialidade portuguesa” para agentes e grupos centrais, em todo o período, no campo cultural (e académico) galego.

¹¹ Para uma aproximação aos números: “*Xunta de Extremadura*, o número de 18.000 estudantes de português para o ano académico 2008-2009. Números surpreendentes numa população envelhecida de 1.000.000 de habitantes, quando contrastados com os perto de [em 2012] 620 alunos que estudam português em ESO (Ensino Secundário Obrigatório) e Bacharelato na Galiza, com uma população de 2.300.000 habitantes, segundo a *Consellería de Educación da Xunta de Galicia*” (Fernández Carballido 2013: 270).

¹² As atividades do Centro Cultural Português em Vigo só nos últimos anos (*cfr. infra*) começaram progressivamente a funcionar com uma lógica para além do local; segundo a responsável da organização, Carla Sofia Amado:

Na minha opinião, o Camões – Centro Cultural Português em Vigo (CCP-Vigo), a funcionar há precisamente 20 anos, tem desempenhado um papel importante, mas com margem para se desenvolver. Fazem falta (ainda) mais sinergias com os vários agentes de cultura, académicos e educativos, para que o conhecimento sobre Portugal e os portugueses chegue a todos os cantos da Galiza [...] Nos seus três eixos de ação: cultura, formação de professores e ensino de língua, o CCP-Vigo tem conseguido já alargar a oferta das suas atividades culturais e formativas para fora do que é a área de influência de Vigo – (i) já organizamos várias atividades culturais por ano em Santiago de Compostela e, pontualmente, já levamos algumas a zonas mais interiores como Ourense e Lugo (em 2018 já foram 16 as atividades culturais fora de Vigo); (ii) já oferecemos formação de professores fora

provavelmente devido, entre outros fatores, à importância histórica da cidade do sul da Galiza em termos consulares.

Em termos gerais, porém, é apreciável uma viragem nos discursos e objetivos de diversos atores a partir de meados da presente década, nomeadamente após a promulgação em 2014 no Parlamento galego da Lei Valentín Paz Andrade (*LEI 1/2014, do 24 de marzo, para o aproveitamento da lingua portuguesa e vínculos coa lusofonia*) (Lourido 2019)^[13], fruto de uma Iniciativa Legislativa Popular promovida por, dito sinteticamente, grupos interessados no contacto português na sua maioria filiados ao reintegracionismo linguístico(-cultural) galego. Notem-se ao respeito os significativos passos de grupos e instituições reintegracionistas, durante a última década, de forma a superarem as lógicas de atuação anti-institucionais e recorrerem a tomadas de posição na procura do “entendimento com setores mais centrais da cultura galega, bem como de participação e de benefício mútuo em relação às instituições públicas” (Lourido 2019: 209).

A partir desta data, 2014, são vários os exemplos de eventos culturais com vocação *galego-portuguesa* e com apoio institucional galego e português (*cf.* Figura 2): o já referido Prémio Literário Nortear (primeira edição em 2015), as Convergências Portugal-Galiza (também desde 2015) ou Arri[t]mar. Prémios Música e Poesia Galego-Portuguesa (a partir de 2016), iniciativa da Escola Oficial de Idiomas de Santiago de Compostela. Paralelamente, em 2016 o Consello da Cultura Galega foi admitido no seio da CPLP em qualidade de observador consultivo (também, um ano depois, a Academia Galega da Língua Portuguesa) e, noutra âmbito, a Rádio e Televisão de Portugal (RTP) e a Corporación Radio e Televisión de Galicia (CRTVG) encetaram uma nova fase de colaboração a partir de 2016 que teve como resultado mais significativo a coprodução de ficção

de Vigo – em Santiago de Compostela (2017 e 2018) e na Corunha (2019). Mas, conforme disse acima, o CCP-Vigo tem de se aproximar de mais entidades e integrar o trabalho cultural em rede na Galiza.

¹³ A lei, apesar de invocar vários objetivos (culturais, económicos ou sociais), está centrada na promoção do português enquanto *língua estrangeira* no sistema educativo galego: “Artigo 2. O Governo galego incorporará progresivamente a aprendizaxe da lingua portuguesa no âmbito das competencias en linguas estranxeiras nos centros de ensino da Comunidade Autónoma de Galicia” (https://www.xunta.gal/dog/Publicados/2014/20140408/AnuncioC3Bo-310314-0001_gl.html).

Vidago Palace (experiência esta, diga-se de passagem, com resultados problemáticos do ponto de vista do quadro relacional; *cf.* Moreda 2018). Mais recentemente (em 2019), foi fundada a rede Galilusofonia “com os objetivos de juntar esforços, coordenar-se e cooperar na difusão de iniciativas encaminhadas a fomentar a nossa língua e cultura comuns no seu espaço natural, a Lusofonia, com grande potencial noutros campos como o económico e o institucional” (<http://galilusofonia.nos.gl/>).

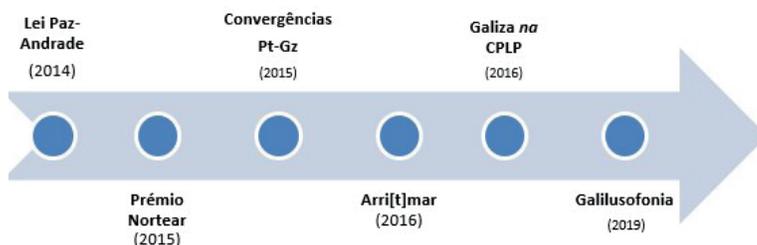


Figura 2: Eventos (político-)culturais principais no quadro relacional galego-português (2014-2019).

Fonte: Elaboração própria.

3.2.2. O ruído identitário

Com maior impacto no relacionamento, o *ruído* também se manifesta em uma dimensão identitária, configurando-se muito provavelmente como o maior *muro simbólico*, nos termos de Ramón Villares, para a fluidez da inter-relação ou mesmo para o simples estabelecimento do contacto:

em Portugal, o simples admitir de afinidades linguísticas com a Galiza equivale, ainda hoje, a desafiar a concepção de país *independente*. É um facto: para um português, língua e independência são, e continuam, conceitos indissociáveis. Posto um em causa, correm perigo os dois (Venâncio 2015: 90; *itálico no original*).

A citação ilustra o entrave não menor que implica (ainda) a narrativa nacional portuguesa da uniformidade e coesão socialmente partilhada – “espaço histórico cultural sem diferenças”, em palavras de Eduardo Lourenço (1994: 82; *cfr.* Villares 2017: 106) – porquanto promove um entendimento do *outro* em função do paradigma político-identitário do *nós* em que a Galiza, entendida em função da narrativa das afinidades antes invocada, dificilmente poderá ter existência real, funcional no espaço social português^[14]. Nesta direção, quanto ao imaginário português, a Galiza e os galegos tendem à invisibilidade no meio de um *todo espanhol*, em sintonia com a tendência para fazer do elemento espanhol o mediador privilegiado do contexto peninsular a olhos portugueses (Lourido 2019). Esta tendência para a impossibilidade de estabelecer o contacto é reforçada, por exemplo, através das organizações espanholas a operar em território português ou por meio da rápida e ampla introdução do espanhol enquanto língua(/cultura) estrangeira no ensino obrigatório (*cfr.* Pazos-Justo 2014).

Por outro lado, a narrativa das afinidades, que julgo de alguma vitalidade social tanto na Galiza como em Portugal (aqui mormente na zona setentrional), apresenta défices de elaboração e funcionais não menores: quais os elementos entendidos/imaginados como comuns? (a saudade? a língua? os modos de ser e estar?); qual a sua hierarquia repertorial? Muito provavelmente, cabe interpretar a língua como um dos elementos mais frequentemente invocado enquanto elemento comum o qual, em função da trajetória (sócio)linguística galega^[15] e o processo em curso de “progressiva regionalização da cultura galega no polissistema espanhol” (Torres 1999a: 296) o *ruído* daí resultante

¹⁴ A seguinte citação, igualmente de Fernando Venâncio (2007), espelha modelarmente esta ideia:

projectamos sobre a Espanha o que nós próprios julgamos ser, desde tempos imemoriais: um estado, um país, um povo, uma língua, uma nação. Custa-nos perceber que aqui ao lado se foi formando um conglomerado de nações, de idiomas. Somos sensíveis ao «glamour» da monarquia vizinha (cujos namoros e partos as nossas revistas do coração seguem fascinadas) e o «Reino de España» acabou por ser-nos natural e óbvio, mais que a alguns dos seus súbditos.

¹⁵ A língua da Galiza, ademais de um complexo processo de substituição linguística (Monteagudo 2011), enfrenta um debate, ora aceso, ora latente, acerca da sua posição enquanto *bem* e *ferramenta* central para a coesão identitária no espaço social galego (Torres Feijó 2013).

é maiúsculo. Por outras palavras, a progressiva e crescente castelhanização linguística (em sentido mais abrangente, cultural) da Galiza dificilmente pode propiciar que uma pessoa falante nativa de português de Portugal reconheça nos falares galegos um elemento abertamente comum, de proximidade; e sim algo que remete para um outro estádio linguístico/cultural remoto ou, diretamente, para o sistema linguístico/cultural espanhol (*cfr.* Neves 2019).

A narrativa das afinidades, por seu turno, partilha espaço com, no mínimo, duas outras narrativas, digamos, *nacionais* (para o caso galego, o assunto é bem mais complexo de como exposto aqui), com repertórios bem distantes em algum dos seus elementos constitutivos; e cuja coexistência é complexa e reforçada, no seu afastamento, por um longínquo desconhecimento do *outro*. Como indicou António Medeiros (2003: 336), na atual Galiza há uma “disposição para o apreço do que é português marcada [no entanto] por desfazamentos face aos lugares-comuns e às valorações que hoje são observadas quotidianamente na sociedade portuguesa”. A crença na proximidade cultural galego-portuguesa impulsiona a tendência para pressupor repertórios semelhantes na cultura do *outro* mas que na sua configuração podem não sê-lo e até divergir em algumas dimensões.

A modo de exemplo: tendo presente a capacidade geradora de repertórios identitários que a literatura teve (tem, em menor medida hoje; Torres Feijó 2012), cabe identificar o *ruído* provocado pela centralidade que elementos como *rural/camponês* ou a *emigração* têm no repertório cultural galego em função das leituras dominantes da escritora Rosalía de Castro; face a, e exemplifico com o eventual *homólogo* literário português, elementos alicerçados na narrativa camoniana: os *descobridores*, o povo *aventureiro* que vai *ainda além da Taprobana*¹⁶. O alcance desta não coincidência de elementos, e os valores associados, nas narrativas em causa, alastra com certeza a outros âmbitos além do literário: no plano musical, por exemplo, a centralidade da música folk, das *raízes*, na Galiza, enquanto em Portugal a posição do popular entende-se em geral na sua dimensão regional, sempre em

¹⁶ Quiçá seja possível introduzir aqui um matiz acerca das narrativas a funcionar no norte português, excêntrico e de ainda reivindicada folcloricamente matriz rural (as festas da vendima, os magustos, etc.).

pacífica e subordinada coexistência com os repertórios musicais ditos cultos; para o caso são significativos os valores e ideias associados à gaita-de-foles, instrumento *nacional* na Galiza, secundário e regional em Portugal¹⁷. A ativação de narrativas *nacionais*, repertorialmente diferentes ou até divergentes, produz um *ruído* no contacto (cultural) de amplas dimensões, chegando a por em causa a funcionalidade e viabilidade da narrativa intersistêmica das afinidades.

4. Síntese conclusiva

A natureza exploratória deste trabalho assim como a vastidão do objeto de estudo limitam amplamente, com certeza, a possibilidade de avançar umas conclusões sólidas. Em todo o caso, o quadro relacional galego-português pode ser entendido hoje, proponho, como submetido a várias forças de natureza diversa (quanto aos agentes, objetivos, repertórios, etc.). Como tentei mostrar, as novas lógicas institucionais derivadas do autogoverno galego e das políticas europeias, contribuíram para criar vias de confluência político-institucional inéditas na época contemporânea, com inquestionáveis impactes quantitativos no âmbito económico e menores no relacionamento cultural. Em consequência deste impulso, sobretudo o de origem europeia de *desfronterização*, os termos do relacionamento estão a virar para a dupla Galiza-Norte de Portugal (ou vice-versa), frente ao antes relativamente consolidado Galiza-Portugal (ou Portugal-Galiza). Os efeitos desta nova lógica euror-regional podem ser muitos e muito variados: poderiam, por exemplo, problematizar (mais) as aspirações galegas em âmbitos como a CPLP se se suster a existência de um *espaço comum* Galiza-Norte de Portugal e não Galiza-Portugal(-Brasil, etc.), questionando assim um rumo da dúbia planificação cultural (e não só) galega que parece tomar forma;

¹⁷ Uma experiência singular, porquanto inédita até onde tenho conhecimento, é o caso das Convergências Portugal-Galiza promovidas pelo grupo musical Canto d'Aqui (Braga): estruturadas explicitamente a partir de um diálogo literário-musical entre Rosalía de Castro e José Afonso (com concertos, recitais ou colóquios), alicerça-se repertorialmente na natureza reivindicativa ou lutadora de que seriam expressão produtores e produções culturais (na defesa da cultura e da língua, no caso de Rosalía; na defesa de um programa de esquerdas com origem nas lutas contra o Estado Novo, no caso do Zeca).

poderiam igualmente significar, cabe hipotetizar, uma reorientação repertorial da narrativa das afinidades ampliando a sua funcionalidade ou articulação com o *real* (as paisagens galegas e minhotas guardam mais relação de continuidade do que as primeiras e as alentejanas).

Por outro lado, e apesar da relativa funcionalidade social das ideias e/ou crenças da narrativa das afinidades fixadas a cavalo entre os séculos XIX e XX, há outras forças a problematizar o relacionamento: as arquiteturas político-institucionais, em regra, não homologáveis, a complexidade cultural/identitária da Galiza ou a não coincidência, divergência segundo os casos, das narrativas *nacionais* são fatores que contribuem para falhas na comunicação intersistémica, para o *ruído*. Há aqui uma questão de fundo que se relaciona (não exclusivamente) com o facto de o contacto se estabelecer entre sistemas culturais(/políticos, etc.) de diferente natureza: enquanto da parte galega estamos perante um sistema cultural com défices e instabilidades repertoriais e normativas (*vid.* Torres Feijó 2004), o sistema cultural português funciona como um sistema consolidado; neste sentido, não é possível esquecer a dissemelhante *utilidade* que o contacto pode significar para ambas as comunidades: maior em várias dimensões sempre, em função dos défices apontados, para a Galiza. A origem última do *ruído* relacional, poderíamos dizer, reside na estrutura e elaboração desigual dos sistemas em contacto.

Uma outra força, neste caso a travar (ou ralentizar) o relacionamento, tem sido a citada *resistência sistémica* das instituições políticas e culturais (e agentes) centrais na Galiza – detentoras de quantiosos recursos e capacidades várias – que, em parte, parece caminhar para uma certa resiliência (também em função, dito simplificada e agora, dos ganhos que o mundo português pode oferecer). Como se verificou em épocas anteriores (Villares 1983; Núñez Seixas 1993; ou Torres Feijó 2010), quando na Galiza os agentes e grupos interessados no contacto português conquistam posições dominantes e alcançam maior fortaleza e coesão organizativas, o relacionamento ganha qualitativa e quantitativamente. A incerta viragem das instituições em causa (*Xunta de Galicia* e Consello da Cultura Galega, nomeadamente) quanto a Portugal, já teve resultados significativos, do ponto de vista quantitativo, em uma série de eventos ou ações inscritos no quadro relacional galego-português. Nesta direção, são significativas

as tomadas de posição de organizações centrais na Galiza autonómica (Real Academia Galega [RAG] ou Consello da Cultura Galega [CCG]) quanto à sua relação com o mundo lusófono. Se, como foi apontado, em 2016 o CCG foi admitido enquanto observador na CPLP, a RAG tem dado passos também para estabelecer contactos, com o Instituto Camões ou a Academia Brasileira das Letras, por exemplo. Significativo é, igualmente, a ampla atenção que o *Jornal de Letras, Artes e Ideias* (a 17/07/2019) dedicou à Galiza sob a manchete “Galiza, aqui tão perto do coração” e em que agentes vinculados, na sua maioria, a organizações centrais do sistema cultural galego tiveram ocasião de promover uma determinada ideia da Galiza culturalmente ancorada em uma alegada suficiência sistémica e no entendimento do mundo português como, preferentemente, uma janela para o mundo (exportação *vs.* importação) inviável noutras direções.

No momento atual, poderíamos identificar ainda uma outra via emergente com eventuais valências relacionais, os caminhos de Santiago. As organizações gestoras na Galiza parecem apontar cada vez mais para os caminhos portugueses como meio para continuar a desenvolver o fenómeno na sua dimensão turística(/cultural) e, determinantemente, de forma a desativar a tendência para a massificação do caminho Francês (Pazos-Justo, del Río e Samartim 2018; *cfr.* Martín Duque e Morère-Molinero 2019).

Concluindo, o estado das relações galego-portuguesas, no momento atual, pode ser perspetivado como um processo em curso com diferentes dimensões e velocidades. Se no plano económico – ou das mobilidades laborais e turísticas (em clara e problemática expansão estas) não observadas neste trabalho – a inter-relação cresceu exponencialmente durante as últimas décadas, no plano cultural, apesar de um incipiente relançamento – a partir, *grosso modo*, de 2014 – o percorrido, qualitativa e quantitativamente considerado, tem sido menor, em função dos obstáculos acima sumariamente identificados. O horizonte de possibilidades é, no entanto, culturalmente amplo e, penso, aliciante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABASCAL, Juan Manuel & CEBRIÁN, Rosario (eds.) (2009). *Los Viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- AICEP (2019). Mercados. Informação global. Galiza — Ficha de Mercado. Consultado em <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/GalizaFichaMercado.pdf>.
- ALONSO ESTRAVIZ, Isaac (2002). Relações de Teixeira de Pascoaes com escritores e intelectuais. *Portal Galego da Língua*. Consultado em http://agal-gz.org/faq/lib/exe/fetch.php?media=contributos-pgl:relacoes_de-teixeira_de-pascoaes.pdf.
- ALONSO MONTERO, Xesús (1970). *Constitución del gallego en lengua literaria*. Lugo: Ed. Celta.
- ALONSO MONTERO, Xesús (1972). A poesía miliante de Celso Emilio Ferreiro. In Celso Emilio Ferreiro, *Autoescolha poética* (pp. 13-26). Porto: Razão Actual.
- ALONSO MONTERO, Xesús (1974). *Encuesta mundial sobre la lengua y la cultura gallegas y otras áreas conflictivas: Cataluña, Puerto Rico...* Madrid: Akal.
- ANDERSON, Benedict (1983). *Imagined communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.
- ARAGUAS, Vicente (1991). *Voces ceibes*. Vigo: Xerais.
- ARMESTO, Victoria (1973). *Verbas galegas*. [Vigo]: Galaxia.
- ASOCIACIÓN SÓCIO-PEDAGÓGICA GALEGA [AS-PG] (1980). *Orientacións para a escrita do noso idioma*. [Santiago de Compostela: Xistral].

- ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA [AGAL] (2017). *Ortografia galega moderna: confluente com o português no mundo*. Santiago de Compostela: Através Editora.
- ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA [AGAL], Comissom Lingüística (1983). *Estudo crítico das Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego*. Corunha: AGAL.
- ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA [AGAL], Comissom Lingüística (1985). *Prontuário ortográfico galego*. [Corunha]: AGAL.
- ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA [AGAL], Comissom Lingüística (2010). *Atualização da normativa ortográfica da Comissom Lingüística da AGAL conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990*. [Santiago de Compostela: AGAL].
- BALBÍN DE UNQUERA, Antonio (1881). El portugués y el gallego. *La Ilustración Gallega y Asturiana*, 25/08/1881, 315-316.
- BALTRUSCH, Burghard (2009). A Galiza e a Lusofonia. Os Estudos Portugueses na Universidade de Vigo. In Ana Gabriela Macedo & Maria Eduarda Keating (orgs.), *IX Colóquio de Outono. Censura e inter-dito/Censorship and inter-diction* (pp. 253-269). Braga: Centro de Estudos Humanísticos.
- BARREIRO FERNÁNDEZ, Xosé Manuel (1992). *Galicia. Historia contemporánea. Política*. Corunha: Hércules de Ediciones.
- BELLO VÁZQUEZ, Raquel (2000). Celtismo e saudade como repertórios míticos en Otero Pedrayo. In José Luís Rodríguez (ed.), *Estudos dedicados a Ricardo Carvalho Calero* (pp. 91-103), vol. 2. Santiago de Compostela: Parlamento de Galicia / Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico.
- BELLO VÁZQUEZ, Raquel (2011). À força de efemérides. O estudo da produção científica sobre a Ilustração na Galiza. In Helena Rebelo (coord.), *Lusofonia. Tempo de Reciprocidades. Actas IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, vol. II (pp. 281-290). Porto: Edições Afrontamento.
- BELLO VÁZQUEZ, Raquel (2012). Portugal como referente na Galiza do século XVIII. O caso de José Andrés Cornide. In Petar Petrov, Pedro Quintino de Sousa, Roberto L.I. Samartim e Elias J. Torres Feijó (eds.), *Avanços em Literaturas e Culturas Africanas e em Literatura e Cultura Galega* (pp. 271-288). Santiago de Compostela/ Faro: AIL/Através Editora.
- BELLO VÁZQUEZ, Raquel (2015). A existência de uma comunidade luso-galega como elemento afetivo nas visitas a Santiago de Compostela procedentes de Portugal. Primeiros resultados através de inquéritos quantitativo-qualitativos. In Elias J. Torres Feijó, Raquel Bello Vázquez,

- Roberto Samartim e Manuel Brito-Semedo (eds.). *Estudos da AIL em Teoria e Metodologia. Relacionamento nas Lusofonias II* (pp. 87-96). Santiago de Compostela/ Coimbra: AIL.
- BERAMENDI, Justo (2007). *De provincia a nación. Historia do galeguismo político*. Vigo: Xerais.
- BERAMENDI, Justo González (1982). La Galicia de Murguía. In Manuel Murguía, *Galicia* (pp. I-XLVIII). Vigo: Edicións Xerais.
- BERAMENDI, Justo González (1991). El partido galleguista y poco más. Organización e ideoloxías del nacionalismo gallego en la II República. In Justo G. Beramendi & Ramón Máiz (comps.), *Los Nacionalismos en la España de la II República* (pp. 127-170). Madrid: Siglo Veintiuno.
- BERAMENDI, Justo González (1995). A visión de Galicia na historiografía galeguista (1840-1940). *Colóquio/Letras*, 137-138, 201-205.
- BERAMENDI, Justo González & NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel (1995). O nacionalismo galego. Vigo: Edicións A Nosa Terra.
- BOURDIEU, Pierre (1991). Le champ littéraire. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 89, 4-46.
- BOURDIEU, Pierre (1992). *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Éditions du Seuil.
- BRAGA, Teófilo (1877). *Parnaso Portuguez Moderno*. Lisboa: Francisco Arthur da Silva (ed.).
- BRAGA, Teófilo (1886). Prólogo. In José Pérez Ballesteros (comp.), *Cancionero popular gallego* (pp. IX-XX). Madrid: Biblioteca de las Tradiciones Populares, Librería de Fernando Fé.
- CABANILLAS, Ramón (1920). *A saudade nos poetas galegos*. Corunha: Tipografía El Noroeste.
- CARBALLO CALERO, Ricardo (1971). *Sobre lingua e literatura galega*. [Vigo]: Galaxia.
- CARBALLO CALERO, Ricardo (1972). Popularismo. *Casa de Galicia-Unidad Gallega, Memoria 1971-1972*. Nova Iorque, p. 23.
- CAMPOS CALVO-SOTELO, Javier (2008). *La música popular gallega en los años de la transición política (1975-1982). Reificaciones expresivas del paradigma identitario* (Dissertação de doutoramento). Madrid: Universidade Complutense de Madrid. Consultado em <https://eprints.ucm.es/8801/>.
- CANCIO, Miguel (1991). *Enquisa sobre do movemento estudiantil galego e internacional*. Santiago de Compostela: Coordenadas.
- CARBALLO CALERO (1969). O galego que se escribe. *Casa de Galicia-Unidad Gallega, Memoria 1968-1969*. Nova Iorque.
- CARBALLO CALERO, Ricardo (1977). Murguía contra Valera. *Grial*, 55, 102-107.

- CARREIRA, Anselmo (1988). ERGA, un lume que predeu. *Cadernos A Nosa Historia*, 5, 43-47.
- CARVAJAL, Lamas (1974). *Catecismo del campesino*. Madrid: Júcar.
- CARVALHO, Joaquim de Montezuma de (1969). Coincidencia en Fernando Pessoa e Castela. *Grial*, 25, 371-373.
- CASTELAO, Daniel (1992 [1944]). *Sempre en Galiza*. Santiago de Compostela: Parlamento de Galicia, Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico.
- CASTELAO, Daniel (2000). *Obras de Castela*, T. 3. Vigo: Galaxia.
- CASTELAR, Emilio (1880). Prólogo. In Rosalia de Castro, *Follas Novas. Versos en gallego* (pp. VII-XXII). Habana: La Propaganda Literaria.
- CONDE MURUAIS, Perfecto (1970). Diálogo con Paz-Andrade. *Chan: la revista de los gallegos*, 30, 14-19.
- CORDEIRO RUA, Gonçalo & RODRÍGUEZ PRADO, M^a Felisa (2002). Sistema literário galego e mundo lusófono primeira metade de setenta (1969-1974). Portugal para quê?. In Regina Zilberman (org.). *Atas do VII Congreso da Asociación Internacional de Lusitanistas. Brown University-Providence, Rhode Island, Estados Unidos, 1-7 de julho de 2002* [CD-Rom] (pp. 172-198). [s.l.]: Associação Internacional de Lusitanistas. Consultado em <https://lusitanistasail.press/index.php/ailpress/catalog/book/25>.
- CORNIDE Y SAAVEDRA, José Andrés (1893-1897). *Estado de Portugal en el año de 1800*. Madrid: [Real Academia de la Historia].
- CORTÓN, Xohan Vicente Viqueira (1974). *Da Galicia de mañá*. [s. l.]: Galaxia.
- DASILVA, Xosé Manuel (2008). *Babel ibérico. Antología de textos críticos sobre a literatura española traducida em Portugal*. Vigo: Servizo de Publicacións da Universidade de Vigo.
- DIAS, Eduardo Mayone (1996). Iberismo político e iberismo cultural (Relações entre Portugal e Espanha desde a segunda metade do século XIX). In Ramón Lorenzo & Rosario Álvarez (eds.), *Homenaxe á profesora Pilar Vázquez Cuesta* (pp. 773-782). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- DIESTE, Rafael (1981 [1927]). Moxenas. In Rafael Dieste, *Ante a terra e o ceo. Prosas da mocidade (1925-1927)* (pp. 45-46). Sada: Edición do Castro.
- DIESTE, Rafael & OTERO ESPASANDÍN, Xosé (2006 [1927]). Coincidencias. In María Cuquejo Enriquez (ed.) & Xosé Gregorio Ferreiro Fente (col.), *Otero Espasandín. Obra galega* (pp. 103-105). [s.l.]: Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades.

- DURÁN, Carlos, BARRO, María Teresa, TOUBES, Xabier, FERNÁNDEZ-GASALLA, Manuel & PÉREZ BARREIRO-NOLLA, Fernando (1971). Plan pedagógico galego. *Grial*, 32, 202-210.
- DURÁN, José Antonio (1974). *Crónicas*, 1. Madrid: Akal.
- EIJO BARRIO, Mario (1988). *Cineclubismo e cine non comercial en Santiago nos anos 60 e 70*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- EQUIPO GLIFO (1998). *Diccionario de termos literários*, Vol. II (e-h). [Santiago de Compostela]: Xunta de Galicia, Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades.
- ESPÓSITO, Roberto (1998). *Communitas. Origine e destino della comunità*. Torino: Giulio Einaudi editore.
- ESTÉVEZ, Xoan Manuel (2000). Seiva nova para un país vello (1975-1989). In X.M Estévez & Óscar Losada, *Crónica do folk galego. 25 anos de historia* (pp. 9-17). Lugo: TrisTram.
- EVEN-ZOHAR, Itamar (1990). Polysystem Theory. *Poetics Today*, 11:1, 27-96.
- EVEN-ZOHAR, Itamar (2005). *Papers in Culture Research*. Consultado em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.477.787&rep=rep1&type=pdf>.
- FARO DE VIGO. DIARIO DECANO DE GALICIA, Vicedecano de la Prensa Nacional. Manuel Santaella (dir.) [1 de abril a 26 de julho de 1974].
- FEIJÓO, Benito Gerónimo (1726). Paralelo de las lenguas. In Benito Gerónimo Feijóo, *Theatro Crítico Universal, o Discursos varios, en todo género de matérias, para desengano de errores comunes*, vol. I, discurso XV (pp. 309-325). Madrid: Imprenta de Lorenzo Francisco Mojadas.
- FERNÁNDEZ CARBALLIDO, Xurxo (2013). A situación actual do ensino da língua portuguesa na Galiza. *Diacrítica*, 27-1, 277-286.
- FERNÁNDEZ CARBALLIDO, Xurxo (2019). *O ensino da língua portuguesa na Galiza*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Facultade de Filología (Tese de Doutoramento, inédita).
- FERNÁNDEZ DEL RIEGO, Francisco (1971). *Historia da literatura galega*, 2. ed. [Vigo]: Galaxia.
- FERNÁNDEZ DEL RIEGO, Francisco (1974). *Letras do noso tempo*. [Vigo]: Galaxia.
- FERNÁNDEZ DEL RIEGO, Francisco (2003). *Sinais dunha cultura*. Pontevedra: Deputación de Pontevedra.
- FERNÁNDEZ REI, Francisco (1988). Nacionalismo e dignificación da lingua galega no período 1972-1980. *A trabe de ouro*, 1, 43-71.

- FERNÁNDEZ REI, Francisco (1995). A «questione della lingua» galega. In Henrique Monteagudo (ed.) (1995). *Estudios de sociolingüística galega sobre a norma do galego culto* (pp. 177-195). Vigo: Galaxia.
- FERNÁNDEZ SOUTO, Ana Belén & VÁZQUEZ GESTAL, Montse (2011). Public relations strategies applied to the implementation of a 'contry-brand' in the Galicia-north Portugal Euro-region. *The Portuguese journal of social science*, vol. 10 (2). Consultado em <http://pjss.iscte-iul.pt/index.php/pjss/article/view/21>.
- FERNÁNDEZ TEIXEIRO, Manuel María (1973). Prólogo. In Antonio García Hermida, *Charetas* (pp. 9-21). Vigo: Edicións Castrelos.
- FERREIRO, Manuel (1991). *Pondal: do dandysmo á loucura (biografía e correspondência)*. Santiago de Compostela: Laiovento.
- FERRÍN, X. L. Méndez (1969). Orixes da poesía galega do século XX: o Formalismo. *Grial*, 26, 406-412.
- FIGUEROA, Juan Bautista Armada y Losada (Marqués de) (1889). *De la poesía gallega: discurso leído en el Ateneo de Madrid el día II de febrero de 1889*. Madrid: Imp. M. Tello.
- FILGUEIRA VALVERDE, Xosé (1973). *Da épica na Galicia medieval. Discurso de ingreso de Xosé Filgueira Valverde na Real Academia Gallega; e resposta de Ramón Otero Pedrayo*. Vigo: Real Academia Gallega.
- FLITTER, Derek (2000). Icons and imperatives in the construction of Galician identity: the "Xeración Nós". *Forum for Modern Language Studies*, XXXVI(3), 296-309.
- FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón (2009). *Lingua de calidade: vinte reflexións e unha proposta esperanzada para un galego con futuro*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
- FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón (2014). Lingua oral, calidade da lingua e futuro do Galego. In Xosé Manuel Sánchez Rei (ed.), *Modelos de lingua e compromiso* (pp. 13-84). Corunha: Baia.
- GARCÍA VILLAR, Benedicto (1998). Crónica da canción galega (1965-1975). In Carlos Villanueva (coord.), *O feito diferencial galego. II Música*, vol. 1 (pp. 253-276). Compostela: Museo do Pobo Galego.
- GARCÍA, Constantino (1971). Orixen e problemas do método de galego. *Grial*, 32, 129-141.
- GARCÍA, Constantino (1974). A lingua galega hoxe. A súa situación no ensino. *Grial*, 44, 148-156.
- GONZÁLEZ LÓPEZ, Emilio (1969). Blasón da língoa galega. *A Nosa Terra*, 511, maio-xuño 1969, [contracapa].

- GONZÁLEZ LUCINI, Fernando (1998). *Crónica cantada de los silencios rotos. Voces y canciones de autor (1963-1997)*. Madrid: Alianza Editorial.
- GONZÁLEZ SEOANE, Ernesto (1996). O debate sobre a independencia do galego na última década do século XIX. In Ramón Lorenzo & Rosario Álvarez (coords.), *Homenaxe á Profesora Pilar Vázquez Cuesta* (pp. 121-132). Santiago de Compostela: Universidade, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico.
- GRIYGIERZEC, Wiktoria & FERRO RUIBAL, Xesús (2009). Estereotipos na fraseoloxía: o caso galego-portugués. *Cadernos de Fraseoloxía Galega*, 11, 94-105.
- HANNEMAN, R. A. & RIDDLE, M. (2005). *Introduction to social network methods*. Riverside, CA: University of California, Riverside.
- HARRINGTON, Thomas S. (2001). Risco y Portugal: contactos anteriores a la teoría de nacionalismo galego y la revista Nós. *Revista de linguas y literaturas catalana, gallega y vasca*, 7, 247-262.
- HERMIDA GULÍAS, Carme (1987). Leite de Vasconcelos e o Galego. Notas sobre un artigo esquecido. *Verba*, 14, 489-496.
- HERMIDA GULÍAS, Carme (1996). Galego e Portugués durante o século XIX (1840-1891). In Ramón Lorenzo & Rosario Álvarez (coords.), *Homenaxe á Profesora Pilar Vázquez Cuesta* (pp. 107-120). Santiago de Compostela: Universidade, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico.
- HOBBSBAWM, Eric (1996). *The age of revolution 1789-1848*. New York: Vintage Books.
- IGE. INSTITUTO GALEGO DE ESTATÍSTICA (2019). *Enquisa estrutural a fogares. Coñecemento e uso do galego. Resumo de resultados 27/09/2019*. Consultado em https://www.ige.eu/estatico/estatRM.jsp?c=0206004&ruta=html/gl/OperacionsEstruturais/Resumo_resultados_EEF_Galego.html.
- IGLESIA, Antonio de la (1886). *El Idioma gallego: su antigüedad y vida*. Corunha: Latorre y Martínez.
- LAMBERT, J. (1986). Les Relations littéraires internationales comme problème de réception. *Oeuvres et Critiques*, 11:2, 173-189.
- LANDEIRA YRAGO, X. (1972). Camões 72. Proba de ensaio sen aleluias. *Grial*, 35, 1-12.
- LAPA, Manuel Rodrigues (1973). A recuperación literaria do galego. *Colóquio/Letras*, 13, 5-14.
- LAPA, Manuel Rodrigues (1974). Dúas actitudes face ao problema do galego. *Vértice*, 367-368, 580-583.
- LAPA, Manuel Rodrigues (1983). A reintegración lingüística galego-portuguesa - Um drama que afecta a todos nós. *Nova Renascença*, 12, 321-329.
- LINHEIRA, Jorge (2017). *La cultura como reserva india. Treinta y seis años de políticas culturales en Galicia*. Jaen: Libros.com.

- LOIS, Rubén Camilo, ESCUDERO GÓMEZ, Luis & GUSMÃO, Inês (2019). El debate actual sobre la(s) frontera(s) aplicado al caso ibérico: elementos de des-fronterización y re-fronterización entre España y Portugal en el siglo xxi. *Revista de historiografía*, 30, 157-180.
- LÓPEZ FERNÁNDEZ, Teresa (1991). *Névoas de Antano. Ecos dos Cancioneiros galego-portugueses no século XIX*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.
- LÓPEZ MORAIS, Anselmo (1965). Castelar y el regionalismo gallego (Cartas inéditas en torno a la polémica Castelar-Murguía). *La Estafeta Literaria*, 320-321, 82-83.
- LOSADA, Basilio (1971). O xornaleiro e sete testemuñas máis. *Casa de Galicia- Unidada Gallega, Memoria 1970-1971*. Nova Iorque, 1971, p. 66.
- LOURIDO, Isaac (2019). O espaço literário ibérico na última década. Hipóteses para o estudo das fronteiras e das relações entre sistemas. In Cristina Martínez Tejero & Santiago Pérez Isasi (eds.), *Perspetivas críticas sobre os estudos ibéricos* (pp. 203-221). Veneza: Edizioni Ca' Foscari. DOI: <http://doi.org/10.30687/978-88-6969-323-6>.
- LUIS, Rita Ferreira Santos (2009). *La reacción española ante la revolución portuguesa a través de la prensa. El tratamiento de los principales diarios (1974-1976)*. Barcelona: Departament de Comunicació, Universitat Pompeu Fabra.
- MAÍZ VÁZQUEZ, Bernardo (1988). *Galicia na República e baixo o franquismo: 1930-1976*. Vigo: Xerais.
- MÁIZ, Ramón (1984). *O rexionalismo galego: organización e ideoloxía (1886-1907)*. Corunha: Edicións do Castro.
- MARAVALL, José María (1978). *Dictadura y disenso político: obreros y estudiantes bajo el franquismo*. Madrid: Alfaguara.
- MARCO, Aurora (1996). Exemplificação das relações culturais entre Galiza e Portugal. *Agália*, 46, 197-209.
- MARQUES, Maria Alegria et al (1997). *Correspondência de Rodrigues Lapa. Selecções (1929-1985)*. Coimbra: Minerva.
- MARTÍN DUQUE, Clara & MORÈRE-MOLINERO, Nuria (2019). La evaluación de la capacidad de carga perceptual en el Camino de Santiago Francés: una aproximación cuantitativa. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 82, 2682, 1-33. DOI: <http://dx.doi.org/10.21138/bage.2682>.
- MARTÍNEZ TEJERO, Cristina (2008). *Bases para o estudo dum sistema cultural emergente e a imprensa: o caso do Faro de Vigo e o Sistema Cultural Galego em 1970* (Trabalho de Investigação Tutelado realizado sob a orientação

- do Professor Doutor Elias J. Torres Feijó). Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- MARTÍNEZ-BARBEITO, Carlos (1956). Don Jose Cornide y su “Catálogo de Palabras Gallegas”. *Boletín de la Real Academia Gallega*, t. 27, n. 309-320, 291-349.
- MATO MATO, Xesús (1991). Fuxan os Ventos no rexurdir musical, cultural e autonómico de Galicia. Loitas dentro e fora. *Lucensia*, 3, 129-137.
- MEDEIROS, António F. G (2003). Discurso Nacionalista e Imagens de Portugal na Galiza. *Etnográfica: revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, VII (2), 321-349.
- MERA SÁNCHEZ, Manuel *et alii* (1997). *ERGA: un lume que prendeu (1972-1997)*. Santiago de Compostela: CAF.
- MONTEAGUDO, Henrique (2011). *O idioma galego na sociedade. A evolución sociolingüística 1992-2008*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- MONTEAGUDO, Henrique (ed.) (2012). Galego, portugués e brasileiro no tempo: achegas para unha diacronía comparada. In Xoán Carlos Lagares & Henrique Monteagudo (org.). *Galego e Portugués Brasileiro: história, variação e mudança* (pp. 37-104). Niterói: Editora da UFF-USC.
- MONTEAGUDO, Henrique (ed.) (1995). *Estudios de sociolingüística galega sobre a norma do galego culto*. Vigo: Galaxia.
- MONTERO SANTALLA, J. M. *et al* (1974). Manifesto para a supervivência da cultura galega. *Seara Nova*, 1547, 30-31.
- MONTERO SANTALLA, Xosé-Martiño (1979). *Directrices para a reintegración lingüística galego-portuguesa*. Ferrol: Gráfer.
- MORAIS ÁLVAREZ, Carlos (1996). *Crónica de Fonseca. Unha aproximación ao movemento estudantil universitario galego na dilatada década dos setenta*. Santiago de Compostela: Laiovento.
- MOREDA, Marisa (2018). A configuración da identidade linguística galego-(portuguesa). Análise da série de ficção *Vidago Palace*. In Fernando Groba & Pedro Dono (orgs), *Galegos no Minho. 20 anos do Centro de Estudos Galegos* (pp. 197-215). Braga: Centro de Estudos Galegos/ Universidade do Minho.
- MORENO, Maria Victoria (1972). *Los novísimos de la poesía gallega/Os novísimos da poesía galega*. Madrid: Akal.
- MOURE-MARIÑO, Luis (1971). *Sempre matinando*. [Vigo]: Galaxia.
- MURGUÍA, Manuel (1865). *Historia de Galicia*, vol. 1. Lugo: Imprenta Soto Freire.

- MURGUÍA, Manuel (1888). *Galicia. Sus monumentos y artes – su naturaleza e historia*. Barcelona: Editorial de Daniel Cortezo y C^a.
- MURGUÍA, Manuel (1889). *El Regionalismo gallego. Ligeras observaciones por Manuel Murguía al discurso leído por el señor D. Antonio Sánchez Moguel en su recepción en la Real Academia de la Historia de Madrid, el 8 de diciembre de 1888*. Habana: Imp. y papelería la Universal.
- MURGUÍA, Manuel (1891). Juegos Florales de Galicia celebrados por primera vez, en la ciudad de Tuy, el día 24 de junio de 1891. Discurso d'o Presidente, señor don Manuel Murguía. *La Patria Gallega*, 7-8, 15/07/1891.
- MURGUÍA, Manuel (1974). *Política y Sociedad en Galicia*. Madrid: Akal editor.
- MURGUÍA, Manuel (1995). *Los Precursores. [El arte en Santiago durante el siglo XVIII y noticia de los artistas que florecieron en dicha ciudad y centuria]*. A Coruña: Edinosa.
- NEVES, Marco (2019). *O galego e o português são a mesma língua? Perguntas portuguesas sobre o galego*. Santiago de Compostela: Através Editora.
- NÚÑEZ SEIXAS, Manuel (1992). Portugal e o galeguismo ata 1936. Algunhas consideracións históricas. *Grial*, 113, 61 -77.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé M[anoel] (1993). Portugal e o Galeguismo até 1936. Algunhas Considerações Históricas. *Penélope. Revista de história e ciências sociais*, 11, 67-82.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manuel (2018). *Suspiros de España. El nacionalismo español 1808-2018*. Barcelona: Crítica.
- OTERO ESPASANDÍN, Xosé (2006 [1927]). Artigo pra Mocidade. In María Cuquejo Enríquez (ed.), *Xosé Otero Espasandín. Obra Galega* (pp. 108-110). Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades.
- OTERO PEDRAYO, Ramón (1931). *Romantismo, saudade, sentimento da raza e da terra en Pastor Díaz, Rosalía de Castro e Ponda: discurso de ingreso na Academia Galega coa contestada do Académico Vicente Risco*. Santiago de Compostela: Nós.
- PAGEAUX, D-H. & MACHADO, A. M. (2002). *Da Teoria da Literatura à Literatura Comparada*. Lisboa: Presença.
- PARDO BAZÁN, Emilia (1888). *De mi Tierra*. Corunha: Tipografía de la Casa de la Misericordia. Consultado em <http://biblioteca.galiciana.gal/pt/consulta/registro.cmd?id=5991>.
- PARDO BAZÁN, Emilia (1888a). La Poesía Regional Gallega. Discurso presidencial, leído en la Velada que, para honrar la memoria de Rosalía Castro, ha celebrado el Liceo de Artesanos de la Coruña, el día 2 de

- Septiembre de 1885. In Emilia Pardo Bazán, *De mi Tierra* (pp. 1-47). Corunha: Tipografía de la Casa de la Misericordia.
- PARDO BAZÁN, Emilia (1888b). El olor de la tierra. In Emilia Pardo Bazán, *De mi Tierra* (pp 51-65). Corunha: Tipografía de la Casa de la Misericordia.
- PASCOAES, Teixeira de (1920). Fala do Sol. *Nós*, 1, 30 de outubro.
- PAZOS-JUSTO, Carlos (2011). A imagem da Galiza e dos galegos em Portugal entre fins do século XIX e primeiras décadas do XX: do imagotipo *negativo* ao imagotipo *de afinidade*. *Veredas*, 16, 39-69.
- PAZOS-JUSTO, Carlos (2014). Imagen de España y los españoles en Portugal: reflexiones para el ámbito ELE. In Eduardo Tobar & María Estefanía Mañas (coords.), *El español como lengua extranjera en Portugal: retos de la enseñanza de lenguas cercanas* (pp. 14-27). [S.L.]: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Consultado em https://sede.educacion.gob.es/publiventa/descarga.action?f_codigo_agc=16883.
- PAZOS-JUSTO, Carlos, DEL RÍO, Marisa & SAMARTIM, Roberto (2018). *Reinventio* e unanimidade. Impacto das políticas culturais e turísticas na Comunidade local de Santiago de Compostela. *SÉMATA, Ciencias Sociais e Humanidades*, 30, 233-256.
- PAZOS-JUSTO, Carlos (2016). *A imagem da Galiza em Portugal. De João de Redondella a Os Galegos são nossos irmãos*. Santiago de Compostela: Através Editora.
- PIÑEIRO, Ramón (1972). Carta de Compostela, A expansión crecente da lingua galega. *Colóquio/Letras*, 8, 75-77.
- PIÑEIRO, Ramón (1973). Carta a Don Manuel Rodrigues Lapa. *Grial*, 42, 389-402.
- PONDAL, Eduardo (1971). *Novos poemas*. [s. l.]: Galaxia.
- RAG (2003). *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. Vigo: RAG/ILG.
- RAG/ILG (1982). *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. Corunha: RAG.
- REIS, Carlos (2005). Espanha e Portugal: labirinto de labirintos. In Tobias Brandenberger & Henry Thorau (eds.), *Portugal und Spanien: Probleme (k)einer Beziehung/Portugal e Espanha: Encontros e Desencontros* (pp. 175-190). Frankfurt am Main: Peter Lang.
- RELACIÓN DE LOS MÉRITOS Y SERVICIOS DE D. JOSÉ CORNIDE DE SAAVEDRA Y FOLGUEIRA, señor de Maariz, Saá, Amoeyro y Cebreyro, regidor honorario y capitán de milicias urbanas de la ciudad y plaza de La Coruña, y regidor perpetuo de Santiago. In Juan Manuel Abascal & Rosario Cebrián (eds.) (2009).

- Los Viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801* (pp. 46-48). Madrid: Real Academia de la Historia.
- RICÓN, Amado (ed.) (1971). *Eduardo Pondal. Novos Poemas*. Vigo: Galaxia.
- RISCO, Vicente (1920). Primeiras verbas [Editorial]. *Nós*, 1, 1-2.
- RISCO, Vicente (1920). *Teoría do nacionalismo galego*. Ourense: [Imp. de La Región].
- RODRÍGUEZ BAIXERAS, Xavier (1969). Carta sobre da unificación linguística. *Grial*, 26, 495-497.
- RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Elías (2018). *Análise e balanço do quadro legislativo para o relacionamento intercomunitário: o caso da Lei Paz-Andrade*. Corunha: Universidade da Corunha, Faculdade de Filologia (Trabalho Fim de Grau, inédito). Consultado em <https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/21774>.
- RODRÍGUEZ PRADO, M^a Felisa (2004). Inovações repertoriais no campo cultural galeguista na década de 70 e as transferências do mundo luso-afro-brasileiro. In [Atas do] VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. *A questão social no novo milénio*. Consultado em https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel53/Felisa_Rodriguez_Prado.pdf.
- RODRÍGUEZ PRADO, M^a Felisa (2014). Textos ficcionais e práticas culturais de portugueses com relação a Santiago de Compostela: contrastes e homologias. In Elías J. Torres Feijó, Raquel Bello Vázquez, Roberto Samartim e Manuel Brito-Semedo (eds.). *Estudos da AIL em Teoria e Metodologia. Relacionamento nas Lusofonias I* (pp. 143-157). Santiago de Compostela/ Coimbra: AIL.
- RODRÍGUEZ, Francisco (1970). Carácter da Literatura Galega: O exemplo da obra de Rosalía. *Grial*, 30, 455-462.
- RODRÍGUEZ, Francisco (1976). *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia*. Pontevedra: Xistral.
- RODRÍGUEZ, Josep A. (2005). *Análisis estructural y de Redes. Cuadernos Metodológicos*, 16. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- ROJO, Guillermo (1969). O primeiro paso pra unha verdadeira cultura galega. *Grial*, 26, 490-493.
- SALINAS PORTUGAL, Francisco (2009). Os Estudos de Português na Universidade da Corunha. In Ana Gabriela Macedo & Maria Eduarda Keating (orgs.), *IX Colóquio de Outono. Censura e inter-dito/Censorship and inter-diction* (pp. 271-274). Braga: Centro de Estudos Humanísticos.
- SALVADOR, José A. (1999). *José Afonso. O rosto da utopia*. Porto: Afrontamento.

- SAMARTIM, Roberto (2012). A Construção do Conhecimento pela Historiografia Literária dum Sistema Deficitário (o caso galego para 1974-1978). *Veredas*, 16, 177-210.
- SAMARTIM, Roberto (2014). O 25 de abril na Galiza dos anos setenta: impactos e consequências. *Revista Diacrítica*, 28(2), 15-32.
- SAMARTIM, Roberto (2016). Tecnologia para os estudos na cultura. Caminhos e ferramentas para a catalogação, a análise léxico-semântica e o mapeamento de materiais. In Ana Gabriela Macedo, Carlos Sousa & Vítor Moura (org.) *XII Colóquio de outono. Outros mapas. Linguagem, migração, diáspora* (pp. 261-275). Braga: CEHUM-UMinho.
- SAMARTIM, Roberto (2017). *Mudança política e sistemas culturais em transição. Literatura e construçom da (ideia da) Galiza entre 1974 e 1978*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.
- SAMARTIM, Roberto (2018a). O Dia das Letras no Sistema Literário Galego. O caminho para o reconhecimento da autoridade da Academia. In Elias J. Torres Feijó & Roberto Samartim (eds.), *Sobre conflito linguístico e planificação cultural na Galiza contemporânea. Dez contributos* (pp. 143-153). Santiago de Compostela: Através Editora.
- SAMARTIM, Roberto (2018b). Língua somos. A construção da ideia de língua e da identidade coletiva na Galiza (pré-)constitucional. In Elias J. Torres Feijó & Roberto Samartim (eds.), *Sobre conflito linguístico e planificação cultural na Galiza contemporânea. Dez contributos* (pp. 155-165). Santiago de Compostela: Através Editora.
- SAMARTIM, Roberto & Cordeiro Rua, Gonçalo (2009). O pensamento cultural galego em referência a Portugal: posição e função de ideias e grupos no Tardofranquismo e na Transição. In *O pensamento luso-galaico-brasileiro (1850-2000)*. *Actas do I Congresso Internacional*, vol. 3 (pp. 171-196). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Instituto nacional-Casa da Moeda.
- SAMARTIM, Roberto L.I. (2002). O sistema literário galego num seu ano zero contemporâneo (1977) e o mundo lusófono. A revista *Teima*. In Regina Zilberman (org.). *Atas do VII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*. Brown University-Providence, Rhode Island, Estados Unidos, 1-7 de julho de 2002 [CD-Rom] (pp. 491-506). [s.l.]: Associação Internacional de Lusitanistas. Consultado em <https://lusitanistasail.press/index.php/ailpress/catalog/book/25>.
- SAMARTIM, Roberto L.I. (2004). Presença e referência portuguesas nas estratégias sócio-culturais dos grupos políticos na Galiza tardofranquista. In *[Atas do] VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. A

- questão social no novo milénio*. Consultado em https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Roberto_Samartim.pdf.
- SAMARTIM, Roberto L.I. (2005). Ideia de língua e vento português na Galiza do tardofranquismo: O caso de *Galaxia*. *Agália*, 82-83, 9-50.
- SAMARTIM, Roberto L.I. (2007). Portugal em *Chan* e *Grial* como projectos culturais galeguistas: 1969-1971. In Helena González & M. Xesús Lama, *Actas do VII Congreso da Asociación Internacional de Estudios Galegos* (pp. 559-570). [s.l.]: Edicións do Castro / AIEG / Universitat de Barcelona.
- SAMARTIM, Roberto L.I. (2009). O discurso (lingüístico)-identitário e a lusofonia em *El Correo de Galicia* (1968-1975). In Carmen Villarino Pardo, Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.) & Gonçalo Cordeiro Rua, (coord.), *Da Galiza a Timor. A lusofonia em foco: Actas do VIII Congreso da Associação Internacional de Lusitanistas* (pp. 2001-2010), vol. 3. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico.
- SAMARTIM, Roberto L.I. (2010). *O Processo de Construção do Sistema Literário Galego entre o Franquismo e a Transição (1974-1978): Margens, relações, estrutura e estratégias de planificação cultural* (Dissertação de doutoramento acessível em https://minerva.usc.es/xmlui/bitstream/handle/10347/2858/9788498874549_content.pdf?sequence=1). Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.
- SÁNCHEZ MOGUEL, A. (1888). *Razones en que pretenden fundarse los regionalismos catalán y gallego*. Madrid: Imprenta de la Viuda de Hernando y Cía.
- SÁNCHEZ MOGUEL, A. (1893). “Nota preliminar”. In José Andrés Cornide y Saavedra (1893-1897). *Estado de Portugal en el año de 1800* (pp. V-XVI). Madrid: [Real Academia de la Historia].
- SANTAMARINA, Antón (1995). Norma e estándar. In Henrique Monteagudo (ed.) (1995). *Estudios de sociolingüística galega sobre a norma do galego culto* (pp. 53-97). Vigo: Galaxia.
- SANTAMARINA, Enrique (1970). O complexo da lingua nos Grupos Étnicos Minoritarios. *Casa de Galicia. Unidad Gallega -Memoria 1969-1970*, Nova Iorque, 1970, pp. 42-43.
- SARALEGUI Y MEDINA, Leandro (1888). El regionalismo en Galicia. *Galicia. Revista regional*, 7, 290-296.
- SARMIENTO, Frei Martín (1974). Sobre el origen de la lengua gallega y sobre la paleografía española. In José Luis Pensado (ed.), *Opúsculos Lingüísticos Gallegos del Siglo XVIII* (pp. 17-47). Vigo: Galaxia.
- SOEIRO, Teresa (2016). Galiza no Porto: evocação da Semana Cultural Galega de 1935. *Portvgalia*, Nova Série, 37, 89-129.

- Sousa, João Pedro de (2000). Imagens da Galiza na imprensa portuguesa. Consultado em <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-Imagens-Galiza.html>.
- Souto, Elvira (1986). Galiza na Seara Nova. *Agália*, 7, 332-337.
- Taibo, Carlos (dir.) (2007). *Nacionalismo español. Esencias, memoria e instituciones*. Madrid: Los Libros de la Catarata.
- Tarrío, Anxo (2004). Identidade literaria e refentes interliterarios. Algunhas consideracións a propósito da literatura galega. In Anxo Abuín González & Anxo Tarrío Varela (eds.), *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas da península Ibérica* (pp. 445-459). Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico da Universidade de Santiago de Compostela.
- Thiesse, Anne-Marie (1999). *La Création des identités nationales. Europe, XVIII^e-XX^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil.
- Torres Feijó, Elias (1995). *A Galiza em Portugal, Portugal na Galiza a través das revistas literarias: (1900-1936)*, 3 vols. (Dissertação de doutoramento inédita). Universidade de Santiago de Compostela: Santiago de Compostela.
- Torres Feijó, Elias J. (1997). Cultura, cultura galega e mundo lusófono em Valentin Paz-Andrade. Alguns contributos. *Agália*, 51, 297-336.
- Torres Feijó, Elias J. (1999). Cultura Portuguesa e legitimação do sistema galeguista: historiadores e filólogos (1880-1891). *Ler História*, 36, 273-318.
- Torres Feijó, Elias J. (1999a). «O fim do milénio que começámos juntos» A Galiza como material repertorial central no romance português contemporâneo, de 1991 a 1994: literatura de autognose?. *Nova Renascença*, 72/73, 291-313.
- Torres Feijó, Elias J. (2000). Norma Lingüística e (inter-)sistema cultural. O caso galego. In Juan María Carrasco González, Maria Luisa Trindade Madeira Leal & María Jesús Fernández García (eds.), *Actas del Congreso Internacional de Historia y Cultura en la Frontera - Primer Encuentro de Lusitanistas Españoles* (vol. II, pp. 967-996). Cáceres: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura.
- Torres Feijó, Elias J. (2004). Contributos sobre o objecto de estudo e metodologia sistémica. Sistemas literários e literaturas nacionais. In Anxo Abuín González & Anxo Tarrío Varela (eds.), *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas da península Ibérica* (pp. 423-444). Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico da Universidade de Santiago de Compostela.

- TORRES FEIJÓ, Elias J. (2007). O 25 de Abril e as suas imediatas consequências para e no protossistema cultural galeguista. In Helena González & M. Xesús Lama, *Actas do VII Congreso da Asociación Internacional de Estudos Galegos* (pp. 689-701). [S.L.]: Edición do Castro / AIEG / Universitat de Barcelona.
- TORRES FEIJÓ, Elias J. (2008). A mais poderosa ponte identitária: Portugal e a Saudade no nacionalismo galego. In Maria Celeste Natário, António Braz Teixeira, Afonso Rocha & Renato Epifânio (eds.), *III Colóquio Luso-Galaico sobre a Saudade em Homenagem a Dalila Pereira da Costa* (pp. 149-365). Lisboa: Céfiro.
- TORRES FEIJÓ, Elias J. (2009). A investigación do Grupo Galabra e os Estudos Lusófonos na Universidade de Santiago de Compostela. In Ana Gabriela Macedo & Maria Eduarda Keating (orgs.), *IX Colóquio de Outono. Censura e inter-dito/Censorship and inter-diction* (pp. 275-287). Braga: Centro de Estudos Humanísticos.
- TORRES FEIJÓ, Elias J. (2010). Relacionamento literário galego-português. Legitimação e expansão com Sísifo ao fundo. In Antonio Sáez Delgado & Luís Manuel Gaspar (eds.), *Suroeste. Relaciones literarias y artísticas entre España y Portugal (1890-1936) / Relações literárias e artísticas entre Portugal e Espanha (1890-1936)*, vol. 1 (pp. 163-185). Badajoz: Museo Extremeño e Iberoamericano de Arte Contemporáneo / Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales.
- TORRES FEIJÓ, Elias J. (2012). Reorientação dos estudos literários para a aplicabilidade e a transferência: da feitiçaria para a medicina e os capitais em jogo. *Revista UFG*, Ano XIII (12), 154-173.
- TORRES FEIJÓ, Elias J. (2013). Conflito sócio-linguístico, identitário e de coesão social na Galiza actual: algumas consequências. In Emili Casanova & Cesáreo Calvo (eds.), *Actas del XXVI Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románica* (pp. 371-402). Berlín: W. de Gruyter.
- TORRES FEIJÓ, Elias J. (2018). Portugal para que? Para uma interpretação do corpus identitário galego: potencial e carências no relacionamento galego-português. In Torres Feijó, Elias J. & Samartim, Roberto (2018), *Sobre conflito linguístico e planificação cultural na Galiza contemporânea. Dez contributos* (pp. 257-283). Santiago de Compostela: Através Editora.
- TORRES FEIJÓ, Elias J. & SAMARTIM, Roberto (2018). *Sobre conflito linguístico e planificação cultural na Galiza contemporânea. Dez contributos*. Santiago de Compostela: Através Editora.
- TURTÓS, Jordi & BONET, Madga (1998). *Cantautores en España*. Madrid: Celeste.

- UNIÓN DO POBO GALEGO [UPG] (1974a). Carta de UPG pra Portugal. *Galicia Emigrante*, 3, 7.
- UNIÓN DO POBO GALEGO [UPG] (1974b). Acraracións encol do problema da lingoa galega. *Rego. Documentos pró galeguismo*, 1, 12-17.
- UNIÓN DO POBO GALEGO [UPG] (1977). *Primeiro Congreso da Unión do Pobo galego (U.P.G.)*. Edicións Terra e Tempo.
- VALVERDE, José Filgueira (1973). *Da épica na Galicia medieval*. Vigo: Real Academia Galega.
- VASCONCELOS, José Leite de (1977). A Galliza. *Grial*, 56, 233-236.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar (1970). La lusofilia de D.^a Emilia Pardo Bazán. In *Homenaje Universitario a Dámaso Alonso. Reunido por los estudiantes de Filología Románica. Curso 1968-1969* (pp. 143-160). Madrid: Gredos.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar (1975). *A Espanha ante o "Ultimátum"*. Lisboa: Livros Horizonte.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar (1991). Portugal e nós. *A Trabe de Ouro*, 6, 191-203.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar (1992). O amor sen acougo de Oliveira Martins a España. *Grial*, 113, 20-60.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar (1995). Portugal-Galicia, Galicia-Portugal. Un diálogo asimétrico. *Colóquio/Letras*, 137/138, 5-21.
- VENÂNCIO, Fernando (2007). Afinidades. *Mana Galiza. Expresso*, 01/12/2007.
- VENÂNCIO, Fernando (2015). O pasado galego do português. *Grial*, vol. 53 (206), 89-95.
- VENTURA, António (1988). A 'Seara Nova' e a Galiza. Contribuição para o estudo das relações culturais luso-galegas. *CLIO. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 6, 141-150.
- VEREA Y AGUIAR, José (1838). *Historia de Galicia: que comprende los orígenes y estado de los pueblos septentrionales y occidentales de la España antes de su conquista por los romanos*. Ferrol: [Imprenta de D. Nicasio Taxonera].
- VICETTO, Benito (1978). *Historia de Galicia*. Lugo: Alvarellos [reprod. facsimilar da edición de Ferrol: Nicasio Taxonera, 1865].
- VILLAR PONTE, Antonio (1916). *Nacionalismo Gallego. Nuestra afirmación regional*. Corunha: Tipografía El Noroeste.
- VILLARES, Ramón (1983). As relacións da Galiza con Portugal na época contemporánea. *Grial*, 81, 301-314.
- VILLARES, Ramón (2017). *Identidade e afectos patrios*. Vigo: Galaxia.
- VIQUEIRA CORTÓN, Xohan Vicente (1974 [1919]). *Da Galicia de mañá*. Vigo: Galaxia.
- VV.AA. (1980). *Historia e futuro da música e a canción galegas*. Corunha: Ruada.

VV.AA. (1994). *José Afonso, andarilho, poeta e cantor. Os lugares e os encontros. Exposição José Afonso*. Santiago de Compostela: AJA / USC / Fundación 10 de Marzo.

Manuscritos citados

ARQUIVO DO REINO DE GALIZA. «Correspondencia familiar y de varios amigos del Sr. José Andrés Cornide» Leg. 189, n.º 281B.

ARG. CORNIDE, JOSÉ. *Noticias sobre algunas familias, blasones y hombres célebres de Galicia*. Leg. 11, n.º 202.

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA. Cornide Correspondencia. Ms. 623.

REAL ACADEMIA DE HISTORIA. Rodríguez de Campomanes, Pedro. *Reflexiones sobre la formacion de un Onomastico dela baja é infima latinidad y su aplicación al dialecto gallego*. Madrid, 3 de agosto de 1791. 9-3921-5.

226

.....
PORTUGAL E(M) NÓS
.....

Contributos para
a compreensão do
relacionamento cultural
galego-português

ÍNDICES

Índice de instituições, organizações e eventos

227

- Academia Brasileira de Letras, 131, 207
- Academia das Ciências (de Lisboa), 27
- Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP), 13, 14, 21
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), 193, 194
- Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza - Norte de Portugal (AECT-GNP), 194, 197
- Arquivo do Reino da Galiza (ARG), 28
- Arri[t]mar. Prémios Música e Poesia Galego-Portuguesa, 201
- Asamblea Nacional-Popular Galega (AN-PG), 181
- Asambleas Nazonalistas (de Lugo e Compostela), 85, 86
- Asociación Auriense, 166
- Asociación Cultural “O Facho” (da Corunha), 113, 124
- Asociación Cultural “O Galo” (de Compostela), 113, 124
- Asociación Cultural Abrente (de Ribadavía), 113, 166
- [Asociación Estudiantil] O Eixo, 159
- Asociaciones Profesionales de Estudiantes (APE), 155
- Biblioteca Gallega (de Martínez Salazar), 55-57, 73, 76
- Biblioteca Geral (da USC), 28
- Bienal de Cerveira, 197

.....
ÍNDICES
.....

- Câmara Municipal de Ponte Vedra,
145
- Câmara Municipal de Santiago de
Compostela, 44
- Canto d'Aqui (de Braga), 205
- Casa Galicia - Unidad Gallega (de
Nova Iorque), 117, 119, 128
- Casa Museo de Rosalía, 111
- Centro Cultural Português (de Vigo),
197, 198, 200
- Centro de Estudos Euroregionais
Galiza - Norte de Portugal
(CEER), 194
- Centro Galego (de Buenos Aires),
119, 128
- Centros de Estudos Galegos, 200
- Certamen Folk-lórico Galego, 74, 75
- Comisións Obreiras (CC.OO.), 119
- Comissão de cultura da Faculdade
de Economia (da USC), 168
- Comunidade Autónoma de Galicia,
8, 9, 13, 16, 193, 201
- Comunidade dos Países de Língua
Portuguesa (CPLP), 14, 199,
201, 205, 207
- Comunidade de Trabalho Galiza/
Norte de Portugal (CTGNP),
194
- Comunidade Económica Europeia
(CEE), 193
- Consellería de Cultura, Educación
e Ordenación Universitaria,
197, 200
- Consello da Cultura Galega (CCG),
14, 201, 206, 207
- Consello de Galiza, 111, 124
- Convergências Portugal-Galiza,
201, 205
- Coroa Espanhola, 27, 29, 30, 40
- Coros y Danzas de la Sección
Femenina de Falange, 110, 162
- Corporación Radio e Televisión de
Galicia (CRTVG), 201
- Dia da Pátria Galega, 154
- Dia das Letras Galegas (DLG), 124,
127, 145
- Direção Regional de Cultura do
Norte, 197
- Direita Galeguista, 145
- DOLMEN - Cooperativa de Formação,
Educação e Desenvolvimento do
Baixo Tâmega, 197
- Eixo Atlântico do Noroeste
Peninsular, 16, 194, 197, 199
- Els Setze Jutges, 161
- Escola de Peritos Agrónomos, 161
- Escola Oficial de Idiomas (EOI) (de
Santiago de Compostela), 201
- Escola Superior Gallaecia, 197
- Estado Espanhol, 9, 20, 51, 60, 113,
127, 130, 150, 159, 163, 165, 177,
187, 193, 194, 199, 244
- Estado Novo, 192, 205
- Estudantes Revolucionarios
Galegos (ERGA), 157
- EURES Transfronteiriço Norte
Portugal - Galiza, 194
- Eurocidades, 194
- Euroregião Galiza-Norte de
Portugal, 16, 196
- Ez Dok Amairu, 161
- Federación de Sociedades Galegas,
119, 128
- Festival CINANIMA - Animação
Espinho, 197

- Festival del Miño. Canción del Mundo Celta, 165
- Festival dos Pobos Ibéricos, 168
- Fomento de las Artes (de Madrid), 63
- Geração de 70, 145, 146
- Geração Nós, 126
- Grupo Castrelos, 112, 117, 120, 126
- Grupo de Trabalho Galego (de Londres), 136, 138
- Grupo Filgueira, 109, 111, 113, 117, 119, 121
- Grupo Galaxia, 100, 107, 109, 111-114, 117-127, 129, 132-134, 140, 142, 145, 154, 155, 170, 174-179, 187
- Grupo Sargadelos, 111, 112, 117, 120
- Guerra Civil Espanhola, 78, 90, 92, 97, 98, 100, 101, 107, 109, 135, 145, 154, 170, 174
- Instituto Camões (IC), 198, 200, 207
- Instituto da Lingua Galega (ILG), 8, 9, 12, 14, 110, 111, 117, 121, 127, 133, 138, 176, 177
- Instituto de Estudos Portugueses, 200
- Instituto Nacional de Estadística (INE) (Espanha), 193
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (Portugal), 193
- Irmandade Galega, 128
- Irmandades da Fala, 8, 85, 97, 191
- Jogos Florais, 45, 78, 93
- Jogos Florais Minho-Galaicos (de Guimarães), 149
- Junta de Extremadura, 200
- Junta do Reino (da Galiza), 28, 35, 40
- Junta Nacional de Caminos, 28
- Liga Comunista Revolucionaria (LCR), 119
- Maio francês, 156
- Movemento Comunista Galego (MCG), 119
- Movemento Popular da Canção Galega, 170
- Município de Valdevez, 197
- Museu de Ponte Vedra, 109
- Museu Etnográfico do Porto, 121
- Nova Canción/ Canção Galega, 121, 125, 153, 160, 161, 163, 164, 166, 172, 183
- Nova Canção, 161
- Orfeão do Porto, 92
- Organización Juvenil Española (OJE), 110
- Parlamento Galego, 14, 105, 199, 201
- Partido Comunista de España (PCE), 112, 113, 125, 126, 154, 155, 188
- Partido Comunista de Galicia (PCG), 112, 113, 117, 119, 125, 155, 161
- Partido dos Traballadores de España (PTE), 119
- Partido Galeguista (PG), 109, 124, 174
- Partido Socialista Galego (PSG), 113, 114, 117, 119, 120, 125, 154, 158
- Patronato da Cultura Galega (de Montevideu), 127
- Patronato Rosalía de Castro, 127
- Prémio Literário Nortear Jovens Escritores / Mocidade Escritora - Norte de Portugal - Galiza, 197, 201

- Primeira República Espanhola, 46
Programa IACOBUS, 197
- Rádio-Clube Português, 181
Rádio e Televisão de Portugal
(RTP), 167, 201
Real Academia de Historia (de
Madrid) (RAH), 27, 28, 32, 64
Real Academia Galega (RAG), 9,
12-14, 109-111, 117, 119, 124, 131,
134, 150, 174, 177, 207
Real Consulado do Mar (da
Corunha), 28, 32-34
Rede Galilusofonia, 202
Reino da Galiza, 26, 28, 35, 37-40, 67
Reino de España, 7, 16, 174, 187, 203
Reino de Portugal, 30, 65, 67
Renasença Portuguesa, 94, 191
República Portuguesa, 16, 173
Revolução de Maria da Fonte, 71
Revolução dos Cravos (25 de abril
1974), 22, 122, 165, 168, 170, 171,
173, 177, 179, 180, 184, 187
- Sección Femenina de Falange, 110,
162
Segunda Guerra Mundial, 98
Segunda República Espanhola, 97,
124, 175
Semana Cultural Galega (do Porto),
192
Seminario de Estudos Galegos
(SEG), 149, 191
Sindicato de Estudiantes
Universitarios (SEU), 155
Sindicato de Trabalhadores do
Ensino de Galicia (STEG), 119
Sociedade Convívio, 149
- TEIA – Teatro em Iniciativa
Associativa - Rede Informal de
Grupos de Teatro Amador do
Teatro do Noroeste (de Viana
do Castelo), 197
Tratado de Maastricht, 193
Typographia Nacional (do Porto), 51
- Ultimato inglês, 73, 75-77
União Europeia (UE), 16, 193, 194
Unión do Pobo Galego (UPG), 114,
115, 117, 119, 122, 125, 126, 154,
156, 157, 161, 170, 171, 175, 179-
182, 187, 188
Universidade de Santiago de
Compostela (USC), 9, 12, 17,
19, 21, 28, 104, 105, 110, 111, 114,
127, 131, 133, 154-159, 162, 176, 182,
198, 200
Universidade Católica Portuguesa,
20
Universidade de Coimbra, 21
Universidade do Algarve (UALG),
200
Universidade do Minho (UMinho),
197, 200
Universidade Nova de Lisboa
(UNL), 200
Universidade do Porto (UP), 170,
182, 192, 197
- Voces Ceibes, 160-162, 167, 170
- Xornadas das Letras Galegas (UP),
170, 182
Xunta de Galicia, 192, 197, 199, 200,
206
Xuventude Comunista Galega, 119

Índice Conceitual

- Arte social, 107, 114
Assimetria, 16, 189
Assistência identitária, 6, 19
Atlantismo, 48, 86
Autodeterminação, 118, 158, 175
Autonomia, 6, 7, 9, 12, 26, 45, 46, 78, 85, 92, 118-120, 150, 169, 174, 175, 190, 198

Bem (cultural, patrimonial), 89, 92, 100-102, 203
Bilingüismo inerente, 12
Binormativismo, 13, 15

Campo (artístico, científico, cinematográfico, cultural, de produção restrita/ alargada, da comunicação, da crítica, do ensino, do poder, editorial, intelectual, literário, musical), 6, 9, 10, 13-18, 20-22, 27, 44, 46, 93, 94, 97, 103-105, 107-118, 120, 122, 125-127, 131, 147-149, 153, 164, 170-183, 187-190, 200, 202
Cânone, 26, 125, 144, 145, 176
Canonização (estática / dinâmica), 18, 83, 145
Capital (cultural, simbólico, político), 38, 107, 174, 177
Capitalismo (industrial), 5, 10, 153, 158
Carlismo, 46
Celtismo, 21, 48, 61, 62, 65, 67, 71, 81, 89, 93, 119, 171
Classe social, 5, 10, 157
Comunidade, 6-9, 13, 14, 16, 18-20, 23, 42, 45, 78, 81, 93, 100, 103, 135, 137, 141, 174, 176, 183, 192-194, 196, 198, 199, 201, 206
Conflito linguístico, 10, 136, 150, 178
Cooficialidade subalterna, 8
Culturalismo, 124

Défices (projetivos), 18, 42, 73, 112, 148, 172, 190, 203, 206
Desfronterização, 193, 205

Enclave, 18, 68, 100, 111, 117, 119, 127, 128, 135, 178
Época Nós, 146
Espaço social, 6, 8, 13, 18, 44, 103, 151, 153, 196, 203
Estereótipo, 18, 47, 61, 67, 164

Ferramenta (cultural), 89, 97, 100, 101, 203
Folclore, 21, 109, 110, 128, 161, 167-169, 183
Filiação genética, 14, 25, 135, 136

Galego identificado, 12
Galeguismo, 7, 9, 16, 17, 19, 21, 25, 40-42, 45, 50, 51, 57, 62, 64, 72, 76, 79, 83, 86, 88, 90, 94, 95, 98, 101, 103, 107, 109-111, 119-121, 124, 126, 146, 150, 154, 157, 164, 174, 176-179, 187, 190, 191

Heteronomia, 15, 104, 113, 155, 169, 175
Homologia, 130, 147, 151, 187

- Institucionalização, 5, 6, 8, 9, 11, 15,
16, 42, 107, 109, 111, 124, 160,
176, 196
- Interferência, 10, 15, 56, 110
- Intersistema (literário, cultural), 7,
92, 93, 113, 144, 150, 171, 191
- Literaturas regionais, 18
- Lusofonia, 7, 14, 50, 150, 201, 202
- Marcador(es) identitário(s), 8, 103, 175
- Morrinha, 53, 88, 98, 101, 164
- Nacionalismo (galego), 7, 8, 10, 12, 13,
21, 25, 46, 48, 85, 86, 91, 94, 98,
100, 107, 147, 154-156, 158, 178,
179, 181, 183
- Nação, 5-7, 10, 16, 45, 87, 154, 156,
175, 203
- Nacionalidade, 6, 7, 47, 53-55, 65, 67,
81, 82, 87, 93, 94, 160, 163, 197
- Norma sistêmica, 7, 18, 131, 141, 151,
152, 164, 171
- Normalização (cultural, linguística),
15, 159, 164, 171, 172
- Normativização, 132
- Perigo espanhol, 46, 191
- Perigo português, 46-49, 53, 60-62, 68
- Piñeirismo, 154
- Protossistema (tendências protos-
sistêmicas), 134, 142, 143, 145,
147, 148, 150, 151, 154, 170-172
- Referente afirmativo / positivo, 20, 119
- Referente de analogia / emulação,
12, 13, 85, 179, 183, 191
- Referente de oposição / negação, 7,
9, 13, 43-45, 53, 83, 150, 199
- Referente de reintegração, 7, 9, 19,
20, 25, 43, 104, 134, 135, 140, 172,
176, 190, 191
- Regionalismo (federalista, liberal,
tradicionalista), 9, 20, 25, 42, 44,
46, 57, 59-62, 64-66, 69, 74, 80
- Reintegracionismo / Reintegração, 7,
11, 13-15, 26, 41, 49, 50, 57-60, 62,
64, 68, 69, 72, 73, 80, 83, 91, 111,
120, 135, 138, 152, 176, 178-180, 201
- Repertório / Repertorial, 5, 18, 21, 42, 44,
86, 91, 92, 94, 95, 97, 101, 103, 105,
107, 109-114, 116-119, 128, 142, 143,
145, 147, 148, 151, 155, 162, 170, 172,
176, 181, 183, 187, 190, 191, 203-206
- Resistência sistêmica, 199, 200, 206
- Reurdimento (Ressurgimento), 25,
26, 59, 61, 74, 88, 107, 125
- Saudade / Saudosismo, 20, 86-101,
146, 164, 176, 191, 192, 203
- Sistema (consolidado, cultural, educa-
tivo, emergente, espanhol, inter-
cultural, interliterário, linguis-
tico, literário, luso, luso-galaico,
galego, galeguista, ortográfico,
periférico, político, português,
regionalista, universitário), 6-12,
14-18, 20-22, 41-46, 48, 49, 53-55,
59, 60, 68, 73, 80, 81, 83, 92, 94,
103, 104, 112, 117, 121, 123, 126, 128,
130, 134, 135, 140, 143, 145-147, 149-
153, 155, 164, 170, 171, 174-176, 187,
190, 198-201, 204, 206, 207
- Soberania (cultural, sistêmica), 41,
46, 58
- Social-realismo, 105, 112-114, 116, 118,
126, 128-130, 148, 151, 155, 159,
161, 162, 169, 172, 176, 181

Subsistema (tendências subsistêmicas), 18, 20, 42, 45, 110, 164

Suficiência sistêmica, 42, 46, 55, 127, 152, 171, 207

Tardofranquismo, 11, 20, 21, 103, 105-107, 110-117, 120, 122

Tradição, 8-12, 21, 47, 53, 56, 85, 86, 100, 107, 110, 112, 120, 128, 135, 142, 143, 150, 151, 154, 161, 168, 169, 177

Trajetória, 17, 20, 33, 35, 38, 120, 203

Transferência (intersistêmica), 6, 10, 21, 57, 83, 142, 143, 146, 147, 150, 151, 153, 165, 176, 182

Transição, 7, 20, 103, 105-107, 111-114, 116, 117, 119-121, 174

Índice Onomástico

- Afonso, José (Zeca), 122, 160, 165-169,
172, 181, 183, 205
- Agar, Benito de, 31
- Aguirre, Juan Antonio, 31
- Alcalá, Xavier, 100, 125, 179
- Alegre, Manuel, 165, 169
- Alfaia, Xosé, 125
- Alfonso VI, 99
- Almeida, Guilherme de, 131
- Alonso Estravis, Isaac, 120
- Alonso Montero, Xesús, 42, 59, 60,
112, 113, 126, 131, 148, 149, 161
- Alonso Ríos, Antón, 100, 124
- Álvarez Blázquez, Emilio, 126
- Álvarez Blázquez, Xosé María, 112,
126
- Álvarez Insua, Waldo, 72
- Álvarez Pousa, Lois, 120, 130
- Andeiro, Joam Fernandes (de), 81
- António, Mário, 169
- Apolinário, João, 169
- Araguas, Vicente, 162, 165-168
- Arévalo, J. de, 43, 76
- Arias Sanjurjo, Joaquín, 50
- Armada y Losada, Juan Bautista
(Marquês de Figueroa), 69,
72, 76, 77
- Arza, José, 168
- Avalle, Manuel José, 31
- Ayllón y Gallo, José López de la
Torre, 31, 34
- Baïlle, Alejandro, 31
- Barja, Manuela, 63, 64
- Barreiro Meiro, José, 59
- Basto, Claudio, 94
- Bausá, Felipe, 31
- Beiras Torrado, Xosé Manuel, 114
- Bell, Aubrey Fitz Gerald, 94
- Benedicto [García Villar], 161, 162,
165-168, 170
- Bibiano [Morón], 167, 168
- Bluteau, Raphaele, 34, 35, 38, 39
- Bonança, João, 49
- Botto, Antonio, 165
- Bouza Brey, Fermín, 92, 121
- Braga, Teófilo, 46-49, 53-56, 61, 62,
68, 72, 73, 76, 77, 85, 86, 190
- Brandão, Mário Cal, 182
- Brañas, Alfredo, 46, 74, 80
- Burriel, Pedro Andrés, 31
- Bustelo García del Real, Francisco,
168
- Cabana, Darío Xohán, 115, 130
- Cabanillas, Ramón, 90-92, 112, 126, 163
- Cabeza (de León), Salvador, 78
- Calderón de la Barca, Pedro, 51
- Camões, Luís Vaz de, 35, 52, 54, 55,
66, 68, 75, 81, 93, 99, 143-145,
147, 151, 176
- Carballo, Amado, 92
- Carré Aldao, Eugenio, 42
- Carré, Leandro, 121
- Carrero Blanco, Luis, 105
- Carro, Xavier, 125
- Carballo (/Carvalho) Calero,
Ricardo, 111, 119, 126, 129, 131, 132
- Casabella, Miro, 164, 166, 167
- Casares, Carlos, 125, 170
- Castelao, Afonso Daniel Rodríguez,
46, 51, 78, 83, 90, 94, 97-101, 107,

- 111, 112, 119, 124, 125, 127, 129, 131,
144, 146, 149, 150
- Castelar, Emilio, 47-49, 61-63, 70,
74, 79, 83
- Castelo Branco, Camilo, 176
- Castro, Eugénio de, 146
- Castro, Inês de, 81, 92, 94
- Castro, Plácido Ramón, 98, 99
- Castro, Rosalía de, 9, 43, 48, 49, 66,
78, 80, 83, 89, 90, 92, 94, 98, 99,
107, 110-112, 124, 125, 127, 129,
144, 145, 151, 163, 191, 204, 205
- Cebreiro, Álvaro, 92
- Cela, Camilo José, 151
- Cenáculo, Manuel do (Duque de
Lafões), 27
- Cervantes, Miguel de, 54, 68
- Cidade, Hernâni, 176
- Cid, Luciano, 59
- Cília, Luís, 122, 160, 165, 166, 183
- Coelho, Adolfo, 70
- Coelho, Jacinto do Prado, 121, 176
- Coimbra, Leonardo, 88, 91, 92, 146
- Conde Cid, Alfredo, 130, 163
- Cordeiro, Manuel, 157
- Córdova, Alexandre de, 91, 92
- Cores Trasmonte, Baldomero,
163-165
- Cornide y Saavedra, José Andrés,
19, 27-40
- Correa, Payo, 81
- Costa Silva, José Maria da, 72
- Cruz, Viriato da, 169
- Cuesta, Teodoro, 79
- Cueto y Valdés, Francisco, 31
- Cuevillas, Florentino, 126
- Cunqueiro, Álvaro, 92
- Curros Enríquez, Manuel, 63, 79,
107, 112, 114, 125, 129, 144, 145, 163
- Díaz Pardo, Isaac, 111, 112, 126
- Díaz, Domingo, 31
- Diéguez, Lois, 115, 116, 130, 163
- Dieste, Rafael, 95, 96, 101
- Do Barro, Andrés, 100
- Durán, Carlos, 125, 136
- Dylan, Bob, 162
- Eça de Queiroz, José Maria de, 146, 165
- Echegaray, José, 74
- Elísio, Filinto, 165
- Fanhais, Francisco (Padre), 160,
165, 169
- Faria e Sousa, Manuel de, 35
- Fausto [Carlos Fausto Bordalo
Gomes Dias], 160, 165
- Feijóo, Benito (Padre), 27, 39, 40
- Fernández del Riego, Francisco, 107,
126, 142, 143, 147
- Fernández Teixeira, Manuel María,
114-116, 126, 129, 130, 148, 181
- Ferreiro, Celso Emilio, 114, 115, 129,
161, 163, 181
- Ferro, Antonio, 54
- Ferro, Gregorio, 31
- Filgueira Valverde, José, 109, 145
- Filipe, Daniel, 169
- Fraga Iribarne, Manuel, 186
- Franco, Francisco, 7, 105, 116, 117, 123,
174, 187
- Freire, Manuel, 160, 163, 165, 169
- García Bodaño, Salvador, 163, 170
- García Ferreiro, Alberto, 76
- García, Gabriel, 31
- García Hermida, Antonio, 148
- Gayoso de Lemos, Manuel Luis, 27,
28, 33

Gayoso y Montenegro, Juan José, 31
 Gayoso, Antonio, 31, 32
 Gedeão, António, 169
 Gijón, Juan Antonio, 31
 Gil Vicente, 143, 145, 151
 Gómez Thomas, Ignacio, 31
 González Besada, Augusto, 56, 57,
 73, 76
 Granada, Luís de (Padre), 33
 Gregorio (Padre), 26
 Guerra Junqueiro, Abílio Manuel, 145
 Guimarães Rosa, João, 141-143, 151

 Herculano, Alexandre, 71, 75-77, 81,
 86, 190
 Henriques, Afonso, 51

 Ibáñez, Paco, 166
 Iglesia, Antonio de la, 49, 50, 56, 59,
 60, 76
 Iglesia Alvariño, Aquilino, 140
 Iglesias, Julio, 164
 Ipiña, Antonio, 31
 Isla Couto, Xaime, 126

 Jalón y Alavés, Antonio, 31

 Laboriñas, Domingo de, 26
 Labra, Rafael M. de, 63
 Labrada, Lucas, 26
 Lamas Carvajal, Valetín, 43, 53, 60,
 131, 181
 Landeira Yrago, Xosé, 147
 Lapa, Manuel Rodrigues, 148, 150,
 170, 176-179, 182
 Larramendi, Manuel (Padre), 32
 Ledo Andión, Margarita, 130, 182
 Ledo, Xohán, 126
 Leitão, Miguel, 49

 Leite de Vasconcelos, José, 47, 51,
 53, 57, 59, 73, 74, 76-78, 91, 190
 Lence, Manoel, 60
 Llach, Lluís, 161
 Lopes, Óscar, 122, 182
 López de la Vega, José, 59
 Losada, Basilio, 130, 131
 Lugrís Freire, Manuel, 49, 50

 Machado, Bernardino, 91
 Machado da Rosa, Alberto, 144
 Maite [Maria Teresa Angulo
 Carballal], 167
 Maldonado Macanaz, Joaquín, 69, 72
 Manuel Antonio [Pérez Sánchez], 92
 Mares, Xurxo, 164
 Maria da Fonte, 71
 Maria I de Portugal, 32
 Martínez González, Manuel, 60
 Martínez Salazar, Andrés, 55, 56,
 59, 73, 76
 Martínez-Barbeito, Carlos, 26, 28, 34
 Maside, Carlos, 126
 Matos, José João Xavier de, 32
 Méndez Ferrín, Xosé Luis, 114, 116
 Menéndez (y) Pelayo, Marcelino, 63
 Mera Sánchez, Manuel, 157
 Mingas, Rui, 169
 Miramonte y Sanjurjo, Manuel
 Antonio, 31, 36, 37
 Montenegro, Amador, 75, 76
 Montero Santalla (/Santalha), José
 Martíño, 120, 173, 179
 Montezuma de Carvalho, Joaquim,
 149
 Medeiros, António, 204
 Moñino y Redondo, José (I Conde
 de Floridablanca), 37, 38
 Morente, Enrique, 168

- Moscoso, Xerardo, 162
 Moure-Mariño, Luis, 146
 Moutinho, José Viale, 122, 181
 Muralha, Sidónio, 169
 Murguía, Manuel, 25, 26, 39, 46, 48,
 50, 64-72, 78, 80, 83, 86, 88, 93,
 94, 110, 144, 190, 191
 Murias y Mon, Benito de, 31
- Neira Vilas, Xosé, 111, 163
 Neto, Agostinho, 169
 Noriega Varela, Antonio, 92, 147
 Nóvoa Santos, Roberto, 99
 Nunes, António José Avelãs, 182
 Núñez de León, Durante [Nunes de
 Leão, Duarte], 39
 Núñez Seixas, Manuel, 57
- Olea (Bacharel), 26
 Oliveira Martins, Joaquim Pedro de,
 62-64, 69-72, 77-79, 86, 93, 190
 Oliveira, Carlos, 169
 Ostiz, María, 164
 Otero Espasandín, Xosé, 95, 96, 101
 Otero Pedrayo, Ramón, 92, 107, 119,
 126, 146
- Pacheco Téllez-Girón Gómez
 de Sandoval, Diego (Duque
 de Frias), 30
 Pardiñas Villalobos, José, 31
 Pardo Bazán, Emilia, 43, 44, 53-55,
 63, 74, 76, 80, 110
 Pardo Becerra, Manuel, 44
 Pardo, Juan, 164
 Pastor Díaz, Nicomedes, 87
 Patiño, Raimundo, 126
 Paula Vélez de Campo, Francisco de, 31
 Paz Nóvoa, Juan M., 79
- Paz-Andrade, Valentín, 14, 120, 131,
 139, 142, 201
 Pazos García, Diego, 58
 Pedreira, Leopoldo, 60
 Peña, Quico, 168
 Peralta, João, 92
 Pereira, Aureliano, 46, 58
 Pereira, Bento, 35
 Pérez Ballesteros, José, 53, 54, 56, 60
 Pérez Reoyo, Narciso, 79
 Pesqueira Crespo, Roque, 59
 Pessoa, Fernando, 147, 149, 165
 Pi de la Serra, Francesc, 161
 Pi i Margall, Francisco, 70, 79
 Piñeiro, José, 31
 Piñeiro, Ramón, 100, 107, 126, 132,
 140, 150, 154, 178
 Pombal, Marquês de [Sebastião José
 de Carvalho e Melo], 32, 33
 Pondal, Eduardo, 107, 125, 129, 143,
 144, 151, 163, 190
 Porteiro Gareia, Luís, 91
 Portela Valladares, Manuel, 96
 Porto, J. A., 166
- Quental, Antero de, 145, 176
 Quintanilla, Jaime, 92
 Quinzás, Xosé, 164
 Quiroga y Cornide, Manuel, 31
- Rábade Paredes, Xesús, 116, 130
 Raimon [Ramón Pelegero Sanchis],
 161, 170
 Ramos, José, 31
 Ribeiro dos Santos, António, 27, 28,
 32, 35, 39
 Ribera i Rovira, Ignasi, 87
 Risco, Vicente Martínez, 86-92, 94,
 97, 146, 147

Rodríguez, Francisco Javier, 26
 Rodríguez Barrio, Xavier, 130
 Rodríguez Carracido, José, 72
 Rodríguez del Padrón, Juan, 81
 Rodríguez Sánchez, Francisco, 10,
 114, 180
 Rojo, Guillermo, 162
 Ron, Agustín Bernardo de, 31
 Rosario, Antonio do, 32
 Rosell, Marina, 168
 Rubio y Ors, Joaquín, 79

Salazar, António de Oliveira, 166
 Sánchez Moguel, Antonio, 29, 30,
 63, 64, 66, 67, 69-72, 83
 Santos Simões, José, 148, 149
 Saraiva, António José, 147, 148
 Saralegui y Medina, Leandro, 60-63, 67
 Sarmiento, Martín (Padre), 26, 39,
 40, 87
 Sena, Jorge de, 165
 Seoane, Antón, 162
 Seoane, Luís, 111, 112, 126
 Sérgio, António, 191
 Sérgio, Octávio, 92
 Serrat, Joan Manuel, 161, 162
 Sesto Novás, Farruco [Francisco], 130
 Silver, Andee, 164
 Soares e Cide, Joze Antonio, 31
 Sobreira Salgado, Juan (Padre), 26
 Suárez Picallo, Ramón, 124

Tavares Rodrigues, Urbano, 166
 Teixeira de Pascoaes [Joaquim Pereira
 Teixeira de Vasconcelos], 86,
 89-92, 94, 99, 146, 147, 176
 Torga, Miguel [Adolfo Correia da
 Rocha], 165
 Torrente Ballester, Gonzalo, 151

Torres Queiruga, Andrés, 100, 120
 Traba, Fernando de, 81

Unamuno, Miguel de, 54, 63

Vaamonde, Florencio, 73
 Vaamonde, Suso, 163
 Valera, Juan, 58, 59, 62, 63, 76
 Valladares Núñez, Marcial, 59, 138
 Valle, Xavier del, 161, 162
 Valle-Inclán, Ramón María del, 151
 Vallejo, Alejandro de, 31, 37, 38
 Vasconcellos, Carolina Michaelis
 de, 94
 Vázquez Cuesta, Pilar, 62
 Vázquez García, Jacobo, 31
 Vazquez Pintor, Xosé, 130
 Vázquez, Dora, 127
 Vázquez, Juan, 31
 Vázquez, Pura, 127
 Velo, Carlos, 170
 Verde, João, 94
 Verdes Montenegro, Silvestre, 31
 Vereá y Aguiar, José, 88
 Vergara Vilariño, Félix, 116, 130
 Vicetto, Benito, 48, 75, 190
 Vieira, António (Padre), 81
 Villar Ponte, Antón, 72, 85, 86, 91
 Villares, Ramón, 48, 57, 58, 65-67, 78,
 192, 195, 202
 Villaverde, Elpidio, 124
 Villelga Rodríguez, Emilio A., 79
 Viqueira Cortón, Johán Vicente,
 Viqueira Cortón, Johán [Xohan]
 Vicente, 89-91, 127, 145, 150
 Vitorino [Salomé Vieira], 160, 165,
 183

Xenius [Eugeni d'Ors i Rovira], 87

Índice de conteúdos

- 5 **Portugal como trave do galeguismo? (uma introdução)**
Roberto Samartim / Carlos Pazos-Justo
- 25 **Portugal como referente na Galiza do século XVIII.**
O caso de José Andrés Cornide
Raquel Bello Vázquez
- 25 1. Antecedentes
- 26 2. Hipóteses
- 27 3. Seleção do caso e do corpus
- 29 4. Relacionamento de J. A. Cornide com Portugal: evidências
- 35 5. A defesa do Reino da Galiza: evidências
- 38 6. Discussão
- 39 7. Conclusões
- 41 **Cultura portuguesa e legitimação do sistema galeguista.**
Historiadores e filólogos (1880-1891)
Elias J. Torres Feijó
- 41 1. Propósito
- 42 2. A precariedade do sistema galeguista
- 42 2.1. Os cavalos de Tróia
- 44 3. À procura da legitimação: cultura, história e
política no movimento galeguista, um sistema sitiado
- 47 4. A origem do perigo português: Teófilo Braga vs. Emilio Castelar
(e um jovem Leite de Vasconcelos); primeiras consequências
- 53 5. Teófilo Braga, figura central no sistema galeguista.
A crítica de Pardo Bazán
- 57 6. A linha galeguista liberal impulsionadora
do reintegracionismo cultural

- 58 7. 1888-1890: Intensificação das polémicas legitimadoras,
também da reintegracionista
- 58 7.1. O debate linguístico
- 60 7.2. Galiza: entre enlace hispano-português e construto de um
sistema luso-galaico
- 64 7.3. O caso Sánchez Moguel e o reintegracionismo
de Manuel Murguía
- 73 7.4. As *presenças* de Leite de Vasconcelos
- 75 7.5. Alguns reflexos do Ultimato
- 77 7.6. A *consagração* galeguista de Oliveira Martins
- 80 8. O discurso de Manuel Murguía nos Jogos Forais de Tui (1891):
os argumentos do reintegracionismo galeguista

85 **A mais poderosa ponte identitária:
Portugal e a Saudade no nacionalismo galego**

Elias J. Torres Feijó

242

PORTUGAL E(M) NÓS

Contributos para
a compreensão do
relacionamento cultural
galego-português

103 **O pensamento cultural galego em referência a Portugal:
posição e função de ideias e grupos no Tardofranquismo
e na Transição**

Roberto Samartim / Gonçalo Cordeiro Rua

- 107 1. Grupos e agentes no SCG de 1968 a 1978
- 117 2. Ideias e publicações no SCG de 1968 a 1978

123 **Sistema literário galego e mundo lusófono
nos primeiros setenta (1969-1974):
Portugal para quê?**

Gonçalo Cordeiro Rua / Maria Felisa Rodríguez Prado

- 123 1. Quadro geral
- 124 1.1. O regime franquista
- 125 1.2. O panorama editorial
- 131 1.3. A questão da língua no protossistema literário galego
- 134 2. O mundo lusófono no protossistema literário galego
- 135 2.1. Língua
- 141 2.2. Literatura
- 149 3. Dimensões a considerar

153 **Inovações repertoriais no campo cultural galeguista na década de 70 e as transferências do mundo luso-afro-brasileiro**

Maria Felisa Rodríguez Prado

- 153 1. Propósito
- 153 2. Contextualização
- 155 3. O papel da Universidade compostelana
- 160 4. O campo musical e a *Nova Canción Galega*
- 171 5. Conclusões

173 **O 25 de abril na Galiza dos anos setenta: impactos e consequências**

Roberto Samartim

- 174 1. O estado de campo na Galiza: grupos e posições
- 175 1.1. O 25 de abril na resiliência
- 179 1.2. O 25 de abril na resistência
- 183 2. O impacto do 25 de abril através da imprensa (*Faro de Vigo*)
- 187 3. Síntese conclusiva

189 **Confluências e ruídos. Contributos para o entendimento das relações culturais galego-portuguesas na atualidade**

Carlos Pazos-Justo

- 189 1. Introdução
- 190 2. Linhas de força do relacionamento cultural galego-português
- 192 3. O relacionamento cultural galego-português hoje
- 196 3.1. Galiza-Portugal vs. Galiza-Norte de Portugal
- 198 3.2. O ruído
- 198 3.2.1. O ruído institucional
- 202 3.2.2. O ruído identitário
- 205 4. Síntese conclusiva

209 **Referências Bibliográficas**

227 **Índices**

227 Índice de instituições, organizações e eventos

231 Índice conceitual

235 Índice onomástico

241 Índice de conteúdos

245 **Notas bio-bibliográficas**

244

.....
PORTUGAL E(M) NÓS
.....

Contributos para
a compreensão do
relacionamento cultural
galego-português

NOTAS BIO-BIBLIOGRÁFICAS

Carlos Pazos-Justo é professor auxiliar da Área de Estudos Espanhóis e Hispano-Americanos do Departamento de Estudos Românicos da Universidade do Minho e investigador do grupo Galabra-UMinho do Centro de Estudos Humanísticos da mesma universidade. A sua investigação tem-se centrado nos estudos da cultura e da literatura. Atualmente faz parte da equipa do projeto “Narrativas, usos e consumos de visitantes como aliados ou ameaças para o bem-estar da comunidade local: o caso de Santiago de Compostela” (Ref: FFI2017-88196-R). É autor de *Trajectória de Alfredo Guisado e a sua relação com a Galiza (1910-1921)* (Laivento, 2010; Prémio Carvalho Calero de Investigação em 2009) ou *A imagem da Galiza em Portugal. De João de Redondella a Os Galegos são nossos irmãos* (Através, 2016).

Elias J. Torres Feijó é professor *titular* da Universidade de Santiago de Compostela, onde leciona Literaturas de língua portuguesa e metodologia da análise da literatura e da cultura. Diretor do Grupo Galabra nessa universidade galega, foi Prémio extraordinário de Doutoramento (1996) com a tese *Galiza em Portugal, Portugal na Galiza através das revistas literárias. 1900-1936*. É autor de publicações sobre literatura portuguesa e galega contemporâneas, metodologia e análise da Cultura

e da Literatura e relações Galiza-Portugal. Foi vice-reitor da USC (2006-2009) e Presidente da Associação Internacional de Lusitanistas (2008-2014).

M. Felisa Rodríguez Prado é professora do Departamento de Filologia Galega da Universidade de Santiago de Compostela onde leciona Cultura dos PALOP e planificação cultural. É investigadora colaboradora do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) e do GIR “Estudios Portugueses y Brasileños” da Universidad de Salamanca. Tem publicações nas áreas de literaturas africanas, particularmente de língua portuguesa e com especial ênfase na literatura cabo-verdiana, e de relações interculturais e interliterárias, com atenção ao caso da Galiza e à receção das literaturas dos PALOP no Estado Espanhol.

246

.....
PORTUGAL E(M) NÓS
.....

Contributos para
a compreensão do
relacionamento cultural
galego-português

Gonçalo Cordeiro Rua é licenciado em Filologia Galego-Portuguesa na Universidade de Santiago de Compostela (1998). Integrou o projeto POLULIGA (Portugal e o mundo lusófono na literatura galega: 1968-1982) onde atendeu especialmente o desenvolvimento de ferramentas procedimentais e o desenho e construção de bases de dados. Publicou, no âmbito do referido projeto de investigação, vários contributos apresentados em congressos internacionais, quer assinados individualmente quer em parceria com outras pessoas integrantes da equipa. Com experiência no desenvolvimento e localização de software e na gestão de projetos e organizações, fundou no ano 2014 a empresa Ideia. Comunica & Inova S.L.

Raquel Bello Vázquez é professora assistente no Centro Universitário Ritter dos Reis (Porto Alegre, Brasil) e investigadora dos grupos de pesquisa Galabra da Universidade de Santiago de Compostela e Estudos de Literatura na Cultura: Relações entre Estética e Política na UniRitter. A sua investigação tem-se centrado nas relações entre a produção cultural e as práticas sociais efetivas através do estudo dos impactos do turismo na construção da identidade local em Santiago de Compostela do ponto de vista da análise da cultura e dos estudos críticos do turismo

e, paralelamente, pesquisa sobre os campos culturais e a Ilustração na Galiza e em Portugal, a produção de autoria feminina no século XVIII e a aplicação de metodologias sistémicas e de campo a este mesmo período. Em 2012 foi promotora da *spin-off* do Grupo Galabra FAZ Cultura Desenvolvimento & Inovação e, entre 2008 e 2016, dirigiu a revista *Veredas*, da Associação Internacional de Lusitanistas. É autora, entre outros, de *Mulher, nobre, ilustrada, dramaturga. Osmia de Teresa de Mello Breyner no sistema literário português (1788-1795)* (Laióvento, 2005; Prémio Carvalho Calero de Investigação em 2004).

Roberto Samartim é professor no Departamento de Letras da Universidade da Corunha (UdC). Integra o Grupo de Estudos Territoriais da UdC e a Rede Galabra (grupos na USC e na UMinho). Estuda o funcionamento dos campos culturais e os processos políticos e ideológicos com eles relacionados. Entre outros assuntos, tem trabalhado sobre a produção literária feminina no Renascimento português, sobre o processo de construção do sistema cultural galego na mudança do franquismo para o regime autonómico e sobre o processo de elaboração linguístico-ideológica na Galiza contemporânea. Na atualidade estuda os impactos dos discursos e as práticas culturais ligadas aos Caminhos de Santiago na comunidade local compostelana.

Todas as pessoas que participam neste livro fazem parte da Rede Galabra (<https://redegalabra.org/>).

PORTUGAL E(M) NÓS

Contributos para a compreensão do relacionamento cultural galego-português

Edição: Roberto Samartim | Carlos Pazos-Justo

© EDIÇÕES HÚMUS, 2019

End. Postal: Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde – V.N. Famalicão

1.ª edição: Dezembro de 2019

Depósito legal: 465596/19

ISBN 978-989-755-452-0

Roberto Samartim é professor no Departamento de Letras da Universidade da Corunha (UdC). Integra o Grupo de Estudos Territoriais da UdC e a Rede Galabra (grupos na USC e na UMinho). Estuda o funcionamento dos campos culturais e os processos políticos e ideológicos com eles relacionados. Entre outras responsabilidades, foi diretor da *Agália. Revista de Estudos na Cultura* (2010-2017), vice-decano da Faculdade de Filologia da UdC (2011-2013), Secretário Geral da Associação Internacional de Lusitanistas (2011-2014) e editor da www.plataforma9.com (2014-2018) [+ info: <https://redegalabra.org/membro/robertosamartim/>].

Carlos Pazos-Justo é professor do Departamento de Estudos Românicos da Universidade do Minho e investigador do grupo Galabra-UMinho do Centro de Estudos Humanísticos da mesma universidade. A sua investigação tem-se centrado nos estudos da cultura e da literatura. É Vice-Presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas, Coordenador do Centro de Estudos Galegos da UMinho e membro da Comissão Executiva da Associação Portuguesa de Professores de Espanhol Língua Estrangeira [+ info: <https://redegalabra.org/membro/carlospazos/>].

.....

Através dos contributos que integram este livro é possível, por um lado, identificar os agentes empenhados na construção identitária da comunidade galega (em relação dialéctica, aliás, com outros grupos com programas diferentes ou até antagónicos) e envolvidos no relacionamento galego-português entre os séculos XVIII e XXI. Por outro lado, também é possível nos aproximarmos dos programas propostos, dos objetivos procurados e das funcionalidades atribuídas por esses agentes ao relacionamento de duas comunidades peninsulares com alegados vínculos geo-humanos, históricos, étnicos, culturais ou linguísticos. Com especial destaque para aqueles momentos e estados de campo considerados estratégicos para entendermos os modos e a função atribuída ao relacionamento galego-português, o livro permite ver como Portugal (a sua mera existência como comunidade geo-humana) e as elites culturais, intelectuais ou políticas lusas contribuem para o reforço dos programas ideológicos e para as ações do galeguismo historicamente considerado.

.....

